



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

POLIANA DE SOUSA NASCIMENTO

**O DISCURSO ATEMPORAL DO DESENVOLVIMENTO:
“Descasos planejados” e a dinâmica mineral em territórios tradicionais no Sertão de
Itaparica**

Recife

2021

POLIANA DE SOUSA NASCIMENTO

**O DISCURSO ATEMPORAL DO DESENVOLVIMENTO:
“Descasos planejados” e a dinâmica mineral em territórios tradicionais no Sertão de
Itaparica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza

Recife

2021

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

N244d Nascimento, Poliana de Sousa.
O discurso atemporal do desenvolvimento : “descasos planejados” e a dinâmica mineral em territórios tradicionais no sertão de Itaparica / Poliana de Sousa Nascimento. – 2021.
237 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2021.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Comunidades tradicionais. 3. Descaso planejado. 4. Desenvolvimento. 5. Minas e mineração. I. Souza, Vânia Rocha Fialho de Paiva e (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-122)

POLIANA DE SOUSA NASCIMENTO

O DISCURSO ATEMPORAL DO DESENVOLVIMENTO:

**“Descasos planejados” e a dinâmica mineral em territórios tradicionais no Sertão de
Itaparica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Antropologia

Aprovada em data: 30 / 11 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Vânia Rocha Fialho de Paiva e Sousa (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Russell Parry Scott (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - PPGA

Prof^o. Dr. Renato Monteiro Athias (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - PPGA

Prof^a. Dr.^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco - PPGS

Prof^a Dr.^a. Carmen Lúcia Silva Lima (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Piauí – PPGANT

Prof^o Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho (Suplente externo)
Universidade Federal de Pernambuco – PPGS

Prof^o Dr. Edwin Boudewijn Reesink (Suplente interno)
Universidade Federal de Pernambuco - PPGA

AGRADECIMENTOS

Aos que vieram antes de mim, que fazem parte da minha ancestralidade, eu agradeço. Agradeço meus pais, Lucia e Valdete, pela presença constante em minha vida, pelo apoio incondicional sobre minhas escolhas e por fazerem parte de todos os meus processos de vida. Apesar de estarmos distanciados geograficamente, agradeço aos meus irmãos, Natalia e Stênio, por sempre caminharem comigo. Aos meus sobrinhos, Mateus, Sofia, Sarah e Isadora, por cultivarem na família a alegria de viver. Agradeço ao meu companheiro André, que durante toda escrita desta tese, se manteve presente, parceiro e paciente. Agradeço pelo incentivo constante para me manter determinada e corajosa, mesmo diante das adversidades que permearam o processo de escrita.

O PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia sempre permeou meu percurso acadêmico e minha formação intelectual. Assim, agradeço ao coordenador deste projeto, prof. Alfredo Wagner, pela acolhida e orientações ofertadas durante todo meu trajeto por este projeto. Agradeço aos professores Rosa Acevedo, Jurandir, Benjamin, Cynthia, Aniceto, Luis Lima, Ricardo e Sérgio Campos. Agradeço especialmente Helciane, Franklin e Arydimar pelos conselhos e pela amizade fortalecida durante toda essa minha trajetória dentro e fora da academia.

Aos meus amigos do Maranhão que mesmo distante, estão sempre juntos, meus agradecimentos. À querida Dani (Dadá) que financiou minha passagem para que eu pudesse fazer a seleção de doutorado. Meus agradecimentos para Nila, Magno, Gardênia e sua família, Davi e sua família, Tacilvan, Filipe e sua família, Bárbara, Elson, Cliciane e Bruna.

Agradeço a minha família do Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura -LACC, grupo de pesquisa que sou parte integrante. Agradeço aos antigos e aos recém-chegados. Aos mais próximos - Vania, Tiane, Whodson, Jaidene, Sávio, Flavia, Hosana, Ilana, Luan, Rita, Flora, Penha, Sandro, Andreza, Walter, Rosângela, Antony, Jeiza e Berlano - agradeço por fazerem parte da minha história, mas agradeço especialmente a Vânia, Whodson e Tiane por me acolheram desde o primeiro dia que cheguei à Recife para fazer a seleção para o doutorado. Agradeço pela generosidade e doação nessa minha trajetória de vida para além do mundo acadêmico.

O meu profundo agradecimento à família da capoeira do Centro de Capoeira São Salomão, aos meus mestres e mestras Mestre Mago, Mestra Bel, Mestra Dani, Mestre Soneca e Contra-mestre Cabrito por serem força e resistência também para minha

caminhada. Por me acolherem em suas casas e por despertarem em mim a energia entusiasmo pela vida através da capoeira. Ao coletivo de mulheres capoeiristas “É cor de rosa choque”, agradeço por serem fortaleza e por se manterem sempre presentes, mesmo com cada uma enfrentando um processo diferente na vida.

Agradeço aos amigos da UNATE – Universidade Aberta do Terapeuta, pela acolhida e por acalantar minhas angústias e ansiedades através de seus processos terapêuticos. Agradeço especialmente a Leonardo, Vânia e Daniel por me apresentarem e por me permitirem fazer parte desse espaço e de suas vivências. Pude, através dessas pessoas, ampliar meu campo de conhecimento e expandir minha consciência para outras possibilidades da vida, através de um intenso processo de autoconhecimento.

Aos povos indígenas (Pankará da Serra do Arapuá, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú) e quilombolas (Poços dos Cavalos, Negros de Gilu e Ingazeira), que contribuíram para construção do processo de pesquisa desta tese através de seus depoimentos, dos eventos realizados e de entrevistas consentidas, deixo meus agradecimentos. Em particular para a Cacique Evani Tuxá por abrir as portas de sua casa e me acolher durante minhas idas a campo. Todo o investimento empreendido por mim nessa pesquisa parte também da coragem em resistir dos grupos sociais que fazem parte de Itacuruba. À querida Rosângela por receber toda a equipe de pesquisa em sua casa, nos oferecendo conforto e cuidado durante as idas a campo.

Agradeço mais uma vez a Vânia Fialho, agora como orientadora, pelo cuidado e atenção nas orientações que me foram oferecidas. Pela parceria, empatia e paciência no processo de construção da tese de doutorado. Agradeço pela dedicação em tudo que se propõe a realizar, que funcionou para mim como um incentivo para construir um trabalho coeso, que demandou de mim bastante esforço, mas de forma alguma me trouxe sofrimento. Sou grata ainda pelo apoio que ofereceu e que ultrapassou os portões da universidade, para além dos assuntos acadêmicos; por me receber em sua casa e me permitir fazer parte de sua vida em outros lugares de vivência.

Para a banca avaliadora deste trabalho, meus sinceros agradecimentos. Ao professor Parry Scott, que acompanha o andamento de minha pesquisa deste a qualificação do projeto; ao professor Renato Athias que participa da minha trajetória no doutorado desde o processo de seleção; a professora Salete Cavalcanti com que tive uma das primeiras aulas no programa de Antropologia; a querida Carmen Lúcia, pelas orientações no início da minha

jornada no doutorado; aos professores Cristiano Ramalho e Edwin Reesink por suas contribuições e compartilhamentos acadêmicos.

Por fim, mesmo diante dos desmontes do governo em torno da ciência e da educação de forma mais ampla, agradeço a possibilidade de fazer essa pós-graduação a partir de bolsa de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, sem ela, eu não teria condições de seguir com as pesquisas e nem me formar doutora em uma instituição superior distante da minha cidade de origem.

Eu me levanto
Acima de um passado que está enraizado na dor
Eu me levanto
... Indo e vindo contra as marés, eu me levanto.
Deixando para trás noites de terror e medo
Eu me levanto
Em uma madrugada que é maravilhosamente clara
Eu me levanto
Trazendo os dons que meus ancestrais deram...
Eu me levanto. (ANGELOU, 2017)

RESUMO

Com o objetivo de compreender o discurso do desenvolvimento, esta tese evidencia a dinâmica do capital e a formação política em torno da mineração na região do Sertão de Itaparica. Discorre sobre a percepção de desenvolvimento e do bem viver a partir do pertencimento de povos e comunidades tradicionais com territórios em conflitos em torno de empreendimentos econômicos. Analiso como problemática, como o mecanismo do capital mineral, produz espaços invisibilizados e arranjos atemporais de desenvolvimento, alterando estruturas socioculturais e econômicas de povos e comunidades tradicionais no Sertão de Itaparica. A tese destaca, a partir desse contexto, os projetos de desenvolvimentos iniciados na década de 1980 na região. São projetos que fazem parte da história desse lugar, como é o caso da instalação da barragem de Itaparica para construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga e do projeto de instalação de uma Central Nuclear em Itacuruba, projeto que ainda não foi concretizado, mas já provoca situações de violências a partir de uma política do terror pela possibilidade de sua instalação. De forma aprofundada, é realizada a análise da dinâmica mineral a partir de uma “concertação política” (POMPEIA, 2019), com ênfase nos blocos de interesse que se conectam a partir de uma demanda intencionada de poderes e de controle de informação. Como métodos de investigação, foi realizada a análise de dados oficiais e das mídias sociais produzidos dentro e fora da empresa, na elaboração de conteúdo de promoção de si mesmo. Foram ainda utilizadas cartografias e autcartografias como ferramentas de análise etnográfica, construindo narrativas diferenciadas sobre os processos temporais e espaciais estabelecidos na região de Itaparica. Portanto, todo o processo de sistematização presente ao longo dessa pesquisa é direcionado para análises de estruturas que se organizam em torno de um capital que se desloca em torno de uma política que acompanha o direcionamento dos setores da economia mundial para aquisição de novas fronteiras de desenvolvimento a custo de territórios tradicionais. Destaca-se também que há um processo de mobilização dos grupos sociais que se apresentam através do tempo. Apesar das tentativas e táticas de apagamento de seus processos políticos, sociais e culturais, existe um movimento presente e que surge, tal como os minérios que brotam no solo da região de Itaparica, a partir de um processo também de invisibilidade latente.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais, Descaso Planejado, Desenvolvimento, Mineração.

ABSTRACT

In order to understand the discourse of development, this thesis highlights the capital dynamics and the political formation around mining in the Sertão de Itaparica region. I expatiate on the perception of development and good living based on the belonging of traditional peoples and communities with territories in conflict over economic enterprises. And how this perception of the world is not taken into consideration when other connections to ensure prosperity are put into question. I analyze as an issue how the mechanism of the mineral capital creates made-invisible spaces and timeless development arrangements, altering sociocultural and economic structures of traditional peoples and communities in the Sertão de Itaparica. From this context, I highlight the development projects initiated in the 1980s in the region. These are projects that are part of the history of this place, the installation of the Itaparica dam for the construction of the Luiz Gonzaga Hydroelectric Power Plant and the project to install a Nuclear Power Plant in Itacuruba, a project that has not yet been implemented, but that causes signs of violence from of a policy of terror. In depth, I analyze the mineral dynamics around a “political concertation” (POMPÉIA, 2019), emphasizing on blocks of interest that are connected based on an intentional demand for powers and information control. I establish as research methods the analysis of official data and social media that are inside and outside the company, in the production of self-promotion content. I also make use of the recognition of the use of cartographies and auto-cartographies as a tool for ethnographic analysis, building differentiated narratives about the temporal and spatial processes established in the region of Itaparica. The entire systematization process present throughout this research is aimed at analyzing structures that organize themselves surrounding a capital that moves around, directing sectors of the world economy to acquire new frontiers of development at the cost of traditional territories. I also emphasize that there is a process of mobilization of social groups that appears over time. Despite the attempts and tactics to erase its political, social and cultural processes, there is a movement that is present and that emerges, like the minerals that sprout out of the soil of the Itaparica region, also from a process of latent invisibility.

Key words: Traditional communities, Planned neglect, Development, Mining.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. TRAÇADOS METODOLÓGICOS E PERSPECTIVAS ETNOGRÁFICAS	21
2.1 Enunciados etnográficos	21
2.2 A disposição dos capítulos	29
2.3 Conduções metodológicas	37
PARTE I	51
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E O “DESCASO PLANEJADO”	51
3. ITINERÂNCIAS E PERTENCIMENTOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO SERTÃO DE ITAPARICA	52
3.1 Entre o rio “ da integração nacional” e no Sertão “ das ausências”	52
2.2 Território da memória	58
2.3 As famílias e os pertencimentos	69
4. SOB A ÓTICA DO Oponente, A REINVENÇÃO DE IMUTÁVEIS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E A CONTRAPARTIDA DOS GRUPOS SOCIAIS.	75
4.1 A retomada do crescimento econômico	75
4.1.1 Barragem de Itaparica	90
4.1.2 A Central Nuclear	100
4.2 Identidades e repertórios de ações coletivas em Itacuruba	107
PARTE 2	119
O ARGUMENTO DO “VAZIO” E A TRAMA DO CAPITAL MINERAL	119
5. O CAMINHO DA MINERAÇÃO	120
5.1 Uma cartografia da mineração em Pernambuco	120
5.2 A rota da mineração para Itacuruba no Sertão de Itaparica	133
6. NO LABIRINTO DO CAPITAL MINERAL	149
6.1 “ O bicho está em todo lugar”	149
6.2 O devir global e as vantagens locacionais	158
6.3 A exploração do titânio no Sertão de Itaparica	165
7. A DINÂMICA DA FORMAÇÃO POLÍTICA NA MINERAÇÃO	177
7.1 Projeto político-econômico no campo mineral	177
7.2 Análise e uso de dados minerais	187
7.3 A transcendente tecnologia política na mineração - o campo empresarial	198
7.4 O esperar e as táticas de silenciar	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
Narrativas da contradição, rumos e estratégias	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227

1. INTRODUÇÃO

Todo trabalho de escrita requer uma motivação e uma inspiração particular para seu andamento. Para a escrita desta tese, tive como inspiração a oportunidade de realizar pesquisa em um campo completamente novo, com grupos étnicos que apresentam processos sociais e históricos completamente diferentes do que eu estava familiarizada. São comunidades quilombolas e grupos indígenas que, diferentes em suas formas de perceberem quem são, compartilham de um mesmo passado de violências e negações de direitos. Vinda de pesquisas realizadas na região Pré-amazônica, sobretudo, relacionadas às mulheres extrativistas denominadas Quebradeiras de coco babaçu¹, sempre estive envolvida em pesquisas próximas de uma realidade comum para mim, com cenários que sempre estiveram em meu cotidiano.

Contudo, desenvolver uma pesquisa a partir de um novo lugar, não só me pareceu desafiador, como, ao mesmo tempo, senti um estímulo para o desenvolvimento de uma etnografia que tem, na sua essência investigativa, um ineditismo na temática abordada sobre o local da pesquisa: a mineração no Sertão de Itaparica. Para isso, precisei seguir também por um caminho teórico um pouco diferente das minhas pesquisas anteriores. Trilho minhas análises a partir de uma antropologia do desenvolvimento e econômica, com ênfase nas relações de poder ligadas ao grande capital², a partir da verificação de dados oficiais e do uso de cartografias como método de uma análise etnográfica. Para realizar esta investigação, parto, inicialmente, da discussão sobre local e global. Mesmo que, em termos práticos, essa abordagem dual não dê conta de explicar a real estrutura dos dados e dos fatos que serão apresentados, ela se faz necessária para dar sentido à dimensão alcançada pelos

¹ As denominadas quebradeiras de coco babaçu são mulheres extrativistas que surgem de uma condição de “invisibilidade” nas décadas de 80 em decorrência de situações conflitantes localizadas. Já nos anos 90, o movimento das quebradeiras (MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), se estrutura segundo critérios organizativos apoiados em princípios de gênero, ecológicos e base econômica (ALMEIDA, 2005). Elas reivindicam através deste movimento, acesso à terra livre, acesso aos babaçuais e preservação da palmeira (SHIRAISHI, 1997).

² O que chamo nessa pesquisa de “grande capital”, parte de ponderações estabelecidas pelo economista Ladislau Dowbor (2017) e se articula à rede de relações que permeiam as ações em torno de atividades econômicas em um dado lugar. Elas não podem ser entendidas a partir delas mesmas, pois há uma rede de interlocutores que se organizam em torno dela e se firmam por interesses que não se articulam com a realidade dos lugares dos quais consomem seus recursos naturais. De outro ponto de vista, a análise conceitual referente ao “capital” se articula também à teoria de Pierre Bourdieu (1989) de que o Capital é sinônimo de poder quando este é ativado a partir de campos econômicos, sociais e culturais.

empreendimentos que serão apresentados.

Ao percorrer o Sertão de Pernambuco, com paisagem de “flora extravagante, sucumbida e agonizante”, como descreve Euclides da Cunha(1984) em seu livro “Os Sertões”, com rochas que se limitam a expressar a alteração da paisagem que se dá em seu percurso em tempos distintos, percebo que também venho desse Sertão. Torno-me consciente de que existem tantos outros Sertões com características físicas diferenciadas, mas que carregam nessas mesmas classificações estigmatizadas, da falta, ausência e escassez, aspectos semelhantes de vivências.

Há interesse de minha parte em reforçar, nesta pesquisa, as ausências e escassez no Sertão de Itaparica. Ao contrário, pretendo dar ênfase na abundância existente nessa região e que gera benefícios significativos para quem controla o poder e o conhecimento dos recursos naturais existentes. Por esta razão, tenho como foco de observação o processo de mineração existente em Itacuruba e que transborda para o Sertão de Itaparica a partir das relações que interpelam suas ações por meio de uma rede de interlocutores. Essa rede é articulada entre grupos empresariais, o Estado e territórios de povos e comunidades tradicionais.

Esta rede pode-se apresentar como desconexa e descontínua em um primeiro olhar, mas é minuciosamente percebida nas estruturas estabelecidas em cidades como Itacuruba e na forma como são impostas as improváveis maneiras de viver para povos e comunidades tradicionais pertencentes a este lugar. Isso porque o campo de poder, como bem enfatiza Bourdieu (1989) “é o espaço de relações de forças entre os diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente, e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (BOURDIEU, 1989, p.48).

Ou seja, as relações de força em um campo de poder se tornam evidentes a partir da repercussão das ações promovidas por quem detém certo tipo de poder na região. Seja ele econômico ou político. Para tanto, para existir uma relação de força, é necessária a existência de uma rede de relações que esteja envolvida nesse processo. Dessa maneira, o que pode ser considerado desconexo, na realidade, firma um segmento de relações de forças e campos de poder continuadas e conectadas em torno do capital demandado.

Pesquisar sobre mineração parecia uma discussão distante de todos os campos de pesquisa que atuei enquanto pesquisadora. No entanto, esta questão sempre esteve presente, mesmo que não evidente, literalmente embaixo dos meus pés quando estive em Itacuruba. Segui, a partir desse momento, o caminho da mineração que trilhava em direção aos territórios de povos e comunidades tradicionais inicialmente em Itacuruba. Contudo, fui percebendo que essas rotas se ampliaram para outros cantos na mesma Região do Sertão de

Itaparica, região que faz parte do conjunto de regiões denominadas RD's – Regiões de Desenvolvimento - pelo estado de Pernambuco. As articulações em torno da delimitação das RD's foram iniciadas em 1999 com suporte do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para constituir uma política de desenvolvimento local, com intuito de descentralizar o processo de planejamento econômico no estado de Pernambuco.

A criação de fronteiras político-administrativas teve segmento até 2007, quando a última RD foi instituída e se ampliou sem promover qualquer distinção entre os territórios tradicionais existentes em Pernambuco. Por esta razão, ao longo desta tese, estarei sempre fazendo referência ao Sertão de Itaparica, a partir da divisão político-administrativa que lhe foi instituída, e à cidade de Itacuruba, como base e início das investidas de pesquisas nesta região.

As palavras que intitulam essa tese, “ O DISCURSO ATEMPORAL DO DESENVOLVIMENTO”, carregam na sua significância, um caráter acrônico, dando-nos a impressão de que o desenvolvimento existe sempre além do tempo. Ao mesmo instante, permanece no tempo sem dele depender para existir. O tempo é dicionarizado como a sucessão dos anos, dos dias que envolvem o nosso presente, passado e o futuro. Contudo, ele é passageiro. No percurso desta tese, faço menção à noção de atemporal, como destacado no título deste trabalho, como acepção que pertencem a qualquer tempo, como ocorre com o discurso do desenvolvimento.

O movimento para a frente, rumo ao progresso e a negação de outras formas de viver, se estabelece fortemente para que o discurso de desenvolvimento se fortaleça enquanto parte de um sistema que sempre se desloca para se manter presente desde que se buscou obter lucro sobre algo. O desenvolvimento é, como acentua Dowbor (2020), compreendido a partir do mundo globalizado, como construção social do que se reconhece como prosperidade. E por ser acompanhado pelo capital, parte de um lugar de crescimento que se relaciona a uma economia que não obedece barreiras. Ele se modela a partir de seus próprios interesses, moldando o fluxo das ações políticas e sociais.

As retomadas para o avanço do desenvolvimento e crescimento econômico estão sempre além do tempo, seguindo acompanhadas pelas diferentes faces que o capital pode assumir. E à medida que os repertórios confrontacionais (TILLY; MCADAM; TARROW, 2009) de outros sujeitos sociais envolvidos se mostram mais evidentes, assumem um discurso salvacionista de sustentabilidade partir de “campanhas verdes” e por meio de ações que minimizem os riscos de embates com grupos sociais (GUIDOTTI, 2019). Para estes, o que existe além do tempo é a possibilidade de ressurgimento a partir do que Said (2009)

denomina como emergência inquieta. E que, embora possa parecer que se articula somente com um passado vencido, concorre para dar uma nova referência para as impossibilidades do presente. Interrogar a atualidade é problematizá-la como acontecimento. E o que é atual não é necessariamente o presente, é, antes disso, construído a partir de uma temporalidade.

Se o título parte de processos que remetem à continuidade, o subtítulo destaca os percursos inerentes a esses processos. Os ‘DESCASOS PLANEJADOS’ E A DINÂMICA MINERAL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO SERTÃO DE ITAPARICA”, delineiam o caminho da pesquisa. Volto no tempo para interrogar o presente a partir da análise em torno dos projetos de desenvolvimento intensificados na região a partir da década de 1980. Tomo como parte desta análise o termo referido por Scott (2009) de “descaso planejado”, atribuído aos processos de grandes construções para o desenvolvimento que desmobiliza e desestrutura territórios de povos e comunidades tradicionais como uma ação estrategicamente planejada pelo Estado e por grupos de empresas.

Desloco-me para o processo de instalação da barragem hidrelétrica de Itaparica que culminou na inundação de sete municípios nos estados de Pernambuco e Bahia, deslocamento em torno de 10.500 famílias que viviam à beira do Rio São Francisco para ceder lugar à instalação do reservatório de Itaparica (SCOTT, 2009). Este momento passa a mobilizar os grupos que se fortaleceram a partir das experiências de violências vividas e até hoje sentidas. Prossigo com a abordagem investigativa em torno da possibilidade de instalação de uma Central Nuclear na cidade de Itacuruba. Sobre esta, pouco sabem os grupos sociais com territórios ameaçados, mas percebem desde a década de 80, o sentimento de negação de suas existências pela probabilidade da inserção de mais um empreendimento para um desenvolvimento que não reconhece os processos de luta e de pertencimento junto ao território de direito.

O não reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais que resistem nesta região, abre precedente para que outros empreendimentos se aglutinem e ganhem contorno com base também do discurso do desenvolvimento. É sobre esse ângulo que a dinâmica mineral se insere e que passa a ser ponto central desta etnografia. Ao mesmo tempo que esses empreendimentos se apresentam como abundantes, existe também um processo intenso de invisibilidade dos recursos disponíveis, reverberando para a anulação da existência dos grupos sociais comprimidos por táticas de apagamento de suas existências. A partir desta combinação, o silêncio passa a conduzir as ações em torno das atividades minerais no Sertão de Itaparica.

Não há entre as pessoas nessa região informações consistentes sobre os

empreendimentos da região, mesmo que algumas deles se insiram exatamente em territórios reivindicados como tradicionais. Tampouco sabem as pessoas o que acontece acerca da mineração, até que ela esteja estabilizada e ganhe dimensões impossíveis de não serem visualizadas com processos que já estão em andamento. Ou seja, é conhecida a existência da atividade mineral na região, mas a dimensão de suas ações, não. E se não se conhecem as dimensões, elas passam a não existir, ganhando um caráter total de invisibilidade ou de irrelevância.

Há um não dito que é um dado fundamentalmente importante, que permeia por mecanismos que se vinculam a uma rede de relações que ultrapassam os limites administrativos de Itacuruba. Ultrapassam, ainda, os limites que julgamos conhecer de alcance dessas mesmas relações. Há uma trama que versa em torno de uma dinâmica do capital, cujos precedentes são desconhecidos. Capital este que não se encontra em Itacuruba, tampouco é refletido ou revertido para o chamado “desenvolvimento” da região. Pois, à medida em que se pensa em desenvolvimento nos termos de povos e comunidades tradicionais e grandes projetos econômicos, nos damos conta que essa construção conceitual, apontada por Mesquita (2011), gira em torno de um conjunto de variáveis que vai do econômico, perpassando o político e que historicamente sempre esteve associado à ocupação e controle do mercado de terras. E são as disposições estabelecidas por este mesmo capital que transformam territórios de pertencimento em moeda de troca no mercado de terras.

Contudo, mesmo que ações articuladas em torno do capital caminhem em torno de um desfalecimento sem volta, existe sempre um deslocamento estratégico que acompanha o deslocamento do capital nas voltas e formas assumidas no mundo. Esse caráter sobre o “deslocar do capital” passa a ser considerável para o entendimento da tese no decorrer da pesquisa. E, nessa medida, quem tem o controle do conhecimento e poder dos recursos que geram capital, lançam mão de estratégias que caminham para o controle de um conhecimento que é também tecnológico.

Não por acaso, as pessoas mais ricas do mundo são donas de empresas que vendem tecnologia. E não por acaso, as empresas de mineração investem em tecnologia patenteadas para ampliação de seus setores de atuação. Particularmente no caso da mineração, em conformidade com a tecnologia, é necessário existir um acordo com o Estado, pois, constitucionalmente, o que se encontra no subsolo do território nacional brasileiro, pertence à União. Deste modo, o acordo existente compõe-se de uma ideia de desenvolvimento que passa também pelos aspectos tecnológicos.

Ambas as partes ganham no processo de concretude da ação. Contudo, os arranjos que

concebem a idealização dos empreendimentos minerais por meio de uma trama envolvendo o Estado, partem de uma interpretação de que há um jogo legítimo e regras já estabelecidas promovidas pelo próprio Estado e que não podem ser colocadas à prova. Desta forma, atuam no judiciário, executivo e legislativo visando o enfraquecimento dos dispositivos constitucionais que asseguram ou deveriam assegurar os direitos étnicos de povos e comunidades tradicionais, em um jogo particularmente arquitetado para usurpação de territórios tradicionais (ALMEIDA, 2010,p.160).

Toda essa organização política se baliza em torno do que Pompeia (2018) classifica como concertação política. Esta ferramenta, se estrutura em um conjunto de ações articuladas com finalidade de convencer a opinião pública sobre sua essencialidade e valorizá-la, ao mesmo tempo que pressiona o Estado a colocá-la como parte das estratégias de planejamento econômico e de desenvolvimento do governo.

A conexão desses elementos passa a ser indispensável para compreender quem são e de onde partem os atores do setor empresarial, do setor mineral e como se dão, inicialmente, as lógicas de produção dos dados oficiais. Especialmente porque a mineração nessa porção do Estado de Pernambuco não fala por si só. Seja porque os empresários com atividades de empresas menores não estabelecem relação social ou econômica com o local; seja porque os grupos que atuam no Sertão de Itaparica fazem parte de grupos corporativos, cujo os interesses comerciais estão além da extração de mineral. Há uma contemplação em torno de outros ramos interligando, inclusive outras áreas de desenvolvimento, como o da produção de frutas no Vale do São Francisco, energia renovável e construção de Shoppings, que culminam em direção de uma dinâmica do capital que não contempla a região apropriada, tornando o discurso do desenvolvimento incoerente e falido.

Arbitrariamente, cria-se, a partir dos discursos, um “território de desenvolvimento”, com infraestrutura pensada para o recebimento de cada vez mais desenvolvimento. Suprime-se o território do outro e oprime o sujeito que nele se reconhece, usurpando também o seu controle. O controle de agentes externos, como as empresas, é legitimado pelo Estado, e se classifica, de acordo com Bourdieu (2014), como unificado e universal. São controlados não somente os dados, as informações ou as terras, mas, sobretudo, o modo de existências dos povos e comunidades tradicionais, destituindo e desqualificando o outro que não faz parte da lógica. Instaurando-se o que Mbembe (2018) classificaria como uma política de morte (Necropolítica). Nesse sentido, dentro do entendimento de “política de morte” existe o corpo que padece, provocando a destruição da expectativa de vida diante das investidas em torno do “território de desenvolvimento”.

A exemplo de Itacuruba, quando se averigua os dados de saúde sobre a população desta cidade, vem à tona o reflexo do sofrimento e do adoecimento das pessoas diante do controle estabelecido por quem é de fora. A expectativa de vida passa a ser um dado analisado estatisticamente a partir da perspectiva do outro, porém não reflete as condições reais para continuar a existir. De forma que, a condição social de existência em um território suprimido, é comprometida pela estrutura que sujeita vidas ao poder da morte.

E, se de um lado persistem estratégias acionadas pelos interesses vinculados aos empreendimentos com discurso de desenvolvimento e expansão de suas atividades com ações que se articulam no judiciário, executivo e judiciário, do outro, temos um conjunto de ações estratégicas que se voltam para o favorecimento de fatores étnicos e fortalecimento de suas vivências e coletividades. Na contramão dessa questão, a população que permanece à margem do controle e do poder sobre seus lugares de vivência e de sobrevivência, cria mecanismos outros de organização articulada a partir de outras problemáticas, possibilitando o invento de uma rede de proteção com mobilizações fortalecidas desde 2012 com o Fórum Social em Defesa do Rio São Francisco.

Foi sempre em relação à margem do rio que esses grupos tradicionais existiram. Há nos trajetos percorridos ao longo do rio, um direcionamento de vida que conduz esses grupos para o que Acosta (2016) identifica como “Bem viver”, apresentando-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. Essa conceitualização questiona a noção eurocêntrica de bem estar e de colonialidade do poder calcada na ilusória prosperidade programada impulsionada pela própria dinâmica do capital. Um “Bem viver” que se faz num Sertão desguarnecido e repleto de estigmas que atravessam gerações, personificando a partir dessa direção, um lugar da impossibilidade de existência e fadado à escassez e à ausência.

Ailton Krenak (2019) enfatiza em seu livro, “Ideias de como adiar o fim do mundo”, que “nosso tempo é especialista em criar ausências: ausência do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência de vida”(KRENAK, 2019, p.13). Pois há, nesse entendimento, um projeto maior que coloca grande parte dos grupos sociais em um cenário de total negação, de vulnerabilidade e totalmente negligenciados. Mas seja de um lado, seja do outro, existe um movimento de atuação que converge para mudanças territoriais. Nas circunstâncias dadas, o acesso aos dados, a ausência de informação e os repertórios confrontacionais (TILLY;MCADAM;TARROW,2009), passam a ser motivo para processos fluidos de mobilização dos grupos sociais afetados pelo movimento que vem de fora, e mobiliza para um percurso em torno de um “bem viver”, o confronto político alinhado a

uma linha de frente ativa.

Boaventura de Sousa Santos (2018) pondera, a partir desse conceito de “bem viver”, que tal conceito contempla a construção de que, em comunidade, ninguém pode ganhar se seu vizinho não ganhar. E dentro dessa perspectiva de “bem viver”, afloram-se nessa região repertórios próprios de práticas com níveis específicos de organização que podem ser interpretadas a partir de um potencial que tende a constituir-se em forças sociais de resistência e não se limitam apenas às respostas para perguntas de problemas localizados. Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política, possibilitando a emergência não somente de grupos tradicionais no Sertão, mas de lideranças que se fortalecem e criam formas de ação que transcendem as realidades localizadas, gerando movimentos de maior abrangência que agrupam grupos distintos no Sertão de Itaparica, criando-se assim unidades de mobilização (ALMEIDA, 1995).

Almeida (1995) define unidades de mobilizações a partir do contexto político vivenciado pelas mulheres extrativistas denominadas “Quebradeiras de coco babaçu”. Contudo, sua análise permite que o repertório de práticas e os níveis específicos de organização dos diferentes grupos sociais possam ser interpretados com potencial para constituir forças sociais. Almeida (1995) reforça que as unidades de mobilização “são práticas que alteram padrões tradicionais de relação política, permitindo a emergência de lideranças” (ALMEIDA, 1995,p.17). Não se trata somente de um movimento para tomada do poder político, mas são práticas de mobilização que aumentam o poder de barganha diante do governo e do Estado.

A partir dessas unidades de mobilizações, o curso da história nessa região assume caráter diferente de organização e de pretensões políticas em torno das investidas intensas aos territórios reivindicados. As estratégicas que rumam em direção à possibilidade de um “Bem viver” pleno, se dão a partir da luta e da oportunidade de fazer diferente, concebendo a mudança, a partir da contação de outras histórias e criando expectativas em torno de outras formas para continuar a existir.

As investidas em torno da continuidade da vida são fortalecidas pela expectativa de assumirem caráter de visibilidade diante de seus territórios, também invisibilizados. Ao passo que existem estruturas que se fortalecem em torno do desenvolvimento proposto pela inserção do mecanismo do capital, estas mesmas estruturas criam espaços invisibilizados, colocando em um estado de não – existência tudo que nele contém. O aspecto do invisível surge, portanto, a partir de duas perspectivas: pela falta de informação sobre os empreendimentos minerais na região, colocando em um estado de inexistência ou de

irrelevância todas as ações atribuídas às suas atividades; e a segunda pela fabricação de espaços vazios atribuídos aos povos e comunidades tradicionais e seus territórios.

Para que o processo de conhecimento científico fosse metodologicamente construído durante a pesquisa, o uso de cartografias tornou-se elemento importante na arte do fazer antropológico. Pois este possibilita a inserção de um horizonte visível das atividades fixadas no Sertão de Itaparica desde a década de 80. Sendo possível, a partir dessa ferramenta, uma análise acurada dos conflitos, dos processos mobilizatórios, das relações temporais dos empreendimentos instalados na região, e, sobretudo, da dinâmica política da mineração que ultrapassam as fronteiras físicas construídas administrativamente.

A construção de um mapeamento situacional, ou seja, de situações pontuais que afetam diretamente os grupos no momento de sua elaboração, potencializa os aspectos dinâmicos presentes na região de pesquisa. Sejam eles enfatizados pelos discursos de apropriação territorial construídos pelos grupos sociais envolvidos, seja pela possibilidade de investigação em outros campos de conhecimento como estratégia para otimizar as múltiplas informações contidas na região. Deste modo, ampliar o olhar para análise da dinâmica mineral no Sertão de Itaparica é caminhar para além das fronteiras, apontando para o reconhecimento de redes conectadas e edificação de estruturas de poder.

Assim, a investigação em torno do discurso das ausências e dos aspectos de invisibilidade construídos estrategicamente pelas empresas e pelo Estado, exigiu que o processo etnográfico fosse construído por diferentes frentes investigativas. Foi necessário, literalmente, garimpar informação fora do local físico da pesquisa. De modo que as análises, aqui acentuadas, colaboram para a reflexão sobre os aspectos presentes e que, ao mesmo tempo, intangíveis da dinâmica do capital da mineração e para a reinvenção de estratégias de povos e comunidades tradicionais diante do desconhecido.

2. TRAÇADOS METODOLÓGICOS E PERSPECTIVAS ETNOGRÁFICAS

2.1 Enunciados etnográficos

Quando saio em direção de uma pesquisa para um lugar onde nunca estive antes, me preencho de interesse em torno dessa nova investida. Em termos gerais, eu sabia que Itacuruba tinha, conforme o IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o censo de 2010, uma população de 4.369, estimada em 4.966 habitantes para 2020, estava localizada às margens do rio São Francisco, com sua sede fixada acerca de 12 km da estrada principal, BR-316, e sem acesso fácil ao rio ou para outros municípios desde 1988. Quando se deu a construção da hidrelétrica Luiz Gonzaga no Sertão de Itaparica e toda a população precisou ser remanejada das margens do rio, rompem-se os processos de relações sociais e culturais existentes entre indígenas e quilombolas, cujas histórias são confundidas com a própria história de formação dos municípios.

O Sertão de Itaparica compõe uma das 12 Regiões de Desenvolvimento – RD's estabelecidas pelo Estado de Pernambuco, com condições indicadas como favoráveis para instalação de empreendimentos dotados de infraestrutura necessária para sua expansão. A cidade de Itacuruba apresenta limite administrativo com os municípios de Belém de São Francisco à Oeste, com Floresta à leste e estando a 460 km da capital do estado, Recife. Itacuruba exhibe, a partir de pesquisas desenvolvidas pelo LACC – Laboratório de estudos sobre Ação Coletiva e Cultura, do qual sou parte integrante - processos múltiplos de construção de identidade e distintas territorialidades, com histórias que se entrecruzam, fazendo com que os povos e comunidades tradicionais desta região se reconheçam como quilombolas e indígenas.

Em meio a uma população de pouco mais de quatro mil habitantes, Itacuruba apresenta três comunidades quilombolas: Poço dos Cavalos, Negros de Gilú e Ingazeira (PALMARES,2018) e três comunidades indígenas: Pankará Serrote dos Campos, Tuxá Campos e Pajeú de Itacuruba (FUNAI,2010; MENDONÇA,2010; SILVA,2019). Todas essas comunidades passam a se autorreconhecerem como indígenas e quilombolas a partir de 2004, com exceção de Negros de Gilu que se dá por um processo de certificação anterior às demais, sendo reconhecida como Quilombo pela Fundação Palmares no ano 2000 (SILVA, 2019; BEZERRA,2006).

Quando estive em Itacuruba pela primeira vez, senti uma sensação de vazio, como

se eu estivesse indo ao encontro do nada. Essa sensação tomou conta do meu corpo por alguns minutos e sem dúvida foi permeada pela construção que se fazia sobre a cidade e impregnada em mim antes mesmo que eu pudesse conhecê-la. Lembrei-me dos filmes de faroeste, cuja pouca circulação de pessoas nas ruas nos dá a impressão de que a cidade está completamente abandonada.

À minha frente, uma longa estrada se seguia e, no final dessa linha reta de 12 km, estava a cidade de Itacuruba. Havia um silêncio, uma calma e um movimento mais lento, que é comum nas pequenas cidades no interior do Brasil. Mas tão logo percebo que aquele sentimento de vazio do começo do percurso vai se perdendo e vou, à medida que me aproximo das casas e das pessoas, noto que a cidade respira e apresenta particularidades que são inerentes ao processo histórico vivenciado por elas. Havia um remanso perceptível, mas de forma alguma havia ausência de vida.

Itacuruba, a cidade com “quatro mil almas”, assim se refere a ela “os de fora”, está no percurso de instalação dos grandes empreendimentos sempre na condição de classificação a partir do outro. E, à medida que isso ocorre, há por trás dela, um processo explícito de controle e relação de poder que atravessa gerações e compõe a própria história de erguimento da cidade. Mas há, principalmente em torno desse controle, uma classificação estabelecida como forma de exercer arbitrariedade, como atesta Foucault (1996). De forma que Itacuruba é, nesse contexto de classificações estigmatizantes, uma cidade marcada por processos de violências, negações e violações de direitos. Contemplando a sequência dos duros enfrentamentos, recai sobre Itacuruba um estigma ainda mais doloroso e se estabelece como uma cicatriz. A cidade é conhecida por seus altos índices de depressão e de suicídio, o que faz com que a população tenha que lidar com outras formas de violências.

O movimento em torno desta cidade revela não apenas cicatrizes, mas feridas abertas e ainda latentes que vigoram em violências e negações de direitos. A dureza vivenciada pela população de Itacuruba foi motivada pela ineficiência do Estado, presença de empreendimentos econômicos e pela implementação de projetos de desenvolvimento no Sertão de Pernambuco. Estes, por sua vez, continuam a se expandir e ultrapassar fronteiras com narrativa “salvacionista” do Sertão “decadência”.

Mas tanta atenção dada para regiões que carregam o estigma do “vazio” e da “decadência”, como é o caso do Sertão, me deu a impressão que este mesmo Sertão deixa de ocupar o lugar da invisibilidade, sendo considerado, portanto, o lugar adequado para determinados fins ou eternos recomeços. Contudo, a visibilidade percebida a partir de um lugar classificado como despovoado, desocupado e com disponibilidade para atender uma

demanda específica, só vem reforçar velhos problemas para populações que vivem no curso dos grandes projetos de desenvolvimento.

Chego a essa cidade, à qual dedico minha pesquisa, a partir de experiências de pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa, do qual sou parte integrante, como já me referi anteriormente. O LACC – Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura, sediado na UPE - Universidade de Pernambuco, realizou na, época, pesquisas no âmbito do projeto “Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central”, projeto vinculado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia³. O projeto de pesquisa apresentava como objetivo mapear e analisar conglomerados econômicos, destinadas principalmente ao mercado internacional, visando destacar como estes conglomerados afetam povos e comunidades tradicionais na região classificada como “ Brasil Central”⁴. Como produto desta pesquisa, tínhamos que produzir um boletim informativo que destacasse a possível instalação de uma Central Nuclear no Sertão de Itaparica.

Inicialmente me deparo, não com as informações sobre a implementação da Central Nuclear na cidade, mas com aquelas referentes ao complexo étnico composto por indígenas e quilombolas, atravessados por conflitos internos protagonizados pelos diferentes grupos étnicos existentes em Itacuruba. Sem dúvida, a presença de diferentes grupos étnicos em um mesmo lugar me levou a pensar por que há tantas diferentes formações étnicas, e todas de alguma forma aparentadas, em um mesmo território. Contudo, ao me dar conta das relações sociais estabelecidas em seus detalhes, fui percebendo que são as relações de afetividades que passam a definir os grupos enquanto quilombolas ou indígenas nessa cidade. Há, decerto, uma abordagem dessa questão que me fez refletir que tal configuração territorial, só foi possível diante da intensificação de ações provocadas por sujeitos externos ao território.

Houve, sem dúvida, desde a década de 1980 nessa região, o que Scott (2009) destaca ao realizar pesquisa nessa região, um “descaso planejado”. Para este autor, essa designação reflete sobre como a forma de ação dos grandes projetos são conscientes dos

³O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo realizar autocartografias de povos e comunidades tradicionais a partir de demandas que partem das próprias comunidades. São produções que dão visibilidade para tais comunidades, destacam os processos de territorialidades e contribuem para o fortalecimento de seus processos de mobilizações frente aos conflitos que permeiam por seus territórios.

⁴Esta denominação é atribuída para a uma região que abrange partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Pernambuco, bem como o Norte de Minas Gerais e o Sul do Pará. Ela não corresponde à totalidade das áreas classificadas como de “cerrado”, nem tão pouco aquela concernente à “caatinga”. Mas toda essa região, por apresentar terras aráveis, com potencial para grandes plantios, encontra-se, no momento atual, posicionada para a ampliação das terras destinadas ao agronegócio, disponibilizando novas extensões para as transações mercantis.

danos causados em comunidades por onde o projeto é implementado (SCOTT, 2009,p.9). Tudo é cuidadosamente negociado, planejado e marcado por cenários desiguais, imaginados propositalmente. “Mudança pra melhor” era o lema esperançado da propaganda da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco, quando houve o processo de deslocamento das pessoas que habitavam as margens do rio São Francisco para instalação da Barragem de Itaparica nos anos 80 e para a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga.

Nessa ocasião, havia, a partir do setor administrativo, uma campanha de relações públicas e comunicação social que tinha o propósito de administrar as questões de instalação das pessoas que seriam realocadas. Os termos “instaladas”, “realocadas” ou “remanejadas” emitidos nos documentos oficiais da CHESF como parte do planejamento do projeto, evidenciaram os novos significados atribuídos às famílias. A maioria delas estabelecia uma ligação direta com a natureza e com atividades relacionadas ao roçado e ao pescado, em um contexto de uso e de usufruto de terras e das águas do rio São Francisco. Mas os termos citados acima não contemplam a real questão aqui abordada, pois as famílias que ali viviam foram arrancadas de suas vivências coletivas e dos seus lugares de origem e lançadas em outros campos onde o controle de suas vidas passou a ser estabelecido a partir de outros meios.

As famílias retiradas de seus lugares de vivência passam, a partir desse momento, a perderem referência temporal e espacial com a mudança do curso do rio provocada pela instalação da barragem e pelo inundamento de ilhas agricultáveis destinadas à produção de alimentos. Era por meio dessas ilhas que resultava a forte relação com os grupos que se reconhecem hoje como quilombolas com os povos indígenas da região (CENTRO LUIZ FREIRE, 2008). É um aspecto que nos possibilita pensar na modificação do curso da história das famílias que vivenciam a perda da autonomia alimentar. Foram necessárias várias idas a campo, a partir deste projeto, para que eu pudesse perceber que o “descaso planejado” destacado pelo autor acima, vai além desse primeiro momento de mudanças na estrutura territorial, social, política e cultural de Itacuruba e que transborda os limites desse lugar.

O “descaso” transparece nos aspectos mais corriqueiros e são naturalizados no cotidiano das pessoas. Ou seja, são questões e demandas que chegam e são comuns a muitas cidades, passam a fazer parte do rol de discussões de muitas empresas, projetos de desenvolvimentos e incentivo para a implementação de outros empreendimentos econômicos. Faço referência aos discursos da modernidade e do desenvolvimento que oferecem a garantia de melhoria de vida através de ofertas de empregos. Todos esses

discursos são, como indica Krenak (2019), postos por mecanismos que suportam as bases para que a humanidade se ampare e estas não são as pessoas, são as agências e instituições.

As inspirações para o desdobramento desta tese, sem dúvida, partem desse primeiro momento de aprendizado e de aproximação com a realidade posta e imposta para Itacuruba. Cidade esta, que faz parte de um conjunto de empreendimentos ligados à produção de energia pela condição de abundância dos recursos hídricos existentes, vindo do maior rio do nordeste brasileiro - o rio São Francisco. Porém, a problemática que se construiu em torno desse projeto do qual fiz parte para realizar análise investigativa, não se findava pela possibilidade de entender somente os grandes projetos de desenvolvimento. Havia outros grandes empreendimentos econômicos⁵ que promoviam uma sequência de danos sociais e ambientais, limitando o acesso e aproveitamento dos recursos naturais para povos e comunidades tradicionais do Sertão de Itaparica, tão danosos quanto os anteriores.

Durante pesquisa realizada na região pelo LACC, foi possível perceber a crescente produção de tilápia feita em tanque-rede⁶ nos territórios reivindicados pelos indígenas e nas represas do rio São Francisco. Essa atividade teve início em 2005 na região de Xingó, Baixo São Francisco e expandiu-se para outras regiões do rio São Francisco. Um dos fatores que alavancaram essa produção foi a permissão de uso das águas fornecido pela União através de Instrução Normativa Interministerial N°6, de 31 de maio de 2004⁷ (EMBRAPA, 2014,p.09)

Em Itacuruba, os tanques-rede fazem parte de toda a paisagem que acompanha o rio, estabelecendo com o discurso de beneficiamento financeiro, o favorecimento de políticas públicas em torno de uma região com população de baixa renda. Porém, o que passa a ocorrer é o aniquilamento da possibilidade de recuperação da autonomia alimentar e problemas ambientais, a partir da poluição do rio por dejetos dispensados pelas grandes

⁵O que destaco como grande empreendimento econômico se apresenta por empresas privadas que dispõem de grandes áreas para implementação de suas atividades econômicas. Diferente de Projeto de Desenvolvimento, termo atribuído pelo Estado para justificar a intervenção de grandes ações para implantação de atividades que promovam o desenvolvimento para determinadas áreas estratégicas. Tais empreendimentos e projetos de desenvolvimento podem ser percebidos no mapa 01 desta tese.

⁶Tanques-rede são estruturas de várias formas e tamanhos, constituídas por redes ou telas que permitem a livre circulação da água. Podem ser instalados em ambientes aquáticos por meio de flutuadores, em locais onde há oscilação periódica no nível da água ou por meio de estacas fixas, em ambientes onde o nível d'água não oscila. Têm como finalidade o confinamento de peixes, proporcionando-lhes condições de crescimento por meio da proteção constante ao ataque de predadores e competidores, fornecimento de alimento e água de boa qualidade. (EMBRAPA, 2009, p.11)

⁷ Instrução Normativa Interministerial nº 06, de 31/5/2004: estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura. Disponível em : <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/aquicultura-1/aquicultura-em-aguas-da-uniao>

empresas que gerenciam a produção de tilápia na região. Ocorre ainda a declaração de falência de empresas que cessam suas atividades na região, deixando para trás vestígios de perdas e danos para os grupos sociais que ficam.

O aflitivo cenário que percebi em Itacuruba, seguia-se para o andamento de outro grande projeto de desenvolvimento. A cidade de Itacuruba vive hoje com o fantasma iminente da possível instalação de uma Central Nuclear. Oficialmente, o que se veicula é que o Estado brasileiro cogita a construção de mais Usinas Nucleares para produção de energia através do Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030). Itacuruba, por reunir condições de solo estável e oferta abundante de água, apresentar proximidade com as linhas de transmissão da CHESF e por estar localizada em região identificada entre os maiores consumidores de energia do Nordeste, como Recife, Salvador e Fortaleza, foi considerada cidade propícia para instalação de uma usina nuclear.

Nesse conjunto de intervenções para o progresso do desenvolvimento, quem sente os maiores efeitos são as comunidades tradicionais que estabelecem uma relação de pertencimento com o território e de existência junto aos recursos naturais afetados. Mas, para além de todas essas atuações já citadas que fazem parte da região como algo evidente, a situação que se apresentou em campo posteriormente não se exibiu de forma explícita. refiro-me aos processos minerários existentes em toda extensão de Itacuruba, expandindo para o Sertão de Itaparica. Apesar de permear de forma muito sutil a fala dos grupos tradicionais da região, são atividades que não trazem ainda um teor de relevância ou preocupação, principalmente pela ausência de informação sobre as operações estabelecidas por este empreendimento.

Durante o percurso pelas comunidades de Itacuruba, pude trilhar por caminhos que destacavam a incidência de diferentes formas minerais, porém seu uso ou destino eram totalmente desconhecidos pelas comunidades. Mesmo sem entendimento sobre seu funcionamento ou uso, não passava despercebida por quem se movimentava pelos territórios reivindicados por indígenas e quilombolas. Era palpável e flagrante todo o calcário que se extrai logo na entrada da cidade de Itacuruba, mas nada sabiam além da presença fixada ali desde a década de 1990. Eram flagrante também todas as pedras pequenas de mármore que cobriam o chão nas estradas que seguiam em direção à Aldeia do Povo Tuxá Campos, em Itacuruba. Trata-se de um campo minado, por cobrir grandes extensões do subsolo. A própria constituição da palavra Itacuruba provém do tupi *itakuruba*, que significa "grão de pedra, seixo", assim resultante da composição de *itá* (pedra) e *kuruba* (grão).

Vejo, então, Itacuruba como um abundante território mineral. As miudezas

ganham, nesse contexto amplo de mineração, um aspecto a ser levado em consideração pela possibilidade de uso como recurso de ganhos econômicos, e que, ao longo dos anos, tem apresentado grandes investidas em territórios considerados tradicionais. No decorrer das primeiras investigações em Itacuruba já intencionadas para coleta de dados sobre a mineração, senti-me desapontada pela completa carência de informação sobre essa atividade na cidade. Percebi que o campo precisava ser sucedido de outra maneira e que a referência não encontrada também significava algo para se analisar. Desta maneira, diferentes possibilidades de continuar o campo me foram apresentadas.

As investidas transitavam, agora, a partir de outros recursos em busca de fontes de informações. Sendo a mineração uma atividade conduzida para a extração do que existe no solo e subsolo, constitucionalmente, todos esses bens pertencem à União. Dessa forma, toda a informação que decorre sobre a existência dos minerais em território nacional passa a ser emitida por órgãos oficiais direcionados para o planejamento e gerenciamento desse setor. Segui em direção aos setores de banco de dados e parti para análises da mineração, principalmente por meio da Agência Nacional de Mineração – ANM, que dispõe de uma plataforma de dados com informações que cobrem as áreas de mineração em todo o território nacional. Há disponível para acesso a um banco de dados com base em programas para leituras georreferenciadas.

Para tanto, a minha condição de antropóloga, mas também geógrafa, me possibilitou acesso, leitura, coleta das informações e elaboração cartográfica de conteúdo sem grandes prejuízos. O acesso a dados georreferenciados e a produção de cartografias constituirão neste trabalho como uma possibilidade etnográfica por meio de mapeamentos que reforçam uma descrição através de informação georreferenciada que confronta os “territórios de desenvolvimento” com os territórios tradicionais no Sertão de Itaparica. Contudo, é notável o limite do acesso aos dados, pela determinação e condição de um saber direcionado para a coleta e o entendimento do que se está coletando. Minha principal fonte de pesquisa de dados sobre mineração passou a ser, muito em função da pandemia do Covid-19, pela internet, através do acesso às plataformas de banco de dados do governo federal ou estadual.

Quando me deparei com uma vastidão de conglomerados minerais⁸ espalhados por todo o território nacional, dentro e fora de territórios tradicionais, surpreendeu-me a completa ausência de informação sobre essas atividades, particularmente, nos territórios tradicionais. A mineração chega nesses territórios sem muitos alardes, porém, as dimensões

⁸ A dimensão mineral no país pode ser visualizada no mapa 03 apontado desta tese.

de tais extrações corroboram para uma ampla rede de articulação que não a isola dos outros empreendimentos aqui especificados. Há uma invisibilidade quanto ao que se pesquisa como fonte mineral, ao que se extrai e ao que se ganha com tudo isso. De forma bastante incisiva, empreendimentos como esses contribuem para que o discurso de desenvolvimento permaneça ativo e com planos de ampliação a custo de expropriação de cada vez mais terras.

Foi a partir daí que percebi que a mineração em Itacuruba por si só não explica muita coisa e não contempla a dimensão mineral que está sendo investida na região classificada como de desenvolvimento. O que se apresenta em Itacuruba com a extração de mármore e calcário transborda para a compreensão de um plano maior de mineração que se estrutura em toda a região do Sertão de Itaparica. De modo que precisei ampliar esse olhar para um caminho mineral que não obedece fronteiras, ele simplesmente se expande por rotas que possibilitem seu crescimento. São redes conectadas que camuflam processos dinâmicos de transações comerciais, ao mesmo tempo que intencionam uma visão “salvacionista” de suas atividades. As empresas que atuam em Itacuruba para atividade de pesquisa de minério de ferro, por exemplo, é a mesma que atua para extração de titânio na cidade vizinha, Floresta.

A partir desse eixo investigativo, senti que o curso da pesquisa alargava para o entendimento do que se propunha como desenvolvimento e como esse aspecto se transpunha para a compreensão da dinâmica do capital que colocava a região de Itaparica no centro da questão, mas não a contemplava de modo algum como parte de algo. O movimento da pesquisa passou a ser feito em direção também das empresas de mineração e dentro das empresas, quando passei a visualizar uma rede articulada de ações intersetoriais que movimentavam o setor para um mercado amplo e diversificado. Entrar na empresa não deve, nesse contexto, ser entendido de forma literal, afinal esta opção não esteve ao meu alcance. Contudo, o estudo em torno das estratégias de como as empresas buscam se apresentar e como querem ser reconhecidas, revela um propósito constante de engrandecimento em torno de suas próprias atividades. Muitas informações só foram possíveis de serem coletadas a partir do desafio de reunir dados em torno das redes sociais, *blogs* locais e por meio de páginas direcionadas ao mercado mineral brasileiro. Explico com mais profundidade esta questão ao longo da tese.

O sentimento de aleatoriedade das informações pairava sobre mim durante essas buscas via internet, até que as conexões entre Itacuruba, o Sertão de Itaparica, a mineração, os grandes projetos de desenvolvimento e os outros empreendimentos econômicos estabelecidos ao longo do rio São Francisco, se correlacionavam e se combinavam em torno

de uma ideia contínua de desenvolvimento. Os dados reforçavam o sentido de compartilhamento existente entre as diferentes investidas na região, sobretudo, a partir dos dados oficiais que não chegam aos povos e comunidades tradicionais atravessados por estes processos. Recordo que há em torno do discurso dos dados oficiais o que Bourdieu (2014) destaca ao afirmar que o Estado estabelece monopólio da violência física e simbólica legítima através do controle da informação e, assim, criam-se ideologias de controle de massa com empresas que passam a conduzir o jogo e tornar ações delituosas, em ações legitimadas.

A tese é permeada por uma etnografia que explicita o projeto falido de desenvolvimento vigente. Porém, ao longo das pesquisas de campo realizadas na agenda de pesquisa do LACC, os grupos não compartilhavam somente informações sobre os empreendimentos que chegavam, compartilhavam também os fatos que ficaram marcados em suas memórias sobre a vida que tinham e como hoje encaravam os prejuízos ampliados pelos processos de itinerâncias ao longo do rio. O rio São Francisco, no percurso das histórias que permeiam aqueles que vivem no Sertão, sempre foi condutor do fortalecimento dos povos que viviam e vivem em suas margens, pois, foi ao longo do seu curso, que, sem dúvida, o conjunto de fatores históricos, sociais e culturais foram estabelecidos. Esses grupos seguiam o fluxo do rio, pois era ali que se sentiam seguros, resguardados e pertencentes a algo.

Foi sempre ao longo do rio que as disputas se estabeleciam, seja do lado dos povos e comunidades tradicionais para reforçar seus laços de sociabilidades e solidariedades, seja do lado dos grandes projetos, pensados para essa região para exercer controle sobre os recursos naturais. As lembranças que carregavam tempos e territorialidades distintas, sem dúvida, foram atravessadas por conflitos internos e por conflitos que permeiam ações de grandes projetos de desenvolvimento. Contudo, a reinvenção de novas formas de pertencimentos foram condutoras para o fortalecimento dos laços de parentesco antes perdido e alianças construídas em meio aos diferentes conflitos existentes entre eles.

2.2 A disposição dos capítulos

Existe, na ordem dos capítulos aqui apresentados, uma coerência com a lógica que busco afirmar como argumento central desta tese. Ela obedece uma continuidade histórica de processos de desenvolvimento, fundamentada em uma linha do tempo que se apresenta intemporal. A divisão da tese em partes acontece para agrupar episódios similares que se

ajustam e que, no conjunto integral da obra, se combinam em uma conexão de ideias que evidenciam processos recorrentes de luta e de conflitos. Parto sempre de grupos tradicionais, ao mesmo tempo que destaco argumentos e estratégias para a legitimidade do discurso de desenvolvimento que se revela inevitável, oferecendo destaque para a estrutura alicerçada pelo setor público e, especialmente, pelo privado, para o crescimento econômico e fortalecimento do campo político.

A primeira parte da tese, intitulada “**Territórios tradicionais e o Descaso planejado**”, agrega dois capítulos e retoma o termo assinalado por Scott (2009) para reforçar processos de implementação de projetos de desenvolvimento na região de Itaparica que se expandiram em direção ao território de povos e comunidades tradicionais na década de 1980. Destaco ainda outros projetos que continuam a ser pensados a partir da mesma lógica de ampliação do desenvolvimento em territórios considerados vulneráveis e atrasados. Saliento a partir desses projetos de desenvolvimento, processos históricos e trajetórias feitas pelos povos e comunidades tradicionais como estratégias de luta política para garantir possibilidade de existência em seus territórios de pertencimento.

No primeiro capítulo “**Itinerâncias e pertencimentos dos povos e comunidades tradicionais do Sertão de Itaparica**” resalto os percursos dos povos e comunidades tradicionais, como esforço de valorizar a caminhada de grupos que estiveram sempre em condição de invisibilidade e de vulnerabilidade. Estabeleço ainda como linhas de pensamento, como o percurso estabelecido por eles estruturou um modo de vida e de pertencimento entre o rio São Francisco e o Sertão. E, mesmo diante de contextos de vida impostos por outros, sempre pertenceram a uma lógica de relação com a terra que não se baseia pelos mesmos princípios estabelecidos pelo grande capital, nem por grandes empreendimentos com atividades direcionadas aos seus territórios tradicionais.

Os caminhos que tais povos e comunidades tradicionais trilham em busca de autoafirmação e reconhecimento de seus territórios, se configuram em novos cenários que se aglutinam em um Sertão estigmatizado, construindo formas de resistências e lutas através do Polo Sindical que se fortaleceu ao longo dos anos no Sertão de Itaparica. Estes percursos podem ser percebidos a partir do mapa 01 denominado “**Itinerâncias e dinâmicas de mobilização no Sertão de Itaparica**” apontado neste item da tese, destacando os locais pelos quais as famílias, sobretudo, as estabelecidas na velha Itacuruba, foram se direcionando ao longo do processo de instalação da usina hidrelétrica. Seja em torno de projetos de agrovilas iniciados pelas CHESF, seja em direção de outras cidades localizadas ao longo do rio São Francisco.

Apesar de ter estabelecido uma pesquisa de campo centralizada inicialmente na cidade de Itacuruba, é inevitável que as conexões não sejam indicadas entre os diferentes grupos situados nas cidades vizinhas, posto que o processo de violação de território e negação de direitos passa a ser indicado pelos mesmos momentos históricos de implementação de projetos de desenvolvimento. Famílias inteiras foram separadas e agrupadas em projetos de moradia distante do rio e sem possibilidade de lidar com terra para garantir autonomia de sobrevivência. Mudaram-se as relações sociais que balizavam as estruturas sociais, políticas e culturais desses grupos, que tiveram que se reinventar em seus novos lugares de permanência.

Emprego aqui os trabalhos dos antropólogos e historiadores que realizaram pesquisas na região de Itaparica como base, para contar a história desses grupos. São povos indígenas e comunidades quilombolas espalhados entre as cidades de Itacuruba, Floresta, Carnaubeira da Penha, Petrolândia, Tacaratu e Belém de São Francisco, marcados por um passado comum de privações e violências, com feridas ainda abertas que, juntos, unem forças na tentativa de conter o avanço de empreendimentos econômicos sobre seus territórios. A mobilização de tais comunidades vêm evitando que a animosidade camuflada nos discursos salvacionistas de desenvolvimento no presente, ganhe forma e legitimidade e se amplie para processos constantes de intrusões atemporais.

No segundo capítulo integrante da primeira parte da tese, destaco análises em torno da perspectiva dos empreendimentos econômicos, sobre o que foi feito, seus efeitos e o que se planeja fazer do ponto de vista do desenvolvimento para uma região classificada com potencial para o desenvolvimento econômico. O capítulo apresenta como título “ **Sob a ótica do oponente, a reinvenção de imutáveis modelos de desenvolvimento e a contrapartida dos grupos sociais**” e ressalta os repertórios de confrontos e ações coletivas dos grupos afetados pelos conglomerados econômicos.

Volto no tempo para começar. Retomo os discursos de crescimento econômico e como em torno dessa abordagem, o capital se desloca e assume diferentes feições para se adaptar e não perder espaço de controle. Destacarei a partir desse ponto, os processos de divisão econômica em RDs- Regiões de Desenvolvimento, estabelecidas pelo estado de Pernambuco e como tais processos racionalizam formas de ocupação do território, através da mobilização de diferentes atividades para cada porção de terra, sobre o que se entendia por “sua vocação”, termo sublinhado por Acserald (2015) em seu “Guia de leitura de lutas por terra e território”. Sigo ainda fazendo uma análise em torno do conceito de região a partir do ponto de vista de Bourdieu (1989).

A implementação da barragem de Itaparica como possibilidade de desenvolvimento para a região surge com o discurso da mudança. O lema “Mudança para melhor”, divulgado pela CHESF, toma forma e se estabelece ainda na década de 1970 em meio à dúvida para aqueles que ali viviam, sobre a probabilidade de sua concretização. Contudo, já na década de 50, eram percebidas investidas sobre essa região do São Francisco para grandes projetos de desenvolvimento. Destaco nesse item os percursos dessa grande empreitada a partir de dados do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal entre as cidades afetadas pela construção da barragem, comparando o que de fato mudou em termos de desenvolvimento entendido pelo Estado. E como a construção desse modelo de desenvolvimento atingiu os grupos diferenciados, cujos dados de IDH e IDHM transformam as relações sociais em mercadoria.

A presença de um grande projeto de desenvolvimento é, na história desses grupos, retomado sempre como um fantasma quando se trata dos enfrentamentos e conflitos em defesa de seus territórios. Contudo, esses mesmos grupos vivem hoje o temor de uma ameaça que assume o sentido de um fantasma, que não se vê, mas existe e assombra simplesmente pela possibilidade de vir a ser. Ainda neste capítulo, destaco a possibilidade de implantação de uma Central Nuclear na cidade de Itacuruba, também carregada com discurso de desenvolvimento e de ganhos de *royalties* para o Estado de Pernambuco com a sua concretização. Aponto as dificuldades de acesso sobre as informações acerca da Usina Nuclear e os planos de desenvolvimento nuclear no país, idealizados a longo prazo pelo governo federal. Mas principalmente, acentuo a negação da existência dos povos e comunidades tradicionais localizados na área pretendida para sua implementação.

Embora tenha se estabelecido, desde a década de 1980, táticas de violações e recusa de direitos aos povos e comunidades de Itacuruba, sobretudo, com a instalação da barragem de Itaparica e hoje com a possibilidade da Central Nuclear, houve também ao longo desse tempo um segmento oposto de mobilização dos grupos sociais. Articulações e ações coletivas vêm se firmando e criando espaços de atuação, garantindo para esses povos e comunidades tradicionais mecanismos de resistência. Finalizo este capítulo apontando os repertórios confrontacionais organizados pelos povos e comunidades tradicionais nessa região como estratégia de sobrevivência, mas também de permanência em seus territórios.

É fato que a concretude de diferentes projetos de desenvolvimento em um mesmo lugar se torna tangível pela consideração de abandono e vazio que lhe são atribuídas. Na segunda parte da tese, que denomino “ **O argumento do vazio e a trama do capital mineral**”, inicio uma investida investigativa em torno dos arranjos estruturais existentes na

região de Itaparica e como foi sendo tecida a organização para o crescimento do setor mineral no território nacional, particularmente no estado de Pernambuco. Acompanhado desse enfoque, destaco a fabricação de espaços vazios, comumente associada aos Sertões, que justificam a implementação e expansão das fronteiras minerais em territórios reconhecidos como tradicionais .

No terceiro capítulo, de título “**O caminho da mineração**”, inicio essa trajetória da pesquisa que traz luz para uma temática muito discutida no campo das ciências humanas, sejam pelos grandes danos provocados, sejam pelas e tragédias ocorridas nos últimos anos em torno desses empreendimentos em comunidades que vivem à sua margem. Mesmo em lugares onde a mineração se exhibe visivelmente, pouco se sabe sobre os meios e os fins que estruturam os mecanismos dessa engrenagem. No estado de Pernambuco, o setor mineral não ganha ainda caráter de destaque nacional, exceto pela produção de gesso no Sertão do Araripe e de fosfato na Região Metropolitana de Recife - RMR. Mesmo assim, existe uma movimentação com rotas que podem ser percebidas a partir de um cartografia direcionada para o registro e análise dos dados minerais.

Faço uso de representação cartográfica para identificar a dimensão dos recursos minerais a nível nacional e me oriento pelas minúcias minerais presentes no estado de Pernambuco desde a década de 1960. Exploro a partir daqui os dados coletados por meio dos órgãos oficiais e trilho em direção ao Sertão de Itaparica, identificando os minerais que passaram a ser conhecidos por meio do recurso de informação georreferenciada. Essa região apresenta, em seu subsolo, uma rica matéria-prima mineral capaz de trazer grandes lucros para quem dispõe dos meios necessários para explorá-la. São minérios metálicos como ferro e titânio e não-metálicos, como mármore, calcário e quartizito, usados para fins industriais ou de revestimento e que ganham dentro do mercado mundial grande relevância comercial.

A grande questão nesse capítulo é destacar a abordagem investigativa em torno da mineração nessa porção do estado e acentuar que as fontes existentes não revelam ou identificam a dimensão da atividade mineral existente nesse lugar, especialmente em se tratando de áreas que envolvem territórios de povos e comunidades tradicionais. Após identificar as áreas conhecidas de mineração a partir dos dados oficiais, foi possível constatar que se trata de um campo minado, que se torna um campo invisível diante das pessoas que pertencem a esse território que nada sabem sobre essa atividade. Existem investidas silenciosas e, ao mesmo tempo, invasivas que caminham em direção aos territórios reivindicados como tradicionais, de grupos que já carregam nas costas uma dura história de enfrentamentos.

A cartografia demonstrada nesse capítulo traz a evidência da extensão do caráter mineral existente no país. No Sertão de Itaparica, as áreas de mineração, que se mostram tão evidentes e bem distribuídas nessa cartografia, revelam um campo desconhecido, grande parte ainda não explorado, mas presente e atuante nessa região há vários anos a partir de autorizações de pesquisas para futuros processos extrativos. Uma cartografia que demonstra bem os aspectos de vastidão da mineração e a anulação dos processos sociais estabelecidos nas áreas destacadas. Há, sem dúvida, entre os emaranhados dessa questão, um caminho a se trilhar para se alcançar os dados necessários para seu entendimento e dimensão. Mas há, sobretudo, o interesse em evidenciar o que costumeiramente é ignorado: os povos e as comunidades tradicionais que vivem nesse território, especialmente porque existe uma narrativa recorrente para estabelecer esses processos de invisibilidades.

Nesse sentido, destaco os mecanismos de invisibilidades alicerçados a partir da dinâmica do capital estabelecida no setor mineral no quarto capítulo, **“No labirinto do capital mineral”**. Intitulado de “labirinto” pela dificuldade de acesso às informações no local e pela necessidade de se estabelecer conexões sem possibilidades de outros caminhos para se seguir. Através desse único caminho, desenvolvo registros em torno de uma antropologia do desenvolvimento e da economia. Para isso, faço uso dos escritos do economista Ladislau Dowbor que aborda com clareza aspectos do grande capital nos diferentes setores do mercado mundial. Sob a perspectiva do capital, persistem os efeitos danosos e desfavoráveis sobre grupos que estão à sua margem, em locais, ao qual a vulnerabilidade econômica e social, tornam-se suas maiores facetas de representatividade posicionada a partir do controle do outro.

O destaque é dado à dinâmica do capital, sobretudo, para o sentido atribuído ao conceito de capital, conceito que agrega não somente o dinheiro na forma física como o conhecemos, mas os seus investimentos, estoques e bens aplicados para gerar riqueza para grandes corporações. Parte do entendimento desse conceito, se concretiza pela argumentação de Dowbor (2017) sobre o capital improdutivo, ou seja, sobre o capital que não demanda circulação, posto que esse mesmo capital não circula. Contudo, esse “grande capital” dinâmico, que muitas vezes não sabemos do que se trata exatamente e onde está inserido, é entendido aqui nessa pesquisa como algo que está em todo lugar, impregnado em nosso cotidiano, e mesmo assim, nem paramos para pensar como funciona e o que temos a ver com tudo isso.

Entender o grande capital é entender, sobretudo, os caminhos que ele percorre para chegar às grandes corporações até concluir seu curso final. É, sobretudo, saber como se

organizam, quem toma as decisões e com que legitimidade elas são incorporadas em nossa forma de conceber o desenvolvimento econômico, e como essas formas de organização perpassam pelas ações do Estado para se consolidarem em determinadas regiões no país.

Destaco ainda nesse capítulo, uma discussão em torno das perspectivas globais e locais associadas ao mercado de investimentos internos ou externos. Acentuo a possibilidade de visibilizar o cenário que transborda de uma dinâmica global, destacada aqui a partir da lógica do capital, para conexões locais, assumindo arranjos que são particulares no ramo do mercado de investimentos. Na região do Sertão de Itaparica, os fluxos de mineração chegam com força total a partir da inserção de mineradoras com investimentos pernambucanos para a extração do titânio, cujos investimentos associados a esses investidores não se limitam ao campo da mineração. Eles se expandem para outras atividades dentro e fora do estado de Pernambuco, particularmente, no setor de bebidas e energia renovável. Cria-se, portanto, um grupo corporativo de operações econômicas com as mesmas narrativas de desenvolvimento para a região.

Há no caso da mineração em Itacuruba, uma ação “invisível”, contudo presente, e que gera riqueza. A política que versa em torno das ações de grandes empresas está imbuída de algo que transcende o entendimento dos efeitos locais a partir da entrada de empresas de caráter filial. Mas não dá pra entender a economia de hoje com as lentes do século passado. Dowlor (2017) enfatiza que a escala, a organização e profundidade são outras. As fronteiras são outras. É a lógica das finanças globalizadas que delimitam o território. A estrutura de poder muda conforme muda quem comanda os recursos econômicos. As pessoas que permeiam através do jogo político estão, na verdade, à margem dos benefícios prometidos por esta forma de economia, pois à medida que o capital se consolida, há menos ganhos para a população para que outros setores possam ganhar.

No quinto e último capítulo, trago o arremate da pesquisa a partir de uma análise em torno da formação política existente no setor mineral. O capítulo denomina-se “**A dinâmica da formação política na mineração**” e traz como vertente de discussão o Estado e suas ações em torno do discurso do desenvolvimento, a constituição de uma nova política e controle de informações. Tais vias de investigações convergem para o avanço do grande capital e dos mecanismos de controle dos dados que possibilitam essas transações. Partirei inicialmente de uma discussão que agregue o político e o econômico em um mesmo plano, destacando a lógica de desenvolvimento entendida pelo Estado e como são construídas as políticas que colaboram para uma questão geopolítica com princípios neoliberais.

A mineração na região de Itaparica funciona sem muita evidência e suas ações não

provocam, aparentemente, atenção. De forma que foi um processo desafiador realizar conexões entre as informações encontradas na região de algo não tão palpável. Os dados não são raros, pelo contrário, há uma vasta informação acerca dos processos que possibilitam a extração, quem extrai e quem são as grandes empresas por trás dessas negociações. A grande problemática se dá quando essas informações surgem sem conexão entre si, como quebra-cabeça que precisa ser decifrado para ser compreendido. A forma de acesso também não é simples. Requer que o pesquisador disponha de conhecimento sobre outros programas de acesso a dados cartográficos e estatísticos para alcançar a informação desejada.

Compartilho então, uma discussão em torno das lógicas pensadas pelo Estado para compor dados que façam referência à população e ao desenvolvimento. Porém, o controle dos dados e movimentações institucionais perpassam pelo controle estabelecido por grandes empresas dentro da estrutura do Estado. As empresas passam a ter tecnologia para também produzir dados que compõem uma lógica de desenvolvimento, como uma estrutura organizacional intersetorial, configuradas em uma “*concertação política*” instituída pelo Estado (POMPÉIA, 2018). Existem aspectos centrais da nossa história que refletem nos circuitos do capital mundializado, como espaço de disputa hegemônica e rupturas não consolidadas que, com discurso oficial de modernização, reproduzem uma espécie de hibridização da extrema modernização capitalista com a tradição do patrimonialismo e do colonialismo. Este mecanismo de poder promove diferenciação socioespacial que é reflexo de uma força de mercado e do Estado e que pode ser percebida facilmente no tempo e no espaço em discussões antropológicas.

A antropologia precisa estar atenta a essas novas abordagens que não fogem a nosso contexto atual de representação sócio-política-econômica. É necessário, como observa Mbembe (2020), recusar teorias totalizantes e reconhecer a multiplicidade dos mundos e das formas de vida e perceber que há formas de saber distintas do saber científico. É necessário voltar-se aos binarismos, universalidade/singularidade, moderno/histórico, comando/obediência com análise crítica para desconstruir e reavaliar como podemos compreender as relações de poder, sobretudo, que convergem para uma discurso de desenvolvimento, em perspectivas que ultrapassam a história. Estamos diante de uma coalizão de interesses que objetiva limitar os direitos territoriais e sociais reconhecidos para a ampliação de uma rede de controle do capital.

Concluo, percebendo os rumos e caminhos que os grupos sociais podem assumir diante das investidas seguidas em seus territórios e como passam a criar estratégias para lidar com medidas coercitivas adotadas pelo Estado para combater os obstáculos que surgem

no decorrer de suas ações. Essas manifestações são promovidas por grupos, movimentos e organizações sociais que, de forma incisiva, reivindicam formas de se manter no território. Nesse sentido, não dá para pensar as relações econômicas, especialmente quando partimos de um lugar tão distante e estigmatizado quanto Itacuruba ou o Sertão de Itaparica, apenas por um viés simplista de efeitos de países colonizadores/globais em países colonizados/locais ou ainda entender o antes e o depois da Barragem de Itaparica.

Pensar o tempo, aliás, é compreender que foram geradas, ao longo desse percurso, diferentes formas sociais complexas, que obedecem a lógicas locais e internacionais, e que repercutem até hoje na forma como as pessoas levam suas vidas, mediante grandes empreendimentos instalados em seus lugares de existência.

2.3 Conduções metodológicas

Sempre pensei que a prática do fazer antropológico não é elaborada a partir de modelos e sempre foi permeada por outros arranjos que fogem da sensação de controle. Controle esse que pensamos ter, através dos imprevistos e improvisos que se fazem presentes durante essa etapa do trabalho antropológico. James Clifford (1997), em seus escritos, nos convida a pensar o trabalho de campo e a prática antropológica dessencializando-a. Assim o fiz. Minha pesquisa foi elaborada a partir de três campos que se entrecruzam: o das empresas, do Estado (representado pelas instituições) e das comunidades tradicionais presentes no Sertão de Itaparica.

Por períodos curtos, realizei intensos trabalhos de campo a partir das oficinas de mapas que estavam sendo realizadas em conjunto com outros pesquisadores para o “Projeto Brasil Central”, do qual fiz parte, em colaboração com as comunidades tradicionais da região de Itaparica. Esse foi o primeiro contato com as pessoas desta região, e pude, na medida do possível, perceber como se davam as relações entre eles e o contexto sociopolítico ao qual se inseriam.

Passei a conhecer a história deles, observar como se dava a dinâmica em torno da economia em Itacuruba e sua relação com as cidades mais próximas. Foram muitas idas a campo acompanhada de uma equipe de pesquisa, com base em muita observação e percepção de como as relações estavam sendo construídas. A partir do depoimento das pessoas que se fizeram presentes e do processo de construção das oficinas de mapas, converti esse momento em uma possibilidade de coleta de dados para compor a pesquisa

desta tese.

Em períodos posteriores, pude realizar viagens em torno do que me instigava a investigar. A coleta de dados começou por Floresta, cidade vizinha a Itacuruba. A história dessas duas cidades se entrelaça, e muito do que se pode saber sobre o contexto histórico de formação de Itacuruba pode ser encontrado na biblioteca da cidade de Floresta. Na Biblioteca Municipal de Floresta busquei pela história, pelos grupos sociais que ali viviam. Encontro, na maioria dos documentos, livros escritos pela família Ferraz⁹ e que não podiam sair do interior da biblioteca.

Segundo a bibliotecária, os livros eram raros e simbolizavam um tesouro para a cidade. Os livros datam dos anos 1957 e carregam em seu corpo de informações, relatos dos processos de povoamentos e criação das primeiras fazendas. Além das fazendas, os livros destacam, de forma bastante rasa, a questão étnica na região. Noções como “espécimes” e “primitivo” são descritos para exprimir a presença dos indígenas; sobre os negros, a negação da escravidão presente nos livros, conduz para um processo de romantização do trabalho forçado realizado nas fazendas (FERRAZ, 1957).

Ainda em Floresta, visitei secretarias de planejamento, desenvolvimento social, da mulher, educação e cultura na prefeitura de Floresta – pois a cidade exerce grande influência sobre as cidades próximas no oferecimento de serviços públicos ou privados - na intenção de obter informações sobre a dinâmica econômica na cidade e sobre a condição de visibilidade dada aos grupos sociais presentes na região. Fui recebida por assistentes na secretaria da mulher que, dispostas a contribuir, me permitiram realizar curtas entrevistas sobre os projetos realizados pela secretaria.

Nas outras secretarias, o cenário mostrou-se bem diferente e a disponibilidade dos funcionários era inexistente. Apesar da cidade não apresentar um direcionamento para a visibilização dos grupos sociais – indígenas ou quilombolas - em suas agendas municipais, existe na cidade o Instituto Cultural Raízes, que direciona suas atividades para a valorização da cultura negra e também indígena na cidade. Oficina de instrumentos e dança são oferecidos e existe presença marcante dos quilombolas daquela cidade nesse projeto social.

Avanço para Itacuruba e, com uma dinâmica que é particular ao ritmo da cidade, não consegui me aproximar das secretarias municipais de forma presencial. Contudo, através das redes virtuais, tive acesso aos planos de governo e, neles, há a intenção de colocar os

⁹ Há nessa região um histórico de rivalidade entre as famílias de sobrenome Ferraz e Novaes que atravessa gerações. As disputas em torno dos poderes locais tem gerado ao longo dos anos, uma série de assassinatos entre as famílias e consequências que são sentidas até os dias de hoje nas relações estabelecidas na região.

povos indígenas e quilombolas dentro das possibilidades de execução de ações do governo municipal. O campo se dá de forma mais consistente a partir da entrada com os povos e comunidades tradicionais da cidade, sobretudo, com os Tuxá Campos. A maior parte da pesquisa foi realizada em companhia de Evani Campos Tuxá, Cacique do Povo Tuxá Campos. Não que fosse minha intenção realizar algum tipo de técnica etnográfica voltada para o *shadowing*¹⁰, mas as entradas para um contato próximo com outras lideranças ou pessoas disponíveis para a pesquisa não se deu de maneira fluida. Esse também foi um ponto interessante que permitiu perceber a configuração política que permeava os grupos étnicos em Itacuruba.

Durante os períodos de campo, andei por toda a cidade em companhia de André, meu companheiro. Percebi, a partir do cotidiano das pessoas, como a cidade se organizava, os pequenos comércios existentes, os pontos de cultura, quais alimentos estavam acessíveis para alimentação, as áreas de lazer e os pontos de educação e saúde. Tudo isso é perceptível. Percebi ainda, a partir dessas caminhadas, como o caráter de cidade pequena oferece um sentimento de proximidade entre as pessoas e até mesmo de uma calma harmoniosa.

Mas se, por um lado, a calma da cidade pode significar uma aparente tranquilidade, por outro, significa a impossibilidade de se apresentar de outra maneira. O caráter de isolamento e as condições de vida se tornam mais desafiadoras pela limitação das possibilidades, sobretudo, para se conseguir empregos considerados formais e permanentes. Os cargos na prefeitura, as pensões e o recurso federal destinado aos projetos sociais, acabam se tornando as únicas fontes de renda para a maioria dos itacurubenses.

Essa questão me foi apresentada principalmente a partir de entrevistas que pude realizar entre poucas pessoas de Itacuruba. A maioria, eram de indígenas Tuxá Campos. Entrevistei os mais antigos e também os mais jovens, porque penso que cada grupo etário, entende sua realidade a partir do tempo que vive e do tempo que se viveu. Porém, em Itacuruba, a memória do passado de duras transformações (de questões que se refletem no presente) se faz contemporânea mesmo naqueles que não viveram na época do deslocamento da cidade para longe do rio São Francisco. De forma que, a maneira como eles enxergavam Itacuruba e suas possibilidades partiam de um mesmo lugar de memória.

Durante as entrevistas, que tinham um caráter semiestruturado, não me foi

¹⁰Esta técnica etnográfica, destacada nos escritos de (CZARNIAWSKA, 2007; WOLCOTT, 1973), baseia-se num *locus* específico sobre um sujeito, que é “seguido” como uma sombra durante suas atividades cotidianas. (GRIMALDI, 2019)

permitido por algumas pessoas, que colaboraram com minha pesquisa, o uso de gravadores ou câmeras. A partir desse desconforto inicial que foi percebido, não me senti à vontade para usar gravadores e câmeras em outras entrevistas e passei a usar apenas meu caderno de anotações. Em algumas entrevistas realizadas na Aldeia Tuxá Campos, nem o caderno de anotações me pareceu apropriado fazer uso, pois a configuração que as entrevistas tinham, sobretudo na Aldeia, ganhavam um caráter de roda de conversa de vizinhos que eu não poderia romper com anotações e perguntas que poderiam se assemelhar a um interrogatório. Essa possibilidade de coleta de dados foi acrescida pela oportunidade de uso das entrevistas e depoimentos produzidos em coletividade durante as oficinas de mapas com grupos sociais desta região de pesquisa.

Fizeram-se presentes nos primeiros encontros para realização da oficina, os povos e comunidades tradicionais de Itacuruba, representantes da Diocese de Floresta, do IF-Sertão (Instituto Federal) e ONG Provida. Este era o cenário de representação coletiva que possibilitava a visualização do contexto de parcerias e colaborações diante das situações de conflitos existentes na região. As falas eram livres, não tinham um roteiro preestabelecido, mas existia uma temática que precisava ser abordada durante a oficina: a instalação da Central Nuclear na região. Os registros feitos foram gravados com a autorização de todos que se fizeram presente na oficina.

Apesar da abordagem sobre a implementação da Usina Nuclear permear a fala das lideranças dos grupos tradicionais de Itacuruba, minha busca por dados não poderia fugir do meu problema central. E aqui reproduzo a problemática destacada no resumo desta tese, que é “compreender como o mecanismo do capital mineral constrói espaços invisibilizados e arranjos atemporais de desenvolvimento, alterando estruturas socioculturais e econômicas de povos e comunidades tradicionais no Sertão de Itaparica”. Compreendendo ainda como funciona o mecanismo do capital mineral na região associado a outros produtos, a partir de ações facilitadas pelo Estado.

Diante da conjuntura que se apresentava, pouco era o conhecimento da maioria das pessoas de Itacuruba sobre as questões econômicas que se expandiram na região em torno da mineração, que parecia não existir. A única questão mais evidente para eles era da falta, da ausência – que é um caráter de atribuição do outro – provocada por grandes projetos de desenvolvimento e por empreendimentos econômicos, impossibilitando a condição de uma vida melhor, especialmente para povos e comunidades tradicionais que estão em um processo de luta em torno do reconhecimento de seus territórios.

A existência de outros empreendimentos na região tornaria cada vez mais difícil a

permanência dos povos e comunidades em suas terras consideradas tradicionais porque a lógica de desenvolvimento e o entendimento sobre o território eram completamente diferentes. Tal lógica impõe a ampliação de uma dinâmica capitalista que coloca à margem da questão aqueles que pensam o desenvolvimento a partir de outras lentes. Mas a ausência de informação continuaria sendo, para eles, a maior barreira para lidar com o inimigo que não se podia ver, e , para mim, restaria seguir por um caminho diferente do seguido até agora.

Esse outro caminho que precisei seguir, direcionou-me em torno de outros conhecimentos sobre os empreendimentos econômicos ligados à atividade de mineral existente na cidade de Itacuruba, e que não estavam dissociados das relações que eram estabelecidas nas cidades próximas no Sertão de Itaparica. Os trabalhos acadêmicos sobre os minérios na região eram escassos e quase não encontrei trabalhos que voltavam sua atenção para Itacuruba.

Nos trabalhos acadêmicos encontrados, muito se falava sobre a Barragem de Itaparica e a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga e, hoje, sobre a possível instalação da Central Nuclear. Mas, nada se encontra sobre a atividade mineral na região, porque essa ainda não é vista com grande amplitude em trabalhos acadêmicos. E quando há, não representa magnitude relevante para ser considerada como objeto de estudo. Contudo, a vasta pesquisa realizada por antropólogos, geógrafos, sociólogos e ambientalistas direcionada à mineração em outros lugares no país, contribuíram para a compreensão da inserção da mineração que se apresentava na região de Itaparica, a partir dos dados que pude encontrar.

Durante minha passagem por Itacuruba, observei alguns locais de extração de minério e lugares que foram realizadas pesquisas para conhecimento de minérios. Informações soltas e incompletas, era o máximo que eu conseguia saber sobre elas *in locus*. Conhecer o nome das empresas era o ponto inicial para adentrar nesse outro caminho no campo de pesquisa. Obviamente eu não teria essa resposta entrevistando gerentes ou empresários dispostos a dizer como funcionam suas atividades em lugares considerados “decadentes e vazios”. O caminho que resolvi fazer, parte das análises das informações que as próprias empresas disponibilizam em suas páginas virtuais (quando elas existem) e das informações encontradas a partir das mídias de notícias gerenciadas pelas empresas minerais através de revistas ou *blogs* direcionadas à divulgação de atividades promovidas pelo setor.

Utilizei ainda uma terceira direção investigativa que se voltou, principalmente, para a coleta de dados em instituições ligadas ao entendimento da economia e de como o

Estado atua em regiões consideradas como de “desenvolvimento” a partir da legislação específica da mineração e ambiental. Nesse ponto, muitas informações se encontram e se complementam quando se passa a conhecer o nome da empresa e quais os caminhos percorridos dentro de uma lógica de reconhecimento das instituições para concessão jurídica, para estabelecer suas atividades. Uma busca em torno de informações nas instituições ou organizações, privadas ou públicas começou a ser estruturada.

Fui elencando categorias de busca para organizar as informações que se direcionaram para a questão mineral, econômica, social e de meio ambiente. Nesse sentido, as buscas de dados sobre atividades econômicas foram feitas a partir do que se apresentava nos órgãos públicos: DIPER - Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, CONDEPE – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, JUCEPE, APEXBrasil - Agência Brasileira de promoção de exportações e investimentos, IBGE; sobre recursos naturais e meio ambiente como: CPRH – Agência Estadual de Meio ambiente, IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, ISA- Instituto Socioambiental; e diretamente ligadas às questões de mineração a nível federal e privado como: CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração, ANM – Agência Nacional de Mineração, MME – Ministério de Minas e Energia, CNAE- Classificação econômica de atividades econômicas, e associações empresariais, além de movimentos sociais articulados com questão mineral como MAM – Movimento pela Soberania Popular da Mineração.

Os campos de investigação destacados acima tiveram um caráter de coleta de dados similar e que pude ter na tecnologia da internet um apoio necessário para acessar informações que jamais seriam encontradas em Itacuruba. O retorno ao campo tornou-se inviável em função da pandemia do Covid-19, sobretudo, porque deixou mais visível o descaso promovido pelo Governo Brasileiro com relação às populações mais vulneráveis como os povos e comunidades tradicionais. Com o agravamento das desestruturações de saúde, da educação e de manutenção da vida, os povos começam a fechar suas fronteiras não somente para a contenção e disseminação do novo vírus, mas também para reafirmar suas identidades e inibir a entrada de invasores em seus territórios.

Mais abertos ao diálogo e mais firmes a uma conjunção de ideais que reforçam suas lutas, os povos e comunidades tradicionais praticam ao longo dessa pandemia diversas discussões que demonstram que a luta não parou. Percebi, a partir dessa possibilidade, oportunidade de acessar também essas pessoas e identificar questões que são comuns a outros povos e comunidades tradicionais da região de Itaparica. Entendo que o trabalho de

campo não é intrínseco à antropologia, mas continua sendo uma marca de distinção da antropologia. Portanto, o ir a campo não é apenas deslocar-se de casa para fora, mas o *habitus* do antropólogo, como bem destaca James Clifford (CLIFFORD, 1997).

Porém, a grande problemática de se realizar pesquisa a partir da internet, diz respeito ao que constituiu sua abordagem empírica, pois demanda abordagens metodológicas eficientes, sem que se perca com isso o devido rigor científico. Apesar da importância do recurso tecnológico utilizado, não chego a afirmar que optei por uma metodologia com base numa netnografia (KOZINETS, 2014) ou etnografia digital (HINE, 2004). Trata-se, antes de tudo, de uma etnografia documental, “uma análise de documentos que se apresentam a partir de processos comunicativos, que analisados por meio de uma abordagem performativa, revelam aspectos de um repertório simbólico socialmente compartilhado” (PEIRANO, 2006, p.25).

Numa outra direção de pesquisadores que fazem uso de mídias sociais para se comunicar ou para investigar como o uso da internet tem impactado a vida das pessoas, prefiro falar de como esse recurso, em tempos de pandemia, se tornou o único recurso que pude dispor para acessar as pessoas e os lugares necessários, mesmo que virtualmente, para a construção da pesquisa.

Os programas exibidos em tempo real pela internet, as chamadas *Lives*, tornaram-se uma oportunidade de contato rápido entre as pessoas pela possibilidade de aproximação entre grupos, movimentos sociais e lideranças de diferentes lugares em um único espaço. A possibilidade de agregar pessoas virtualmente se apresentou como uma grande estratégia de fortalecimento de movimentos sociais para encontrar saídas em torno da continuidade de suas ações a partir de suas demandas. As lideranças do Sertão de Itaparica se inserem nesse contexto de organização e ampliam suas redes pela viabilidade de comunicação, ocupando também esses espaços virtuais.

Para mim, particularmente, a perspectiva de acompanhar discussões a partir de minha casa representou, por um lado, uma vantagem de acesso à informação. Contudo, por outro, percebi suas limitações. A proximidade que gera confiança nos trabalhos de campo a partir do contato direto, se perde nesse incursão. Os laços de proximidade, de confiabilidade e de intimidade não podem ser estabelecidos e parte do encanto que configura a prática do fazer antropológico também se perde, pois a própria escrita etnográfica se faz por meio de subjetividades.

Mesmo nessa conjuntura, é preciso que haja *feedback* entre pesquisador e pesquisado. Melhor dizendo, entre colaboradores de um processo de pesquisa, do qual a

ética tem lugar prevaente, principalmente por haver, dentro da pesquisa colaborativa, um objetivo de desenvolver relacionamentos recíprocos que permitem que tais pesquisas sejam realizadas, discutidas, revisadas e avaliadas através de um processo contínuo de consulta e colaboração. É preciso que haja o que Fluehr-Lobban (2008) denomina de “consentimento informado”. Não como nos termos formais de apresentação de formulários unilaterais que mais protegem o pesquisador do que o pesquisado, enfatizando as relações de poder desiguais e os privilégios contraditórios do etnógrafo no trabalho no campo, mas no sentido de fazer o retorno necessário e ético da pesquisa para aqueles que nela estão envolvidos.

Isso é refletido na escolha do grupo e na forma como se vê o outro envolvido. O outro, que corrobora com a pesquisa, não é apenas alguém que fornece informações, não se trata apenas de um informante, ele é, antes de tudo, um parceiro da pesquisa (FLUEHR-LOBBAN, 2008). Quando se entende esse outro como um colaborador, há um entendimento de que a pesquisa requer uma condição de equidade. E quando há equidade na pesquisa, se rompe com modelos hierárquicos metodológicos impostos à antropologia, principalmente quando se trata desse tipo de pesquisa.

Sardan (1995) faz um reforço sobre essa análise, destacando que ambos estão sujeitos à observação. O pesquisador precisa entender que ele mesmo está envolvido em múltiplas interações em campo. Ele não é uma testemunha, mas um elemento imerso em relações sociais verbais e não verbais existentes no campo, portanto, ele é também um colaborador. E mesmo quando esse campo se revela a partir do virtual, apesar do distanciamento físico, também estamos sendo observados a partir da atuação e presença nesses espaços que também se refletem como espaços de disputa no campo acadêmico.

O risco maior está na escolha desse colaborador como alguém único e privilegiado. Dentro de uma pesquisa antropológica isso é um problema porque pode soar como uma estratégia preguiçosa de coleta de dados, pois usando os termos de Sardan (1995), se pressupõe que essa pessoa seja munida de um repositório de uma cultura inteira, ou seja, é ainda um ponto de vista culturalista da questão. Contudo, quando penso nas dimensões que minha pesquisa conseguiu acompanhar durante o campo *in locus* e a falta de possibilidade de acesso a outros grupos étnicos existentes em Itacuruba, vi na possibilidade de acompanhamento dessas *lives* a oportunidade de acessar outras lideranças e outros grupos que não tive a oportunidade de acompanhar durante os campos realizados em Itacuruba. Assumi a importância dessa objetividade na pesquisa, e mesmo que as *lives* não fossem direcionadas para a demanda que eu almejava como, foi possível contemplá-las no conjunto de dados a ser analisado. Em se tratando das empresas e das instituições do governo,

busquei organizar as formas de acesso às informações e, para isso, precisei entender como funcionava a coleta de dados a partir desses órgãos. Parti, inicialmente, pelo conhecimento que as comunidades tinham dos empreendimentos que, mesmo sendo era escasso, era a possibilidade de um início; e segundo. direcionei-me às empresas que realizavam tais atividades econômicas em torno da mineração em Itacuruba, empresas essas de pequeno porte – EPP e microempresas – ME, que não apresentam uma rede de divulgação de suas atividades a partir de uma página na internet, mas estavam relacionadas a outras empresas.

O fio condutor para seguir em frente com a pesquisa se deu a partir das conexões que pude estabelecer entre os empreendimentos menores e as grandes empresas que, aparentemente, pareciam não se relacionar em nada. As informações que me direcionaram para o entendimento do rendimento das empresas e sobre o destino da produção extraídas se deu a partir de buscas por relatórios de rendimento e de atividades realizadas pela APEXBrasil - Agência Brasileira de promoção de exportações e investimentos e pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Busquei dados a partir do que a empresa produzia e de quanto era de fato revertido para o desenvolvimento de Itacuruba. No IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração, o acesso às páginas dos sindicatos dos empresários da área de mineração, também se tornou um caminho viável para entender a dinâmica entre os diferentes minerais extraídos e a relação entre as empresas mineradoras dentro e fora do Estado de Pernambuco.

A procura por informação se dava por buscas de palavras-chave na internet. Lançar palavras soltas em sites de buscas provoca, inevitavelmente, uma enxurrada de documentos que, na maioria das vezes, não apresentavam qualquer relação com o que eu procurava. Com o recurso de filtros, antes mesmo do período de isolamento social, iniciei minha busca a partir dos sites de órgãos oficiais, como DIPER, CONDEPE – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, JUCEPE, CPRH – Agência Estadual de Meio ambiente, IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, ANM e CPRM. Isso ocorreu pela dificuldade de acesso às pessoas que trabalhavam nestas instituições, pois o recebimento da proposta de contribuição para uma pesquisa científica era bem vindo.

A falta de vontade e o receio em fornecer informação partem de um lugar estratégico de controle de conhecimento inserido nessas agências. Apesar do governo federal instituir uma política de transparência quanto às atividades executadas e os gastos para os cofres públicos, por meio do Portal da Transparência¹¹, há um limite no

¹¹ Lançado pela Controladoria-Geral da União (CGU), em 2004, o Portal da Transparência do Governo Federal

entendimento das informações ofertadas, pois essas se apresentam por uma linguagem truncada de orçamentos, licitações e contratos acessados. Por mais oficial que possa se apresentar o dado, ele nem sempre reflete a realidade da situação apresentada para as pessoas.

Mesmo que a impossibilidade de conexão e de proximidade com alguns setores e pessoas, tenham, de certa maneira, impedido a formação de um corpo mais denso de pesquisa antropológica, há nessa possibilidade de afastamento, uma abertura de acesso aos movimentos sociais e ONGs - organizações não governamentais para o compartilhamento de informação que favoreçam a luta dos povos e comunidades tradicionais nesse momento de total vulnerabilidade. A necessidade de informar as pessoas se tornou uma prioridade para os movimentos sociais engajados em permanecer na ativa, mesmo sem contato físico.

Para minha pesquisa, vi a possibilidade do acompanhamento aproximado com o MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, a partir de suas *lives* realizadas semanalmente. Eram espaços de discussão com temáticas específicas e vinculadas à exploração mineral com a participação de representantes e parceiros do MAM em todo o país. Em tempos não pandêmicos, tais eventos teriam uma agenda de participação presencial, impossibilitando minha participação e acesso às informações nesses seminários realizados em todo o país.

Partir também do conhecimento que os movimentos dispõem, e mesmo, no caso da mineração em Pernambuco, na ausência desse conhecimento, tem sido um grande desafio e ao mesmo tempo fonte de reflexão. As análises realizadas por meio de documentos oficiais, de relatórios não finalizados ou enfatizados para questões superficiais de dados numéricos, não refletiam a realidade e as necessidades da cidade e, tampouco, refletiam as demandas que são particulares aos povos e comunidades tradicionais. Os empreendimentos econômicos e os grandes projetos de desenvolvimento presentes nessa região, não alcançam uma compreensão nítida se não forem colocados em uma dinâmica que permita visualizar as informações.

Para isso, penso que a inserção de uma cartografia da dinâmica do capital envolvida na mineração é de total relevância para sua compreensão. Cada mapa é um caso particular do possível e torna o mundo mais próximo da realidade, com perspectiva de se refletir sobre os universalismos que são criados (ACEVEDO,2013).

é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informação de como o dinheiro público está sendo utilizado e seu alcance a partir das esferas federais, estaduais e municipais. <https://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>

Mesmo não se tratando de um recurso estritamente antropológico, a antropologia tem feito ao longo dos últimos anos uso de recursos cartográficos como forma de contextualizar e explicitar descrições etnográficas em distintos campos de pesquisa. Trata-se de um instrumento de caráter metodológico que se insere em uma “nova descrição” etnográfica, que se dá em torno de mecanismos coletivos e permeiam pelo fortalecimento do processo de pesquisa entre as partes envolvidas.

Alguns desses trabalhos baseiam-se na perspectiva de representações cartográficas elaboradas pelas próprias comunidades como complementares ao trabalho etnográfico, oferecendo instrumentos que expressem suas realidades e experiências humanas a partir de um olhar diferenciado. É, sobretudo, um recurso de aprofundamento de uma perspectiva etnográfica que deve ser compreendida por diferentes contextos e práticas sociais que conferem sentido para o trabalho do antropólogo.

A cartografia como recurso da etnografia sofre um deslocamento. Sem deixar de lado o rigor de cada informação ao mapa é a “cartografia social”, que criticando o geografismo e também o biologismo, relativiza a rigidez e a glaciação de procedimentos que colocaram os esforços analíticos na camisa de força dos manuais de antropologia. Aqui é que a “nova descrição” se colocaria, distante do empirismo, da repetição e da monotonia dos “explicadores”, abrindo campo para uma criatividade descritiva. (ALMEIDA, 2013.p.172)

Portanto, para esses escritos resolvi inserir como parte do processo metodológico, mapas que expressam diferentes formas de realidades que não são evidenciadas em mapas considerados oficiais. Os mapas classificados como oficiais não colocam em evidência povos e comunidades tradicionais existentes em regiões onde o discurso do desenvolvimento é permanente. E onde há, no reforço da construção de “ espaço vazio”, o reflexo da possibilidade do apagamento das pessoas e das situações de conflitos presentes.

Para essa pesquisa, elaborei a partir do software de serviços de sistema de informação georreferenciada - mapas diferenciados da região, considerando dois momentos distintos: autcartografia realizada a partir da oficina de mapas ocorrida com povos e comunidades tradicionais da região de Itaparica e mapas elaborados a partir das minhas análises com dados oficiais, em contraste com a proposta de desenvolvimento, dos depoimentos das pessoas entrevistadas e da rede de relação estabelecida em torno do capital mineral. Mais do que uma representação de suas linhas, pontos e polígonos, as cartografias aqui apresentadas demonstram que a técnica pode ser construída social e coletivamente.

O primeiro momento de construção cartográfica se deu durante as oficinas de mapas organizadas pelo LACC. Nas oficinas, materiais cartográficos com bases de dados pré-estabelecidas foram impressos e usados pelas comunidades para que, a partir deles,

pudessem reelaborar suas representações sobre o espaço vivido e reivindicado. A fonte de informação utilizada para compor a base de dados advinha de órgãos oficiais obtidos por meio de acesso a internet. As informações do INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – órgão responsável por agregar informações geoespaciais; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - dispõe de informações sociais, demográficas e econômicas divididas por cartas. Para termos acesso às informações de assentamentos recorreremos à base de dados do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

As demais informações que consideramos relevantes para compor a base de dados, como hidrografia, unidades de conservação, terras indígenas, rodovias e ferrovias, partem de órgãos como: ANA- Agência Nacional de Água - responsável pelo controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos; MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil do Brasil; ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que cria, regulariza e gere as Unidades de Conservação Federais. Esses dados reforçam a coleção de dados oficiais que congrega dados cartográficos selecionados a partir de seus repositórios e produção técnica oficial como bases de referência.

Reforço que o entendimento de formação de uma base de dados oficiais, se justifica a partir de conjuntos de informações disponibilizadas pelos órgãos públicos e que, por mais informações que forneçam, não retratam a realidade vivenciada pela maioria dos povos e comunidades tradicionais espalhados no território nacional. Aliás, a maioria desses grupos nem constam como componentes pertencentes aos dados. Portanto, partem de um lugar de total apagamento diante do processo de representação territorial reconhecida como reais e oficiais.

Para tanto, a possibilidade de realizar junto às comunidades uma autcartografia onde elas puderam ressignificar seus modos de vida, evidenciar os conflitos existentes e a percepção de seus territórios, tornou-se uma oportunidade de criação de uma nova base dados, tirando a região de Itaparica de um lugar construído a partir da visão do outro. Tínhamos agora informações que poderíamos usá-la para elaboração de novos mapas, possibilitando a criação de arquivo permanente dos mapas com base de dados construídos com considerável acurácia. Assim, a maneira como os agentes interpretam e se apropriam dessas técnicas de elaboração dos mapas para reivindicar seus direitos e se colocarem contra situações adversas em seus territórios, passa a ser também objeto de reflexão desta tese.

O segundo momento, parte de uma continuidade do primeiro mas, dessa vez, as investigações seguidas de análise de dados documentais, como: relatórios, cartas, notícias de jornais, notas informativas e de redes sociais ativas. Tudo isso para compor mapas que tratassem da dimensão mineral, expandindo-se para outros campos de investimentos, oferecendo um panorama das atividades econômicas existentes na região e destacando que o discurso de "espaços vazios", de forma alguma retrata a representação da realidade da região pesquisada.

Como ponto de partida, fiz uso das mesmas bases de dados oficiais apresentadas para a elaboração das autocartografias. Há, portanto, informações georreferenciadas, coleta de pontos com Sistema de Posicionamento Global (GPS), composição de bandas de imagens de satélite a partir de consulta no Google Earth, escaneamento de dados para compor a base cartográfica. Esses foram alguns dos procedimentos usados para estruturar a base de dados para elaboração do mapa.

Quando estive em campo pude ainda realizar coleta de pontos com o auxílio de GPS (Global Positioning System). Fiz marcações nas áreas de mineração, nas comunidades tradicionais e nos lugares considerados sagrados, e com suporte de uma produção cartográfica realizada anteriormente, tive a possibilidade de acrescentar outros elementos que interpelam os territórios dos povos e comunidades. Como o foco do problema continua sendo a mineração, pude ter acesso a partir de uma plataforma disponibilizada pelo ANM – Agência Nacional de Mineração a todas as áreas de extração e de pesquisa no território nacional. São informações que requerem um conhecimento específico na área de geoprocessamento de dados e de softwares diversificados para coleta de informações. Quando não se consegue interpretar a informação posta, essa se perde sem ao menos sabermos o que ela significa.

Venho cada vez mais refletindo que a metodologia que se insere nos trabalhos etnográficos antropológicos devem estar alinhadas a um pensamento que perpassa pelo processo de emancipação metodológica. À medida que os meios de construção de uma pesquisa se voltam para distintas abordagens, o meio para modelar essa pesquisa também se faz a partir de outros recursos. Os métodos não estão dados, é preciso fazer uma análise de suas categorias.

Dizer que sua pesquisa será realizada em torno de entrevista estruturada ou semiestruturada já não diz muito, se não parte do pesquisador o entendimento de que há uma relação de interesse imbuído nesse método e na possível análise de seus dados. É preciso entender ainda que a etnografia é uma investigação social e nunca só uma descrição

etnográfica, nem um exercício de transcrição de informações. Tem um fundamento maior. É um exercício de construção. Não há procedimentos formalizados. É um aprendizado no sentido de que o aprendiz só aprende fazendo (SARDAN, 1995).

PARTE I
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E O “DESCASO PLANEJADO”

3. ITINERÂNCIAS E PERTENCIMENTOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO SERTÃO DE ITAPARICA

3.1 Entre o rio “ da integração nacional” e no Sertão “ das ausências”

“O rio São Francisco partiu minha vida em duas partes”. Essa é a frase presente no romance de Guimarães Rosa “Grande Sertão: Veredas”, publicado pela primeira vez em 1956. Nesse romance, que conta a história do personagem Riobaldo, há uma narrativa em torno de elementos significativos do rio São Francisco e de uma realidade mágica que divide o mundo em margem direita – o bem, e margem esquerda - o mal. Na narrativa o rio é concreto, mas também abstrato e carrega, na simbologia da sua existência, reflexos da vida de alguém. O Sertão é entendido como o mundo e o rio São Francisco a travessia de um labirinto, que pode ser assimilado a partir do romance como a travessia da própria existência.

Esse é ponto ao qual enfatizo ao me referir ao rio São Francisco, pois uma discussão que tome como ponto o Sertão nordestino sem mencionar o rio São Francisco não contempla a real circunstância que permeia a vida de quem vive no Sertão. Quem vive no Sertão tem sempre como referência o rio, seja como guia, seja como sobrevivência. É o espaço físico e simbólico de ocupação tradicional e de representação identitária do grupo (SILVA,2017). Mas que na imensidão de sua aparência, desperta o desejo de apropriação integrante de um projeto que anula a existência para além de suas margens.

Eraldo Campos, do Povo Tuxá Campos, sempre se interessou pela maneira como as histórias foram contadas ao redor do rio e decidiu escrever ele também sobre a cidade onde nasceu e cresceu. Em umas das entrevistas, ele narra sua história pelo ponto que todo mundo conhece, do proclamado fundador da cidade. Afinal, os processos de opressão que se esticam atemporariamente na cidade, partem também desse momento.

À margem esquerda do rio São Francisco surgiu um povoado que recebeu o nome de Itacuruba. É a palavra de origem Tupi guarani que significa lugar cheio de pedra miúda e pedregulho. Teve como fundadores os fazendeiros: Manel Quirino Leite, conhecido por Manoel Padre. No ano de 1872, escolheu um lugar favorável e fez sua residência com a facilidade de atender comercialmente os povos que habitavam aquela região. (Eraldo Tuxá Campos,em entrevista realizada em Itacuruba, 2019)¹²

Importante mencionar que a cidade de Itacuruba tem uma relação de muita proximidade com a cidade de Floresta e não apenas pelo ponto de vista da fronteira, mas

¹² Trecho escrito por Eraldo Tuxá Campos e citado em umas das entrevistas realizadas em julho de 2019 em Itacuruba – PE.

pela própria constituição de ocupação territorial. Administrativamente, Itacuruba foi criada como município em 1930 e subordinada à cidade de Floresta. Depois pertenceu à Belém de São Francisco e, finalmente, tornou-se um distrito em 1963 (IBGE,2020). Enquanto a cidade de Floresta surge como cidade a partir das fazendas, as terras que hoje representam Itacuruba foram dominadas por missões e ensinamentos da religião cristã, sobretudo na Ilha de Sorubabel no século XVIII (FERRAZ,1999).

A história oficial contada é sempre uma história de heroísmo, cujos personagens são aqueles que fundaram, por um caminho desconhecido, um lugar no “meio do nada”, que para lá levaram, meios para construir o caminho do progresso. Na biblioteca municipal da cidade de Floresta, os livros datam de 1957 e contam a história, em sua maioria, escrita pela família Ferraz – família, cuja a presença na região é marcada pela fundação de muitas fazendas – e destacam os processos de povoamentos e a formação de fazendas na região como possibilidade de progresso para aquele lugar.

Mas ocorre que, nesse período, em todo o Sertão de Pernambuco, no final do século XIX, o território já estava todo ocupado pela elite agrária que foi beneficiada pela Lei de Terras (Lei nº 601/1850) (MENDONÇA, 2013). Em estudos realizados pela antropóloga Caroline Mendonça (2013) na região de Itaparica, é apontado que o século XIX se caracterizou como uma extensão das violências praticadas contra os povos indígenas que habitavam as serras de Umã e Arapuá, provocados pelo crescente povoamento e pela lei de terras de 1850. Nesse curso, as terras que hoje correspondem à cidade de Floresta, por exemplo, foram registradas, pela primeira vez, em 1858. (FERRAZ,1999).

Enquanto isso, os Umã, os Pipipã, os Chocó e os Oê já eram citados como os índios "brabos" responsáveis pelos ataques, roubos e mortes. Com a alcunha de “brabos”, era ainda atrelada a sua presença o caráter de “rebeldes”, pois não eram subordinados aos mandos das reconhecidas autoridades e por conta disso, eram acusados de provocarem “desordem pública”. Almeida (2008) discorre em seu livro “Ideologia da decadência” sobre os processos planejados de inserção de classificações e ações do outro. Esses processos de classificação do outro podem ser identificados no Sertão como ocorreu com os indígenas no Nordeste, para justificar formas de violências e iniciativas de ações em torno do discurso do progresso. E para também justificar o fracasso, a origem, digamos, dos processos decadentes de um lugar.

No Sertão, estão os Atikum, Kambiwá, Kapinawá, Pipipã, Truká, Tuxá, Pankararu, Pankararu Entre Serras, Pankawiká, os Pankará na Serra do Arapuá e em Itacuruba. Esses povos indígenas habitam áreas de serras ou de influências serranas, como é o caso dos

Atikum, em que a maior parte do seu território está localizado na Serra Umã; os Kambiwá e Pipipã habitam a região da Serra Negra e a Serra do Periquito (FIALHO,1998; SILVA, 2017). Essa Serra compõe o espaço histórico e socioambiental para esses indígenas, assim como também compunham as ilhas inundadas durante o processo de instalação da Barragem de Itaparica. Pois, suas atividades agrícolas de subsistência se articulavam às suas práticas de sociabilidades e temporalidades por meio de um calendário próprio, que possibilitava a demarcação do tempo de preparo da terra, do plantio, da colheita, as datas de festejos religiosos e de também “retomadas” que irão ocorrer ao longo desses pontos estratégicos (SILVA,2017).

Otávio Velho (2013), ao apresentar seu livro “Frentes de expansão e estrutura agrária”, destaca que o primeiro momento de ocupação do espaço nos territórios brasileiros era imbuído do discurso de vazio demográfico e conseqüentemente um deslocamento da “população civilizada” para ocupação destes espaços. O caráter de bravura destacado nesses atos ocultava completamente os momentos de terror que esta ação exercia. Os raptos, as capturas, torturas e confrontos e embates em torno da “conquista pelo território” não são contados pela história oficial.

Isso ocorreu porque, pelo imaginário fabricado pelo poder público e pelo senso comum alimentado por uma visão do Estado Nacional, construiu-se a formação das fronteiras internas a partir da ação do herói desbravador de um território selvagem, um território desabitado com possibilidade para edificar uma civilização no espaço conquistado (MARTINS, 1997). A este fato, há um reforço para destacar que a questão da posse da terra sempre foi o ponto maior de cobiça entre aqueles que desbravaram tais fronteiras geográficas, obedecendo não somente a processos de ocupação territorial, mas a ciclos coloniais de economia até seu esgotamento.

Mas antes mesmo desse processo de ascensão identitária ocorrer em lugares que hoje reconhecemos como territórios tradicionais, a usurpação dos territórios indígenas já estava acontecendo em ritmo acelerado e ininterrupto desde o período da colonização. Carvalho (1984) frisa que “índio era expulso a coice de cavalo” de suas próprias terras. No Nordeste, especialmente, para reforçar processos de usurpação de terras feitas por moradores e câmaras municipais, o discurso era pautado no caráter da mistura e grau de civilização dos índios. Portanto, não haveria necessidade de terras para índios quando estes não existiam mais. Essa noção equivocada trouxe para os dias atuais, certa resistência da opinião pública em torno da aceitação daqueles que se reconheciam enquanto índios e buscavam retomar seus territórios.

No Sertão de Itaparica, nem os poderosos personagens das histórias oficiais contadas acima, nem o rio e o Sertão pertencem sozinhos a esse lugar. Coexistem entre eles povos e comunidades que seguiam seu curso como percurso também de vida mesmo com as constantes investidas para seu apagamento. Era a partir dele que se orientavam os povos que viviam em sua margem, onde os encontros e acolhidas eram estabelecidos.

Vindos de todos os lados, os grupos que hoje se reconhecem como indígenas e quilombolas existem e resistem às grandes pressões que permeiam o controle dos recursos naturais e de seus territórios. Pois, na mesma direção do rio, também seguiam os grandes projetos de desenvolvimento que passaram a se instalar na região desde a década de 1980, abrindo espaços para caminhos desencontrados e perdas irreparáveis. O rio que se pensou integrar a nação, passa então a fragmentar comunidades que apresentavam um modo de vida particular ao longo do rio São Francisco (NASCIMENTO, 2019).

A corrida em torno do controle dos recursos naturais sempre esteve em questão quando o assunto é desenvolvimento. São práticas que se articulam em torno do interesse de suprimir a existência de povos e comunidades existentes em seu entorno para garantir que o controle seja estabelecido e que o objetivo seja alcançado. O Sertão de Itaparica, especialmente a cidade de Itacuruba, representa esse entorno como um lugar de presença e de ausências. Presença de um lugar do progresso, com uma região que agrega em seu corpo megaprojetos de desenvolvimento que envolvem construção de barragens e hidrelétricas, linhas de transmissão, transposição do rio São Francisco, mineração, “fazendas de peixes” e até uma possível instalação de uma Central nuclear na cidade de Itacuruba; e ao mesmo tempo, um lugar de ausências, ausência do direito de pertencer, de ir e vir e do direito de existir e de contar suas próprias histórias a partir de suas perspectivas.

Há um apelo econômico desenvolvimentista que só vem expor velhos problemas para a região, transfigurando um cenário de extrema violência física e simbólica (BOURDIEU, 1989), que tem se intensificado pelos interesses e projetos hegemônicos articulados pelo Estado. São relatos de confrontos e embates em torno da “conquista pelo território” que não são contados pela história oficial. Pois há, nesse processo, um discurso de “espaços vazios” e decadentes, associadas aos Sertões do Brasil desde o século XVI, como enfatizado em páginas anteriores desta tese. São povos que vivem nesses Sertões e se veem em uma situação de marginalidade frente a grandes projetos, mas que na contramão dessa ação, se permitem pertencer a outros campos de atuação e de existência, reivindicando lugares que lhes foram negados por séculos.

A busca pela existência e resistência se dá, nesse sentido, pelo entendimento de

uma temporalidade singular, estabelecida a partir de ações fruto dos encontros e desencontros compulsórios que fazem parte de suas histórias, dando sentido às suas tradições. O tempo que foi, as vivências que tinham, antes de se afirmarem enquanto indígenas ou quilombolas, ganham nesse novo contexto territorial aspectos de pertencimentos alimentados não somente por uma história do passado, mas, sobretudo, de uma história de acontecimentos do presente que é também tradicional (NASCIMENTO, 2019). Os acontecimentos são, como expressa Foucault (1972), elementos que preenchem o tempo, e sem eles o tempo seria apenas tempo vazio.

Busco, a partir dessa discussão entre o rio e o Sertão, refletir sobre a noção de tradição, família e de tempo para pensar processos de emergência étnica no Sertão de Itaparica em meio a um emaranhado de questões econômicas, das quais os interesses quase nunca se voltam para pensar a presença de povos e comunidades tradicionais. Compreendendo também que esses processos são resultados de situações que ocorrem no presente a partir de dinâmicas territoriais que envolvem esses povos indígenas e comunidades quilombolas no Sertão de Itaparica, gerando resistência às iniciativas desenvolvimentistas em seus territórios tradicionais.

Principalmente porque durante muito tempo pensou-se nos povos indígenas no nordeste, como frisa Ribeiro(1995), como “resquícios de populações indígenas”, caboclos remanescentes de um passado não tão distante. Tal como se pensou sobre os negros e quilombos, uma vez que, historicamente, o Sertão de Pernambuco não se caracterizou como região de escravidão e sim propícia a refúgio de negros fugidos. Ou simplesmente romantizado como um lugar de servidão pela consideração do trabalho menos agressivo, como destacado nos escritos da família Ferraz em seus livros publicados sobre a cidade de Floresta.

Dizemos “servidão” e não escravidão, pois o trabalho do negro no sertão foi muito mais ameno que na zona canavieira. É que nunca tivemos uma lavoura intensiva e, conseqüentemente, cansativa; e o trabalho do pastoreio que o negro fazia, sempre foi de um certo modo refratário, é realmente mais brando e mais tolerável. E também mais esportivo, sobretudo no modo de gado ainda mais vigorante no sertão (FERRAZ, 1957, p.33).

Há nessa questão, uma abordagem histórica que necessita ser explorada, sobretudo, colocando o Sertão como lugar de pertencimento desses grupos que passam a se organizar. Os diversos conflitos, roubos de terras, acordos de paz, missões religiosas, aldeamentos, desaldeamentos, apropriação de novos códigos culturais, religiosos e sociais, retomadas, as “misturas”, as várias formas de estratégias de resistência, fazem parte do contexto histórico e territorial que constituem mecanismo para entender a jornada dos indígenas e dos

quilombolas do nordeste.

Contudo, é necessário que mesmo diante de todas as adversidades presentes durante todo um processo de autoafirmação e retomadas territoriais, reconhecer que eles nunca deixaram de ser índios e que os quilombolas apresentam uma história de pertencimento com este lugar. Oliveira (1998) realiza uma abordagem sobre os índios misturados no nordeste e reforça bem essa questão afirmando que os povos indígenas no nordeste nunca deixaram de existir. Mas a ideia equivocada de que os índios no Nordeste não existiam, persistiu por um longo período, sobretudo, entre os etnólogos.

Para eles, os “índios do nordeste” não eram considerados foco de interesse por se tratar de uma problemática menor. Como expressa Oliveira (1998, p.47), na década de 50, os índios do nordeste contavam dez etnias. Entre as décadas de 1930 a 1950, vários outros povos indígenas passaram a solicitar o reconhecimento de áreas de antigos aldeamentos e a solicitação de Postos Indígenas, como foi o caso dos Atikum, na Serra Umã e das investidas dos Pankará, na Serra do Arapuá (GRANJA, 2014).

Esse quadro se modifica na década de 90, passando para vinte e três etnias, quando ocorre um processo de retomada e ascensão de identidades. Há, deste então, um processo crescente na retomada de território e na construção de uma identidade indígena no Sertão, sobretudo em torno de uma afirmação de identidade e demarcação de fronteiras a partir das investidas de grandes projetos de desenvolvimento. E durante esse processo houve uma investida em torno do processo de articulação de movimentos de grupos indígenas no Nordeste em torno de uma “rede de emergências” (GRANJA,2014).

Seguindo esta mesma abordagem sobre grupos que margeiam o rio, estão as comunidades que se reconhecem hoje como quilombolas. Há, um discurso sobre a ausência de escravidão no Sertão, mas não se ausência de negros. O Sertão de Pernambuco foi palco de refúgios de negros e índios que, afugentados e buscando condições favoráveis para suas existências, passaram por processos de itinerâncias ao longo do rio São Francisco.

Moura (1985) aponta que, no Sertão nordestino, a presença do negro não foi fundamentada no trabalho, ele apareceu como “perturbador da economia, fugitivo, como quilombola” a partir de relatórios de administradores provinciais da época. O modo de pensar da província tornou-se cristalizado, os documentos tornavam-se completamente irrefutáveis. A opinião com relação as informações sobre condições sociais e econômicas, especialmente dos negros na província eram unânimes no que diz respeito às perturbações quanto a ordem local.

O termo quilombola ganha, nesse contexto, caráter depreciativo, tornando a condição

do negro, também no Sertão, negligenciada. Moura (1985) refere-se a esse contexto para justificar as poucas informações encontradas a respeito do negro nas cidades que fazem parte do Sertão de Itaparica, como Floresta e Tacaratu, e como ao longo da história, esses mesmos negros foram tomados de invisibilidade perante o Estado e a sociedade.

A consorciação entre os negros e os índios na região, representava, portanto, um risco de decadência para os fundadores da cidade e para os missionários catequistas. A perspectiva de futuro desejado, analisada a partir da prosperidade, é considerada aqui por meio da eliminação do passado. Como ressalta Almeida (2008) a decadência pode ser verificada por meio da prosperidade. Pois, o que se entende como decadência, só pode existir porque ocorreu um período reconhecido como próspero. Mas quando as estruturas de controle e de poder já declaram a decadência a partir de parâmetros considerados desqualificados, o que é próspero passa a se constituir a partir do apagamento do caráter decadente e aniquilamento do outro.

Em uma análise de contrastes, é cabível pensar que o que é considerado decadente e próspero se configura nos próprios arranjos estruturados em uma conjuntura de poder. As relações sociais existentes entre aqueles que já pertenciam ao lugar não se encaixavam. Em Itacuruba, a condição de rememorar pode ser um processo doloroso porque perpassa por um caminho de decadência construído por aquele que instituiu o que era próspero. Por fim, a prosperidade não significa aqui apenas uma palavra que se contrapõe à decadência. Ela carrega em seu processo histórico elementos que propiciam a instauração de um encaminhamento decadente, declarado e planejado, para depois se instituir o princípio da prosperidade.

2.2 Território da memória

Quando penso sobre a possibilidade de existência de uma comunidade, penso em um grupo de pessoas que compartilham algo em comum, uma história em comum ou um objetivo em comum. É o que Almeida (2003) analisa tomando como base uma combinação de critérios organizativos que se agrupam a partir de laços de solidariedade, raízes locais comuns, noção de pertencimento coletivo em torno de um bem comum e que convergem para um território. São as estruturas tradicionais que formam seu sistema de coesão social. Neste sentido, o que é considerado “tradicional” não se reduz a parâmetros da história, tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas em uma relação de contraste entre estruturas obsoletas e avançadas, e sim, a partir de incorporações de identidades coletivas

redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada.

Essa condição de “tradicional” está atrelada ao sentido atribuído à terra e como essa se configura em um elemento de tradicionalidade para grupos sociais que constroem identidades coletivas como tentativa de permanência em seus territórios. Passam a ser indiscutivelmente ocupadas tradicionalmente. Para os chamados “antagonistas sociais”¹³, o progresso social e desenvolvimento das forças produtivas, vêm do aniquilamento de sistemas considerados falidos, como os estabelecidos por grupos sociais que vivem em territórios tradicionalmente ocupados. O desejo pela terra sempre esteve no cerne da questão, provocando uma transformação que passa a condicionar seu uso a partir de uma apropriação truculenta, sobretudo, dos recursos naturais que compõem essa terra.

É em face aos antagonistas e às situações de extrema adversidade e conflito, que se reforçam politicamente as identidades coletivas e as redes de solidariedade na região. O complexo étnico presente em Itacuruba, por exemplo, se estrutura a partir de percursos de violências sofridas por indígenas e quilombolas que persistem além do tempo, desde as missões que encurralavam grupos indígenas até os estigmas de decadências associados à presença do negro na região.

Essas violências se consolidam, a partir da década de 1980, com a chegada dos grandes projetos de desenvolvimento. Itacuruba, localizada há cerca de 460 km de Recife, encontra-se a 12 km da entrada principal que dá acesso à BR-316. Essa é a única entrada da cidade que a liga para outros municípios próximos apenas pelo trajeto e não pelas vias de possibilidade de transportes para locomoção. Encurralados e com cerca de quatro mil trezentas e sessenta e nove – 4.369 habitantes (IBGE,2010), Itacuruba encontra-se em um contexto de esquecimento quanto aos direitos que deveriam lhe ser assegurados e quanto aos benefícios básicos que deveriam compor a estrutura de atendimento de um município.

São pouco mais de quatro mil e trezentas pessoas marcadas por processos de violências e de desestruturação de famílias sentidas desde as gerações mais antigas, até às gerações mais novas. Dessas, entrecruzam histórias de grupos que se reconhecem e se identificam a partir de seus territórios de vivências como quilombolas e indígenas, regados também por um contexto de conflitos internos. São confrontos arquitetados e intensificados a partir da interferência e das modificações das estruturas das relações sociais entre os grupos, promovidas pela entrada dos grandes projetos de desenvolvimento.

¹³ Referência conceitual retirada do livro “ Terras tradicionalmente ocupadas” de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2003) que faz alusão àquele que promove a expropriação de terra e desestruturação das forças de mobilização.

Há, atualmente, uma estimativa de que 54% da população de Itacuruba são formados por povos indígenas e por quilombolas (MPF, 2020)¹⁴. Existem, em Itacuruba, três comunidades quilombolas: Poço dos Cavalos, Negros de Gilú e Ingazeira (PALMARES, 2018) e três comunidades indígenas: Pankará Serrote dos Campos, Tuxá Campos e Pajeú de Itacuruba. (FUNAI,2010; MENDONÇA,2010;SILVA,2019). Abaixo, apresento os grupos étnicos citados com referência aos atos administrativos da FUNAI – Fundação Nacional do Índio e da Fundação Cultural Palmares.

Tabela 01: Relação de Povos e Comunidades Tradicionais no Sertão de Itaparica.

COMUNIDADES TRADICIONAIS PRESENTES EM ITACURUBA - SERTÃO DE ITAPARICA			
COMUNIDADE INDÍGENA	ANO DE REORDENAMENTO SOCIAL	ANO PROCESSOS ADMINISTRATIVO DA FUNAI	REFERÊNCIA DE ESTUDO ANTROPOLÓGICO
Pankará – Serrote dos Campos	2006	2010	Mendonça (2010)
Tuxá Campos	2016	-	Inexistente
Tuxá Pajeú	2017	-	Inexistente
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	ANO DE REORDENAMENTO SOCIAL	ANO DE CERTIFICAÇÃO - FUNDAÇÃO PALMARES	REFERÊNCIA DE ESTUDO ANTROPOLÓGICO
Negros de Gilu	2000	2005	Bezerra (2006)
Poço dos Cavalos	2004	2006	Inexistente
Ingazeira	2004	2006	Inexistente

Fonte: Whodson Silva, 2019.

A história das comunidades quilombolas se confunde também com a história dos povos indígenas pertencentes ao Sertão de Itaparica. Isso explica os fortes laços de parentesco e alianças construídas em meio aos diferentes conflitos existentes. Os Tuxá Campos, Pajeú de Itacuruba e os Pankará, a título de exemplo, fazem parte de um processo que se configurou com diferentes atores desde o período de inserção dos missionários em seus territórios, até a conjuntura atual com atuação dos projetos de desenvolvimento e empreendimentos econômicos. Isso tem possibilitado a iminência de novos movimentos de emergência étnica que lutam em defesa dos direitos territoriais, como o caso dos Tuxá Campos e dos Tuxá Pajeú.

A iminência desses grupos sociais no presente não exclui a possibilidade de sua existência em outros tempos, como enfatizado antes. O que torna a possibilidade de emergência são os processos de silenciamentos e as insistentes narrativas de apagamento do outro. É preciso reconhecer que este Sertão de “faltas”, ausências e negligências apresenta, mesmo antes dos grupos se auto reconhecerem como quilombolas ou indígenas, uma lógica

¹⁴Informação apresentada, tem seu acesso através do link abaixo: <http://www.mpf.mp.br/pe/sala-de-imprensa/noticias-pe/fpi-visita-comunidades-tradicionais-em-itacuruba#:~:text=Atualmente%2C%20estima%2Dse%20que%2054,ao%20todo%2C%20por%20seis%20comunidades.>

que nos leva a considerar que a presença dos povos e comunidades tradicionais no Sertão, sobretudo, Pernambucano, se dá a partir das relações que se estabelecem com aquilo que os cerca. São conjuntos de ações e junções que caracterizam, como destaca Almeida (2006), as terras tradicionalmente ocupadas. Para este autor, é a incorporação de

formas de reconhecimento jurídico de diferentes modalidades de apropriação de recursos naturais que caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, o uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens combinados, tanto com a propriedade, quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária (ALMEIDA, 2006, p. 31-32).

A perda de espaços comuns de vivências e relações sociais estabelecidas entre os grupos indígenas e quilombolas, que tiveram que passar por processos de deslocamentos e períodos de adaptação em outros ambientes, não extingue os laços de sociabilidades e solidariedades existentes entre esses grupos. Que mesmo diante das contradições presentes nas ações do Estado para instalação de grandes projetos, se colocam como agentes atuantes de sua própria história. São criados, sobretudo, mecanismos de resistência que permeiam pela construção de identidade, tradições reativadas e ressignificação de território.

O mapa apresentado abaixo, e que denomino de “Itinerâncias e processos de mobilização provocados pela barragem de Itaparica”, é um mapa de memórias e de itinerâncias que se fizeram presentes no caminhar desses grupos durante suas trajetórias. Memórias de um tempo onde o lugar que existia, refletia o lugar do bem viver, da bem aventurança e da possibilidade de crescer. Ele reflete os trajetos das famílias que tiveram que se separar e se reorganizar em outros cantos em razão de interferência externas. Destacando os antigos e novos empreendimentos e os caminhos da ressignificação de um território para os povos e comunidades tradicionais de Itacuruba continuarem a existir.

Incluo ainda neste mapa os aspectos de mobilização que datam da construção da barragem de Itaparica a partir dos sindicatos que estavam à frente do enfrentamento contra a CHESF, até as mais recentes investidas políticas em torno da construção da Central Nuclear e mineração na região. Considero que o movimento de mobilização social que acompanha a sucessão de deslocamentos, é regido pela contínua forma de lutar pelos direitos. Nesses termos, a articulação firmada de uma identidade étnica em torno dos grupos sociais que existem em Itacuruba, tornou-se fortalecida pela conjunção dos diferentes processos de luta que atravessam o tempo e se firmam em uma memória que se expande para o momento presente.

O mapa foi elaborado a partir de um esboço que me foi apresentado pelos grupos

sociais. Era a única referência gráfica que eles tinham e que representava de alguma forma, a estrutura dos lugares que eles costumavam passar. Nesse esboço, os traços dos pequenos rios e riachos possuíam denominações que faziam sentido para eles. Não sabiam o que esperar do destino que lhes foi oferecido, mas tinham que seguir andando. Acselrad (2008) se refere a esses mapas da memória como esboço. Trata-se de uma prática onde esboça-se um mapa com base na observação ou memória. “Não conta com medidas exatas, tais como escala consistente ou referências geográficas. Normalmente envolve o desenho de símbolos em folhas grandes de papel para representar as características da paisagem” (ACSELRAD, 2008, p.21).

Fiz opção de transformar o mapa esboçado em um mapa georreferenciado para representar com precisão as distâncias que as famílias percorreram para chegar aos locais aos quais foram destinados. Esse mapa da memória liga pontos que convergem para o curso do rio e pontos para um lugar que existe apenas na memória de quem viveu em um tempo onde o rio, significava o caminho para o bem viver. Circunscrevem, portanto, os trajetos também para as gerações que viriam depois, em um caminho que levaria à prosperidade. Entre o ontem e hoje, o rio ainda significa o caminho para o bem viver que se configura em torno da natureza. Contudo, calejados e com dolorosas marcas da vida, as expectativas que permeiam para a busca do bem viver são entrelaçadas por processos intensos de luta cotidiana.

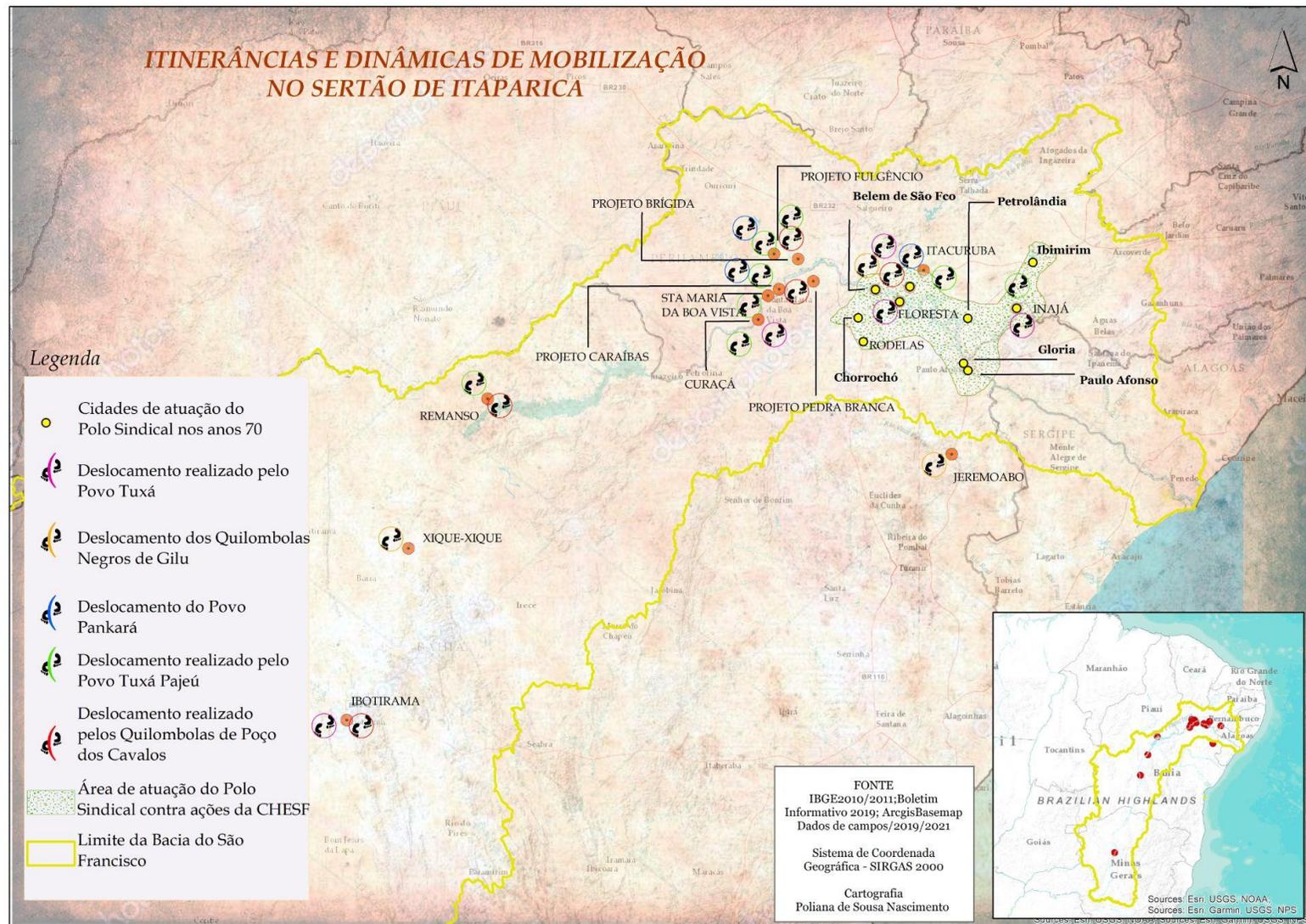
Os territórios dos povos e comunidades tradicionais na região de Itaparica continuam a existir e resistir em meio uma dinâmica em torno de um favorecimento econômico, e que faz com que os, especialmente a mineração, e grandes projetos instalados nesta cidade façam parte de uma nova configuração espacial, produzindo o que poderíamos chamar de um “território da memória”. Refiro-me a um território da memória como aquele que resguarda, mesmo que submerso pela nova configuração que o rio faz, resquícios para o fortalecimento dos laços de pertencimento que colaboram para o discurso dos movimentos sociais. E não quero a partir dessa abordagem afirmar que um mapa do passado se configura como um mapa histórico, mas reforçando a importância em se reconhecer as mudanças no contexto do presente e salvaguardar a memória coletiva da comunidade.

As cartografias podem se configurar como ferramenta para mover nossas memórias, favorecendo a ressignificação de nossas relações com o espaço e o tempo, permitindo o fortalecimento da comunidade. Podem ser percebidos na forma como cada um rememora sobre sua história em seus territórios e como o pesar da lembrança ainda persiste para compor um caminho do entendimento também das novas configurações que se

estruturaram no território do presente.

O mapa abaixo reflete as itinerâncias e as ocupações e desocupações forçadas e as transformações ocorridas em um momento em que nada podiam fazer além de tentarem se restabelecerem no lugar imposto. As ilhas inundadas durante a implantação da barragem de Itaparica, eram suas ilhas produtivas e representavam garantia de sustentação e autonomia alimentar. As Ilhas da Viúva, de Itacuruba, de Surubaebel, Coité, São Miguel e Tukum, pertenciam aos povos tradicionais indígenas Tuxá, Pankakaru, Pankará e Atikum e os quilombolas Poço dos cavalos, Negros de Gilu e os ribeirinhos de Petrolândia , Itacuruba e Rodelas.

Mapa 01: “ Itinerâncias e dinâmicas de mobilização no Sertão de Itaparica ”



As separações foram inevitáveis. Os Tuxá foram deslocados para a cidade de Inajá, Ibotirama, Rodelas, Nova Itacuruba, Curaçá e Pirapora (MG); os Pankará se direcionaram para a Nova Itacuruba, Projeto Caraíba e Brígida; os Negros de Gilu foram para Nova Itacuruba, Xique-Xique (BA) e Jeremoabo (BA) e a comunidade Poço dos Cavalos deslocada para Itacuruba, Remanso (BA), Ibotirama (BA), Projeto Brígida, Caraíbas, Maniçoba e Pedra Branca. Tuxá Pajeú – Inajá (PE), Projeto Brígida Orocó – PE. Caraíba, Santa Maria da Boa Vista – PE, Projeto Fulgêncio (Santa Maria), Remanso – BA, Pedra Branca (BA) Floresta – PE, Belém do São Francisco e Petrolina.

O grupo indígena Tuxá Pajeú, localizado em Itacuruba, é o grupo que vem de um contexto mais recente se afirmando enquanto indígena. Em meio às muitas dúvidas que beiram sua própria história, foram os que mais se dividiram enquanto família durante o processo de deslocamento na década de 1980. Fator que pode justificar as incertezas em torno de sua história e a sucessão de eventos recentes em torno de seus processos de afirmação étnica.

A dimensão espacial dos deslocamentos favoreceu a dispersão e resistência de um considerável número de grupos indígenas. As famílias que foram deslocadas tiveram que se mover para projetos de assentamentos preestabelecidos pela empresa CHESF. Apesar da aparente oferta abundante de lugares para se restabelecerem, os indígenas da aldeia Tuxá, recordam durante a entrevista, o momento que definiu a dispersão e diziam haver cartões onde se poderia marcar os projetos que estavam disponíveis para os deslocamentos. Um dos indígenas presentes na roda de conversa na aldeia, lembra que “A gente na verdade não tinha opção, quem dava a opção era a CHESF”.

A cacique Evani Tuxá, do povo Tuxá Campos, relembra em uma de nossas entrevistas que, quando tinha 12 anos, morava com toda a família na localidade chamada de Malagueta. Por sinal, a localidade é reivindicada hoje pelos Tuxá como território indígena e que se localiza geograficamente em frente à cidade de Rodelas, onde estão os Tuxá de Rodelas. Quando souberam que tinham que deixar a velha Itacuruba, o pai não recebeu qualquer auxílio da CHESF. Saíram em retirada para a cidade de Belém de São Francisco e lá permaneceram por alguns anos (ela não lembra quantos). O número de pessoas que moravam na velha Itacuruba era o triplo do número que hoje a cidade apresenta.

A Cacique Evani destaca ainda que os projetos de assentamentos para os quais as famílias foram realocadas eram, pela lembrança dela: Brígida, Caribé, Pedra Branca, Remanso e Coité. Coité, aliás, foi a agrovila da qual sua família passou a se instalar quando

retornaram do município de Belém de São Francisco. Neste projeto de assentamento, desde o início da instalação da barragem, pensou-se na instalação de Piscigranja – um empreendimento que agregava produção de peixe, marreco, frango e suínos, com tanques para os peixes disponibilizados pela CHESF para as prefeituras.

Muitas associações e empresas receberam concessão para utilizar estes tanques e empreendimentos, com a condição de serem responsáveis por sua manutenção, gerando, sobretudo, empregos para a região (FIGUEIREDO, 2011). Aos olhos da cacique, o empreendimento era um bom negócio para as pessoas porque oferecia condições de acesso a empregos. Contudo, o empreendimento foi instalado, segundo a cacique, nas terras que são de propriedade do ex-prefeito de Itacuruba, Romero Magalhães. O ex-prefeito, de acordo com a narrativa da Cacique, é também dono de terras que apresentam outros empreendimentos na cidade, sobretudo, a mineração. São essas terras que representam, hoje, motivo para conflitos existentes entre os Tuxá Campos e Romero Magalhães.

Há um conjunto de fatores históricos, sociais e culturais que precisam ser considerados e podem ser representados em cartografias, configurando-se na percepção daquilo que um grupo tem de seu próprio território. Sendo o rio São Francisco testemunha desses caminhos, esses grupos seguem seu fluxo, pois é ali que se sentem seguros e resguardados. É sempre ao longo do rio que as ações se estabelecem, seja do lado dos povos e comunidades tradicionais, seja do lado dos grandes projetos pensados para essa região. A vida que resiste, surge distante de suas margens e em meio a um Sertão ainda tão negligenciado, mas que permanece pronto para o embate. Como destacado no trecho citado abaixo, as famílias que viviam à beira do rio, foram levadas para a cidade. Lá, não se acostumaram com a nova vida. Retornavam para o rio, mesmo que distante do seu lugar de origem.

Naquele tempo não existia essa informação que corria tão rápido. Então, antigamente tinha isso. As pessoas foram muito iludidas, acreditaram em algo que não ia acontecer. E aí quando a água começou a subir, as pessoas começaram a entender. Pai de família chorando, vendo a água subir. Ele foi obrigado a passar para a cidade. Ele não se acostumava, voltava para a beira do rio (Jorge Pankará, entrevista realizada em Itacuruba na oficina de mapas, 2018)

A aldeia Tuxá Campos, que sempre se estabeleceu à margem do rio, vive hoje no que eles chamam de “braço do rio”, uma linha de água que liga a aldeia a um pontal que se estende para além desse braço, área também reivindicada como território indígena, representada na Figura 01. Para chegar até esse o Pontal, é preciso atravessar em uma canoa. Um trajeto de pouco mais de 700 metros e ao atravessar o “braço do rio”, se verifica o que seriam as antigas áreas de cultivo das ilhas que hoje estão submersas.

Figura 01 - Vegetação submersa ao longo do “braço do rio” São Francisco, constituído logo após a construção da barragem de Itaparica – Aldeia Tuxá Campos.



Fotografia: Poliana de Sousa Nascimento, 2019.

São extensas áreas de vegetação submersa, árvores secas, galhos soltos, e o reflexo de um lugar que não se pode mais cultivar. Durante a condução para esse pontal, refleti sobre duas questões: a falta de acesso a um lugar que antes era de comum uso das pessoas que viviam na margem do rio e a presença de pescadores, que não se reconhecem como Tuxá, e que habitam de forma andarilha o Pontal. São pescadores que, durante o processo de construção da barragem de Itaparica, tornaram-se pescadores itinerantes. Passam temporadas em diferentes partes às margens do rio São Francisco, sem se fixarem em nenhuma por um longo período de tempo. A itinerância como modo de vida é aqui compreendida como reflexo da violenta imposição atribuída pelos grandes projetos de desenvolvimento que não considera a situação de cada sujeito afetado.

No caso dos pescadores, que foram os primeiros a serem afetados quando se deu a construção da barragem, a trajetória de cada um assume consequências diversas e eles passam a fazer parte de uma ordenação que não é estruturada. Vivem em um limbo de inseguranças até quando podem. E vão pescando o que conseguem do braço do rio, onde a circulação da água não é tão ativa e a interferência das piscinas de peixe existentes na proximidade, diminui a possibilidade de pesca para eles. São histórias que não entram nos relatórios oficiais produzidos pela CHESF e nem de outros projetos.

Essa é uma das dimensões da presença da violência e da ausência da “prosperidade” que os projetos de desenvolvimento não alcançam, posto que para eles, nem se considerou a possibilidade de pertencer a um projeto de remanejamento de famílias que foram afetadas. Na tentativa de continuar a pertencer à margem do rio, viram na recusa e limitação de viver em projetos de assentamentos, a possibilidade de vida na itinerância, um

recurso para manterem-se vivos, de garantia de autonomia sobre suas atividades e sobre suas próprias existências, a partir do lugar que sempre permitiu possibilidades para isso, o rio São Francisco.

Figura 02: Acampamento de famílias de pescadores itinerantes no Pontal da Aldeia Tuxá Campos – Itacuruba/PE.



Fotografia: Poliana de Sousa Nascimento, 2019.

E diante das diversas histórias que passam a atravessar e configurar essa região, retomar o território para povos e comunidades tradicionais de Itaparica é recuperar terras que foram, outrora, tomadas e alinhadas a um discurso de desenvolvimento que não agrega os interesses de todos os envolvidos. É recuperar uma história e reafirmar relações de pertencimento a partir de significações de um novo lugar. O tempo é o que se fez dele. Portanto, a importância que se dá ao tempo reverbera para as ações e intenções estabelecidas ao longo do entendimento que temos dele.

Edward Said (2009) discorre, em um de seus livros, sobre o “estilo tardio”, trazendo sempre reflexões que permeiam pela literatura e pela filosofia, permitindo que seus escritos nos sirvam para pensar em tempo no sentido do tardio. Para Said (2009), na iminência de que algo possa desaparecer, ela na verdade ressurge, pois há nessa conduta uma emergência inquieta. E que embora possa parecer que se articula somente com um passado vencido, concorre para dar uma nova referência para as impossibilidades do presente. Interrogar a atualidade é problematizá-la como acontecimento. O que é atual, não é necessariamente o presente, é, antes disso, construído a partir de uma temporalidade. Há nessa perspectiva o que Foucault (1972) propõe como diferença entre o hoje e o agora. E há, como enfatiza Bachelard (1996), um presente que não é dado, nem enquadrado numa linearidade entre o passado e o futuro, o tempo é, um instante.

Augé (1997), em uma discussão sobre Antropologia e História, destaca que ambas

trabalham, em muitos momentos, em situações de reciprocidades, contudo, é preciso falar de uma conversão do olhar que supõe a elaboração de uma história do presente. Este é, por si só, o sinal de que alguma coisa de importante mudou numa das cosmologias de um grupo ou sociedade. Há um aspecto da historicidade, com um conjunto de concepções culturais cujo nascimento não é datado, mas muitas vezes relacionado a um passado mítico, apresentado como origem e condição de toda a História. (AUGÉ,1997).

Pensar, portanto, nas mudanças que decorrem ao longo do tempo para alguns grupos, sobretudo, para os povos e comunidades tradicionais da região de Itaparica, é dialogar com outras lógicas que foram sendo articuladas como mecanismos de sobrevivência diante das adversidades que foram sendo construídas para este lugar. As lógicas que permeiam a emergência dos povos e comunidades tradicionais no Sertão de Itaparica precisam ser analisadas a partir, não somente do que foi, mas sim do que é, e a partir do que representa hoje essa região.

O que se viveu, em torno da lógica do desenvolvimento, parece contribuir para reforçar estigmas e estereótipos relacionados ao Sertão, como lugares vazios. Para Itacuruba, existe um estigma ainda mais doloroso. A cidade é conhecida por seus altos índices de depressão e de suicídio, o que faz com que a população tenha que lidar com outras violências. De acordo com o CREMEPE, a saída forçada da população que residia na antiga Itacuruba e a consequente perda de terras férteis, da agricultura como base produtiva, de referências simbólicas e ancestralidade, se tornaram fator contribuinte para a ocorrência de transtornos mentais. ”¹⁵.

As violências e violações de direitos que tais povos e comunidades tradicionais enfrentam como resultado do que se viveu, perpetuam para outros arranjos sociais, ora unindo os diferentes grupos, ora afastando-os. As relações de parentesco evidentes entre esses grupos colaboram para o entendimento que eles têm sobre família. O que eles entendem como família reverbera para ações de construção de identidade configuradas no presente.

2.3 As famílias e os pertencimentos

Insiro a partir desse item, uma discussão em torno de “família”, por considerar que foi a partir dela que todos os arranjos sociais e políticos foram estabelecidos na região desde

¹⁵ CREMEPE. 25 maio 2007. Sertanejos sofrem com depressão. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/25/sertanejos-sofremcom-depressao> SERTANEJOS sofrem com depressão. /. Acesso em: 27 de nov. 2018.

a instalação da barragem de Itaparica. O “campo de negociação”, analisado por Scott (2011), trata da relação que foi estabelecida com as famílias, com base em interseções que envolviam políticas de compensação para as mesmas. E, nesse contexto, a polissemia e complexidade da família são acionadas por elas para defender seus interesses, procurando usar as estratégias de múltiplas adaptações a condições existentes que fazem parte da flexibilidade de ação familiar.

O passar do tempo reorganizou os grupos, mas o tempo que se passou corroborou para a compreensão de que se tratavam de grupos que partiram do mesmo lugar de pertencimento, que se articulavam e partilhavam de laços de solidariedade em torno das relações também familiares. O conceito de família é aqui percebido dentro de um grupo que se reconhece como tradicional. Parte da elasticidade e da polissemia que se configuram em princípios de ajuda mútua, respeito, tolerância e intimidade que firmam as relações existentes. (PANTOJA,2008).

A partir de algumas entrevistas, em Itacuruba, quando ouvi a expressão “minha família”, percebi que estavam falando de um grupo operacional. As relações de parentesco são criadas a partir da convivência e do afeto. Há, a partir das relações estabelecidas, distinção entre “a família de dentro de casa”, que contempla filhos, marido e esposa, por vez uma sobrinha ou netos que moram em uma mesma casa; e a “família maior” que agrega os avós e tios (as), primos (as), cunhados (as), pai de criação, padrinho e padrasto, ou como destaca Silva (2019), “aquele que come do mesmo prato”.

Essa discussão pode ser ampliada também para análise do conceito de parentesco. De maneira mais abrangente, pode ser pai, mãe, filhos e filhas e que estão distribuídos em diferentes grupos domésticos. Esses grupos domésticos articulam-se em uma estrutura de família ampliada, que no caso dos grupos tradicionais, equivalem à comunidade. Estas reconhecem uma liderança comum, que em Itacuruba são lideradas em sua maioria por mulheres¹⁶. Em outros contextos, porém, o parentesco é associado às pessoas que lhe são próximas. É o caso, por exemplo, dos parentes rituais, expressão usada por Pantoja (2008) em seus trabalhos, representados pelos padrinhos e madrinhas em ritual que pode ser realizado por meio de batismo em cerimônia religiosa ou por afetividade.

¹⁶ Houve ainda nas décadas de 1980, o fortalecimento da participação das mulheres nas lutas por terra, organizado a partir do Pólo sindical, visto que elas não assumiam ou não era dada a devida atenção ao contingente feminino nos processos de mobilização iniciados a partir da instalação da barragem de Itaparica. Em 1989, ocorreu o I encontro de mulheres trabalhadoras rurais do STR de Itacuruba, em Itacuruba- PE (ARAÚJO, 1990).

Na situação que decorre em Itacuruba, em função dos tantos conflitos que permeiam esses grupos, família é, como algumas pessoas expressam em entrevistas “quem tá na luta comigo”. São essas famílias que geram laços de afetividades e passam a negar ou adotar o outro grupo como família, com base em uma série de relações políticas ou sociais. Pensar a coletividade de famílias é um mecanismo para compreender porque tantos grupos aparentados se apresentam de diferentes maneiras e diferentes identidades, compondo um complexo étnico em Itacuruba. São as relações de afetividades que passam a definir os grupos enquanto quilombolas ou indígenas.

Essa compreensão das formações das diferentes comunidades em Itacuruba se deu através do tempo, mas é o tempo presente que define quem eles são. E quem eles são é expressado pelos valores e tradições “inventadas” (HOBSBAWM; RANGER,1984) para perpetuação de um grupo. O termo “inventada” aqui ganha outra significação, que se aproxima mais da ideia de criar possibilidades para (re)existências de grupos étnicos que enfrentam diversas formas de violências e precisam se afirmar enquanto tais para garantir que seus direitos sejam reconhecidos, do que da ideia de algo que surgiu de imaginação.

Nesses termos a tradição “inventada” de Hobsbawn e Ranger (1984) ,caracterizada por conjunto de práticas que inculcam valores e normas de comportamento através da repetição, implica em uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWN; RANGER,1984, p.9). Contudo, esse passado não expressa somente o que passou. Esse conjunto de práticas e valores que os grupos tradicionais de Itacuruba fazem, está mais ligado à maneira de trazer equilíbrio para as forças de luta do que somente conservar uma prática do passado. Reinventar o passado não significa criar um passado de novas interpretações do que foi repercutido, mas de ressignificar o que se viveu como mecanismos de fortalecimento de articulações conjuntas em torno de interesses comuns dos grupos envolvidos.

Valdeci Ana, liderança quilombola da comunidade Poço dos Cavalos, foi nascida e criada na velha Itacuruba, na parte que foi completamente inundada. Por alguns anos de sua juventude, teve que sair de Itacuruba para estudar na cidade vizinha, Floresta. No ano de 1975, antes da efetivação da barragem de Itaparica, ela se formou, terminando o magistério e voltando para a velha Itacuruba para dar aulas em 02 de fevereiro de 1976. Ela destaca essa ocasião como um momento feliz e de retorno para a velha Itacuruba e relembra que suas raízes são negras e indígenas. Em suas lembranças, estavam os costumes que eram feitos em conjunto, como o de dançar toré juntamente com os índios que hoje estão reivindicando a terra (Pankará) com ajuda de Emanuel Cacheado, atual Pajé da Aldeia Pankará Serrote dos

Campos.

A prática ritual do passado, que pode ser entendida aqui por tradição, apresenta nesse contexto um caráter atemporal, onde as estruturas do significado estão sujeitas a mudanças culturais, sociais e políticas. Se reinventar passa a ser uma disputa também política por reconhecimento a partir de um cenário de opressão e de dominação. Para Sahlins (1994) a sociedade, grupos e pessoas submetidas à situações de dominação podem construir visões originais ou inusitadas sobre sua situação e a partir delas, reorientar suas atitudes e práticas. É a partir dessa reorganização que as estruturas de famílias e o que se entende delas, passa a fazer parte de um novo arranjo que organiza as ações sociais e as lutas políticas desses grupos.

Em tempos recentes, o caráter de aceitação e de legitimação de grupos que se apresentaram, digamos, tardiamente, como grupos tradicionais e que reivindicam seus direitos territoriais, perpassa por ações de aniquilação a partir das situações promovidas pelo poder jurídico, versam por questão de temporalidade equivalente aos povos e comunidades tradicionais. Essas ações convergem para a implementação de comportamentos de reorientação das práticas e atitudes de grupos sociais afetados. A proposta do marco temporal, por exemplo, proposto pela bancada ruralista do governo Michel Temer em 2017, sobre a constituição de 1988, limita o tempo para demarcar terras no Brasil. A desconsideração do direito originário dos povos indígenas ao direito à terra é reflexo de como o Estado entende o tempo. O tempo jurídico é outro, é um tempo de negação, de violação e regado a uma rede de interesses políticos que convergem para o domínio das terras e dos recursos naturais.

Os tempos são, portanto, interpretados de diferentes formas e de acordo com os interesses vigentes. As tradições também. Os estigmas, as violências e violações de direitos em Itacuruba contribuíram para se pensar em intervenções que reverberam na construção de uma identidade a partir da memória. São recordações de um tempo, que para alguns, não foi vivido nitidamente, mas que não equivale ao esquecimento. Qual é o tempo do não esquecimento? É o tempo da memória do outro, memórias essas que guardam vivências de negação e subjugação, porém, estão refletidas no presente nas mesmas ações de violações do território através de grandes projetos de desenvolvimento.

A condição de território tradicional ganha, nesses termos, resquícios do que se foi, mas se firma em um tempo diferente. A ascensão de movimentos sociais e sobretudo, a emergência étnica em Itacuruba é reflexo dos mecanismos estratégicos para se viver em um território ressignificado como tradicional. É uma maneira de trazer equilíbrio para a luta,

entendendo que o tempo e a tradição se estruturam a partir de outras lógicas, outras cosmologias.

Aos grupos emergentes, ainda, é permitido criar mecanismos de permanência em torno de suas existências e de suas histórias. Para isso, a lógica das interpretações de conceitos dados precisam ser outras. Por esse mesmo motivo, o tempo vivido é outro, a tradição que se permite ter também. E todos esses conceitos, tempo e tradição, convergem para o entendimento de quem são esses povos e comunidades tradicionais que emergem de um lugar que na verdade nunca deixaram de pertencer.

Contudo, o tempo da violência, das negações e das ausências, passam sempre a fazer parte da rotina e a permear novos projetos apresentados com velhos discursos em lugares considerados longínquos e inacessíveis. Atravessam o tempo e se tornam atemporais. Os projetos de desenvolvimento com narrativas do moderno e do novo são atemporais porque suas táticas de apropriação se refletem sempre a partir das noções de enfraquecimento e desestruturação de lugares e grupos que poderiam ser um impedimento para a expansão das atividades produtivas.

Compreender o contexto histórico da inserção dos grandes projetos de desenvolvimento na região de Itaparica é entender que ele reflete a própria dinâmica política que rege nossas estruturas administrativas governamentais. E que não se transforma completamente, mesmo com a inserção de uma nova política.

A experiência do que se viveu conta aqui como instrumento de motivação de novas formas de associações políticas e que são compreendidas em torno dos significados que esses grupos dão para suas relações sociais. A experiência aqui é carregada de uma noção de sabedoria que gira em torno dos comandos que precisam ser acionados para reivindicar e articular lutas políticas. O assumir, tomar as rédeas da situação, é contemplado a partir dos aspectos afetivos de quem pode ser considerado aliado ou não para além do sentido da “família”, e das relações internas que foram se estruturando ao longo do tempo.

Em Itacuruba, as mulheres são a representação desse elo de ligação entre a experiência e a sabedoria, entre o agir e resistir em contextos de animosidades. Foram elas, que mesmo não sendo consideradas nas negociações da CHESF para recebimento das medidas compensatórias, fazem parte de uma estrutura de reorganização política e de rearranjos sociais que reverbera para todos os grupos sociais envolvidos nos processos de luta cotidiana.

Não há uma proposta alternativa de estratégia de desenvolvimento estabelecida pelos megaprojetos, que não trazem consequências ambientais, sociais e econômicas. O

discurso de vazio, principalmente no Sertão, estará sempre presente para justificar o avanço por terras reivindicadas por indígenas ou quilombolas. Aos grupos erguidos lhes é permitido criar mecanismos de permanência em torno de suas existências, fundamentados em suas histórias. Para isso, a lógica das interpretações de conceitos dados precisam ser outras.

4. SOB A ÓTICA DO Oponente, A REINVENÇÃO DE IMUTÁVEIS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E A CONTRAPARTIDA DOS GRUPOS SOCIAIS.

4.1 A retomada do crescimento econômico

Antes mesmo de primar pelo sentido de desenvolvimento atribuído especificamente à região à qual essa pesquisa se direciona, cabe uma introdução sobre o entendimento do conceito mais amplo de **desenvolvimento** e igualmente do conceito de **região**, que aqui desenvolvo em parte com o sentido atribuído pelo Estado, e parte como o estabelecido a partir das relações firmadas pelos grupos sociais envolvidos. Nesses termos, Inicialmente, analiso que o sentido que o conceito de desenvolvimento abarca tem se tornado o mote dos discursos ideológicos oficiais ao longo dos anos. Seu emprego é feito para justificar a implementação de megaprojetos, investimentos em grandes obras, empréstimos subsidiados para grupos empresariais e tornou-se um mantra a partir dos anos 1950.

Trata-se de uma promessa para o futuro em sacrifício do presente (SILVA,2016), que tem eficácia no imaginário de nossa sociedade. Escobar (1999) ressalta que existe uma concepção conspiratória da história ao procurar mostrar que as políticas de desenvolvimento se tornam mecanismos de controle tão efetivos e abrangentes quanto seus equivalentes coloniais e, desse modo, o desenvolvimento carrega simultaneamente o reconhecimento e a negação da diferença.

Porto Gonçalves (2004) destaca que existe um caminho para o des-envolvimento, como mecanismo para se tirar o envolvimento, ou seja, a autonomia que cada grupo mantém sobre seu território. Ao mesmo tempo, desenvolvimento também é um espaço institucional com suas próprias linguagens e modalidades de ações políticas engendradas. Trata-se de um campo heterogêneo, com organizações, agências e diversos atores em disputa sobre o que é desenvolvimento (SCHRODER, 2011), mas que particularmente no campo político, estabelece alcance planetário a partir de instituições internacionais como ONU (Organização das Nações Unidas) e FMI (Fundo Monetário Internacional). Estas são agências multilaterais de Desenvolvimento que passaram a influenciar os rumos da economia e organização política mundial (SANT'ANA, 2018). De modo semelhante, ações são articuladas no Brasil, como a criação de órgãos que levam a palavra desenvolvimento em sua nomenclatura como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE- ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (SILVA, 2016).

A busca de um modelo de desenvolvimento esteve sempre em voga quando se trata de crescimento econômico. Ela acompanha o sentido que o Estado considera como potencialidades de um lugar, para avançar em diferentes frentes rumo ao desenvolvimento, sob a ótica ufanista do progresso. Nesse sentido, a região de Itaparica apresenta também grau de potencialidade que lhe foi atribuída em conformidade com os recursos naturais disponíveis, sobretudo, para o favorecimento do setor de produção energética.

O uso da energia foi intensificado após as revoluções industriais com distintas formas de acesso a ela. Contudo, o uso eficiente e sustentável desse recurso tem se tornado também pauta no processo de produção porque acompanha o movimento que o próprio capital faz. Nesse sentido, a produção de energia tem se tornado, portanto, um tema ininterrupto da agenda dos programas de desenvolvimento, com o objetivo de cada vez mais produzir para mais desenvolver (SILVA, 2020).

Em documentos produzidos pela CONDEPE¹⁷ - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, em forma de anuários estatísticos, verifica-se que desde a década de 60, o governo estadual de Pernambuco vinha pensando na divisão do estado por regiões de desenvolvimento. Iniciativa, que resultou de estudo das diversas regionalizações existentes, com finalidade de implantar um processo de planejamento descentralizado. Essa discussão veio se prolongando e se modificando com vários arranjos distintos até a década de 1980. Com entradas a partir da CONDEPE, ocorreu então uma proposta de ação participativa e regionalizada do Governo.

Mas somente em 1999, com o suporte do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram adotadas de fato as denominadas RDs – Região de Desenvolvimento, com modificações para a inserção de novas RDs em 2003 e 2007. A perspectiva para a inserção de novas RDs tornou-se necessária nesse momento pela possibilidade de engajamento da política de desenvolvimento local, com a finalidade de implantar um processo de planejamento descentralizado. No âmbito dessas mudanças, a divisão que agrega hoje o Sertão de Itaparica surge somente no ano de 2003.

Essa discussão sobre como o Estado entende desenvolvimento vem de outros

¹⁷CONDEPE/FIDEM é uma autarquia da Administração indireta do Estado, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) que apoia e realiza estudos, pesquisas, planos e projetos nas 12 regiões do estado, articulando e firmando parcerias com diversos atores públicos e privados, visando garantir o desenvolvimento e a harmonização de suas intervenções (CONDEPE/FIDEM, 2019). Os dados que compõem o trecho desse texto correspondem aos dados do anuário estatístico de Pernambuco sobre estabelecimentos por setor de atividades, segundo as Regiões de Desenvolvimentos e os municípios - Pernambuco – 2016.

tempos e as chamadas RDs existentes hoje em Pernambuco, que agregam 12 regiões¹⁸ de desenvolvimento em seu total, foram pensadas e articuladas entre 1999 – 2007. A política desenvolvimentista operacionalizada a partir de 1970 foi retomada recentemente e, nos anos 1990, o Plano Brasil em Ação (1996-1999) e o Avança Brasil (2000-2003) traçaram as linhas de intervenção no espaço regional, direcionadas inicialmente para a região amazônica com base em projetos de infraestrutura de transporte e comunicação (SANT’ANA, 2014). No estado de Pernambuco se consolidou nesse mesmo período, com finalização em 2007.

Seu processo de elaboração reflete um caráter de controle territorial e arranjos excludentes pensados para territórios classificados como vazios e decadentes, sem considerar a presença e o pertencimento de outros grupos sociais a esses mesmos territórios. Para o Estado, a divisão por região é justificada por se entender que tais regiões apresentam condições favoráveis para instalação de empreendimentos dotados de infraestrutura necessária para sua implantação e expansão. Há, no corpo das informações que permeiam a dinâmica do desenvolvimento do estado de Pernambuco, uma demanda de ações que estão baseadas em atividades que se distinguem por indústria de transformação – relacionadas às montadoras e construção civil - comércio e serviços, representadas aqui respectivamente em caráter de ordem mais e menos rentável.

Não há, portanto, no cruzamento dessas informações, atividades de forte atuação voltadas para a mineração no estado, com exceção para a produção de gesso e de fosfato. Mesmo no campo da invisibilidade, as poucas informações que se direcionam para o estabelecimento da mineração, se darão no campo da exploração, do controle pelo território e quase sempre considerando espaços classificados como vazios.

A RD do Sertão de Itaparica, destacada no mapa 02 listado abaixo, emite outra forma de percepção do Sertão de Itaparica, no qual se insere um olhar diferenciado para a constituição territorial e os elementos que a compõem. Sob a vertente da invisibilidade nos mapas oficiais que destacam as potencialidades econômicas das regiões, a abordagem destacada no mapa abaixo, direciona-se para a presença de povos e comunidades tradicionais que pertencem a essa porção do território. O formato idealizado para o mapa foi refletido a partir das técnicas de classificação dominante que coloca lugares como Sertão de Itaparica, em um lugar de estigma, da vulnerabilidade a partir da construção do vazio e da decadência por meio da constante investida em torno do desenvolvimento.

¹⁸ A saber, são: Agreste central, Agreste meridional, Agreste setentrional, Mata norte, Mata sul, Metropolitana, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Araripe, Sertão de Moxotó, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco. (CONDEPE/BDE,2020)

Parece-me um tanto simplista pensar a decadência a partir de uma noção/oposição de prosperidade, ou pensar o espaço vazio em comparação a um lugar cheio, contemplado. Pois, todas essas percepções são, de um lado ou do outro, percepções de rotulações que vêm de lugar de arbitrariedade. Almeida (2008) discerne em livro sobre “ideologia da decadência” que “os intérpretes oficiais procuram sempre fazer a roda da história andar para trás e que o presente nunca é classificado como barbárie, embora sempre haja um discurso de representar este presente como decadência” (ALMEIDA, 2008, p.68). Em outras palavras, existe uma combinação ideológica para criar classificações em torno de um discurso que se coloca como legítimo, mas oprime pela impossibilidade de criar outras formas de seu entendimento.

A decadência, aqui destacada pelo autor Almeida (2008), está relacionada a uma concepção de ausência, de falta, e muitas delas ligadas a uma construção do espaço vazio que necessita da combinação de estruturas e infraestruturas para seguir com um projeto de fortalecimento de domínio econômico. A ausência das possibilidades de desenvolvimento, confere, portanto, sentido à decadência. Na miscelânea ambígua dos discursos apresentados, a carência e escassez das pessoas - que são ao mesmo tempo invisibilizadas - produzem, nessas circunstâncias, um discurso do urgente e do necessário.

O discurso da escassez se articula ao discurso da ampliação e abundância proporcionados por empresas e processos de instalação de grandes empreendimentos em terras consideradas, por um lado, "ilimitadas" e por outro, “espaços vazios”. Há, na incorporação de uma empresa ou de um grande empreendimento, um desdém e recusa em perceber a presença de povos e comunidades tradicionais em territórios almejados para projetos de desenvolvimento econômico. O reforço para a construção do vazio e do decadente é expresso, sobretudo, em idealizações cartográficas consideradas oficiais, pois estas fazem referência aos feitos, mas desconsideram os danos e os atingidos nesse processo. No Sertão de Itaparica, há em seus limites, como apresentados no mapa 02, onze comunidades quilombolas e onze grupos de povos indígenas em seu incurso que apresentam relações sociais de vivências que ultrapassam as fronteiras estabelecidas pelo Estado.

Toda essa indicação territorial é refletida nesse mesmo mapa, pois esse trata da imposição de empreendimentos na região e da presença dos povos e comunidades tradicionais que ali também se estabelecem. Empreendimentos estes que, sempre no argumento constante do desenvolvimento, interpelam histórias e territórios dos povos e comunidades tradicionais e apagam também seus percursos de pertencimento entre o rio e o Sertão. A representação cartográfica destacada aqui, trata-se também de uma abordagem que

remete às relações de poder e a emergência de identidades coletivas através de suas lutas. Expressam, sobretudo, aspectos de lutas econômicas que não se separam das lutas políticas e socioambientais que passaram a constituir resistência do cotidiano desses grupos.

O mapa 02 está intitulado como **“Conflitos Socioambientais e ações coletivas no Sertão de Itaparica”** e compõe boletim informativo construído em conjunção com os grupos sociais da região. Foi elaborado no âmbito do Projeto “Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central” em colaboração com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA e do Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura – LACC/UPE, como ferramenta de denúncia, destacando as mobilizações e resistências dos povos e comunidades tradicionais do Sertão de Itaparica.

Por meio de oficinas de mapeamentos, pudemos agregar informações a partir dos relatos dos grupos que se fizeram presente durante as reuniões. O grupo era diverso e além dos povos e comunidades tradicionais, representantes do CIMI – Conselho Missionário Indigenista, CPT – Comissão Pastoral da Terra e do IF-Sertão – Instituto Federal do Sertão, se apresentaram como parceiros nesse processo de construção cartográfica. A narrativa dos grupos sempre se volta ao momento de instalação da barragem de Itaparica. Relatam seus dissabores e sentimento de angústias que ainda são sentidos pelas pessoas que viveram esse momento da história. Falam do que conseguem ver e do que podem sentir. Sendo, portanto, um grupo diverso, as percepções sobre esse mesmo fato podem assumir um lugar diferente de afetação.

As reuniões foram realizadas na Diocese da cidade de Floresta. A igreja assume um lugar de apoio pela estrutura que dispõe para a realização de eventos dessa natureza, possibilitando o uso de quartos, banheiros, refeitório e cozinha equipada para agregar um grande número de pessoas. Pela proximidade desses grupos com a igreja católica atuante na região, foi possível integrar em um mesmo lugar, grupos que passavam por outros conflitos, nas quais as relações de afetividades encontravam-se enfraquecidas. Como consequência, essas desavenças tornavam-se danosas para o processo de organização e de mobilização em torno de assuntos, apresentando-se como elemento para fragmentação dos grupos e enfraquecimento dos seus processos de luta.

Os elementos cartográficos que dispomos inicialmente foram acessados com base nos dados oficiais e, através deles, elencamos o conjunto de empreendimentos que cercava essa região a partir do que os grupos conheciam e do que os grupos passaram a conhecer. Nessa espécie de catalogação de empreendimentos, surge a informação da mineração como campo extenso e intenso de atuação quase que desconhecido pelos grupos que se encontram

na região. E, conforme as informações iam sendo acrescentadas, mais nítida era a presença delas em territórios tradicionais.

Nesse imbróglio de informação desencontradas, há nesse mapa, além das representações sobre resistências e aspectos das ações coletivas expressas, uma ênfase especialmente no enfoque do contraponto das ausências, pois demonstra, sobretudo, as sobreposições dos empreendimentos sobre os territórios dos grupos indígenas e quilombolas. Esses são os caminhos do desenvolvimento que conduzem para uma viagem dolorosa ao passado que não cabe no mapa, mas os reflexos de suas consequências sim.

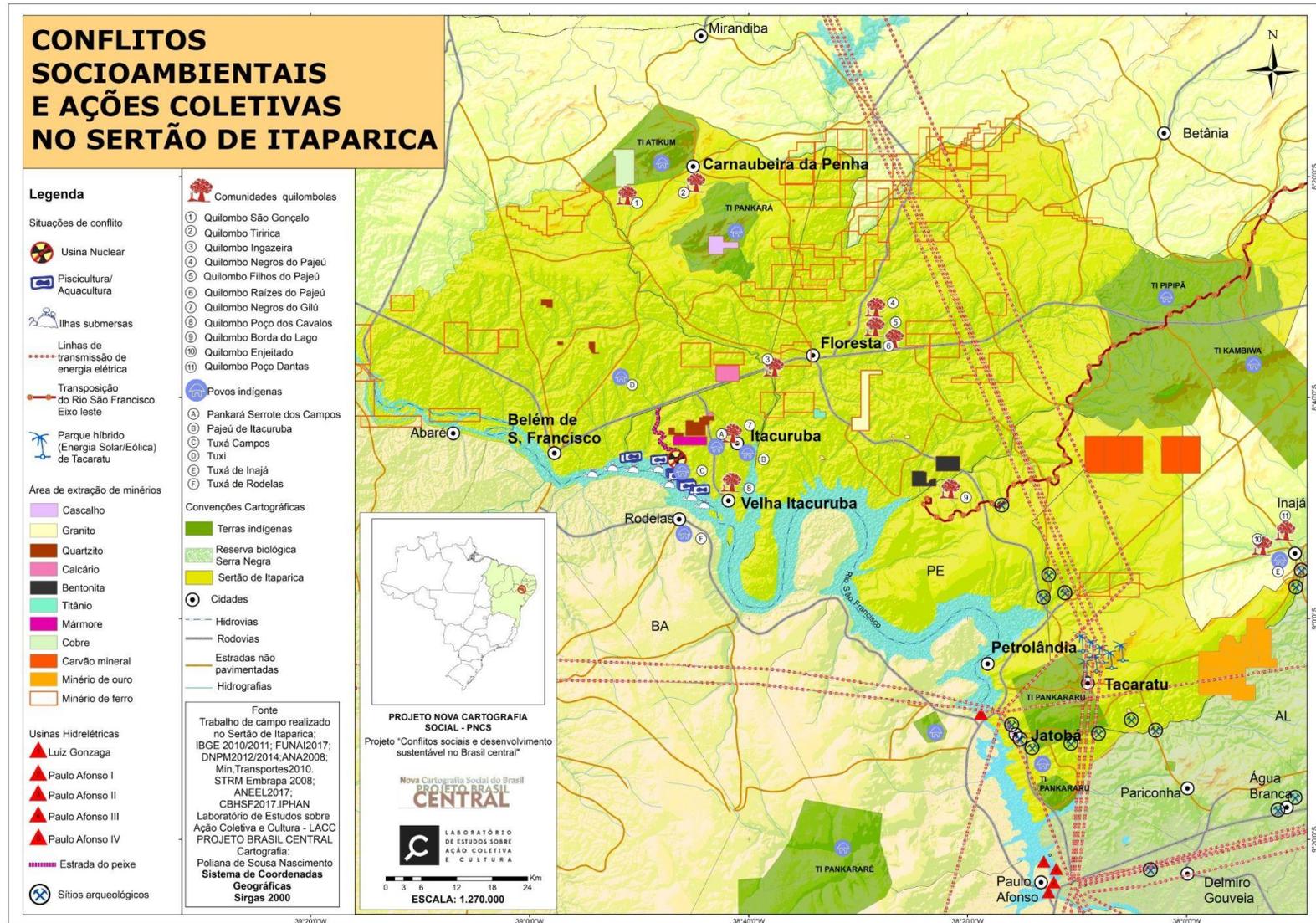
Há a presença expressiva e não discutida das áreas de mineração na região por todos os lados, dentro e fora dos territórios considerados tradicionais. A maioria delas, área de pesquisa, sobretudo, ligada ao minério de ferro, diga-se de passagem, minério de maior viabilidade econômica no país desde a década de 50 pela então Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, hoje denominada de apenas VALE. A prática de extração mineral, apesar do grandioso subsolo rico em minérios, aparece com a atividade menos desenvolvida para fins econômicos nos dados oficiais disponibilizado pelo CONDEPE/FIDEM (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco). O olhar sobre a prática menos desenvolvida aqui não anula o fato de que há um processo de extração em atividade e que, ao menos oficialmente, não se encontram dados que contemplem a dimensão das ações estabelecidas em torno da mineração em Pernambuco.

Existe entre a presença da transposição do rio São Francisco - iniciada em 2005 e ainda não finalizada - e as linhas de transmissão de energia da CHESF¹⁹ demonstradas no mapa, uma conspiração e aspiração para um empreendimento maior. Nesse sentido, quando analisamos a proposta de instalação de uma Central Nuclear, cujo terreno apontado como sua localização faz parte dos territórios reivindicados pelos povos tradicionais, verificamos uma associação planejada a longo prazo, pois parte das condições de sua instalação seria a proximidade com as linhas de transmissão de energia. Todos esses empreendimentos colaboram para uma construção de uma infraestrutura que se fixa em lugares onde o estigma do vazio, baseada na baixa densidade demográfica, torna-se característica dominante para

¹⁹ Acordos também não foram cumpridos quando ocorreu a implantação das linhas de transmissão em terras indígenas. Entre o Povo indígena Pankararu, localizado no Sertão de Itaparica, há um processo de tensão provocado pela Hidrelétrica do São Francisco em torno de coalizões de interesses decorrentes de sua instalação. A tensão se dá, sobretudo, porque existe um acordo entre os Pankararu, Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) que garante à população indígena a não obrigatoriedade do pagamento da energia utilizada por eles por um período de quarenta anos. O acordo se deu porque as linhas de transmissão perpassam em parte de seu território. Porém, o que ocorre são casos de negligência quanto ao fornecimento de energia para as diversas aldeias da terra indígena. (NASCIMENTO, 2019)

justificar as constantes investidas.

Mapa 02: “Conflitos socioambientais no Sertão de Itaparica. Cartografia: Poliana de Sousa Nascimento.



Fonte: Projeto Brasil Central, 2019

Apesar do sentido do vazio aqui prescrito, as potencialidades atribuídas ao Sertão de Itaparica, segundo dados do CONDEPE/FIDEM, reforçam uma visão do declínio ou decadência das atividades, ao mesmo tempo que as narrativas se combinam para garantir processos de melhoria de vida por meio do desenvolvimento a partir de outras iniciativas. Essas atividades, associadas ao atraso, estão relacionadas à caprinocultura (criação de cabras e ovelhas), hortifruticultura (hortaliças, legumes e frutas), de valor comercial pouco relevante, e piscicultura (cultivo de peixes em tanques-redes) que se estendem ao longo do rio.

Particularmente no Sertão de Itaparica, esse movimento está associado à intervenção de empresas que não pertencem à região, mas passaram a se estabelecer nesses lugares, sobretudo, o setor da piscicultura e ganharam a partir de outros processos de organização, caráter de empresa de média ou grande produção com investimentos de capital estrangeiro.

A organização em torno da inserção desta atividade na região teve início em 2005 na região do Baixo São Francisco para depois se expandir para outras regiões ao longo do rio. O caráter legislativo foi determinante para a expansão da aquicultura – produção de tilápia na região, pela permissão de uso das águas fornecido pela União através de Instrução Normativa Interministerial N°6, de 31 de maio de 2004 (EMBRAPA, 2014, p.09).

Na época, o então prefeito de Itacuruba, Romero Magalhães, passa a criar um ambiente de negócios favorável aos investimentos que atendesse desde o empreendedor individual, até os grandes investidores como as empresas Pesca Nova e Netuno, além de outros investimentos que estavam sendo atraídos para o município em 2006 (SILVA,2019). As empresas Netuno²⁰ e Pesca nova²¹ se inserem na região atraídas pelo clima ameno e disponibilidade de água – 820 quilômetros quadrados, formados pelo lago de Itaparica e com condições ideais para formação das fazendas aquícolas com capacidade de produção de cerca de 100 mil toneladas por ano na época, até deixarem de operar nessa região.

Apesar de proposta de incentivo do Governo do Estado para a implementação de atividades de pequena produção através do ProRural²² na região, esse estímulo não delibera

²⁰ Empresa pernambucana de pescados, a Grupo Netuno é grande produtora de pescado, sobretudo, o beneficiamento da tilápia. Na região do São Francisco, continua com atuação próxima à cidade de Paulo Afonso – BA.

²¹ A empresa internacional Pescanova – SA, é uma empresa espanhola que opera em pelo menos em 24 países com atividades em torno da produção de pesca industrial.

²² ProRural - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, corresponde a um programa de fomento, vinculado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco (SARA), que tem como objetivo maior estimular o desenvolvimento sustentável no meio rural pernambucano. Para isso, através de

articulações de forma autônoma, posto que a maior parte dos pequenos produtores passa a depender do grande produtor do setor para poder atuar nesse mesmo mercado. Há uma série de irregularidades, sobretudo voltadas para demandas ambientais, que fazem dessa atividade uma operação com consequências negativas para o meio ambiente da região.

A extensão da área que corresponde às “fazendas de peixe” está representada no mapa 02 “**Conflitos Socioambientais e ações coletivas no Sertão de Itaparica**”, e se localiza nas beiradas do rio São Francisco que margeiam Itacuruba. O rio sempre representou a possibilidade de exercer autonomia sobre suas práticas sociais e alimentares e, hoje, corresponde à impossibilidade das comunidades de fazerem uso do rio, seja para a pesca, seja para o uso da água, pela existência do depósito ilegal de resíduos despejados pelas empresas de pesca sem tratamento no rio.

A aldeia, da qual a indígena Evani Tuxá Campos²³ é Cacique, se localiza às margens do rio. Ela enfatiza que eles sentem de forma mais expressiva os desafios da permanência desse tipo de empreendimento, destaca ainda o descontentamento quanto à presença das “fazendas de Peixe” nas proximidades da Aldeia e a carência da qualidade de vida diante de situação posta, a custo de um desenvolvimento que não prioriza o modo de vida dos indígenas. Ela aponta em uma de suas falas na oficina de mapas que “A gente vive na beira do Rio São Francisco, mas não pode beber a água de lá, a água tem que ir da cidade já por conta disso, por conta do peixe” “[fazendo alusão à água poluída pelas fazendas de peixe]”.

Existe, nesse composto econômico, uma sequência de médios e pequenos empreendimentos e grandes projetos de desenvolvimento idealizados facilitados pelo Estado. Todos eles, de alguma forma, projetam em cidades como Itacuruba, uma fabulação em torno da dinamização do capital, refletindo em ações permanentes de desenvolvimento que o próprio Estado projeta para se delinear na contemporaneidade. Para realizar uma análise um pouco mais aguçada, retomo leituras que se fazem necessárias a fim de compreender a própria constituição das ações do Estado e como as relações de poder são percebidas a partir de suas ações articuladas em torno do implemento de atividades econômicas.

Revisito, portanto, Bourdieu (2014) em suas análises sobre o Estado. Bourdieu nunca pensou o Estado a partir de suas próprias amarras, para ele o Estado é um campo de

pactuação entre o Banco Mundial e o Governo Estado, o ProRural executa o Projeto Pernambuco Rural Sustentável (PRS), que garante investimentos destinados à infraestrutura rural e aos projetos produtivos.

²³ Depoimento retirado do Boletim Informativo “Resistindo para existir: Dizemos não à usina nuclear no São Francisco”, em oficina de mapa realizada em 05/2018 em Floresta-PE.

disputa, onde a relação dialética existente não exclui agente social – como ele prefere chamar – e estrutura social. O Estado se caracteriza como um espaço de embate, de rearranjo de posições determinadas pelo que ele vai chamar de campo. Esse campo, que apresenta características peculiares, trata-se de um espaço social com relações de poder estabelecidas. A estrutura desse espaço está pautada em uma desigualdade planejada de distribuição de capital social que se configura em poder (BOURDIEU, 2014). Quer dizer, há um discurso legítimo que se sobressai e que exalta a democracia como modelo de fazer política, ao mesmo tempo que a própria constituição do Estado se baseia em desigualdades, das quais existem os dominantes e dominados.

No fim dos anos 70, a configuração do mundo era de uma acelerada combinação entre desemprego e crescente inflação, fatores que ameaçavam diretamente as classes dominantes (HARVEY, 2006). As práticas de políticas econômicas, que se firmaram a partir desse momento, atingiram o mundo por meio de uma reforma institucional poderosa e “estratégicas para formação de um consenso, em torno de uma onda neoliberal” (FONSECA, 2005).

Harvey (2006), em seus estudos, aborda esse momento como primordial para o estabelecimento do controle do poder das classes dominadas a partir do Estado. Para ele:

O neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional, caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado a tais práticas (HARVEY, 2006. p.02)

Nesse sentido, a análise que se faz em torno do neoliberalismo não se limita ao projeto de reorganização do capital internacional, mas um projeto político de acumulação de capital que estrutura o poder das classes dominantes. Cria espaços de liberdade ao mesmo tempo que silencia o anúncio de formas de vidas resistentes e atuantes em um cenário de escassez construído apropriadamente. O advento anunciado para os moldes do desenvolvimento, são, nessa perspectiva, aliados a uma força que gira em torno de um capital que não se alcança.

Enquanto que o capital destacado aqui se refere, nesse contexto, ao próprio poder, seja ele oriundo da força física, econômica, cultural, da informação ou simbólico, o campo de poder é o próprio Estado, é “o espaço de relações de força entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente”. (BOURDIEU, 1998, p.28-29).

Bourdieu (1998) se mobiliza então em seus escritos para evidenciar os caminhos e as razões da eficácia dos poderes de violência simbólica exercidos pelo Estado, uma espécie de metapoder que atua de acordo com seus próprios interesses. Bourdieu (1998) reitera, portanto, a dimensão simbólica do Estado como espaço de relações de força. A constituição do metapoder é acompanhada de uma acumulação maciça de informação promovida pelo próprio Estado, através de pesquisas, mapas, orçamentos, planos ou recenseamentos. (BOURDIEU, 2014). Esses elementos se configuram em formas de exercer o controle, como enfatiza Anderson (2008) em seu livro “Comunidades Imaginadas”, ao destacar o uso de censo, mapa e museu como mecanismos de controle do Estado. As três instituições juntas “moldam profundamente a maneira pela qual o Estado imaginava/imagina seu domínio - a natureza dos homens por eles governados, a geografia de seu território e a legitimidade de seu passado”(ANDERSON, 2008, p.227).

A configuração de mapas produzidos em Pernambuco sobre as diversidades e potencialidades nas regiões de Pernambuco, define padrões de controle territorial através da informação inserida, criando cenários estratégicos para a inserção de novos empreendimentos. Dentro do fundamento neoliberal, os mecanismos estratégicos estabelecidos em torno do controle por meio do território obedecem aos preceitos da lógica do livre mercado, privatizando os ativos públicos, liberando os recursos naturais para a exploração privada e facilitando o investimento estrangeiro direto e o livre comércio (HARVEY,2006).

Mas a produção de mapas que destaque as potencialidades econômicas de um território, destaca também o discurso da escassez que vem de fora. Contudo, é considerável destacar que os grupos sociais existentes nas margens do rio São Francisco, já estabeleciam uma relação com o rio de pesca ou de agricultura de maneira autônoma. O incentivo para incorporação de formas de pescar ou de produzir, construindo medidas potenciais, exclui completamente o saber fazer tradicional desses grupos para o cumprimento das mesmas atividades com teor de potencialidade definida. Ou seja, existe aquilo que Bourdieu (1998) chama de capital simbólico e é expresso principalmente por mecanismos de controle presentes nos atos do Estado.

O campo simbólico é repleto de mecanismos que convergem para uma violência. Trata-se da dominação consentida, pela aceitação das regras e crenças partilhadas como se fossem “naturais”, e da incapacidade crítica de reconhecer o caráter arbitrário de tais regras impostas pelas autoridades dominantes de um campo. A condição de arbitrariedade atribuída às ações do Estado, fundamentam um Estado não se baseia em um consenso, mas na própria

existência das trocas que levam a um dissenso. Isso pra dizer que o Estado é esse lugar onde todas as perspectivas construídas são antagônicas” (BOURDIEU, 2014, p.35).

Essas perspectivas antagônicas espelham a gênese de um campo social, onde se joga um jogo particular considerado legítimo e construído em torno de um discurso de coletividade. A partir da definição de coletividade, o enunciado sobre a ampliação ou concretização do desenvolvimento são, simbolicamente, firmados nos empreendimentos realizados no rio São Francisco. Não por acaso, o rio é conhecido também por “rio da integração nacional”. É, de acordo com essa prerrogativa, que o crescimento econômico se resguarda para garantir que a integração da nação seja promovida por meio de objetivos coletivos. Sob a perspectiva da integração nacional, se firmou também o binômio irrigação-indústria que reforçou estratégias de desenvolvimento no Vale do São Francisco, com recursos públicos e privados (ARAÚJO, 1994).

A construção política de uma cultura que promove a narrativa da união, mas que na realidade nos divide, é um dos grandes instrumentos de dominação existentes na construção do que vem a ser o Estado, pois esses são repletos de atos políticos pretensos a ter efeitos no mundo social. Esses atos são considerados genuínos e devem sua eficácia à legitimidade e crença na existência do princípio que os fundamenta. Há uma política dentro do mundo que nos rege, que reconhecida como lícita, deslegitima todo aquele que se arrisca questionar e tencionar a possibilidade de fazer de outra maneira. (BOURDIEU, 2014, p.46).

Entender o Estado como campos de relações de poder é entender também a forma como o jogo que permeia por entre essas relações é estabelecido. Apesar da universalidade imbuída da gênese dos jogos sociais, as regras que regem esses jogos são implícitas e, mesmo em face da ausência de transparência, quem joga o jogo precisa seguir as regras que correspondem aos vários campos. Existe uma preocupação de minha parte em entender que esse campo se volta principalmente para o entendimento das relações sociais que colaboram para a compreensão de um campo econômico. Mesmo entendendo que a riqueza nunca age somente pela riqueza e nunca é somente o aspecto econômico o caráter afetado.

Portanto, quando falo de jogo e de campo, me direciono ao campo das relações capitalistas e como essas relações interferem no modo de vida das pessoas. Tais pessoas fazem parte do discurso do jogo coletivo e universal, mas não dispõem das mesmas peças para jogar um jogo justo. É o que salienta Bourdieu em citação a Weber “quem não se dobra às regras do cosmos capitalista, se é patrão vai à falência, e se é trabalhador é mandado para fora do jogo”. (BOURDIEU, 2014,p.188). E assim segue o jogo. Contudo, não significa dizer que as regras não podem ser mudadas. Quando há processos de mobilizações em torno

de aspectos de outros campos que são negados a parte de um grupo, esses aspectos podem gerar uma luta para que as regras do jogo sejam mudadas.

O caminho para o processo de mudanças se abre pela possibilidade de ação a uma reação dos chamados “dominados”, e iniciam a partir daí uma espécie de insurreição para não mais obedecerem. James Scott (2013), em seu Livro “Os dominados e a arte da resistência”, destaca estratégias de resistência às várias formas de dominação, dando ênfase aos processos simbólicos na dominação e na resistência, apontando que essas resistências se dão no campo do detalhe do cotidiano, sejam elas coletivas ou não. A partir desse sentido, o jogo que se joga agora passa a ter outros agentes que também agem, e as regras antes estabelecidas ganham novas formas de representações, que são elas também relações simbólicas.

Mas antes mesmo que essa modalidade de insurreição ou luta comece a acontecer, o circuito das relações de força, sejam elas densas ou sutis, continuam a permear entre as ações do Estado. Esse poder simbólico descrito por Bourdieu se associa muito com o poder disciplinar destacado por Foucault (2012) em seu livro “Vigiar e Punir”, que busca através do adestramento produzir um indivíduo eficiente e útil. Para Bourdieu, o poder simbólico é aquele poder que está no campo do subentendido, ele permanece presente, dita as regras, mas não mostra quem realmente é. Isso se configura em torno da questão entre o público e o privado atribuída às duas faces assumidas pelo Estado (BOURDIEU, 1989).

Mas, à medida que esse poder simbólico se faz presente, suas violências também se fazem, pois é na sutileza das ações que as forças que regem o capital se tornam mais evidentes. Bourdieu salienta que essa violência simbólica se dá pelo não contato com o corpo, ou seja, seria provocado em um nível moral ou emocional. Nesse sentido, em cada campo existe um tipo de capital diferente. Quando ocorre alguma diferença de compatibilização desses capitais e campos, ocorre a violência, fruto de uma desigualdade já evidente nas relações estabelecidas entre em campos e capitais. Porém, à medida que essa violência se torna recorrente, caracterizá-la como simbólica não minimiza o sentido arbitrário e de violência que qualquer ação dessa natureza permite.

Contudo, o poder que aqui proponho discutir, estando no campo do simbólico ou não, precisa ser entendido enquanto conceito. Essa palavra, tão comum e corriqueira nos nossos escritos de antropologia ou de qualquer outra ciência social, se cristalizou e nada mais se permite dizer sobre ela ou como ela se apresenta nos diferentes campos aqui destacados por Bourdieu. Há uma preocupação de minha parte em entender principalmente que tipo de poder eu estou me referindo quando menciono o termo “relações de poder”. O

Estado legítimo e inquestionável, cujas ações são descritas para o bem maior produz uma realidade totalmente diferente da discursada, e o poder se impõe principalmente a partir de estratégias coercitivas que agem em torno do “bem da coletividade”.

Para Bourdieu (1989), como apontado antes, o poder está ligado às relações de interesses de um grupo em um campo onde as regras já estão estabelecidas. Para Foucault (2012), que corrobora com os aspectos destacados por Bourdieu, o conceito de poder está ligado ao Estado como monopólio do poder, como força e obediência. Poder não é uma coisa, é um feixe de relações, é um sistema de rede. Para Foucault (2012), captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, é captar o poder em suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam.

Se poder está ligado às relações, o conceito de relações se volta muito particularmente ao sentido de conexões, junções ou associações. Mas que aqui, nessa pesquisa, pode assumir diferentes formas de associações e/ou junções apropriadas em torno de um contexto específico. Nesse sentido, mais do que uma ideologia neoliberal, entendo o desenvolvimento, a partir dos escritos de Fonseca (2005), como construção ideológica e política assumida pelo Estado, que se caracteriza por um ultraliberalismo, cujos os efeitos econômicos, políticos ou sociais são sentidos de maneira mais danosa pelas classes consideradas subalternas. Essa é, portanto, uma radicalização dos preceitos do liberalismo clássico (FONSECA,2005).

O ultraliberalismo configura-se, portanto, na perpetuação de uma velha ordem e razão em favorecimento das classes dominantes com discurso da liberdade, com destaque para a formação de um consenso, a partir dos aparatos midiáticos, com tentativas de criminalização dos processos de mobilização e dos movimentos sociais atuantes (HARVEY,2006). A intensificada flexibilização dos direitos ambientais e sociais e a precarização do trabalho colaboram para um ritmo acelerado de apropriação territorial em espaços considerados fora da roda do mercado, na tentativa de inseri-los em uma dinâmica do capital intangível. A política de desenvolvimento ultraliberal pode determinar um valor de mercado, que coloca os povos e comunidades tradicionais em um enquadramento articulado por forças, das quais os interesses não levam em consideração os lugares e os corpos vulnerabilizados.

Ressalto o trabalho de Susan Buck-Morss (2017) sobre “Hegel e o Haiti” e de como o paradoxo do discurso da liberdade e a prática da escravidão, moldou e marcou a ascensão da economia mundial moderna da época do iluminismo. Por que interessa contar essa

história aqui? Porque o caminho da argumentação sobre as ações executadas em favor do desenvolvimento são refletidos a partir das consequências estabelecidas para implementação dos grandes projetos de desenvolvimento em territórios de povos e comunidades tradicionais.

Neste livro, Susan Buck-Morss (2017) destaca a época do iluminismo para explicar o crescimento do capitalismo e da proto indústria pelo mundo. Segundo ela, existe um discurso do iluminismo que cresce e se expande, entretanto, a prática e o pensamento desse momento não andam paralelamente. “A exploração era naturalizada pelos próprios pensadores que pregavam um conceito de liberdade universal” (BUCK-MORSS, 2017, p.33). Por mais que as teorias revolucionárias fossem nesse momento prevaletentes, a economia colonial escravista crescia nas sombras dos sofrimentos e violências cometidas nas colônias. Seguindo essa linha, na nossa atualidade, premeditadamente, as narrativas sobre o progresso ainda prevalecem no discurso de liberdade humana.

Há, em curso, uma velha e nova política que se fundem em uma só. Legítima e inquestionável, como sugere Bourdieu (1989), onde campos de poder se estruturam nas próprias relações de estrutura social. O discurso de uma política ultraliberal do Estado, acompanha estrategicamente o sentido do avanço do desenvolvimento a partir de uma perspectiva atemporal. Ambos se repetem além do tempo, tendo como o capital o fator de mudança das relações estabelecidas. O arranjo do novo, com narrativa do que já se viu, é o reflexo do esforço do Estado em silenciar o passado por meio de novos grandes empreendimentos. É nesse sentido que as conexões em torno de interesses particulares acontecem. Assim, as relações de poder surgem de igual modo dos dois lados concorrentes e perpassam por regras diferentes, mas que se combinam a partir de seus contextos para jogar o mesmo jogo de poder.

4.1.1 Barragem de Itaparica

O poder que se expressa nas páginas anteriores é reflexo do ultraliberalismo instalado em todas as partes do mundo. O ultraliberalismo surge como fonte de forças estruturais invencíveis e se confundem com a realidade corrente em sua totalidade. Existe a impossibilidade de se agir ou pensar fora dela, convertendo-se em uma narrativa inevitável. Para explicar esse processo, volto à história do Sertão de Itaparica para entender o presente. E voltar aqui não significa apenas destacar narrativas cristalizadas no tempo, mas recorrer às experiências de povos e comunidades diante de discursos que reforçam estruturas políticas

enraizadas e que passam a controlar a configuração da realidade de territórios e de construções sociais.

A Barragem de Itaparica foi o ponto que considerei para analisar as investidas do Estado em espaços considerados vazios na região de Itaparica e, por consequente, na cidade de Itacuruba. A barragem foi construída com um reservatório de 150 km de comprimento, cobrindo cerca de 834 km de terras ao longo da margem do rio São Francisco referenciadas na figura 03. Nessa área habitavam cerca de 10.500 famílias de sete municípios entre Bahia e Pernambuco que tiveram que se deslocar (BOMFIM,1999). Ocorreu, a partir dos anos 70, uma consolidação do modelo de política para a região de Itaparica voltada para implementação de energia hidrelétrica, criando-se assim, a CHESF²⁴, com o objetivo de explorar as potencialidades energéticas do rio São Francisco (SILVA FILHO, 1992, p.91).

As fotos listadas, abaixo, demonstram os impactos visíveis ocorridos pela implementação da barragem de Itaparica na cidade de Itaparica. O detalhe da foto aponta com destaque para a dimensão do alagamento na cidade de Itacuruba. A foto da direita enfatiza a paisagem do local antes da construção da barragem em 1986 e a foto da esquerda, sublinha uma paisagem impactada e inundada ocorrida depois da construção da barragem de Itaparica, com data de em 2016.

Figura 03 : Impacto da construção da barragem de Itaparica na região de Itaparica. À direita imagem de 1996 antes da barragem e à esquerda em 2016, após a barragem.



Fonte: Google Earth PRO, 2019

Em contexto mais amplo de desenvolvimento, existia desde a década de 50, uma ideologia entusiasta com discursos de modernização e de desenvolvimento para áreas à margem do rio São Francisco. A partir dessa iniciativa, criou-se na região do vale do rio um órgão específico para a nova política econômica vigente para o vale – A Companhia Vale do

²⁴ Os dados aqui apresentados foram obtidos a partir de relatório da CHESF, disponível em <https://www.chesf.gov.br/empresa/Pages/Base%20Jur%C3%ADdica/BaseJuridica.aspx>. Acesso em: 20 de abril, 2020.

Rio São Francisco. Como destaca Silva Filho (1992, p.89):

No que se refere ao vale do São Francisco, região de economia historicamente voltada para a pecuária e para a agricultura de subsistência praticada nas vazantes e ilhas do grande rio - e comércio, também foi alvo dessa ideologia e ações desenvolvimentistas e modernizadoras. As potencialidades do vale - fertilidade dos solos e abundância de água - passam, de forma muito intensa, a interessar e merecer estudos técnicos por parte dos governantes, a partir da segunda metade da década de 40.

Evidentemente, as características físicas da região do vale do São Francisco não se assemelham unicamente às características da região de Itaparica e os interesses podem apontar, de início, caminhos diferenciados. Mas, sendo iguais ou diferentes quanto ao tipo de investimento que se está sendo feito, o que importa entender é que a forma como se dão as apropriações dos espaços por diferentes setores se faz por caminhos quase sempre iguais. Por conta do sucesso da região do vale do São Francisco quanto a fertilidade do solo e hoje palco de grandes exportações de frutas, sobretudo, para a Europa, ampliou-se na época o interesse para as outras áreas da região do São Francisco e assim, iniciou-se o projeto de construção da barragem de Itaparica.

Desse momento em diante, o processo de investimento passou a exigir uma série de mudanças estruturais em torno dos aspectos socioespaciais e culturais relacionadas à ocupação do território, que na época era pertencente a uma população que já fazia uso da pesca e da agricultura, a partir de uma relação de pertencimento ao lugar, que não era medida apenas pelas práticas de uso da terra. O antropólogo Parry Scott (2009), em sua pesquisa na região, destaca que as famílias realocadas durante a implantação da barragem perderam, além do acesso ao rio, a referência temporal e espacial com a mudança do curso do rio. Esse é um aspecto que nos impulsiona a pensar em uma inversão do próprio curso da história das pessoas pertencentes a esses lugares, pois a possibilidade de ir para outro lugar para muitos, era também a possibilidade de ter uma terra para plantar, prometida pelo projeto de desenvolvimento e se livrar das mãos dos fazendeiros.

A CHESF, empresa encarregada de realizar a obra, previa em seu processo, projetos de reassentamento e projetos de irrigação junto aqueles que “optassem”²⁵ em escolher viver ainda do trabalho com a terra. O projeto foi realizado a partir de um acordo entre a CHESF e as famílias atingidas, intermediados pelo sindicato e Polo sindical em 1986. Segundo LIMA (2008), durante o processo de negociação houve três momentos distintos que se configuraram, primeiro na identificação das terras dos agricultores e das

²⁵ Faço uma observação quanto à atribuição de “opção” para os atingidos. Quando o projeto foi pensado e repassado para as pessoas que ali viviam, não existia possibilidade de opções, como enfatiza o indígena Tuxá na Aldeia Tuxá Campos “ Quem dava a opção era a CHESF”. E tudo estava dentro do planejado.

pessoas que moravam na cidade; segundo, na construção das casas e das agrovilas com pontos comerciais e o terceiro seria o projeto de irrigação pela CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

A CHESF e a CODEVASF são, nesse processo, protagonistas das ações articuladas junto ao Estado, pois representam parte da configuração econômica desenvolvida pelo Estado. A CHESF, subsidiária da Eletrobrás, está vinculada também ao Ministério de Minas e Energia. É classificada como uma sociedade de economia mista, mas também uma sociedade anônima de capital aberto (CHESF, 2020), o que significa dizer que a primeira é uma colaboração do Estado com membros particulares na constituição de um objetivo específico e a segunda pressupõe que o capital gerado é constituído por ações que podem ser negociadas na Bolsa de valores, inclusive a partir de capital estrangeiro.

A CODEVASF²⁶, por sua vez, é uma empresa pública de atuação no Nordeste do Brasil. É administrada exclusivamente pelo poder público do Estado. Como parte de suas atribuições, está a valorização de projetos de fortalecimento agrícola e de irrigação. Contudo, sua atuação traz controvérsia quanto ao sentido de valorização do pequeno agricultor. Desde sua criação, sua operação se volta especialmente para grandes projetos ligados ao agronegócio, mais recentemente, ao MATOPIBA²⁷ – Fronteira agrícola de expansão de grãos.

Apesar da complexidade da estrutura de poder evidenciada na forma de uso da terra na região de Itaparica - agroindústria, fazendeiros, granjeiros, arrendatários, intermediários, pequenos proprietários, meeiros, diaristas (SCOTT, 2009, p.27/28), havia um movimento maior entre a CHESF, a CODEVASF e os atingidos que eram representados pelo Polo Sindical para intermediar o processo. Já em 1976, os trabalhadores começaram a se articular, principalmente porque conheciam a experiência do mesmo processo de implementação da barragem em Sobradinho em 1973. Os métodos adotados inicialmente eram os mesmos utilizados em Sobradinho e Moxotó. Eram oferecidas indenizações irrisórias e utilizava-se a

²⁶ Ocupando o lugar da extinta Suvale (Superintendência do Vale do São Francisco) em 1974, a companhia inicia sua atuação no período em que os aproveitamentos hidrelétricos do São Francisco já estavam decididos, (em construção ou em planejamento), com as populações deslocadas ou em fase de reassentamento. Como atividade central, tinham os projetos de irrigação criados prioritariamente para os distritos agroindustriais e agropecuários, norteados para o planejamento de uma agricultura comercial, agroindustrial e do mercado (VIANA;MENEZES, 1994, p.23).

²⁷ Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), em parceria com INCRA e Embrapa (MDA e MAPA) caracterizada como uma expansão de fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade. Mas que para, além disso, constitui parte de um plano de ação que agrega junto ao GITE (Grupo de Inteligência Territorial e Estratégica) um sistema de inteligência territorial estratégica exclusivo para o MATOPIBA, com a finalidade de compreender e descrever a região de atuação do plano (NASCIMENTO, 2019).

força contra os que opunham resistências (CDDHSSF,1992).

Em 1979, a estrutura política organizativa chamada de Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco criou um corpo. Nesse período, o movimento congregava um total de 12 sindicatos – a saber: Petrolândia, Itacuruba, Floresta, Belém de São Francisco, Inajá, Ibimirim, em PE; Abaré, Rodelas, Chorrochó, Glória, Macururé e Paulo Afonso na Bahia (ARAÚJO,1990). Ocorreu em Petrolândia, a primeira grande manifestação articulada pelo Polo, com mais de 2000 trabalhadores.

As pautas direcionaram-se para a luta por reassentamentos, acesso à água nas casas e nos lotes, área de sequeiro e uma indenização justa (CDDHSSF,1992). A ação do Polo Sindical passou a exercer uma atividade que ultrapassou o mero assistencialismo e as reivindicações de caráter apenas corporativo. Suas propostas implicaram em mudanças na estrutura socioeconômica, no que se refere às formas de ocupação da terra na região atingida (ARAÚJO, 1985).

O Polo sindical foi criado como estratégia política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e das Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETags) da Bahia e Pernambuco para organizar a intervenção sindical no Vale (VIANA, MENEZES, 1994). Tinham como pauta principal a luta contra os efeitos negativos da construção da usina hidrelétrica. Tal iniciativa passou a unir em um grupo de mobilização posseiros, arrendatários, pequenos agricultores e sem terras da região (BOMFIM, 1999). A base original do Polo compreendia os municípios de Tacaratu, Inajá, Floresta, Petrolândia, Itacuruba, Belém de São Francisco (PE) e na Bahia, Paulo Afonso, Glória, Rodelas e Macureré (VIANNA; MENEZES, 1994).

A luta do Polo esbarrou nos obstáculos, como atraso no cronograma de implantação de sistema de irrigação, má qualidade na construção de agrovilas, falta de infraestrutura e precário atendimento de saúde e educação. Outro problema surgido estava relacionado à diferenciação entre os reassentados. Enquanto alguns estavam em terras irrigadas, outros nem tinham previsão de quando teriam água para irrigar suas terras. O formato das negociações implicava em tentativas constantes para o enfraquecimento do Polo sindical.

Durante esse período, os sindicatos rurais da região foram enormemente fortalecidos pela mobilização iniciada pelo Polo Sindical para assegurar reassentamento para a população de Itaparica. Foi preciso partir para o enfrentamento contra a CHESF e as propostas evasivas da CODEVASF a respeito das perdas da população local. Em cada município, os “Sindicatos de Trabalhadores Rurais” (STR) formavam hierarquias complexas que articulavam as suas bases de pequenos proprietários, posseiros, meeiros e diaristas”

(SCOTT, 2009,p.29).

Contudo, havia uma rede de organização que agregava, além do Pólo sindical, movimentos sociais articulados em torno da agricultura (CONTAG – Confederação de Trabalhadores em Agricultura; CUT – Central Único de Trabalhadores, FETAPE – Federação de Trabalhadores em Agricultura de Pernambuco; FETABA – Federação de Trabalhadores em Agricultura da Bahia, MAB – Movimento de Atingidos por Barragens) e a colaboração com segmentos ligados à Igreja católica, outros movimentos políticos e partidos políticos que se tornaram oposição de uma política ligadas à elite local da região (SCOTT, 2009).

Há entre as duas entidades públicas – a CHESF e a CODEVASF - discursos que se articulam em torno de territórios considerados vulneráveis no campo de disputa mas, ao mesmo tempo, valiosos quanto ao capital que pode ser investido. A lógica da disputa que cercam órgãos como a CHESF e a CODEVASF se apresenta a partir da lógica de apropriação do outro território pelo Estado e por empresas privadas. São disputas que não levam em consideração os diferentes elementos e agentes envolvidos no processo, como parte do processo.

As ressignificações que se dão em torno do que é ser agricultor, do que é terra agricultável e da própria configuração do que pode e como se pode ocupar o território, são construídas a partir de mecanismos pertencentes às empresas e ao Estado, articulados de acordo com seus interesses. Os projetos de reassentamento, por exemplo, priorizavam a população mais velha e masculina para indenizações, por considerar que essa era a configuração de uma família como um chefe para guiar, da qual o tamanho dos lotes, impossibilitava que outras casas fossem feitas para agregar uma família mais nova (SCOTT, 2009). A lógica de dominação do Estado parte das minúcias sobre quem pode e deve ser considerado família, por exemplo, pois essa abordagem trata-se também da própria lógica de uma política ultraliberal imposta no ato de implantação desses projetos.

É considerável apontar que, na conjuntura da época, a usina de Itaparica surge a partir do período de redemocratização do país, com o fim da ditadura em 1985. E no ano que segue, 1986, mesmo que a CHESF não tivesse planejado um acordo explícito com os atingidos, o acordo de verba firmado a partir das lutas iniciadas pelo Polo sindical, passa a ser considerado uma realidade. Contudo, o acordo só se tornou viável, em função de investimentos internacionais recebidos pela CHESF e pela repercussão dos acirrados conflitos na região durante o processo de implantação da barragem.

A discussão sobre os acordos não se apresentava como uma tarefa fácil para os

movimentos de enfrentamento, pois todo o processo para a construção da barragem atravessou três governos presidenciais diferentes com propostas que, em muitos casos, não concordavam com o governo anterior e impediam a continuidade de projetos que já estavam em andamento, com processos inacabados e sem previsão para serem retomados. Mas a partir da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, criou-se um órgão específico para a conclusão dos assentamentos pensados para em torno da instalação da usina hidrelétrica, o GERPI - Grupo executivo para a conclusão do projeto de reassentamento de populações da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Nesse mesmo período, ocorreu o anúncio da privatização da Eletrobrás, da qual a CHESF era parte integrante desde 1988 (BOMFIM,1999).

Ainda nos anos 1998, o GERPI, lança proposta para solucionar questões financeiras de pelo menos 1.680 famílias que foram desalojadas pela construção da barragem e que ainda não tinham sido compensadas por lotes irrigados de terra. Isso significa dizer que muitas famílias passaram a receber uma compensação financeira no valor da época entre 20 mil US\$ e 33 mil US\$ para abrirem mão do recebimento de terras nos projetos de irrigação gerenciados pela CODEVASF (BOMFIM,1999) e, de acordo com o GERPI, pelo menos mil famílias tinham assinado o termo.

Em meio a tantas mobilizações, ocorreram também os processos desmobilizadores promovidos pela própria empresa promotora do empreendimento, a fim de desestabilizar organizações sociais articuladas para promover acordos e comunicação direta com as empresas. O caso da CHESF e a construção da Barragem de Itaparica tiveram diferentes atores, com uma gama de organizações sociais associadas e que, ao passo que essas duas empresas caminhavam, aqueles que não estavam na linha de frente do embate, eram permeados por outros sentimentos movidos pelo medo, pela insegurança e pelas ausências impostas. Os diferentes acordos estabelecidos para as pessoas que foram deslocadas, não deram a elas um lugar de alento. Muitas famílias que “optaram” por não receber o lote de terra e área de irrigação, e aceitaram a oferta da compensação em dinheiro, estavam sem qualquer perspectiva de vida meses depois.

Tal como essas histórias, tantas outras existem sobre a construção da barragem de Itaparica, sobretudo, no que diz respeito às consequências sobre as famílias que tiveram que ser remanejadas para outros espaços direcionados ao Sertão. Diante desse e de outros conflitos, no caso de Itacuruba, o histórico de doenças psicológicas atribuídas às pessoas que viveram o período do deslocamento e dos netos desses que não viveram, são aspectos que não puderam ser mediados ou remediados pelos planejamentos desses projetos nem a curto e

nem a longo prazo.

Com a conclusão da barragem, a opção “adaptar-se para não morrer” tornou-se regra do jogo. As amarras determinadas pelo controle e poder vigentes passaram a condicionar os passos seguintes desses grupos afetados. Essa condição reverberou por um modo de vida que foi completamente modificado e de lugares da memória que passaram a representar reflexo daquilo que não mais voltará, silenciando a própria história. Nesse sentido, o que se vende não é o que se “compra”. A “mudança para melhor” não se constituiu como realidade, pois, contrariando o que diziam os promotores dos avanços desenvolvimentistas, o desenvolvimento é pura acumulação capitalista em escala ampliada, que supõe a implementação de uma infraestrutura, como sugere Bomfim (1999). A sociedade, trocada em miúdos, está, nesse contexto, a serviço da economia, e não o contrário.

A ânsia entre empresas e obviamente do Estado, é deixar claro que a estratégia que estão usando foi pensada para promover o bem de todos. A CHESF, como outras tantas empresas, realiza, junto aos seus setores encarregados, análises de impactos negativos e de promoção de desenvolvimento regional nos locais dos quais existem sua atuação. Como ressalta Marques; Moreira; Oliveira,(2009) existe o discurso em que se leva em consideração não apenas a compensação financeira do PIB (Produto Interno Bruto), mas também a dimensão social estabelecida pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em conjunto com um Programa de Responsabilidade Social também criados pela empresa, com medidas para minimizar os efeitos negativos provocados pela construção das usinas hidrelétricas.

Existe uma compensação financeira para indivíduos afetados, para estados e municípios envolvidos. É um processo onde todos, reforçadamente empenhados em divulgar, saem ganhando. Por Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) se entende o pagamento pela exploração dos recursos hídricos na geração de energia elétrica. É um ressarcimento pela inundação de áreas por usinas hidrelétricas (UHE) e um pagamento pelo uso da água na geração de energia (ANEEL,2007). E funciona no seguinte formato:

São distribuídos, nos termos da Lei 8.001/1990, ainda vigente, entre Estados (45%), Municípios (45%) e órgãos da administração direta da União (10%), como o Ministério do Meio Ambiente e das Minas e Energia. O restante dos recursos arrecadados é destinado à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA). (MARQUES; MOREIRA; OLIVEIRA, 2009, p.2)

Nesse esquema, aparentemente, o bolo é dividido e os pedaços enviados para seus devidos destinatários. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia, é o órgão encarregado pela arrecadação dos recursos e distribuição dos beneficiários, bem como pelo cálculo e recolhimento da compensação (MARQUES; MOREIRA, OLIVEIRA, 2009, p.2).

Importante o conhecimento desta informação, pois Itacuruba, assim como mais 338 municípios brasileiros, recebem compensação financeira devido à Usina Hidrelétrica e pelo uso das águas que passam em seus limites administrativos. Em 1997, quando a UHE de Itaparica estava em pleno funcionamento, a compensação financeira ofertada para Itacuruba contava R\$391.683,93 (ANEEL,2020). Hoje, a compensação equivalente para Itacuruba corresponde a um total de R\$ 1.906.231,84 ao ano (ANEEL,2020). Valores esses que foram definidos segundo “o repasse por ganho de energia conforme a regulamentação de vazão do rio e a proporção da área inundada pela usina hidrelétrica” (ANEEL,2007). A utilização de cada recurso fica a cargo da necessidade do município. No entanto, seu uso não é totalmente livre. “A Lei nº 7990/89, que criou a compensação financeira, proíbe a aplicação de recursos no abatimento de dívidas (a não ser que o credor seja a União e suas entidades) e no pagamento do quadro permanente de pessoal” (ANEEL,2007).

Não há dúvida da necessidade da existência das compensações em caso de megaconstruções, calcadas na promoção do desenvolvimento. Embora exista como parte das estratégias empresariais o discurso da prática de responsabilidade social, a Companhia só criou o Comitê Intersetorial de Responsabilidade Social da CHESF – CIRS em 24 de janeiro de 2003 e somente com a criação do Comitê é que a inclusão social se transforma em uma das prioridades da companhia (MARQUES; MOREIRA; OLIVEIRA, 2009). Mas o próprio termo “compensação” nos remete a perda. Aquilo que não pode ser reparado, mas pode ser compensado. Mesmo que as medidas sejam para mitigar as consequências da ação, os fins não correspondem exatamente ao que se estabelece como meta.

Em documentos de análises de impactos da CHESF, é comum encontrarmos referências sobre como as cidades que receberam o empreendimento são preenchidas com o discurso em que se criam possibilidades de melhoria de condições de vida, concebendo efeitos socioeconômicos positivos em relação às cidades que não receberam o empreendimento. Desvendar a miúdos toda a complexidade dessa questão com as cidades envolvidas, considerando as diferentes formas de consequências e possíveis efeitos positivos, não se configura em uma tarefa fácil. Deste modo, me limitarei a realizar análise a partir do Sertão de Itaparica, região de limite desta tese.

A partir dos últimos censos geográficos realizados após a construção da Barragem de Itaparica, pude identificar as informações acerca da qualidade de vida das pessoas na região do Sertão de Itaparica, no que diz respeito à renda, à longevidade e à educação, categorias consideradas como dimensão do desenvolvimento humano dos municípios. O IDHM²⁸ caracteriza-se pela medida utilizada para análise do desenvolvimento. Essas informações estão apresentadas na tabela abaixo para melhor visualização dos dados sobre Itacuruba e sobre os municípios que fazem limite com o município : Carnaubeira da Penha, Floresta e Belém do São Francisco.

Tabela 02: IDHM dos municípios do Sertão de Itaparica.

Municípios da região de Itaparica	IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal			
	Ano	1991	2000	2010
Itacuruba		0,392	0,510	0,595
Carnaubeira da Penha		0,227	0,331	0,573
Floresta		0,417	0,517	0,626
Belém de São Francisco		0,387	0,482	0,642

Fonte: CONDEPE/FIDEM, IPEA, BDE

Os dados mostram um salto do índice 1991 para 2000 em Itacuruba em comparação aos outros municípios. Os dados que seguem demonstram que o desenvolvimento atribuído a Itacuruba se iguala, em certa medida, aos outros municípios próximos também afetados pela construção da Barragem de Itaparica na década de 80, com intensidade diferente. Contudo, o IDHM, apesar de tratar das dimensões da renda, longevidade e educação, não mede a qualidade de vida das pessoas. Itacuruba, desde o deslocamento e separação das famílias no período da construção da barragem, relata diferentes formas de sofrimento e de negação de direitos, sendo conhecida como a cidade da depressão e do suicídio, carregando também o estigma do preconceito no conjunto das violências sofridas.

O aumento da longevidade não significa, aqui, qualidade de vida. Numa cidade onde a taxa de suicídio é 26,6, sendo quase seis vezes maior que a média nacional, 10% da população depende mensalmente do uso de psicotrópicos (BOLETIM, 2019). Envelhecer sem saúde é viver sem perspectiva da própria condição de existência. Esse dado é refletido, segundo o CREMEPE (Conselho Regional de Medicina de Pernambuco) também nos

²⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano(PNUD,2020).

jovens, que não viveram a época dos deslocamentos, mas sentem igual ou pior, a falta de atividades na cidade e ausência de perspectivas profissionais ou pessoais.

Houve um aumento no número de crianças nas escolas e pessoas residentes que frequentavam a escola, pessoas escolarizadas nessa região, porém, as perspectivas para além do fim do ensino médio se tornam escassas, posto que a estrutura da cidade não apresenta possibilidades de trabalho. A condição de escassez dos trabalhos data desde a construção da barragem, como relata o indígena Jorge Pankará:

Eu era criança e me lembro da Itacuruba. Chegaram (fazendo referência à construção da barragem de Itaparica), tinham emprego pra servente e pedreiro, depois surgiu várias pessoas de fora. Todo mundo ficou sem emprego depois, esse desenvolvimento vai embora. Nosso desenvolvimento não é isso. (Jorge Pankará, entrevista realizada em Floresta durante oficina de mapas, 2018)

Vieira (2006) assinala que o principal defeito do IDH é que ele resulta da média aritmética dos três índices mais específicos que apreendem a longevidade, escolaridade e renda. Destaca ainda que mesmo que se considere inevitável a ausência de outras dimensões do desenvolvimento – como a ambiental ou cultural – é duvidoso que a média aritmética estabelecida seja a que melhor revele o grau de desenvolvimento que deve ser atingido por uma coletividade.

Esses aspectos são facilmente compreendidos nos grandes ou pequenos centros urbanos mas, particularmente, quando nos direcionamos para povos e comunidades tradicionais com processos históricos de negação da própria existência e de uma relação particular com a terra, a situação é mais alarmante ainda. Os interesses em torno do que se almeja como desenvolvimento é estabelecido a partir da apropriação de seus territórios. As possibilidades de longevidade, renda ou escolaridade, são medidas apenas pela relação que estabelecem entre elas mesmas. As perdas em torno dos territórios são irreparáveis. Lamentavelmente, o IDHM não mede essa dimensão e o sentido que o desenvolvimento ganha se transforma a partir de suas categorias estruturais que se firmam em torno de relações sociais tratadas como mercadoria.

4.1.2 A Central Nuclear

O argumento da continuidade dos processos da vida em uma sociedade moderna se dá pelo avanço que cria mecanismos de intervenção para fazer a roda girar, sair do lugar de inércia e atingir parâmetros de vanguarda a partir do crescimento e do discurso do novo. Mas quando se pensa sobre os grandes projetos de desenvolvimento, sobretudo, aqueles instalados em lugares considerados ainda para o crescimento econômico como ponto de

partida para sua engrenagem, a continuidade do novo não faz valer o discurso. A condição do novo é quase sempre reflexo do velho. A roupagem, apesar de moderna, reflete aspectos já conhecidos e sentidos na pele de quem experienciou o reconhecido “velho” e o chamado de “novo”.

A proposta de instalação de uma Central Nuclear em Itacuruba reflete bem essa contextualização de novo e velho em um mesmo curso da história e nos parece algo inimaginável. Por trás da proposta existe uma história cercada de mistérios e ausência de clareza sobre a concretude do projeto. A usina nuclear nem chegou a se concretizar em Pernambuco, mas já provoca, em meio a seus boatos e prenúncios de chegada, grandes desconfortos, insegurança e medo em uma população já marcada por anteriores episódios de violência e privações de direitos com a instalação da Barragem de Itaparica na década de 80. As informações que constam em torno da usina nuclear parecem compor um quebra-cabeça. Um jogo articulado inclusive sobre as ausências de informações sob a condição de segurança nacional.

O sigilo que envolve a usina, estabelecido a partir da Lei 4.118/1962, criada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, impede que as comunidades tradicionais de Itacuruba sejam informadas sobre esse empreendimento. Contudo, acontecimentos que se relacionam à usina em Itacuruba constituem sempre eventos enigmáticos. As comunidades fazem relatos relacionando-os à possibilidade de construção da usina nuclear, mas nunca tem suas indagações respondidas pelas autoridades locais

Em entrevistas realizadas durante o trabalho de campo para elaboração do Boletim Informativo em Itacuruba em 2019, o relato das pessoas direcionava-se para a descrição de que a agitação na região era facilmente percebida construção de estradas para escoamento de cargas pesadas, ligando Itacuruba ao município de Belém do São Francisco, aviões e helicópteros sobrevoando a região, exercícios de treinamento do Exército e um movimento que não se costumava observar. A população local estava sendo observada, e entre elas as comunidades indígenas e quilombolas, em torno de seus territórios iniciava-se um número incomum de atividades.

Desde o ano de 1987, a região de Itaparica é interpelada pela proposta de instalação de uma usina nuclear e pelo plano de guarda de lixo atômico, resultante do acidente desastroso ocorrido em Goiânia com o Césio 137 (BOLETIM,2019). Em 2009, o governo federal, por meio do Plano Nacional de Energia – PNE 2030, aponta estratégias de construção de novas usinas nucleares no Brasil com o objetivo de potencializar o setor energético nacional, investindo no campo de defesa nacional e na exploração de recursos

minerais, como o urânio (usado como combustível em usinas nucleares). No decorrer dessa pesquisa, foi possível verificar que as estratégias para potencializar o setor energético estão completamente associadas ao setor mineral para além dos incentivos à exploração de urânio.

Itacuruba é, nessa conjuntura, um dos principais locais escolhidos para instalar uma Central Nuclear, pois reunia condições favoráveis para sua implementação, como baixa densidade demográfica, solo estável, oferta de água em abundância e localização próxima às linhas de transmissão de energia (BOLETIM,2019). O lugar é sempre referido como dotado de uma disposição natural e espontânea, com propensão ou tendência ao desenvolvimento econômico e industrial. Está associada a um processo de “naturalização da realidade social como justificativas racionais, onde todas as qualidades naturais determinam as predestinações naturais como estímulo para o desenvolvimento” (BRONZ,2016).

As condições consideradas favoráveis para a instalação de um empreendimento dessa magnitude nos fazem perceber o reforço do argumento que enfatiza a ausência de ocupação humana na região e a importância da exploração dos recursos naturais por parte de mecanismo de controle através do discurso que elege condições de possibilidade para o crescimento econômico. Todo esse arranjo foi endossado pelos então governadores da época interessados no empreendimento: Eduardo Campos, em Pernambuco, e Jaques Wagner, na Bahia.

Ainda no ano de 2009, a Eletrobras/Eletronuclear deixou à disposição, em sua página na internet, o Projeto da Central Nuclear do Nordeste, que projeta a construção de seis usinas nucleares com início da operação para 2022. Tal projeto indica ainda os municípios de Belém de São Francisco, Itacuruba, Floresta, Cabrobó, Salgueiro, Serra Talhada, Petrolândia em Pernambuco; Paulo Afonso e Rodelas na Bahia na categoria de impacto regional (BOLETIM, 2019).

Figura 04: Imagem Simulação de Central Nuclear com seis reatores.



Fonte: Eletrobrás/Eletronuclear.

Em 2011, são veiculadas notícias do Diário Oficial do Estado de Pernambuco que direcionam para debates em torno da instalação da usina nuclear em Itacuruba. Isso tudo ocorreu em um momento em que o Sertão passava também por processos de implementação de empreendimentos ligados à infraestrutura como a TransNordestina (nunca finalizada), Transposição do rio São Francisco e a proposta da Usina Nuclear como parte dessa conjuntura. Contudo, mesmo diante dos debates acirrados, a partir deste mesmo ano, as notícias em torno da usina deixam de ser colocadas como ponto de pauta para o governo, pois o desastre ambiental ocorrido na Central Nuclear de Fukushima, no Japão, com grande repercussão mundial, deixou o campo menos favorável para a implementação das usinas no Brasil (SILVA, 2019).

Só recentemente, 2019, se noticiou a partir da NUCLEP (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A) e do Ministério de Minas e Energia, que uma área em Pernambuco foi analisada pela Eletronuclear para receber uma nova central nuclear, abrigando até seis reatores nucleares. Esse anúncio, conflita com leis já estabelecidas pelo estado de Pernambuco, pois existe em Pernambuco lei²⁹ específica que proíbe o estado e os municípios de realizarem convênios ou darem licença que facilitem e permitam a instalação de Usina nuclear. O deputado estadual em Pernambuco, Alberto Feitosa (PSC), entrou em setembro de 2019 com uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 09/2019) para alterar o seu texto, no artigo 216, que torna possível a instalação de usinas nucleares em Pernambuco.

As justificativas para sua instalação são apresentadas no Projeto Central Nuclear do Nordeste, disponibilizados no site da Eletrobrás/Eletronuclear, se dão em torno da segurança

²⁹ De acordo com o Artigo 216 da Constituição Estadual está vedada a instalação de usinas nucleares no Estado enquanto não se esgotarem toda a capacidade de produzir energia hidrelétrica e de outras fontes.

e autonomia da nação, usando aquilo que o território nacional dispõe. Para Silva (2019), existe uma crescente demanda de energia e estima-se que o consumo de energia salte para 44% em dez anos. Nos anos de 1988, o Nordeste passava por blecautes e uma crise energética, com racionamentos definidos ao longo de todo o ano de 1987 (CDDHSSF, 1992). A narrativa da crise se alonga até os anos 2000 e serviu como um chamamento para a sociedade civil e setor público e, sobretudo, do setor privado como salto para a proposta de crescimento de energia elétrica no Brasil. No contexto dos anos 2000, a corrida em torno do crescimento nacional se fez de forma intensa por meio dos projetos de Aceleração do Crescimento (PAC) e que incluíam no seu escopo a demanda energética.

Com o consumo de energia continuamente crescente a nível mundial, as consequências de seus usos vêm em forma de degradação ambiental e poluição (ERIKSEN, 2016). Dessa forma, as argumentações em torno da instalação de uma usina nuclear se voltam principalmente para questões socioambientais. A mais comum delas é o discurso de “energia limpa” que cerca a possibilidade de sua implementação.

As usinas nucleares, segundo a Eletronuclear³⁰, contribuem para diminuição do efeito estufa, por não emitir gases poluentes na atmosfera. Ao contrário das fontes de potencial hídrico energético, que apesar de também não emitir gases, não precisa desapropriar grandes extensões de terra para sua implementação, destruindo também a riqueza biológica do local. Contudo, a visão ambiental expressada para a instalação de uma usina se limita apenas à usina e não se leva em consideração a mineração de urânio e os processos socioambientais danosos no processo para sua extração, como ocorre na cidade de Santa Quitéria, no Ceará e Caetité no estado da Bahia.

No Brasil, houve no ano de 1982, um início da produção de urânio no município de Caldas, em Minas Gerais, cuja reserva foi explorada por treze anos, serviu para abastecer a usina nuclear instalada em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Com o avanço das pesquisas e prospecções geológicas, outras reservas foram descobertas e, no ano de 1995, a unidade de exploração de urânio na cidade de Caldas encerrou sua produção, entrando em fase de desativação das atividades. Com o encerramento das atividades em Caldas, começa-se a explorar em 1998, o urânio na cidade de Caetité na Bahia. A reserva foi descoberta com capacidade de cem mil toneladas de urânio com capacidade de produção de 400 toneladas ao ano para o abastecimento das usinas instaladas em Angra dos Reis³¹.

³⁰ Informações destacadas na página do governo a partir do setor direcionado à Eletronuclear, disponível em http://www.eletronuclear.gov.br/Sociedade-e-Meio-Ambiente/Documents/RIMA/04_usinas.html. Acesso em: 10 de nov. 2020.

³¹ Matéria “Onde ficam as unidades produtoras de urânio no Brasil”, disponível em

De fato, há um grande processo de investimento em torno de uma energia, com um discurso que caminha com a ilusão do desenvolvimento sustentável, que não produz carbono, mas gera lixo radioativo. Mesmo depois que o combustível é usado, seus resíduos continuam radioativos e continuam perigosos por milhares de anos. Por isso a necessidade de um armazenamento em condições especiais para que não ocorra vazamento ou contaminação. Sobre essa questão, segundo a Eletronuclear, alguns países, como França e Rússia, estão conseguindo reciclar até 90% do combustível usado e o que sobra ainda precisa ser armazenado por milhares de anos³². Contudo, essa modalidade de reutilização custa mais caro do que produzir um combustível novo. Isso representa, em termos de vantagens econômicas, um movimento de perda de dinheiro. Tanto que na maior parte das usinas nucleares instaladas pelo mundo, a reciclagem do combustível usado não entra no conjunto de atividades executadas para manter uma usina nuclear em funcionamento.

Do ponto de vista econômico, instalar e manter uma usina nuclear é extremamente caro. O Brasil tem apenas duas usinas nucleares, Angra 1 e Angra 2, na cidade do Rio de Janeiro, responsáveis pela produção de 3% da energia consumida no país - para comparação, a usina hidrelétrica de Itaipu gera 15% (BBC, 2020). Na página virtual da Eletrobrás/Eletronuclear, consta indicativo de que há a expectativa de que Angra 3 seja finalizada e sua finalização custará 15 bilhões de reais. Os recursos para a construção de Angra 3 estão sendo obtidos, principalmente, por meio de empréstimos tomados pela Eletrobras, controladora da Eletronuclear. Os equipamentos e serviços contratados no mercado nacional estão sendo custeados por meio de financiamento do BNDES³³.

Ainda de acordo com estes documentos, a Eletronuclear gasta pelo menos US \$10 milhões por ano para manter os equipamentos que já adquiriu para Angra 3 em condições de uso. No total, R\$1,9 bilhões foram gastos no projeto durante seus 36 anos de paralisação. Quer dizer, gasta-se até para manter a estrutura paralisada de uma usina. Se considerarmos o anúncio da Eletronuclear de um investimento total de R\$ 42 bilhões para a central nuclear com seis reatores no Sertão de Pernambuco, a verdade é que cada reator exigirá 5,2 bilhões de dólares de investimento, ou seja, o custo da pretendida central nuclear de Itacuruba não será menor que R\$ 166 bilhões (BBC,2020). Ou seja, os gastos com uma usina nuclear não

<https://www.inb.gov.br/contato/perguntas-frequentes/pergunta/conteudo/onde- ficam-as-unidades-produtoras-de-uranio-no-brasil?origem=426>. Acesso em: 30 de agosto, 2020.

³² Informações presentes na página da Eletronuclear; Eletrobrás, disponível em <https://www.eletronuclear.gov.br/Nossas-Atividades/Paginas/Angra-3.aspx>. Acesso em: 30 de agosto, 2020.

³³ Informações acessadas na página da Eletronuclear: Eletrobrás, disponível em <https://www.eletronuclear.gov.br/Nossas-Atividades/Paginas/Angra-3.aspx>. Acesso em: 30 de agosto, 2020.

justificam sua implementação se o objetivo é, nesse incurso, garantir crescimento econômico na região e no estado de sua instalação.

Trata-se sempre de criar um melhor ambiente de negócios para se investir, seja para inserção no mercado internacional, seja para a realização de leilões. As alianças de cooperação firmadas entre Brasil e Estados Unidos por meio da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan) e o Instituto de Energia Nuclear³⁴ dos Estados Unidos, configuram-se nesses arranjos de cunho comercial.

Os acordos internacionais firmam parcerias entre os dois países com interesses em comum que negligenciam o risco posto para a região e seus habitantes. A Central Nuclear é, nesse processo, empreendimento que não considera os povos e comunidades tradicionais existentes na área de proposição para sua instalação. As pessoas que ali vivem nada sabem, não são consultadas sobre qualquer questão que envolve a instalação de uma central nuclear.

Se por um lado essa ação é justificada pelo sigilo imposto por questão de segurança nacional, por outro, fere os direitos dos povos originários descrito na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), dispositivos situados abaixo da constituição federal e acima de outras leis ordinárias. Ressalta-se que um dos princípios básicos da Convenção 169 está relacionado à consulta prévia, livre e informada, sempre que qualquer medida em territórios tradicionais seja realizada e o direito ao que eles entendem como desenvolvimento e sua identidade.

A Convenção existe desde 1989, mas só passou a ser incorporada na constituição a partir de 2003 e segue com muita resistência por parte do Estado em evidenciar a convenção como recurso válido e legal. A recusa em seguir com acordos legais e firmados em torno do interesse dos povos tradicionalmente reconhecidos, se dá em torno da dimensão pensada para seguir com o modelo de desenvolvimento vigente. O avanço em direção a uma política neoliberal passa, portanto, a fragmentar as coletividades mobilizadas ao mesmo tempo que argumenta o caráter unificador da nação, por meio das salvaguardas e da soberania nacional, em torno da afirmação de um “Brasil acima de tudo”.

³⁴Brasil e Estados Unidos firmam acordos de cooperação em energia nuclear. Agência Brasil, 2020, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-02/brasil-e-eua-firmam-acordos-de-cooperacao-em-energia-nuclear>. Acesso em: 30 de agosto, 2020.

4.2 Identidades e repertórios de ações coletivas em Itacuruba

As batalhas enfrentadas por quem vive no Sertão se dão através de outros tempos. A exemplo dos povos indígenas no semiárido nordestino, esses passaram a retomar suas mobilizações sociopolíticas desde as primeiras décadas do século XX, conquistando a partir disso, o reconhecimento do Estado brasileiro com a instalação de postos indígenas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Embora este órgão tenha estabelecido uma atuação assistencialista, a instalação de seus postos impulsionou a formação de um processo de mobilização articulado entre os povos indígenas em Pernambuco, particularmente os Pankararu - Tacaratu, Atikum e Pankará – Floresta, e os Xukuru – Pesqueira (SILVA, 2017). De lá pra cá, culminaram em outros processos de mobilizações que se estendem para outras regiões do estado de Pernambuco.

Produzidas a partir de um lugar estigmatizado, essas batalhas diárias sempre estiveram no imaginário comum a partir das limitações que a natureza do lugar oferece, da seca que vem de tempos em tempos e da escassez de alimento e água. Há uma certa inversão de percepções quando se tem o reconhecimento do valor do meio ambiente, do sentido de natureza e a possibilidade de enxergar outras formas de vivências para além daquelas que estamos acostumados a “ouvi dizer que lá sempre foi assim”. Esse caráter do “ouvi dizer”, torna povos e comunidades tradicionais, especialmente os que estão no Sertão, em um lugar de não existência, desqualificando, sobretudo, a partir da forma que a natureza assume nesses lugares.

Mas, da mesma forma que existe uma ânsia em consumir a natureza, por mais falida que possa parecer, como no caso dos Sertões, existe também uma necessidade de consumir as subjetividades construídas nesse ensejo. São essas subjetividades que importam, em termos de uma compreensão sociológica, identificar quais as formas político-organizativas que povos e comunidades tradicionais acionam para confrontar legal e efetivamente empreendimentos econômicos que se instalam em seus territórios. Em suma, interessa neste trabalho saber como se mobilizam étnica e politicamente em ações coletivas, como fortalecem seus componentes identitários no processo de lutas, contestando a usurpação de seus direitos e impedindo a devastação de seus territórios (ALMEIDA, 2019).

Essa discussão em torno da economia e envolvendo povos e comunidades tradicionais não é recente e sempre esteve na pauta das lutas dos movimentos sociais que esses grupos articulam. Bem como, não é recente a tentativa de exclusão ou incorporação de novos mecanismos para impor uma dinâmica do capital em torno de povos e comunidades

tradicionais que permeiam por outras perspectivas de vida.

Como salienta Wanderley (2011), há um processo de mudança de caracterização de comunidades que vivem em espaços não urbanos e que compete para uma proletarização e diminuição da autonomia. Visto do ponto de vista da economia, nos parece que as comunidades tradicionais precisam passar por um processo de evolução capitalista porque a lógica do desenvolvimento entende o progresso a partir de outros arranjos, que constituem reforço do controle e promoção de perda de mecanismos de autonomia.

Essa lógica de economia nunca fez parte do modo de vida das pessoas mesmo antes da construção da barragem de Itaparica na Velha Itacuruba. Valdeci Ana do Nascimento, liderança quilombola da comunidade Poço dos Cavalos, na cidade de Itacuruba, salienta em uma entrevista, que a perda da autonomia é o ponto mais doloroso nesse processo de desconstrução de um território, especialmente quando pensa no momento que eles tiveram que se deslocar para um lugar que não oferecia as mesmas condições de vivência que antes desfrutavam.

Lá onde a gente morava eu acho que era bem mais desenvolvido do que é agora, porque primeiro: a gente não tinha que ficar nessa de depender de prefeitura. O povo nem lembrava que tinha prefeitura. O povo chegava em Itacuruba e pra saber onde tinha uma prefeitura, tinha que perguntar... porque lá todo mundo ganhava, até as crianças ganhavam [dinheiro]”. (Valdeci Ana. Entrevista realizada em Floresta - PE em julho de 2019.).

Nas falas de Valdeci Ana, desenvolvimento significava autonomia. Quando se perde a autonomia se perde também a possibilidade de gerar soberania sobre qualquer que seja seu território, porque esse já não existe mais. A construção da barragem de Itaparica foi somente o primeiro empreendimento que afetou a vida das pessoas em Itacuruba, com discursos de salvação e que, no final das contas, não contemplou de modo positivo a maior parte das pessoas que ali viviam.

Na narrativa de Jorge Pankará, indígena do Povo Pankará, durante as oficinas de mapas que foram agregadas como parte do campo desta tese, ele aprofunda esse conceito a partir da vivência que teve e das perspectivas de futuro incerto que passaram a ter diante da inserção de mais um empreendimento, como a usina nuclear. Em suas palavras, o sentido que o conceito de desenvolvimento abraça, não se dissocia do entendimento que ele tem de território.

Eu entendo desenvolvimento no sentido de desenvolver de uma maneira igual, dentro do território. Nós procuramos fazer com que o nosso povo viva dentro do território, conviva e fortaleça o seu território. É isso que é desenvolvimento para nós. Esse não é o desenvolvimento que o Estado vê. Em Itaparica “eu”³⁵

³⁵Nesse momento Jorge Pankará ao falar “eu” não falava de si mesmo. Estava se referindo a uma terceira

se limitam apenas aos movimentos sociais. Na realidade, é um conglomerado que envolve os movimentos sociais, revoluções e ação coletiva. Nesse ensejo, as interações em um dado confronto político envolve formas diferentes de atuação e de interesses. Se o confronto político envolve os movimentos sociais e as ações coletivas, essas, por sua vez, não são isoladamente o todo, mas parte desse todo.

Melucci (1989) frisa que, desde os anos 60, novas formas de ações coletivas surgem em áreas intocadas pelos conflitos sociais e se redefinem a partir dos anos 70, com as crises das estruturas políticas. Nesses moldes, Melucci (1996) descreve que movimentos sociais se caracterizam por serem parte de uma realidade social onde as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas; e ação coletiva são os conjuntos de práticas sociais que envolvem um certo número de indivíduos que apresentam características comuns que se estendem no tempo e no espaço. Quer dizer, movimento social são as relações e a ação coletiva é a prática. Todas essas interpretações precisam ser pensadas para além da perspectiva econômica, elas são refletidas também nos campos ético, emocionais, afetivos; dimensões qualificadas como subjetivas demais para fazer parte das narrativas de caráter econômico.

Os confrontos políticos estão referenciados de acordo com épocas históricas de distintos contextos políticos, podem assumir caráter revolucionário, com mecanismos de controles diferenciados. Em Itacuruba, os grupos passam a se organizar politicamente em torno de um interesse comum a partir de vários momentos distintos, mas sempre a partir de um contexto de mudança econômica e social, como foi inicialmente a construção da Barragem de Itaparica nos anos 1980. Houve, nesse processo de mobilização, uma articulação entre várias entidades em uma disputa de direitos em torno das ações administradas pela CHESF. Importante frisar que essas articulações foram realizadas a partir de iniciativas de todas as cidades que foram atingidas pela construção da barragem.

Ainda em 1979, criou-se uma estrutura política organizativa que se denominou, Polo Sindical dos trabalhadores do submédio São Francisco, já explicitado anteriormente, para lutar contra os efeitos negativos da construção da UHE de Itaparica. O que se denominou de polo era, na verdade, uma união de diferentes grupos, que de alguma forma estabeleciam relações com as terras que seriam inundadas, dos quais estavam envolvidos os posseiros, pequenos agricultores, arrendatários, meeiros e pessoas sem terra que circulavam pela região. Essa articulação se caracterizava por ser uma organização de trabalhadores rurais para defesa dos direitos dos camponeses perante o governo. Nessa época, a categoria de “camponeses” agregava todos aqueles que se relacionavam com a terra.

Nesse contexto, o polo sindical passou a ser a organização que pressionava a empresa estatal para promover o ressarcimento necessário, garantindo que a continuidade de suas vidas não fossem totalmente comprometidas com as mudanças em andamento e que eram inevitáveis. Dessa maneira, as reivindicações se voltavam principalmente para a obtenção de reassentamento com irrigação para a população deslocada, uma vez que não teriam mais a proximidade do rio para garantir a sobrevivência a partir de seus recursos. Essa tornou-se a principal pauta dentro da organização.

Apesar da grande mobilização com passeatas, petições, seminários, enfrentamentos diretos, a falta de representação sindical e política em muitos locais que também foram afetados, o isolamento associado à desinformação e a situação de extrema pobreza tornaram essa migração involuntária em um verdadeiro desastre. Alguns autores se referem a esse momento como apocalíptico, atribuindo à CHESF a denominação de “Besta-fera” (FILHO,1992). Este era o momento que ainda vivíamos em contexto de ditadura militar, em que o autoritarismo promoveu a anulação da sociedade em diferentes setores por meio de diferentes medidas. Contudo, o interesse em desenvolver um modelo de desenvolvimento urbano-industrial continua a permanecer como base para estruturação política.

O mesmo se percebe nos governos seguintes, de Fernando Henrique e de Collor de Mello, quando se inicia, desde 1991, um programa brasileiro de privatizações do qual a CHESF também passa a ser incluída em 1998. Os conflitos, entretanto, se acirraram na década de 1990 a partir do Governo Collor com ações violentamente intimidatórias por parte da polícia, porque existe nesse momento uma política de contenção de gastos e muitas obras ficaram estagnadas, inclusive as negociações que já estavam em curso acerca da construção da UHE de Itaparica.

Após o impeachment do então presidente Collor de Melo, as obras são retomadas e inicia-se também uma nova estratégia dos movimentos sociais com ações mais incisivas em torno de uma organização política, mas também econômica, com articulações de cooperativas, associação de produtores, formações e assistência técnica (CDDHSF,1992). Importante destacar que esse processo de mobilização política articulada a partir dos movimentos sociais ganha, no Brasil, uma expansão significativa a partir do final da década de 1980, pois é o momento da inserção de uma política de desenvolvimento econômica intensa e de um governo que desprezava as ações articuladas de movimentos sociais.

Houve, sem dúvida, no processo de mobilização em torno da instalação da barragem de Itaparica, o ponto de partida para que os novos repertórios de ações coletivas pudessem ser consolidados na região. Contudo, as novas formas de agregação social

apresentavam uma natureza permanente, coexistindo com outras categorias consolidadas de articulações. Embora existam variações em suas formas de ocorrência, elas são componentes estáveis e irreversíveis dos sistemas sociais contemporâneos (MELUCCI,1989). Para tanto, a indicação do contexto histórico apresentado acima foi priorizada para destacar as ações articuladas do pólo sindical nos anos 70. Ela nos permite captar a dimensão do conflito e as transformações do mesmo, transpondo o sentido limitado das condições sociais para ações coletivas alicerçadas em torno de um sistema de ações.

Em Itacuruba, as novas formas de resistência vão surgindo à medida que as frentes em torno da promoção do desenvolvimento vão se estruturando no Sertão de Pernambuco. Se entendemos os sistemas de ações como o próprio movimento, entendemos que o movimento opera em um campo sistêmico. Por isso, a organização torna-se um ponto analítico de observação. Os aspectos da modernização surgem em torno do desenvolvimento e os movimentos, no mesmo passo, produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma. Mas essa configuração representa somente parte do processo da ação coletiva. Melucci (1989,p.52) salienta que o “objetivo do movimento não é apenas a igualdade de direitos, mas mais o direito de ser diferente”.

Tal objetivo vem de um processo também de entendimento de proteção dos recursos naturais, como garantia de controle de seus territórios e para afirmação étnica, particularmente do ponto de referência de vida que é o rio São Francisco. Ocorre em torno dessa possibilidade de luta em junho de 2012, a primeira forma de mobilização que agrega os povos e comunidades tradicionais de Itacuruba em torno da Articulação Popular São Francisco, Movimento Cultura de Paz e outras organizações (BOLETIM,2019) em defesa do rio São Francisco e pela promoção de um debate público sobre a política energética brasileiro. Esse momento, que aconteceu em Itacuruba, foi chamado de Marcha das Águas e tinha como grande parceiro a Diocese da cidade de Floresta.

A Diocese de Floresta tem sido particularmente importante nas ações de mobilização em Itacuruba e para cidades próximas, como Mirandiba, Carnaubeira e Belém de São Francisco. A igreja católica tem um papel fundamental no sentido de agregar as comunidades. Desde os anos 1978 nesta região, muitos indícios de lutas foram inspirados pela Comissão Pastoral da Terra, do Regional Nordeste II e III da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) com atuação nas comunidades e não nos sindicatos (ARAÚJO, 1990).

Muitas atividades que envolvem mobilizações maiores em torno dos empreendimentos instalados na região (Transposição do Rio São Francisco, Usina Nuclear,

Construção de Barragens) são impulsionados por uma relação estabelecida com a Diocese. Isso, em certa medida, possibilita que as articulações organizadas estreitem as relações em prol de uma ação maior. Padre Luciano Aguiar, uma pessoa importante para as comunidades tradicionais de Itacuruba, articula-se sempre em torno de ações que são realizadas na casa paroquial na cidade de Floresta, cujo as atividades se voltam atualmente para o impedimento da implementação de novos projetos que não promovam o bem viver das pessoas. Padre Luciano Aguiar, salienta em um das oficinas de mapas da qual fiz parte que :

Mesmo que a luta seja grande, se a gente não unir forças, não vamos chegar a lugar nenhum e vamos perder, porque o governo que está aí é um governo impopular que toma decisões de cima para baixo, não respeita ninguém... Se não formos unidos, perdemos!” (Padre Luciano. Entrevista realizada em Floresta -PE durante oficina de mapas, 2018).

A Articulação Antinuclear Brasileira - AAB, criada em 3 de maio de 2011 no Rio de Janeiro, integrada por indivíduos, entidades, movimentos socioambientais e pesquisadores, têm desde então fortalecido a luta antinuclear. A inserção de Itacuruba nesta rede de organização foi especialmente promovida a partir de iniciativas da Diocese de Floresta, com expressão política de alcance regional. O Projeto Cultura de Paz, a Diocese de Floresta - PE e parceiros como a Articulação Popular São Francisco Vivo, o Movimento Ecosocialista de Pernambuco (MESPE), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE/ MG e ES), juntamente com os povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos da região, vêm contribuindo com mobilizações que visam impedir o governo brasileiro de instalar usinas nucleares na região ou em outras partes do país.

Algumas ações estão, ao longo destes anos, tomando forma e promovendo o fortalecimento da identidade dos povos e comunidades tradicionais. O caráter consensual desse objetivo em territórios inflamados por conflitos, pode possibilitar a superação dos ressentimentos e competições, permitindo alianças. A exemplo disso, foram as caravanas antinucleares que envolveram as cidades de todo o Sertão de Itaparica e as audiências públicas que, desde 2011, convocadas pelo Fórum Interinstitucional de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, vêm sendo estabelecidas para discutir a instalação da usina nuclear. Mais recentemente, as audiências ocorridas em Itacuruba contaram com aproximadamente 150 pessoas que compareceram à Câmara de Vereadores, local de realização de uma delas, e contou ainda com forte participação da comunidade, com destaque para intervenção de jovens estudantes de escolas públicas municipais.

Estavam presentes também, nessa audiência, representantes do Ministério Público

de Pernambuco, Prefeitura Municipal, Fórum Interinstitucional de Defesa da Bacia do Rio São Francisco em Pernambuco, Diocese de Floresta, Povos Indígenas da região, Articulação Popular São Francisco Vivo, Comissão Pastoral da Terra, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, Comitê da Bacia do São Francisco, além de órgãos que têm desenvolvido estudos e pesquisas na região, a exemplo da Fundação Joaquim Nabuco. Importante ressaltar que nessa audiência ficou evidente a rejeição da população quanto à implantação de usina nuclear em Itacuruba.

Os jovens, especialmente os indígenas, estabelecem também, a partir de suas redes, um fortalecimento da juventude indígena e do povo do qual fazem parte. Nessa caminhada antinuclear, houve um significativo apoio das comissões de jovens e que colaboram com outras entidades para o fortalecimento da luta. A “Caminhada Antinuclear: Opará contra a morte nuclear”, promovida pela Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE) em março de 2019, foi um desses momentos. E reflete também o quão recente é o processo de mobilização na região de Itacuruba.

Há, na organização desse momento de luta política em torno da Usina Nuclear, aquilo que eu associo com o que Tilly (2009) chama de um crescimento do intercâmbio político transnacional e ascensão de um sistema político regional e com esse, caminha também um processo de modernidade. Obviamente, ao falar disso, ele se refere ao contexto de Estado-nação ocorrido na União Europeia. Mas se volto essa mesma perspectiva para as ações coletivas que se dão em torno dos grupos sociais em Itacuruba, me deparo com articulações que não se limitam ao cerne do processo. Elas se ampliam para situações similares que envolvem outros planos de atuação e mesmos interesses, mas com fronteiras fluidas, como ocorre com as articulações antinucleares no nível nacional e regional.

Como resultado, os movimentos sociais assumem um caráter transnacional e que provoca um deslocamento de espaços de modernidade, “de forma que há uma percepção e interpretação na forma globalizada de resistência ao fenômeno de mundialização do capital” (ARAÚJO, 2003, p.74). É sempre uma luta em torno de capitais e, no caso da usina nuclear, de um capital expressivamente mundializado. Toda essa articulação foi facilitada pelos meios de conhecimento tecnológicos que produzem informações digitais e também pelas plataformas de redes sociais, como disseminadores de informação e de promoção da visibilidade da questão e dos grupos que habitam esses espaços.

No caso da barragem de Itaparica, as ações só provocaram efeitos significativos quando pressões nos setores detentores de poder externo sobre as autoridades foram sentidas, criando-se uma base sólida de articulação e de organização política. Como a

questão sobre responsabilidade social passou a fazer parte para implementação de grandes projetos de desenvolvimento e para empreendimentos econômicos privados, o caminho para se conseguir investidores depende muito de como a empresa se coloca no mercado e qual sua trajetória no setor de atuação. Depende também dos mecanismos que dispõem para o encorajamento de táticas de inovação. Ao passo que existe um movimento do lado de lá, do lado de cá, a dinâmica das organizações de movimentos sociais, por exemplo, comumente cria estruturas de repertórios paralelos àquelas dos detentores do poder aos quais dirigem suas demandas.

De acordo com Angela Alonso (2012), o conceito de repertório ressalta a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas que davam espaço aos agentes sociais, posto que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes. Os atores precisam escolher entre alianças, ataques, fuga, desmobilização, criando rivalidades, coalizões e tudo isso compõe o repertório. ALONSO (2012, p.26) destaca que:

Repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...]

Emergir da luta significa, para povos e comunidades tradicionais, lutar não apenas por uma propulsão da vida a partir das divergências impostas. As lutas são aprendidas como fator de determinação. Escolhe-se lutar pelo direito de simplesmente ser e pertencer. Os repertórios constituem-se, portanto, como sistemas de ações que podem ser marcadas no cotidiano das pessoas sem o indício do embate declarado.

Dos muitos confrontos, com repertórios distintos apresentados que podem existir na região de Itaparica, compõe parte do conjunto articulado em torno da mundialização do capital, também o processo de exploração mineral na região. No entanto, ainda não é uma luta coletiva que articule indígenas e quilombolas da região contra as investidas da mineração. Nesse contexto de ações coletivas, torna-se relevante citá-la porque, apesar da pouca expressividade mobilizatória, existe um movimento em torno de iniciativas que favorecem uma articulação local e fortalecem o processo de identidade étnica de um grupo.

Essas articulações podem oferecer condições de possibilidades para se pensar uma discussão em torno de uma “ambientalização” dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004). Tais articulações emergem de uma interiorização dos interesses comuns em um dado lugar, trazendo consigo o direito de preservação de seus recursos naturais e por políticas públicas

que reconheçam as diferenças culturais e compreendam a cultura como um direito de cidadania.

Mesmo entendendo que o cotidiano de luta dos povos e comunidades tradicionais se entrecruzam em diversos momentos a partir de diferentes situações que afetam igualmente os grupos sociais de Itacuruba, a questão mineral perpassa particularmente o território reivindicado pelo Povo Tuxá Campos. Portanto, a principal mobilização contra a possibilidade de expansão da exploração mineral na região parte principalmente desse povo indígena diretamente afetado. É dentro do território reivindicado por eles que parte toda uma atividade em torno de extração de mármore e processo intenso de estudo de autorização para pesquisa que se dedica a conhecer o subsolo dessa região. As investidas minerais estão principalmente na Serra do Jatinã, local considerado por eles como sagrado. Essa serra é constituída de quartzito que transborda até seu topo o minério que a compõe.

A riqueza do subsolo é conhecida, medida é apropriada, como podemos perceber no mapa 03 “**Processos minerários no Brasil e em Pernambuco**”, mas a apropriação se dá em torno, principalmente, de exploração e, nesse contexto, se entende que os recursos minerais são bens da União³⁷. O que significa dizer que o aproveitamento econômico desses recursos naturais deve ser realizado em benefício de toda a sociedade, prevalecendo sempre o interesse nacional sobre o regional ou local, e o público sobre o privado.

O MAM³⁸ – Movimento pela Soberania Popular na Mineração - faz parte nesse novo repertório de mobilização que se configura em Itacuruba e que, na tentativa de promover a soberania das pessoas frente à mineração, articula iniciativa em torno dos direitos que precisam ser respeitados. O movimento surge em torno da expansão da mineração na Amazônia em função de ações do Projeto Grande Carajás da empresa Vale. Com conflitos constantes que se acirram desde 1990 entre quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu. São eles, e principalmente nas áreas de mineração do Brasil, que serão prejudicados pelo desapossamento territorial de um capital em crise estrutural, que encontra na natureza (terra, água, minério) uma acumulação extraordinária para manutenção de seus lucros.

A atuação do MAM é recente em Pernambuco e contempla, sobretudo, situações de conflitos no Sertão de Pernambuco e se encontra muito vinculado ao movimento de articulação antinuclear da região. Como parte dessa atuação, foram convidados a fazer parte

³⁷ Referência na Constituição Federal de 1988, Artigo 20 – IX.

³⁸ Informação encontrada <http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>

de um dos eventos realizados pelo movimento, a Associação dos Promotores da Cultura e Cidadania - Provida - atuante em Floresta e região e representantes do povo indígena Tuxá Campos. O evento foi realizado na cidade de Muriaé, agosto de 2019, em Minas Gerais e tinha como tema o Seminário Nacional “Diferentes Formas de Dizer Não: experiências de proibição, resistência e restrição à mineração”.

O evento visava, sobretudo, garantir a soberania dos povos e comunidades tradicionais diante de seus territórios afetados pela prática da mineração. Para o povo indígena Tuxá Campos, a presença nesse evento político reflete não somente na possibilidade de reivindicar o território, mas no reconhecimento de sua identidade indígena nos campos de mobilização. O resultado político do movimento é que para além dos arremates concretos da ação contra algum empreendimento na região de Itaparica, o movimento, seja no embate dos protestos das ruas, seja na participação em eventos, permite que a diferença seja reconhecida, ou seja, que a possibilidade do ser indígena ou quilombola na região de Itaparica seja uma possibilidade real de reconhecimento de grupos dos sistemas de ação que integram o movimento.

Pablo Montalvão, representação do MAM em Pernambuco, em entrevista que pude realizar com ele em novembro de 2019, destaca que o movimento tem avançado na sua construção pelo Nordeste. O MAM está nos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Bahia, estados com avançados debates na questão mineral. O MAM mantém uma boa articulação com o estado de Pernambuco desde a sua criação em 2012.

Houve, ao longo da trajetória política de lutas em Itacuruba, um percurso em torno de um movimento iniciado pelos trabalhadores rurais a partir dos sindicatos. Construiu-se um sistema de crenças partilhadas e inscritas em seu cotidiano de lutas sociais pela sobrevivência e reprodução social, pelo acesso aos recursos produtivos, pela autonomia na produção, pela liberdade, dignidade social e segurança alimentar. Todos esses aspectos são percebidos à medida que se torna mais evidente que a ausência da roça, do peixe, do direito de trabalho não existem mais. Mas em meio aos eventos, marchas e audiências públicas, existe também uma infrapolítica que surge em torno das possibilidades de se pensar em um modo de viver que é estabelecido entre ambos os lados envolvidos: dos que atingem e dos atingidos.

Para Scott (2002), ambos os lados estão sempre tentando ganhar algo, de forma que as resistências existem e se colocam para exercitar algum tipo de poder. Para muitos tipos de subordinados, especialmente os que sofrem a sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz nesse contexto de conflito presente. Na abordagem de

Scott (2002) existe uma infrapolítica capaz de lidar com a política formal. Para ele, a infrapolítica não é explícita, mas é uma política de resistência. Resistência essa que se reduz nas redes informais da família, vizinhos e amigos ao invés de adquirir uma organização formal, como entidades estabelecidas politicamente.

Os movimentos de luta são reduzidos, de maneira bem generalizada, ao comportamento de massa. No entanto, Melucci (1989), corroborando com a dimensão das diferentes formas de perceber o processo de mobilização acionadas por Scott (2002), destaca que o

protesto é uma parte de um sistema de relações que inclui respostas do sistema político e a interação entre grupos de protesto e elites ... movimentos contemporâneos praticam no presente a mudança pela qual eles estão lutando: eles redefinem o significado da ação social para o conjunto da sociedade. (MELUCCI, 1989, p.52)

Ignorar esse tipo de política é ignorar que os grupos apresentem uma vida ativa na política. É adotar os conceitos atribuídos às ausências para aqueles que vivem no Sertão como pessoas sem informação, sem ação e sem perspectivas. Há um pluralismo que permeia múltiplas políticas, por se tratar inclusive de muitas abordagens diferenciadas, principalmente em torno de estratégias de resistência empenhadas pelos povos e comunidades tradicionais de Itacuruba em situação de conflito.

Dentro desse contexto, os repertórios confrontacionais também estão estabelecidos. Os conflitos sociais saem, portanto, do tradicional sistema econômico-industrial em direção às áreas culturais, afetando o sentido dado a identidade, tempo e espaço na vida cotidiana dos grupos sociais (MELUCCI, 1989). Revelam mudanças e provocam o aparecimento de novas contradições e estruturas de sistemas complexos entre os grupos. Mesmo dentro do cenário que envolve o discurso do desenvolvimento, criam-se meios que reforçam a identidade nacional para evitar a fragmentação do povo, promovendo a ideologia e exploração de dissensos, dividindo o povo. Os grupos tradicionais, em contrapartida, criam possibilidades de caminhar a partir de outras dimensões.

A diversidade das formas de caminhar também compõem a riqueza e gera, do ponto de vista político, conjunção para novas articulações que possam se apresentar em Itacuruba e na região de modo mais ampliado. Porque a luta se faz no cotidiano, ultrapassa fronteiras e cria barreiras de proteção como táticas de defesa de povos e comunidades tradicionais. Como destacou o antropólogo Alfredo Wagner (2021), “Resistir significar não renunciar à construção da própria existência”³⁹.

³⁹ Trecho retirado de fala do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida em evento realizado pela ABA.

PARTE 2

O ARGUMENTO DO “VAZIO” E A TRAMA DO CAPITAL MINERAL

5. O CAMINHO DA MINERAÇÃO

5.1 Uma cartografia da mineração em Pernambuco

Os debates em torno das questões inseridas no âmbito mineral no Brasil só passaram a ser de interesse no campo da antropologia a partir de 1985, quando este assunto passa a ser atravessado por um viés ambiental e se intensifica nos anos 2000 a partir de incentivos promovidos pelos governos, principalmente voltados para a liberalização do setor mineral (ZHOURI; OLIVEIRA, 2018). Em relação aos povos e comunidades tradicionais, o efeito dessa questão é percebido a partir de processos de modificação legislativa e institucionalizada firmados em torno da possibilidade de ampliação do setor mineral.

Porém, desde a década de 1930, o governo brasileiro já acreditava no potencial estratégico do setor mineral para a economia do país (MILANEZ; PINTO; COELHO, 2016). Ocorriam ganhos por meio de dois lados; de um lado, a mineração era considerada como fonte de matéria – prima essencial para a continuidade dos processos industriais; por outro lado, a exploração de bens minerais garantia a inserção de moeda forte que permitia a promoção da industrialização de base no país.

Como enfatizado antes, o subsolo é considerado constitucionalmente patrimônio da União e essa condição proporcionou a íntima parceria com o Estado para o desenvolvimento do setor mineral. Não é por acaso, que as duas principais mineradoras do país, VALE e Companhia Siderúrgica Nacional, foram inicialmente empresas estatais, fundadas em 1940, mas privatizadas nos anos 90. Juridicamente, existe um reforço governamental em apoiar os processos minerais do país a partir de leis estabelecidas no período desenvolvimentista. Por exemplo, o Decreto-lei 3.365/1941 define a mineração como atividade de interesse público; da mesma forma, o Código Mineral (DECRETO-LEI nº 227/1967) estabelece que no curso de qualquer medida judicial não poderá haver embargo que resultem em interrupção dos trabalhos de lavra. Com o firmamento dessa relação, as empresas mineradoras passam a desenvolver estratégias que garantam diferentes formas de influenciar as decisões do governo nesse setor.

Essa abordagem pode ser evidenciada pelos meios de promoção da expansão da mineração e sua ocorrência no território nacional a partir de mapeamentos especializados, criando contextos de abundância em detrimento de cenários decadentes. Nesse sentido, parto de uma abordagem de análise que, mesmo presente em minha trajetória enquanto pesquisadora, não é, de todo modo, entendida como parte de uma abordagem etnográfica,

por não se explorar esse campo com acurácia e propósitos mais elucidativos no campo da Antropologia. Refiro-me à abordagem cartográfica que pode ser, em muitos aspectos, mais do que uma mera localização de uma área de pesquisa ou ilustração de um escrito, mas que dentro da Antropologia pode ganhar dimensões que compõem o fazer etnográfico presente no processo antropológico.

Quando penso em cartografia, sempre retorno meu pensamento para uma estrutura de poder e de controle presentes desde que se começou a usar representações cartográficas para definir o mundo (HOSTETLER, 2001). Esses temas estiveram sempre próximos dos estudos antropológicos e não meramente como esboços de um lugar a ser conhecido, mas como dados concretos sobre o lugar que deseja dominar. Lins (2005) aponta que, desde as grandes expedições que rumavam ao encontro do desconhecido - com referência ao processo de colonização e de usurpação de territórios e bens naturais e minerais o ocorrido especialmente na América Latina - até hoje, quando se pensa nas relações transnacionais, o entendimento sobre o que é controle está longe de quem está diretamente vinculado aos territórios. O conhecimento sobre o território se deu e se dá a partir dessas ferramentas cartográficas usadas para classificação do outro.

Classificar torna-se, aqui, elemento para dominação e para o controle. O conhecimento e uso de cartografias que eram, inicialmente e oficialmente, de domínio do Estado, compõem elementos importantes nesse exercício de classificação. Classificar o solo, definir as regiões exploráveis se colocou como expressão desse poder no campo da mineração. Principalmente, porque com o vasto e rico subsolo, a importância da mineração no Brasil é histórica. Ao lado do agronegócio, ela constitui item importante na balança comercial do país (FERNANDES; ARAUJO, 2016).

Desde o período do Brasil enquanto colônia com a extração do ouro e das pedras preciosas, houve um entendimento de que o solo e subsolo poderiam conter era grandioso e valioso, porém, entendia-se também que poderia ser finito. Na época, com o conhecimento sobre a capacidade limitada dos recursos, as estratégias mudaram e os incentivos para exploração dos minerais também. O maquinário precisava ser mais moderno para alcançar o mais profundo recurso desejado e os investimentos precisariam ser generosos. No século XIX, em pleno Brasil Império, se abriam iniciativas estrangeiras privadas para extração de ferro, sobretudo lideradas por ingleses, belgas e franceses (MILANEZ; PINTO; COELHO, 2016). No período da ditadura militar, quando havia um forte discurso de desenvolvimento fortalecido pelo sentido de pertencimento de uma nação, paradoxalmente, fortes alianças estrangeiras e grandes empresas multinacionais logo se instalaram no país. Esse período foi

denominado de “milagre brasileiro”, mas a ideia do período ditatorial era deixar o “bolo crescer” e só depois começar a dividir, mas isso nunca aconteceu de fato (FERNANDES; ARAUJO, 2016).

Com a redemocratização do país nos anos 80, o Brasil se tornou um dos 5 maiores produtores e exportadores de minérios do mundo e 85% de tudo que se produzia era exportado, porém, eram exportações que não traziam qualquer agregação de valor para o lugar explorado, mas no mercado mundial, ganhava corpo e incentivo para novas investidas. Um importante lugar de entendimento dessa questão é o Projeto Grande Carajás que foi instituído pelo decreto 1.813 de 24 de novembro de 1980, com uma extensão de terra equivalente a 25 milhões de hectares, contemplando uma área de influência que incluía desde a Serra dos Carajás no Pará até o Porto de Itaqui no Maranhão (MARTINS; PORTELA, 2015). Os ganhos sobre essa região são totalmente incalculáveis, mas as perdas para um território que agrega ainda diferentes formas de ocupações de povos e comunidades tradicionais são inimagináveis, dada tamanha ferocidade resultante desse Projeto.

Nos últimos anos, especialmente após os anos 90, houve um crescimento das *commodities*⁴⁰ em regiões estrategicamente pensadas para expansão de fronteiras, seja de *commodities* minerais, sejam elas agrícolas. Com esse crescimento, houve também um novo formato de desenvolvimento que, com enclaves impostos pelo governo e a serviço de poderes capitalistas, afeta fortemente povos e comunidades tradicionais em todo o Brasil.

Em meio a todo um encadeamento de discussão que versa sobre a mineração no Brasil, me limitarei a expressar aspectos dessa temática a partir do que pude perceber no estado de Pernambuco, especialmente na RD – Região de Desenvolvimento classificada como Sertão de Itaparica. Há um interesse particular nessa área, por esta, além da apresentar ações que envolvem a mineração, agregar outras formas de empreendimentos e uma vasta presença de comunidades quilombolas e indígenas que se colocam a partir de suas resistências e são acometidas pelo chamado desenvolvimento atribuído ao Estado.

O empreendimento, ao qual dedico atenção nesta tese e que se revela a partir da mineração, pode ser caracterizado a partir de espaços vazios em diversos mapas oficiais de caráter geológico ou pedológicos. Apesar de haver um discurso de recurso limitado, há uma valorização quanto à exploração até a exaustão desse mesmo recurso mineral. Com os aparatos tecnológicos de mineradoras, em conjunto com órgãos oficiais, passou-se a

⁴⁰ De acordo com Almeida(2010) *commodities* diz respeito às imensas extensões de terra com intensivas concessões e incentivos creditícios para a atividade mineradora, produção de grãos, carne in natura, eucalipto, pinus e outras matérias-primas destinadas à indústria de papel e celulose, às usinas de ferro-gusa, nas siderúrgicas, fábricas de óleos vegetais e empreendimentos sucroalcooleiros.

extensão e os valores que podem gerar a extração de um minério em determinado lugar. Os mapas são, nesse processo, facilitadores no entendimento da dimensão que a mineração pode alcançar em diferentes lugares estratégicos.

O mapa 03 **“Processos minerários no Brasil e em Pernambuco”**, apresentado logo em seguida, representa um reforço da construção do espaço vazio, da baixa densidade, da oportunidade do desenvolvimento em um território aflorado de um conjunto mineral avaliado como promotor de desenvolvimento. Mas expressa também o domínio sobre a amplitude que o caráter mineral pode apresentar em termos econômicos em um território nacional, favorecendo inclusive um discurso nacionalista. O gigantismo que se apresenta em forma de diferentes tipos de minérios, visibiliza um campo rico de oportunidades para empreender. Essa é a vantagem de cartográficas produzidas a partir de órgãos oficiais, com bases consideradas oficiais.

O mapa destaca, portanto, uma única informação que expressa a medida da mineração sobre o território brasileiro e que, ao mesmo tempo, não é visível, pois tudo que se sabe sobre o solo e o subsolo é expresso através de controle e de poder. As informações que transbordam sobre o processo de mineração na região de Itaparica, não se apresentam como visíveis, menos ainda compreensíveis. O que a maioria dos investidores ganha com tudo isso não é divulgado ou esclarecido como ganho. Aliás, o ganho se dá a partir de outros interesses e de uma rede de relações que ultrapassam as relações sociais estabelecidas entre as pessoas que se estabelecem em seus locais de vivência. O vínculo com o local não apresenta qualquer profundidade, exceto pela oportunidade de se chegar ao minério desejado.

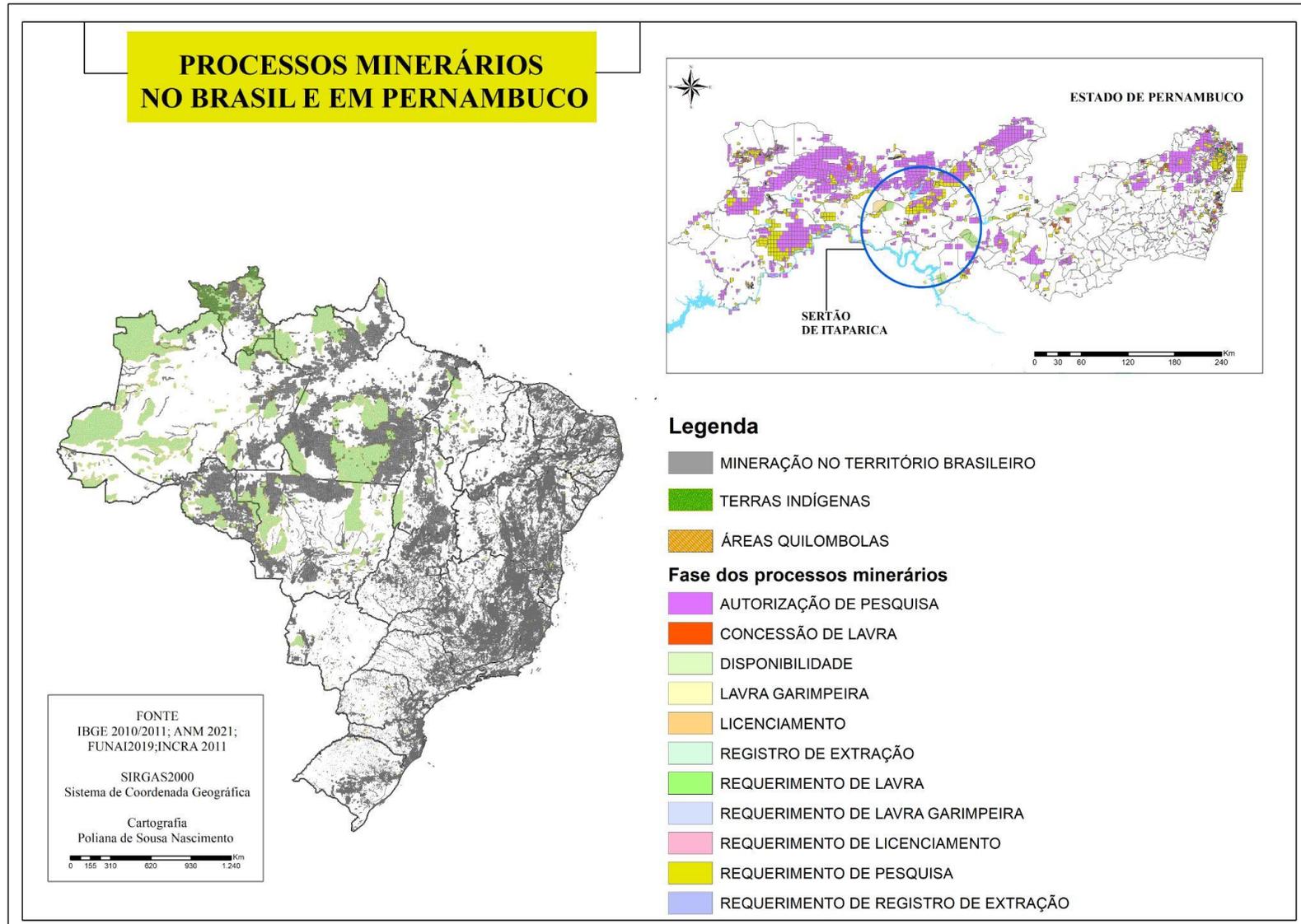
A dimensão da questão/ mineração é expressa em um mapa como o destacado abaixo e impressiona pela proporção de uma riqueza que não é revelada. Aliás, uma riqueza limitada pelo entendimento de conceito desgastado e subutilizado, que é exposta por outros vieses, mas que tal como esse mapa, mascara uma série de questões que não são consideradas quando se fala da mineração no país. Cada elemento vermelho presente nesse mapa expressa uma informação acerca da mineração classificada na área de pesquisa⁴¹, até

⁴¹De acordo com o Código de Mineração. Capítulo II, Art. 14. Entende-se por pesquisa mineral a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade do seu aproveitamento econômico. A pesquisa mineral envolve, entre outros, trabalhos de campo e de laboratório, levantamentos geológicos, aberturas de escavações visitáveis e execução de sondagens no corpo mineral, amostragens sistemáticas e ensaios de beneficiamento dos minérios ou das substâncias minerais úteis, para obtenção de concentrados de acordo com as especificações do mercado ou aproveitamento industrial. (COD. Mineração, 2011). Art. 15. A autorização de pesquisa será outorgada pelo DNPM a brasileiros, pessoa natural, firma individual ou empresas legalmente habilitadas, mediante requerimento do interessado.

ao processo de lavra⁴². De fato, as informações acerca da mineração presentes no mapa, não são exclusivamente sobr

⁴²CAPÍTULO III Da Lavra Art. 36. Entende-se por lavra, o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas.

Mapa 03: Mapa que expressa o quadro geral das áreas de mineração existentes no Brasil, com destaque para o Estado de Pernambuco.



Fonte: Cartografia: Poliana de Sousa Nascimento

exploração mineral. De todo modo, esse não é o ponto para questionamento que pretendo enfatizar, pois o que interessa saber são as movimentações em torno da mineração que ocorrem administrativamente antes mesmo do processo de extração.

Os mapas são, nessa lógica do controle, pré-estabelecidos pela construção de uma ideia centralizada de poder sobre algo ou alguém, mas também pode representar um campo de disputa permeado por reconhecimento de poder. Os mapas que tratam das áreas de mineração irão sempre favorecer um discurso de prerrogativas honrosas. O que, com efeito, poderia ocorrer, se os direitos de povos e comunidades não sofressem um processo de negação e o meio ambiente de degradação. De certo, muito se fala sobre as vantagens que a mineração pode trazer para um país, mas muito se cala sobre as repercussões negativas da atividade para o meio ambiente, para as comunidades, sejam elas tradicionais ou não, e para os trabalhadores da mineração.

Embora Pernambuco não esteja, hoje, de acordo com os dados oficiais, entre os primeiros na produção mineral do país, não há como negar que o conteúdo mineral que assola o estado de Pernambuco no mapa acima, reflete a sua dimensão. A aparente invisibilidade da atividade no estado, pode, deste modo, carregar uma série de motivações, que serão tratadas mais à frente, e que não estarão visíveis em uma produção cartográfica oficialmente construída. Logo, a representação de um mapa oficial, por apresentar um caráter temático, demonstra em suas ausências de detalhes, uma falta de profundidade para o entendimento das diferentes relações que se estabelecem em um mesmo território.

No mapa 03 **“Processo minerários no Brasil e em Pernambuco”**, é possível visualizar a cidade de Itacuruba, epicentro de minha abordagem antropológica, que pode representar nesse mapa um ponto aparentemente desconectado, isolado e que sozinho não acompanha a dimensão de sua representação. Sem me propor a fazer uma relação dual simplista entre os termos local e global, busco, para além das dualidades, enfatizar as redes de relações que ligam esses pontos que alcançam dimensões que ultrapassam qualquer fronteira administrativa e ao mesmo tempo, não são consideradas quando o resultado final é alcançado. Existe um conjunto de blocos de caráter político que atua de forma coordenada e institucionalizada diante dessas regiões que parecem desconectadas. Esses dados não se revelam em um mapa oficial, reforçando mais ainda o discurso do vazio.

O dinamismo de diferentes setores econômicos na região do Sertão de Itaparica agrega além da mineração, as usinas hidrelétrica, piscicultura (as fazendas de peixe), linhas de transmissão, transposição do Rio São Francisco⁴³ e até mesmo a possível instalação de

⁴³Todos esses empreendimentos estão sendo representados no mapa 02 “sobre como parte dos conflitos

uma Central Nuclear. Esse conjunto reflete um jogo de poder entre o Estado com regras já estabelecidas e a burocracia a seu favor, e empresas com seus aparatos estratégicos em torno do mercado de terras que nem sempre são percebidos por quem pertence a esses lugares.

De acordo com a análise de Mesquita (2015), a presença do capital numa determinada atividade gira em torno de um conjunto de variáveis que vão do econômico, perpassando o político e que, historicamente, sempre esteve associado à ocupação e controle do mercado de terras. Essas variáveis estão relacionadas às ações que sempre vêm acompanhadas por expropriações de segmentos mais vulnerabilizados da sociedade. Tais expropriações são lideradas por grupos de investimentos que estão em diferentes frentes e que desorganizam e desarticulam populações rurais, estabelecidas secularmente e que tinham nesses territórios, seus espaços de reprodução social. O que antes era espaço de reprodução social, hoje passa a ser de reprodução do capital (MESQUITA, 2015). Por meio da reprodução do capital, se edifica uma inclinação econômica que se demonstra presente nas transações capitalistas, em favorecimento de um contexto global ou regional, que se dá em torno do que é rentável e não para o que é necessário (NASCIMENTO, 2019).

Ao me debruçar sobre os mapas existentes sobre Pernambuco, especialmente em torno da região de Itaparica, houve de minha parte persistência em perceber o apagamento de realidades diferenciadas que não são captadas pelos limites cartográficos e contextos reais de pessoas que não podem ser evidenciadas no campo do desenvolvimento. As razões para essa questão estão na forma como o controle pode ser estabelecido pelo Estado em contextos de desenvolvimento. Anderson (2008) destaca em seu livro “Comunidades imaginadas” que o controle exercido pelo Estado se dá a partir de três instituições de poder: Censo, Mapa e Museu, como explicitado antes nesta tese. É através delas que o controle pelo território se agrega a todos os outros caminhos para se chegar a uma história contada e oficializada de um mundo modelado pela visão do outro.

O território ganha em termos de poder, especialmente quando se trata de ações do Estado que equivalem aos projetos econômicos envolvendo grandes empresas, outras conotações. Nesse sentido, os mapas são eles mesmos os territórios, mas são territórios em disputa em uma verdadeira guerra simbólica. O mapa é o que Acserald destaca como sendo um “esquema de percepção do espaço que vai ganhando realidade na medida em que o conhecimento do território é também um meio de “produção deste território” (ACSELRAD, 2015, p.13). Said (2011) da mesma forma, reforça que há batalhas que não são socioambientais na região de Itaparica apresentados pelos povos e comunidades tradicionais nesta região.

desenvolvidas somente por soldados e canhões, mas por ideias, formas, imagens e imaginários. As disputas de poder sobre um território revelam uma disputa de poder através de mapas. (NASCIMENTO, 2019)

Nesse reforço, Almeida (2017) expressa que “há uma reorganização do território que não é puramente um mecanismo mecânico da expansão das trocas, mas efeito da ação de Estado que se apresenta como “protecionista”. Nesse ensejo, as políticas apresentadas se articulam em torno da reestruturação do mercado, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos naturais, bem como do uso do solo e do subsolo. Há uma tentativa do Estado em dar outros significados aos direitos territoriais e expansão de terras para implementação de conglomerados econômicos, imbuídos de uma justificativa desenvolvimentista e que seguem o compasso dos interesses do agronegócio e da mineração. Ou seja, existe uma política de mapeamento que se estabelece em uma disputa entre distintas representações do espaço, isto é, uma disputa cartográfica que se articula às próprias disputas territoriais (ACSELRAD,2015).

Os mapas representam aqui no contexto da mineração uma caça ao tesouro onde só os escolhidos podem concorrer. Concorrer implica conhecer os mecanismos que regem a aplicação cartográfica do conhecimento do território e a maneira implícita que o controle e o poder explícito são manifestados no processo de entendimento de um mapa considerado oficial. Pois, há uma busca predatória de novos espaços sociais e biofísicos a se valorizar e explorar, como os espaços estruturados para ações de mineradoras ou de hidrelétricas.

Pernambuco é, no contexto da mineração, como destacado antes, um estado que não agrega tanto valor econômico à atividade extrativa com apenas 322⁴⁴ pontos ativos de extração mineral. Contudo, há nos últimos anos uma corrida quanto à valorização da atividade mineral, sobretudo, considerando minérios de maior valor comercial, como o titânio e o ferro. A mineração em Pernambuco existe e o que se conhece a partir de pesquisas autorizadas pela ANM (Agência Nacional de Mineração), contempla todo o território pernambucano.

Em documento de avaliação regional realizado pelo então DNPM⁴⁵ (Departamento

⁴⁴Dado fornecido pelo Anuário Estatístico de Pernambuco em 2016, presentes na tabela: Estabelecimentos por setor de atividades, segundo as Regiões de Desenvolvimento e os municípios de PE. Os anuários são aquelas oficialmente aprovadas pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral, onde constam os Relatórios Finais de Pesquisa e nos Relatórios de Reavaliação de Reservas aprovados, subtraídas as produções ocorridas no ano base e anos anteriores.

⁴⁵O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) foi uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Foi extinto no ano de 2017, para que fosse criada a Agência Nacional de Mineração (ANM). As atribuições referentes à esse órgão se voltam especialmente para os aspectos de gestão e fiscalização das atividades de mineração em todo o território nacional, zelando para que o aproveitamento dos recursos minerais seja realizado de forma racional, controlada e sustentável, resultando em benefício para toda

Nacional de Produção Mineral), já nas décadas de 70 e 80, havia um destaque para os principais setores tradicionais da economia pernambucana como o agroindustrial do álcool e da cultura do algodão, e que vinham passando por um processo acentuado de decadência. Na época, a indústria têxtil também tinha sua relevância, porém os planejadores estaduais priorizaram três linhas de atuação que se destacavam pelo turismo, agricultura irrigável no vale do São Francisco e implantação da Suape. Este último surge para colocar o estado de Pernambuco no rol da economia mineral com exportação de minerais, especialmente os vindos de Alagoas e da Bahia (MME/DNPM, 1994).

Neste mesmo documento, datado da década de 90, os principais minérios de expressão e importância para o estado são os não metálicos ou industriais, como: água mineral, calcário, gipsita, pedra ornamentais e britadas. Há, desde a década de 1960, um destaque para Pernambuco, quanto à essa informação, pois o estado ocupa a posição de maior produtor nacional de gipsita, participando em média, nos últimos seis anos, com 90% da produção nacional. Destas minas, cerca de 50% estavam com as atividades de lavra paralisadas, como reflexo da política seguida pelos dois maiores grupos cimenteiros do país - Votorantim e João Santos - de assegurar grande volume de reservas cativas (MME/DNPM 1994).

Quando se trata de dados sobre produção mineral, os números são sempre assustadores e refletem nossa incompreensão quanto à abundância que prevalece sobre a atividade mineral. Ainda na década de 1990, a produção de calcário era estimada em 24 milhões de toneladas em todo o estado de Pernambuco. Usados na produção de cal, eram encontrados principalmente nas cidades de Surubim, Santa Maria do Cambucá e Gravatá e quase a totalidade da produção era gerada pela indústria cimenteira dos grupos João Santos⁴⁶ e Votorantim⁴⁷. Hoje, a produção do calcário é, de acordo com o Anuário Estadual Mineral de Pernambuco, de 778.768 toneladas (DNPM, 2016). Esse dado equivale à produção bruta

a sociedade. (CÓDIGO DE MINERAÇÃO, 2011)

⁴⁶O grupo João Santos entra no mercado com produção de cimentos e posteriormente com a produção de papel e celulose. Hoje o grupo é composto por 47 empresas, algumas inativas. Hoje a empresa passa por um processo de declaração de falência. O Grupo João Santos possui R\$ 8,64 bilhões em débitos tributários — o que equivale a 4,63% do PIB de Pernambuco. Desse total, R\$ 55 milhões correspondem a dívidas com funcionários, oriundas de uma condenação pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em 2018. Fonte: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/05/alvo-da-pf-grupo-joao-santos-tem-divida-tributaria-de-r-8-bi-e-historico-de-trabalho-escravo/>. Acesso em julho de 2021.

⁴⁷O grupo Votorantim S.A. (VSA) é uma multinacional brasileira com presença global e atua em pelo menos 20 países com investimentos nos setores de metais, siderurgia, cimento, celulose, energia, financeiro e até mesmo produção de suco de laranja. Fonte: <https://www.votorantim.com.br/sobre/>. Acesso em julho de 2021

do minério e não ao que se conhece de sua expansão.

Conhecer as empresas passa a ser, nesse enredo, um caminho para se entender quem domina o campo mineral no estado. Há, dentre as principais empresas produtoras do calcário, as empresas Votorantim Cimentos N/NE S.A, Itapessoca Agro Industrial S.A. Brita e Cascalho, Calcário, Tufo Vulcânico, Unimin do Brasil LTDA Calcário e CBE-Companhia Brasileira de Equipamento (DNPM, 2016). Em Pernambuco, apesar dessas empresas serem as principais produtoras do calcário no estado, estas não estão exclusivamente dedicadas ao ramo da mineração. O que nos leva a pensar em outra forma de ampliação das conduções do capital que não convergem para o local do qual o minério foi extraído. Como bem destaca Dowbor (2020), as empresas possuem uma versatilidade quanto ao campo de atuação no mercado mundial.

Houve, durante o apogeu da extração do calcário nos anos 1990, uma crise na atividade extrativa do estado que vivenciou uma diminuição significativa do calcário em decorrência do ritmo das atividades, principalmente na empresa pioneira na produção de cimento a Companhia de Cimentos Portland Poty S.A, com sede na cidade de Paulista. Um dos principais motivos para diminuição da produção se deu pela exaustão das minas de extração. Da classe dos minerais metálicos, na década de 90, ainda havia ocorrência de extração do ouro e de ferro, este último na cidade de São José do Belmonte no Sertão de São Francisco para produção de ferro-gusa pela Mineração Afonso R. Lima S.A – FERGUSA, fundada na década de 70 e na época oferecia para cidade um grau de relevância econômica evidente sob o prisma da extração do ferro.

Hoje, apesar das informações sobre a situação ativa da mineradora, esta não ocupa um lugar de referência da extração para a cidade de São José do Belmonte em Pernambuco. Contudo, há uma rede de relação entre empresas que interagem e se consorciam nas regiões por diferentes cidades no interior do Sertão de Pernambuco. Os sócios da mineradora de ferro em São José de Belmonte, são os mesmos titulares das áreas de mineração para extração do calcário na cidade de Itacuruba. Trata-se, portanto, da configuração de uma rede de relações que uma cartografia do desenvolvimento realizada a partir das percepções dos órgãos oficiais e das empresas, não oferece condições para seu real desvelamento.

O cenário da mineração de Pernambuco dos anos 90, especialmente no Sertão de Pernambuco, se caracterizava por empreendimentos que se davam no nível informal e que, portanto, não apresentavam grande expressão para o estado na época, segundo os anuários minerais elaborados pelo então DNPM. No entanto, mesmo sem o caráter de rentabilidade estabelecido pelos órgãos oficiais, o caráter político, com arranjos comerciais que se voltam

para o mercado mineral, se mostram mais evidentes. Pois, havia no ano de 1993, uma representação sindical atuante do empresariado da mineração em Pernambuco que estava dividida em duas organizações: SINDUSGESSO-PE-Sindicato das Indústrias de Extração e Beneficiamento de Gipsita, Calcário, Derivados do Gesso e Minerais Não Metálicos do Estado de Pernambuco, e Sindicato das Indústrias de Extração e Beneficiamento de Pedras do Estado de Pernambuco.

Ambas organizações continuam na ativa e promovem, dentro de suas atribuições, ações de ampliação de redes de articulações comerciais, coordenação e defesa de sua categoria, uma vez que as transações de mercadorias se dão por empresas desvinculadas entre si e pelas denominadas transações de transferências que ocorrem entre empresas coligadas. Tais organizações adotam medidas que se voltam para os interesses dos associados para promover o desenvolvimento contínuo da categoria. De forma que é possível perceber que há uma rede estabelecida que não é recente acerca da mineração promovida no estado de Pernambuco.

O cenário que se apresenta hoje, demonstra um processo latente de promoção da atividade mineral no estado de Pernambuco. Principalmente porque há mais investimentos nessa área de atuação e apoio do Governo do estado. Há um interesse visível que propicia o avanço de investimento para pesquisas geológicas para o estado de Pernambuco, como as realizadas pelo CPRM- Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia com atribuições do Serviço Geológico Brasileiro. Mas há, sobretudo, um aumento de interesses privados no processo de investigação e incentivo à exploração das reservas minerais no estado.

Crescem, a partir disso, o número de empresas que realizam pesquisas geológicas em torno de suas próprias tecnologias e desenvolvem, por meio de onerosos investimentos, projetos de mineração para áreas propensas à extração de minérios rentáveis. No Sertão de Itaparica, base de análise para essa pesquisa, ocorre desde a década de 70 um reconhecimento das áreas de mineração pertencentes a essa porção do estado, inclusive com olhos voltados para a extração de titânio pela mineradora Tiper Titânio (DNPM, 2019). O interesse e potencial desse empreendimento são reconhecidos desde a década de 1990. Sabia-se da existência de outras jazidas de titânio no norte e nordeste do país, porém, como os interesses da época não se voltavam para a extração mineral e a dimensão das áreas não era totalmente conhecida, não houve, no período, investimentos expressivos para estudos geológicos e estudos econômicos de mercado.

Mas o conhecimento sobre as riquezas do lugar continuava a ser mantido. O

subsolo ainda guarda esse mineral com características de potencialidade econômicas e que, com tentativas de investimentos iniciadas em 2009, com o então Governador Eduardo Campos, culmina nos anos de 2014, com as negociações em torno da criação de uma fábrica de pigmentos⁴⁸ de titânio na cidade de Floresta -PE. A questão da exploração do titânio volta à tona e revela a expansão de investimentos que circulam em torno de R\$ 395,3 milhões de reais. Os investimentos passam a se ampliar quando o interesse em torno dessa mesma região, para a exploração de depósitos de minérios de ilmenita para produção de pigmento de titânio, se torna mais aparente com investimentos de R \$200 milhões de reais e o apoio do Governo do estado⁴⁹.

Em uma fala do atual governador do Estado, Paulo Câmara, pronunciada com destaque para a ampliação dos investimentos na área de mineração e da exploração do titânio no estado, enfatiza o discurso corriqueiro do desenvolvimento e de reforço da ausência atribuída ao sertão, ele destaca:

Esse empreendimento vai contribuir para o desenvolvimento do estado e de uma região que carece de maiores investimentos e de alternativas econômicas. Vemos com muito entusiasmo, ainda mais entusiasmo porque ele é fruto de uma tradicional grupo empresarial de Pernambuco”⁵⁰.

A partir desse pronunciamento, é possível se fazer um processo reflexivo da construção de novo cenário que parece se firmar sobre as mesmas falhas estruturais que compõem o avanço do discurso do desenvolvimento.

O uso dos termos “mudança” e “novo” sempre estiveram nas narrativas desenvolvimentistas quando se trata de aspectos de controle e de poder a partir de um discurso do privilégio da abundância que exalta um nacionalismo falacioso. Tudo parece mudar e uma nova cartografia do desenvolvimento é pensada a partir de uma abordagem que pode parecer diferente. Mas o discurso oficial de modernização reproduz uma espécie de hibridização da extrema modernização capitalista com a tradição do patrimonialismo e do colonialismo que reflete não o novo, mas a mesma forma de pensar as estruturas do desenvolvimento a partir de mecanismos de controle e de poder. Sobretudo, em territórios cujos arranjos são configurados a partir de outras lógicas como é para povos e comunidades

⁴⁸Matéria prima empregada na fabricação de tintas, plásticos, cosméticos, papéis e outras aplicações.

⁴⁹Mineração Floresta investe R\$ 200 milhões em projeto de titânio em Pernambuco, 2016, disponível ,<https://www.noticiasdemineracao.com/outros/news/1126615/minera%C3%A7%C3%A3o-floresta-investe-rusd-200-mi-em-projeto-tit%C3%A2nio-em-pernambuco>. Acesso em: julho, 2020.

⁵⁰Fala pronunciada em notícia encontrada na página do Sindicato Nacional das Indústrias da Extração de Ferro e Metais Básicas – SINFERBASE com referência às ações em torno da exploração do Titânio em Floresta – PE. Acesso em: maio de 2020.

tradicionais.

Este mecanismo de poder promove diferenciação socioespacial que é reflexo de uma força de mercado e do Estado. Ela pode ser percebida facilmente no tempo e no espaço, quando nos reportamos às grandes extensões de terra usadas para ampliação do agronegócio e da implementação para exploração mineral em todo o território nacional a partir dos grandes conflitos decorrentes dessas ações. Nesse circuito do capital mundializado, que faz da mineração um espaço de disputa constante, gera, no ramo do mercado mundial, uma disputa por territórios configurados e demarcados por e para mineradoras em todo o país.

5.2 A rota da mineração para Itacuruba no Sertão de Itaparica

Augé (1997), em seus escritos, ressalta que os não-lugares são reflexo de uma *supermodernidade* que cria lugares a partir do não identitário, do não relacional e da não história, em um lugar da memória. Obviamente ele parte de análises a partir de lugares que nos são comuns em uma cidade moderna de nossa sociedade atual, como shoppings, rodoviárias ou supermercados. Contudo, o que proponho ressaltar com esse conceito é que a percepção desse não-lugar parece partir sempre da classificação atribuída pelo outro. Tal como o é com o território. Se a especificidade para o entendimento do não-lugar parte do caráter do não identitário, do não relacional e da retirada de uma história, poderíamos relacionar esse conceito com o que se percebe na região de Itaparica ao longo de sua história.

Não proponho uma categorização para a região, classificando-a como não-lugar, mas a composição que permeia para configuração de um dado lugar ou território parte sempre de um processo de controle pelo outro. Existe uma fronteira que sempre foi determinada pelo Estado e que reforça a construção de limite de uso e ocupação de um dado território. A fronteira construída administrativamente em todo o território nacional e, especialmente em Pernambuco, se configurou a partir de diferentes formatos e distintos momentos, para se chegar ao que hoje se revela como uma região de desenvolvimento com propósitos de desenvolvimento para o social, cultural, político e econômico de um dado lugar. Acompanhadas também de iniciativas de fomento para o desenvolvimento como o GTDN – Grupo de trabalho de Desenvolvimento do Nordeste e posteriormente a SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Constrói-se um discurso nacionalista de progresso, em uma conjuntura que não se discute mais qual o real sentido que cada palavra representa em termos mais amplo. É como

se elas falassem por elas mesmas e fossem suficientes para agregar todas as necessidades e demandas de qualquer porção do território nacional. A fronteira administrativa é, nesse sentido, medida pela ideia construída de valorização do social, cultural, político e econômico em termos oficialmente predeterminados.

Contudo, a fronteira medida por povos e comunidades tradicionais que compõem a paisagem do Sertão são, sem dúvida, pensadas a partir de outras particularidades. Isso porque todos esses aspectos estão inseridos em uma lógica de comunidade que entende que as relações de pertencimento e os laços de solidariedade são elementos essenciais para constituição de uma comunidade coesa. Esse sentimento de pertencimento, a partir de uma comunidade, tem seus princípios comprometidos quando nessa mesma região, RD do Sertão de Itaparica, apresenta caminhos que colaboram para outro sentido de pertencimento. E que se coaduna com o sentido de possuir. Nos discursos oficiais, os bens e recursos naturais pertencem à União, portanto, cabe a ela definir como possuir e sustentar uma ideia de desenvolvimento produzida pelo Estado.

Toda essa discussão que me propus a fazer sobre fronteira e como se dá sua compreensão em um contexto de desenvolvimento, é para iniciar aqui uma outra abordagem sobre esse “não-lugar” do pertencimento tradicional e associarmos às iniciativas de instalação de empreendimentos, sobretudo, relacionados à mineração. Elas deveriam agregar valor econômico para as pessoas que vivem em Itacuruba e em seu entorno, mas refletem promessas que vêm de tempos outros, como a sentida a partir da instalação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga pelas pessoas e tiveram que repensar o presente a partir de um passado marcado por privações e negação de direitos.

O passado tão presente e expresso nas consequências da construção da barragem de Itaparica para implementação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga reflete, nessa região atingida, outras noções para além do social, cultural, político e econômico estabelecidas a partir da implementação de um grande projeto. São as noções que nos permitem perceber o outro lado da história que são expressos nos enfrentamentos, processos de resistência, negociação, adaptação e superação diante da implementação de um grande projeto de desenvolvimento.

Foram retiradas da margem do rio, 80 mil pessoas no ano de 1987, “de onde eles mesmos ou seus pais tinham fugido em busca das terras mais férteis na beira do rio (...). As pessoas foram simbolicamente retornadas às suas origens históricas, em locais ecologicamente inóspitos e desconhecidos.” (SCOTT, 2009, p.35). Pessoas que compunham famílias passaram então a perceber o presente e o espaço a partir da mudança do curso do

rio. Em outros termos, perdem suas próprias referências sobre o tempo e sobre o espaço, invertendo assim, o próprio curso da história desses lugares. A mitigação passa a ser o sentido máximo do cuidado que se pode ter quando se propõe um investimento para um empreendimento de grande proporção. A mitigação é planejada, mas os cuidados estão relacionados mais aos aspectos de escape para a empresa que para a população afetada.

Desde o começo da década de 80, famílias tinham sido cadastradas pela CHESF para o recebimento de uma indenização – o VTM (Verba Temporária de Manutenção). “Mudança para melhor”, *slogan* promovido pela CHESF, parecia ser a lógica certa do projeto de desenvolvimento, mas a referência de mudança é nessa perspectiva relacionada à praticidade da ação e do que se considera racional. Viver racionalmente era, como destaca Giddens (2007) ao fazer referências aos estudos iluministas, se libertar das amarras do passado para controlar o futuro. Apesar de o *slogan* “Mudança para melhor” demonstrar tanta previsibilidade e controle, em sua amplitude, pode-se perceber os riscos e incertezas principalmente para quem, à margem do cuidado e do bem viver, passou a pertencer.

O novo cenário estava posto e parecia que nada mais acontecia naquele lugar, exceto pela implantação dessa grande barragem. Porém, as articulações em outros setores continuavam acontecendo, porque existe, por trás de um grande projeto de desenvolvimento, um conjunto de ações que se voltam para receber esse grande projeto e elas se dão no campo das infraestruturas. A região de desenvolvimento precisava ganhar corpo e projetos, como a transposição do rio São Francisco e a continuidade da Ferrovia Transnordestina. A retomada do desenvolvimento econômico parecia evidente. Os lugares considerados “decadentes ou vazios”, como Itacuruba, ganham nesse novo cenário uma crescente aceleração tentativa de mudança da realidade para uma perspectiva do progresso.

Os dados significativos para atividade mineral existente em Pernambuco, mesmo que de pouca expressão nacional, não apresentavam informações que se voltavam para o que hoje se caracteriza como Sertão de Itaparica. Mesmo que as informações não se apresentassem, as ações eram executadas, seja para autorização de pesquisa, seja para lavra ou prospecção do minério. Itacuruba, lugar que sempre me volto pra falar nesse estigma do “vazio”, nunca esteve no centro das discussões econômicas enquanto cidade que precisava se desenvolver, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, sempre esteve no meio de todos os empreendimentos que ali se fixaram. A mineração não é um caso em exceção, ao contrário. As ações pequenas, que se encontram na cidade, podem esconder também elementos da ilegalidade ou da falta de cumprimento dos preceitos presentes no Código de mineração estabelecido desde 1967.

Em Itacuruba, constam dados de pesquisa sobre área para atividade mineral desde a década de 70. Os principais minerais encontrados em subsolo itacurubense são granito, quartzito, mármore, calcário e minério de Ferro (DNPM,2019). Exceto pelo minério de ferro, todos os outros minerais se enquadram na classe dos não metálicos e se agregam as chamadas rochas ornamentais, menos o calcário cujo o uso era revertido para corretivo do solo na região do vale do São Francisco, área de produção crescente de frutas para exportação.

Desde a década de 80, o estado de Pernambuco é pioneiro na produção de rochas ornamentais, sobretudo com demanda para o mercado internacional (DNPM, 1994). Houve inclusive nos anos 90 um programa que possibilitou financiamento da atividade mineral em Pernambuco, chamado “Programa Terra Bonita”, financiado pelo BNB – Banco do Nordeste do Brasil. Contudo, o Sertão de Itaparica e tampouco Itacuruba, sequer apareciam nesse conjunto de intenções para produção mineral. Porém, os dados encontrados na ANM demonstram que as atividades minerais em Itacuruba, datam de 1996 com a extração de calcário.

O ponto de extração de calcário em Itacuruba de produção da Itacal, destacada no mapa 02, do qual o titular constatado nos documentos oficiais da ANM como proprietário, é o mesmo citado para a empresa mineradora Fergusa (produtora de ferro gusa na cidade de São José de Belmonte-PE, ativa desde a década de 70), apresenta um capital social que gira em torno de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) (IBGE, 2019). Esse dado revela um apagamento também das informações que deveriam compor parte de uma receita que diz respeito ao município de Itacuruba – PE. Mas há para além desse apagamento, outro aspecto que não transparece nenhum pouco na rotina das pessoas que vivem em Itacuruba, mesmo que a paisagem diária seja contemplada pela visão do calcário na entrada da cidade.

Durante minha pesquisa de campo em Itacuruba, não percebi movimentação em torno da mineração na cidade. Nem mesmo a micro empresa de calcário parece chamar atenção das pessoas, pelo fato de sempre permanecer ali sem atividade de grandes proporções. Um fato importante a ser destacado é o reforço do não isolamento de Itacuruba no sentido de pensar um capital global microempreendimento mineral capaz de compor uma rede maior que ultrapasse os limites do capital mineral, chegando a alcançar outros setores, como o setor de produção de frutas. Isso porque o calcário retirado das jazidas do Sertão de Itaparica é utilizado para fabricação de corretivos de acidez do solo, em áreas destinadas à fruticultura na região do Vale do São Francisco (APEXBrasil, 2019).

Figura 05: Área de Extração de calcário na entrada da cidade de Itacuruba.



Foto: Whodson Silva, 2019.

É sabido que, desde a década de 70, a região do Vale do São Francisco tem se firmado por seu potencial econômico e por suas características para inserção no mercado nacional e internacional, sobretudo na produção da uva e da manga (CAVALCANTI, 1997). Essa é, sem dúvida, a região mais promissora economicamente no estado de Pernambuco, cujas exportações alcançaram, no ano de 2018, de acordo com dados do sistema Agrostat, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), US\$ 946,792 milhões e 878.400 mil toneladas com destino para Europa e Estados Unidos (BERNARDO, 2018).

Os valores que esses números expressam são quase incompreensíveis quando o olhar se volta para a cidade de Itacuruba e todo seu entorno e percebe-se que o lugar que eles ocupam, pois trata-se de um projeto já estabelecido pela hegemonia do capitalismo financeiro. Não se trata necessariamente de uma empresa estrangeira que chega e fixa-se na região, mas ela surge por outros meios a partir do financeiro que nem sequer contempla o lugar cujo a matéria-prima foi retirada. Seus dividendos não são repassados para garantir a soberania popular, especialmente dos povos e comunidades tradicionais existentes nesta região e que são cotidianamente suprimidos por uma dinâmica política e econômica que não reconhece seus lugares de direitos.

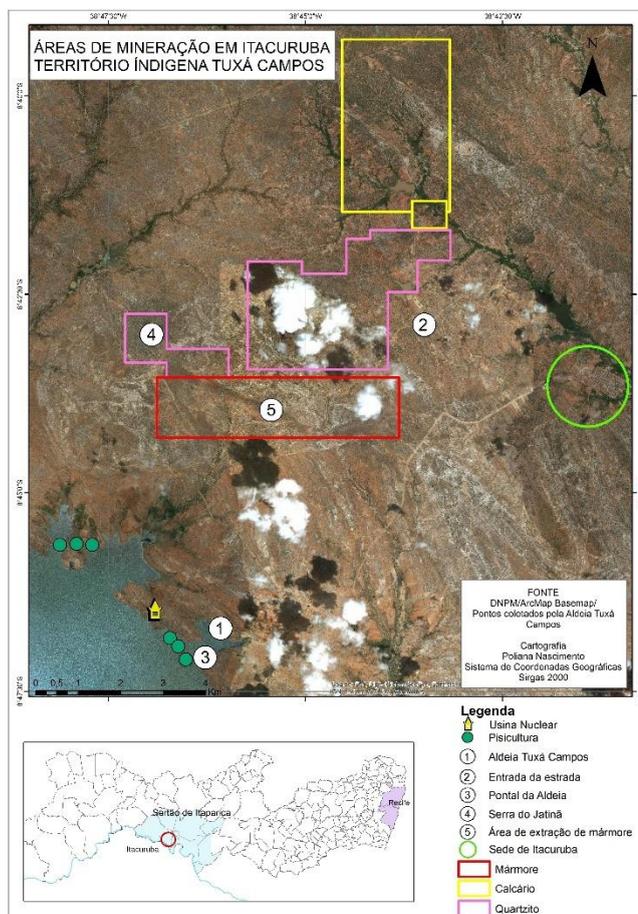
A invisibilidade do lugar e das pessoas possibilita, nesse sentido, oportunidade de ações que se resguardam no campo do não percebido. As atividades para extração do calcário em Itacuruba, por exemplo, é uma das atividades que passam por uma paisagem do cotidiano das pessoas e como forma de expressar a presença ao empreendimento presente na cidade, as pessoas de Itacuruba sempre falam “*Ah, esse trabalho tá aí desde muito tempo*”. A possibilidade do visível é na verdade aqui camuflada por uma construção de ações que

compõem o cotidiano e que, ao mesmo tempo, não são demonstradas como parte de algo maior.

A produção de calcário em Itacuruba não representa sozinha uma significância econômica, mas a percepção de uma rede de mineração não se dá a partir de um ponto isolado. Em Itacuruba, essa rede se revela a partir dos titulares das áreas de mineração que compõem as jazidas de Itacuruba e de todo o Sertão de Itaparica. Essa rede, por sua vez, ignora completamente o que pode existir para além de suas jazidas, exceto, pela ocorrência de uma infraestrutura que possibilite a continuidade da atividade proponente.

O solo seco e pedregoso de Itacuruba revela também uma atração pela morfologia apresentada a partir das pedras que dele se sobressaem. Se o calcário não representa tanto para a constituição econômica da cidade, o mármore e as outras rochas ornamentais não passam despercebidos. As áreas para autorização de pesquisa, especialmente de quartzito e mármore, estão em locais hoje reivindicadas por povos indígenas da região, com atenção especial para o território do Povo Tuxá Campos, cujas relações sociais e culturais foram também impactadas desde a implantação da barragem de Itaparica. No mapa 04, abaixo, visualizamos o local de retomada da aldeia. Cercados por empreendimentos (usina nuclear, piscicultura e mineração) que impactam diretamente o território reivindicado. Trata-se de um povo que se depara cotidianamente por conflitos demandados por agentes externos.

Mapa 04: Mapa das áreas de mineração no território indígena Tuxá Campos, Itacuruba.



Cartografia: Poliana de Sousa Nascimento, 2019.

Nas visitas que pude fazer na Aldeia Tuxá Campos, percebi a dimensão do território que eles estavam reivindicando. Acompanhada dos indígenas Tuxá Campos, percorremos estradas que davam acesso às minas de mármore e aos lugares considerados por eles, como sagrados, como a Serra do Jatinã. Com um caminho pedregoso - onde o carro só passa até certo ponto - trilhamos para dentro da caatinga. O aspecto vívido da paisagem dava significação e revigorava o sentido que os indígenas davam ao território reivindicado. Seguindo nesse percurso entre a caatinga, subimos em direção ao pico da Serra do Jatinã.

O trajeto rumo ao topo da serra é repleto de um conjunto de histórias que foram contadas pelas pessoas que me acompanhavam e que dão significado para esse lugar pela memória, que o lugar guardava. No alto da serra, consigo avistar os afloramentos⁵¹ de

⁵¹Por afloramento se entende a exposição de uma rocha na superfície da Terra. É o saltar do subsolo de uma rocha e se tornar visível no solo. Sua formação se dá a partir de um desgaste do solo ou da ação humana.

quartzito existentes na Serra do Jatinã descritos nos documentos do DNPM. Esse local de cultos sagrados para o Povo Tuxá Campos, que agrega, ao mesmo tempo, uma riqueza de flora e fauna, apresenta uma área de ocorrência de quartzito que ocupa uma porção de 204,28 hectares e agrega completamente a Serra do Jatinã (DNPM,2019). O que se pode ver no solo representa somente a ponta de todo o minério de quartzito que se apresenta em seu subsolo.

Figura 06: Afloramentos de quartzito no topo da Serra do Jatinã em Itacuruba no território reivindicado pelo Povo Tuxá Campos.



Foto: Poliana de Sousa Nascimento,2019.

A beleza do lugar, destacada na foto acima, ao mesmo tempo que demonstra um lugar de mansidão e de alento para os povos e comunidades que estabelecem uma ligação especial com a Serra, atrai olhos vorazes em torno de outros valores atribuídos ao minério que esta serra oferece. Para os investidores do setor mineral, a foto acima só reforça a construção do vazio e não alcança a significância do tradicional e do sagrado que compõem a Serra do Jatinã para o povo Tuxá Campos e nem para os outros povos e comunidades tradicionais pertencentes à Itacuruba. Pois em termos práticos, os estudos minerais destacam apenas os fatores que se coadunam a seus propósitos econômicos.

Ainda sobre os destaques dos segmentos de investimentos em Pernambuco, por muito tempo, o aspecto de valor econômico no estado era voltado para a produção de cana-de-açúcar e algodão. Contudo, os setores que oferecem maiores oportunidades de

investimentos para o estado hoje, estão resguardados para os setores de bebidas e alimentos, automotivo, energias renováveis e setor farmoquímico (APEXBrasil,2019). Há, porém, um empenho em colocar o estado em um cenário de rendimento ainda mais vantajoso economicamente. Pensando nisso, o governo de Pernambuco criou o Programa de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (PRODEPE), que consiste em um programa de incentivos fiscais destinados aos investimentos industriais e no setor atacadista.

Nesse conjunto de investimentos, as cadeias produtivas consideradas prioritárias para Pernambuco se direcionaram para a agroindústria (exceto a sucroalcooleira), a metal-mecânica e de material de transporte, a eletroeletrônica, a farmacoquímica, a de bebidas, a de minerais não metálicos (exceto cerâmica vermelha), a de plásticos, a têxtil e a de móveis (APEXBrasil, 2019). O quartzito e o mármore, que compõem a classe das rochas ornamentais, ocupam no cenário de oportunidades de investimento, um lugar de relevância, uma vez que seus produtos são também destinados à exportação, sobretudo, para a Holanda e México. A taxa de crescimento para esse setor, considerando a exportação dos últimos 5 anos, é de 200% (ApexBrasil, 2019).

Em Itacuruba existem duas áreas de referência à mineração que se estabelecem diretamente nos territórios reivindicados pelos indígenas. Elas se relacionam à existência do quartzito e da extração do mármore. Sobre cada uma dessas áreas, existem informação referenciada e georreferenciada no DNPM de que estão em fase atual de autorização de pesquisa. Os dados mais recentes de atualização de documentação até o momento de escrita desta tese, datam de janeiro de 2021. Contudo, quando se chega nessas áreas, se percebe que o oficial nem sempre corresponde à realidade do local.

Nas estradas que dão acesso à Aldeia Tuxá Campos, pude verificar que as áreas que se relacionam aos processos de autorização de pesquisa para mármore, não só estão em processo de extração, como o local foi posteriormente abandonado sem o devido cuidado dos excessos das rochas. São extensas áreas com profundas cavidades e blocos separados que degradam a paisagem e obstruem a passagem das pessoas, que revelam um cenário de profundo descaso com o meio ambiente e com os aspectos socioambientais da região.

Figura 07: Área de mineração de mármore abandonada no território reivindicado pelo povo indígena Tuxá Campos.



Fotografia: Poliana de Sousa Nascimento, 2019.

O caráter do abandono que toma conta do cenário que se estabelece em Itacuruba, reflete também na forma como esses empreendimentos não criam qualquer tipo de vínculo com a população local e como esse aspecto é muito semelhante ao que ocorre com qualquer outro empreendimento. Pouco sabem os grupos tradicionais sobre quem provoca tais ações, mas o trânsito de veículos e pessoas estranhas na região permitiram tirar algumas conclusões sobre os indícios de mineração em seus territórios. Passaram a saber que a mineradora Blue Sky Mineração LTDA é responsável pela extração do mármore e abandono de minas abertas. Segundo os escritos de Silva (2019), o material era retirado e enviado para a Itália. Os funcionários que eram vistos, não eram da região. Aos poucos foram descobrindo que os funcionários eram de Juazeiro na Bahia. O empreendimento chegou exatamente como partiu, sem serem totalmente vistos.

A atividade mineral do mármore em Itacuruba começou a ser percebida em 2017 pelos povos e comunidades tradicionais, mas seu registro de autorização para pesquisas se dá a partir de 2016 na ANM. De acordo com o DNPM, não constam como áreas ativas para prática extrativa, apenas para o estabelecimento de pesquisa para posterior prospecção. Contudo, mesmo sem o profundo conhecimento nessa prática pelos povos e comunidades tradicionais de Itacuruba, é percebido uma paisagem que muda e as atividades de extração do mármore começam a dar sinais de abandono em 2019, e a presença de grandes blocos de mármore permanecem aparentes no local da extração. O fluxo mineral no Sertão pernambucano parece lento e, dada a estigmatização de sua paisagem, reflete o aspecto do abandono justificado pelas empresas também aqui pelas ausências.

Porém, o fluxo aparentemente lento não representa, nem por um instante, ausência de atividade. A mineração ocupa, na invisibilidade de sua atividade, uma estratégia para seguir dominando outros campos, sem que as ligações entre elas sejam estabelecidas. Nessa perspectiva, as empresas que de alguma forma se fixam na região do Sertão de Itaparica, especialmente em Itacuruba, não apresentam, aparentemente, relação entre si, quanto ao minério encontrado, nem quanto ao titular da obra. A partir dos dados disponibilizados pelo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, das seis áreas de mineração existentes em Itacuruba especificadas na tabela 03, o titular da operação se apresenta com nome diferente e os minérios parecem ser distribuídos por distintos setores de uso.

O direcionamento para uma associação das atividades minerais no Sertão de Itaparica reflete, na configuração cartográfica do mapa 02 e mapa 04, expressão da dimensão das atividades minerais na região. Essa dimensão contempla, sobretudo, Itacuruba e que se observarmos bem, apresenta ora singularidades quanto ao mineral existente, ora complementaridade quando se considera o todo observado. Essa complementaridade não é o todo, mas compõe parte do todo, onde a ponta do fio da dinâmica do capital que destacarei mais à frente é tecida.

Durante a escrita desta tese, continuei em contato com a cacique do povo Tuxá Campos. Em setembro de 2021, o povo Tuxá Campos é surpreendido com a notícia de que os fazendeiros da região estavam querendo minerar a Serra do Jatinã. A notícia parece nova, mas os trâmites administrativos ocorrem desde 2016 com atualizações sendo feitas na plataforma da ANM, a cada vez que se renova a documentação solicitada. O último evento registrado para renovação de autorização de pesquisa ocorreu em janeiro de 2021.

As informações surgem sem muitas amarras. São os fazendeiros da região envolvidos e empresas que transitam por diferentes lugares, sem se estabelecerem de fato. A Mineradora Sky Blue responsável pela extração do mármore nas áreas reivindicadas pelo Povo Tuxá Campos em Itacuruba, com sede em Juazeiro – BA, apresenta localização da extração de seus minérios em Itaguaçu na Bahia, porém os dados do titular da ação estão em nome da empresa Exotic Mineração LTDA sediada em Serra - ES. Por sua vez, em documentos do DNPM consultados acerca dos processos de mineração em Itacuruba, destaca que essa área apresenta também relação com as mineradoras Bambuí Mineração LTDA e Exotic Serviços de Pesquisa em Mineração Ltda.

Os lugares citados nos processos estão completamente distantes geograficamente. Porém os dois lugares apresentam um elemento que os aproxima: o capital mineral. Esse elemento congrega uma rede em torno do capital financeiro que não agrega Itacuruba em

seus planos de ação. Enquanto muitas empresas no Nordeste incentivadas pelo Banco do Nordeste passaram por um momento de endividamento e sem possibilidades de expansão de seus negócios, em meados de 1990 as empresas do Espírito Santo continuavam a se expandir com financiamento do governo federal. Como resultado dos incentivos oferecidos pelo governo federal, houve um crescente fortalecimento das empresas locais e muitas delas associadas a capitais internacionais, especialmente a Itália (SPINOLA, 2002).

Os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Ceará são responsáveis por cerca de 95% das exportações de rochas ornamentais do Brasil, sendo o estado do Espírito Santo majoritário nessa questão. Juntas, essas empresas movimentaram no ano de 2019 US\$ 795 milhões de dólares em faturamento, com exportações destinadas aos Estados Unidos – 59,3%, China – 11,1% e Itália 5,4%. (CENTROROCHAS,2019).

O movimento singular de uma única fonte mineral, representada pelo mármore destacado no mapa dos conflitos socioambientais, representa um campo ainda maior do que se pode imaginar quando se tratam de transações comerciais que envolvem territórios considerados vazios. Itacuruba está no rol da mineração, mas sequer tem seu nome citado em documentos que expressam os valores de faturamento de seus recursos naturais. O reflexo do abandono é expresso na voracidade de com as ações são estabelecidas, evidenciando rastros de uma sujeira que, ao contrário dos lucros, é bem visível.

Mas tão distante quanto possa parecer, as relações atribuídas aos que vêm de fora são as que são mais incidentes. Refiro-me às mineradoras genuinamente pernambucanas que revelam, junto ao estado, um fator de valorização da economia estadual e engrandecimento da região a partir dos recursos naturais que dispõem. O discurso do desenvolvimento do lugar e do pertencimento também faz parte das mineradoras que atuam na região como mecanismo estratégico de atuação para lidar com possíveis obstáculos que possam surgir no caminho de seu estabelecimento.

Itacuruba, vizinha a cidade Floresta, agrega em seus limites municípios áreas de mineração consorciadas e que não são medidas a partir de seu limite administrativo. As áreas de minério de ferro existentes entre Itacuruba e Floresta são de responsabilidade da mesma mineradora – a Mineradora Floresta S/A, cuja atuação está presente em praticamente todo o Sertão de Itaparica com as áreas de minério de ferro. O mercado que se volta para o fortalecimento do estado de Pernambuco para o setor mineral, encontra nessa região possibilidade de grandes investidas a partir de descobertas de novas jazidas de minério de titânio entre as cidades de Floresta e Carnaubeira da Penha.

A história do titânio no Sertão de Itaparica não é recente e as articulações em torno

dela também não. As primeiras ações em torno da exploração do titânio pela Mineradora Floresta datam de 2017 (ANM, 2019). A Mineradora Floresta S/A é hoje subsidiária da empresa Casa Forte Minérios. Há desde 2015 uma negociação para ampliação das áreas de extração de titânio na região de Itaparica, agora com um investimento de R\$ 200 milhões em um projeto que prevê a exploração de depósitos de titânio no município de Floresta, como já mencionado antes. Porém, as ações da mineradora não se limitam ao titânio, há entre suas atividades secundárias a extração de outros minerais não-metálicos, extração de alumínio, extração de minerais radioativos, cobre, chumbo, zinco e nióbio⁵².

Aqui preciso chamar atenção para o mineral nióbio, cuja abrangência de sua presença equivale quase que exclusivamente ao território brasileiro. De um ponto inicial de discussão, o nióbio é, de acordo com o Serviço Geológico do Brasil, responsável por cerca de 90% de toda a comercialização de nióbio no planeta, seguido com larga distância por Canadá e Austrália. O Brasil tem cerca de 98% da reserva global de nióbio. Assim como em vários países, grande parte dessas minas são conhecidas, mas não exploradas.

A maior empresa que lidera a produção de nióbio no mundo é a CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), fundada em 1955 em Araxá (MG). A companhia é controlada pelo Grupo Moreira Salles, da mesma família, que é acionista e controladora do Itaú Unibanco. Uma fatia de 15% da empresa pertence a um consórcio japonês e sul-coreano e a outra, também de 15%, foi adquirida por um grupo de empresas chinesas. Dali sai 80% de todo o nióbio comercializado no planeta, vendido para mais de 50 países⁵³.

É bem verdade que não há ocorrência de nióbio no estado de Pernambuco, mas é completamente perceptível que as tramas que se estabelecem em torno das atividades da mineração não estão exclusivamente nas áreas onde a extração de fato acontece, principalmente quando se entende que a empresa mineradora participa de outros espaços de atuação. Os impactos e percepções se tornam diferenciados, porém os afetados se configuram entre os mesmos sujeitos. Essa questão é percebida quando outros atores são colocados na situação e ao mesmo tempo são completamente invisibilizados quando se trata da ocupação de territórios que já são pertencidos a outros.

No mapa 02 sobre os Conflitos socioambientais, é possível perceber a presença de

⁵² Informações fornecidas pela empresa Casa Forte em sua página na internet <http://casaforteinvestimentos.com.br/minerios/>. Acesso em março de 2020.

⁵³ Quase 100% do nióbio é brasileiro, mas extração é cara e mercado, restrito. 2019, disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/28/niobio-comercio-limitado-monopolio.htm>. Acesso em: 2020.

comunidades quilombolas e territórios indígenas que são permeados por áreas de mineração e por outros empreendimentos. São histórias que se entrelaçam a partir também dos conflitos enfrentados por eles em seus cotidianos em defesa de um território e de seu pertencimento. Apresentam-se como dado também, às áreas de mineração existentes dentro dos territórios que hoje são tradicionalmente ocupados, como cascalho com data de 1988, em terra indígena – minérios de Pernambuco S/A – Pankará -, hoje inativa, inclusive administrativamente; e o minério de cobre – Terrativa Minerais S.A – 2012 – em terras do Povo Atikum. Ambas atividades constam como ativas nos dados do DNPM, porém a legislação referente à mineração não barra a implementação do empreendimento desde que haja um processo de consulta pública e aceitação das partes envolvidas. O código de mineração destaca:

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. (CÓDIGO MINERAL, Cap.VIII, Art. 231 &3)

Contudo, essas mesmas terras passam a enfrentar novos desafios, uma vez que as investidas para implementação de novas áreas de mineração foram estabelecidas e, dessa vez a partir do titânio. A mineração por mais “invisível” que possa parecer e sem conexão com outras ações estabelecidas no Sertão, não se dissocia dos outros projetos de desenvolvimento que se instalam na região de Itaparica. Tampouco Itacuruba é, nesse cenário, um lugar do não-lugar frente às grandes transações que se articulam em torno da dinâmica do capital, do discurso de desenvolvimento e de integração nacional atribuído pelo Estado Brasileiro. A retirada de areia das margens do rio Pajeú, em Floresta – PE, é um exemplo da interligação dessa região com o desenvolvimento que se dá em diferentes níveis. A areia retirada desse local, com licenciamento desde 2009 pelo Consórcio Camter/Egesa, serviu para adicionar recursos para matéria-prima utilizada na construção dos dutos para Transposição do Rio São Francisco que teve sua obra iniciada em 2007 (DNPM, 2019). A conclusão da transposição estava originalmente planejada para 2012, mas atrasos mudaram a data prevista para 2016. Esses canais captam a água entre as barragens de Sobradinho e Itaparica no estado de Pernambuco, por meio de estações de bombeamento, reservatórios e pequenas usinas hidrelétricas para alimentar as máquinas.

E nada mais caracteriza hoje a RD Sertão de Itaparica, particularmente pelo forte processo de mobilização, do que a investida para a implantação de uma Central Nuclear na cidade de Itacuruba. Essa questão se torna de total relevância para discussão sobre a

mineração porque uma atividade demanda ações que são articuladas à outra. A Mineradora Floresta S/A se destaca na região por pertencer a diferentes setores minerais que, além do titânio e do nióbio, que apresentam relevância comercial bastante significativa, coloca também como atividade secundária a extração de minerais radioativos. No Brasil esses minerais explorados são representados pelo urânio e tório, ambos utilizados como material para produzir combustível nuclear (CPRM, 2014). Não há ainda ocorrência de extração desses minérios em Pernambuco, mas as jazidas das quais se extraem, especialmente o minério de urânio compõem um eixo de ligação que coloca Itacuruba no centro de circulação entre essas cidades que são: Caetité –BA e Santa Quitéria – CE.

Em Pernambuco, desde a década de 80, são realizados estudos para identificar a ocorrência de material mineral radioativo no estado. Há notificação de urânio nas cidades de Arcoverde e Venturosa, porém, sem incidência ainda de extração desse minério. (DNPM, 2001). Recentemente tem se reconhecido a existência de novas jazidas de urânio na cidade de Buíque – PE. Aos poucos, a localização prevista para a implantação de uma Central Nuclear no Sertão de Pernambuco, especificamente na cidade de Itacuruba, passa a fazer sentido e ganha, nesses termos, uma configuração tenebrosa que se associa a outros campos e territórios.

Ora, para o funcionamento de uma usina nuclear é de essencial importância que se tenha um combustível nuclear que estabeleça esse trabalho. O urânio é, nesse caso, o minério mais utilizado. Há estudos geológicos que destacam, inclusive, a ocorrência de urânio em rochas ornamentais, mas que o trabalho para retirada desse material requer tecnologia avançada (SALAS; NALINI JR; MENDES, 2002). É apertada a corrida em torno do desenvolvimento, e isso tudo ocorre no campo da invisibilidade e com propósitos que beiram a falta de acesso ao conhecimento necessário sobre a questão.

Os jogos de poder e as disputas por territórios frente à mineração estão totalmente interligados aos grandes projetos de desenvolvimento para essa região. Basta analisarmos, por exemplo, o PNE - Plano Nacional de Energia e o PNM- Plano Nacional de Mineração, ambos com projeção para ações a serem implementadas até 2030. O primeiro com diretrizes que apontam para o desenvolvimento nuclear brasileiro com pretensão de retomar obras de usinas nucleares e o plano de construir entre quatro e oito novas usinas nucleares no país (BOLETIM, 2019); e o segundo pensado como uma ferramenta estratégica para nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos. A publicação do plano representa uma etapa importante para a formulação de políticas e planejamento do

setor mineral (MNE, 2020).

O caráter de amplitude do Estado parece tirar a condição singularidade presente em Itacuruba, porém, ao invés de fazer uma distinção entre a dualidade local e global, amplitude/ restrito, proponho uma compreensão de associações. O mais amplo aqui não se dissocia do restrito, do classificado como pequeno. As associações não são feitas, pois o campo da visibilidade se dá por aquilo que é de maior dimensão. Porém, a teia que tece o grande capital e que enriquece as empresas partem da composição de um conjunto de elementos menores para compor algo maior, como ocorre com a mineração em campos distintos e a instalação de uma Central Nuclear em Itacuruba.

Itacuruba é, nesse contexto, uma cidade que agrega em sua maioria, minérios não metálicos, com importância que não é refletida e nem revestida para o município, e vem ao longo dos últimos 10 anos modificando a paisagem espacial em torno das redes de circulação e que, paradoxalmente, não tira Itacuruba do “meio do nada”. As pessoas continuam sem mobilidade acessível para as cidades próximas, demandando delas um transporte próprio que nem todos dispõem.

A cidade de Itacuruba apresenta um PIB de R\$11.000,00 per capita (IBGE,2020), isso significa dizer que o percentual de imposto retirando da produção mineral e destinado aos municípios, não representa um processo de desenvolvimento para as cidades do Sertão de Itaparica e não garante questões básicas de mantimento da vida, como acesso ao transporte ou trabalhos. Daí a necessidade e importância de se revisitar o passado, não como elemento de atraso, do alento para penúria que lhes classificaram, mas de reconstrução de um presente vivo.

6. NO LABIRINTO DO CAPITAL MINERAL

6.1 “ O bicho está em todo lugar”

Ouvi, certa vez, em um evento realizado pelo MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, a seguinte frase: “ O Bicho está em todo lugar”. Esta frase foi proferida pela militante e quebradeira de coco Babaçu, Maria Querobina. Essa liderança vive em uma região da Amazônia, onde os empreendimentos relacionados à siderurgia e à produção de celulose tomaram quase todas as terras que eram consideradas tradicionais para as quebradeiras, para coleta do coco babaçu, fonte de renda de muitas famílias nessa localidade. Para ela, “o bicho” é aquilo que não se vê, mas está sempre por lá, permeando todas as relações políticas, econômicas e, sobretudo, as sociais.

“O bicho” é o capital, e onde quer que se vá, ele vai estar por lá. Essa ideia corrobora inclusive com a classificação oferecida por Dowbor (2020), quando este se refere ao capital como algo que se desloca, por meio de um processo de dominação que vem do Estado e dos setores privados. Ambos colaboram para uma autoridade simbólica em torno de um consenso comum. Consenso esse que é repleto de uma sensação ilusória e estranha de consentimento forjado, como sugere Fonseca (2005).

As ações que se circunscrevem em torno das propostas de desenvolvimento do Estado e que estão atreladas às articulações com setores privados são, como descreve Bourdieu, atos de consentimento, mesmo que ali exista uma revolta, há um consentimento consciente ou inconsciente (BOURDIEU, 2014). Entramos em um labirinto do qual não conseguimos sair mais, pois a configuração que se apresenta não permite que tal ação aconteça. E se não saímos, precisamos saber jogar o jogo, como destaca Bourdieu. O “bicho”, como bem expressa Maria Querobina, está em todo lugar e a dimensão imaterial do fator de produção que constitui o capital, se mostra hoje de maneira dinâmica e exige novas regras do jogo.

Em outra ocasião, ouvi de outra liderança quilombola em um evento sobre grandes empreendimentos, que o primeiro grande empreendimento econômico do Brasil foi o tráfico de pessoas escravizadas. Para ele, o povo negro foi, a partir do processo de colonização, mercadoria. Esse ponto da nossa história passa a estruturar todas as nossas relações sociais, econômicas e políticas existentes hoje no país. Quijano (2005), ao dissertar sobre as

colonialidades do poder nas Américas, enfatiza o processo de escravidão dando certa importância para esse momento da história das Américas, pois foi a partir desse processo que as atividades de geração de lucro foram deliberadamente estabelecidas e organizadas como produto para produzir mercadoria mundial. A produção de mercadoria mundial, configura-se, portanto, a partir de propósitos e necessidades do capitalismo.

Sem entrar nos detalhes dessa configuração que carrega também sobre os ombros dos povos indígenas a condição de servidão forçada, as formas de capitalismo se articulam em torno das formas de trabalho e do controle desse trabalho nas Américas. Esse é o mote do eixo do capital e do mercado mundial nas configurações estabelecidas para um novo sistema. O novo aqui é entendido a partir da configuração histórica oferecida no momento de suas afirmações enquanto mecanismo de impulso do mercado. O novo é pautado pela constituição de novas formas de trabalho e de controle do trabalho, encarando esse mesmo trabalho como mercadoria.

Para entender como se configuram os novos sistemas de movimentação do capital, precisamos voltar e verificar os padrões de poder que por mais simplista e generalista que possam parecer, sempre permeiam a condução do capital e seus arranjos. A globalização trouxe na sua estrutura um novo padrão de poder, e o eixo desse padrão é, segundo Quijano (2005), a classificação social da população de acordo com a ideia de raça. É uma construção mental que expressa a experiência de dominação colonial que permeia o poder mundial, calcada no eurocentrismo. Toda forma de controle, de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição foram articuladas em torno da relação capital-salário e do mercado mundial.

Configurava-se então um novo padrão de poder que foi se estabelecendo a partir de novas configurações histórico-estruturais, mas com base nos antigos formatos que balizam as relações existentes no nosso mundo moderno. A diferença é que existia entre a relação capital-salário, o mecanismo de controle e não somente a força de trabalho.

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial. (QUIJANO, 2005, p.228)

Era tudo muito visível e tátil, os recursos, os produtos, tudo imaginado e materialmente original e uniforme do ponto de vista eurocêntrico, que inclusive considerava,

como enfatiza Quijano (2005), reciprocidade, servidão, escravidão e produção mercantil como atividades oriundas do pré-capital. Mas, nas Américas, essa não é uma questão unilinear. Elas não foram abolidas e fazem parte do capital que existe pelas mesmas forças que promovem a continuidade colonial por novos caminhos e por velhas ações. O capitalismo mundial pode ser entendido a partir disso, não como uma totalidade homogênea e contínua, mas a partir de elementos heterogêneos tanto por suas formas de controle quanto pelas histórias articuladas a ele. Pois a própria história não é unilinear, não é sequencial e padronizada.

O novo aqui assume velhos insights, pois parte também de processos de exclusão e de marginalização de grupos, ao mesmo tempo que há uma tentativa de homogeneizar tais grupos. Houve uma tentativa de criar para os grupos marginalizados, uma margem que poderia ser superada. Porém, isso na prática não ocorreu. Talvez seja essa a justificativa para se falar hoje em exclusão e não em marginalização. Ao se falar de exclusão, não se fala de fronteira, fala-se de fechamento e construção de muralhas. São exclusão de condição de vida, de existência. E tudo isso precisa ser entendido a partir do mercado e da cidadania. Como destaca Moreno (2005), superar a exclusão e conquistar a equidade está intrinsecamente relacionado ao político e ao econômico.

Problematizar essa questão é pensar sobre quem fala sobre exclusão ou quem caracteriza quem é o excluído. Ao que parece, o discurso da exclusão sempre é um discurso de quem já está incluído. Por incluído, entende-se aquele que exerce controle sobre o sistema. O que está fora dele é aquele que não pode modificar a estrutura. Incluir-se é, portanto, colocar-se presente no curso da história que obedece um processo de desenvolvimento evolutivo.

Contudo, os novos arranjos que se configuram em torno do capital precisam assumir hoje novas estruturas para garantir sua continuidade enquanto sistema dominante. É o que Dowbor (2020) vai chamar de “Economia do intangível”, aquilo que é impalpável, um novo mecanismo munido de uma economia do conhecimento onde existe um capitalismo sem capital. (DOWBOR, 2020) . Os investimentos não são em máquinas, são em tecnologia e capacidade de controle de conhecimento organizado.

O capitalista antes era o dono das fábricas e das plantações e, sem dúvida, hoje ainda o é, mas há nesse curso um deslocamento de ações que se percebem em torno de controle de plataformas digitais, patentes, aplicativos e evidentemente meros sinais magnéticos⁵⁴ que definem outras formas imateriais de controle e de apropriação.

⁵⁴ As criptomoedas representam as novas formas assumidas pelo mercado financeiro. Chegam com euforia

Ainda segundo esse autor, as grandes fortunas no mundo⁵⁵ são medidas a partir das tecnologias, plataformas virtuais de intermediação, softwares e não mais pelas chaminés das indústrias. Não se trata de propriedade de meio de produção, mas de controle de sistemas. O que antes era palpável, hoje passa pelo prisma do intangível. Mas é importante frisar que o caráter intangível, não substitui o tangível. Se formos avaliar como usamos nossos recursos, continuamos a comprar o que necessitamos para viver, a diferença está em perceber agora quem controla o intangível, que passa a controlar também os meios de produção. É uma nova lógica que se instala no entendimento do capital que se desloca de um lugar indiscutivelmente manifesto e sensorial, para o lugar do incorpóreo.

Encarar o capital como algo intangível nos ajuda a entender os desafios duais existentes hoje como inovação/crescimento, desigualdade e papel de gestão que permeiam por termos que antes eram mais usuais nesse contexto, como exclusão/inclusão, proposto por Moreno (2005). Isso porque elas são parte de um mesmo plano. De acordo ainda como Dowbor (2020) exista uma economia do material, que detém o controle do conhecimento tecnológico, informativo, os sistemas de produção mais tradicionais precisam continuar a existir para garantir que novas formas de apropriação sejam estabelecidas, onde o fator de produção passa a ser o conhecimento.

Dowbor (2020, p.39) destaca que “em vez de produzir mais para ganhar mais, o capitalismo passa a buscar formas de gerar escassez para ganhar mais dinheiro e a combater os processos descentralizados e colaborativos de multiplicação de riqueza”. Por exemplo, se o consumidor encontra as facilidades tecnológicas para comprar um livro, o livro é o elemento de produção palpável, mas o facilitador tecnológico passa a ser o intangível e ao mesmo tempo o controlador da transação.

Obviamente, esse exemplo pode refletir algo que permeia nosso cotidiano, mas se formos pensar em termos de grandes obras, gerar escassez ou o discurso do mesmo, também promove os mesmos efeitos quando se trata da narrativa de expansão de desenvolvimento.

semelhante à chegada da web. Em artigo publicado pela The economics (2021), “*Down the rabbit hole: the promise and perils of decentralised finance*”, as criptomoedas rendem hoje US\$ 2,2 trilhões de dólares. Apesar de promoverem um processo de descentralização de poder, suas atividades são velhas conhecidas no ramo monetário, com negociação na bolsa e emissão de empréstimos. Onde terminará essa revolução, não se sabe, mas com certeza vai transformar a forma como o dinheiro passa a funcionar.

⁵⁵ De acordo com o Índice Bloomberg Billionaires as cinco pessoas mais ricas do mundo são ligadas ao ramo da tecnologia e juntas agregam um de patrimônio líquido um montante de 726 bilhões de dólares. Na escala dos bilionários estão: 1 - Jeff Bezos \$ 181B - Estados Unidos Tecnologia/ 2 - Elon Musk \$ 179B - Estados Unidos Tecnologia/3- Bill Gates \$ 139B Estados Unidos Tecnologia/4- Bernard Arnault \$ 125B França Consumidor/5- Mark Zuckerberg \$ 102B - bilhões Estados Unidos Tecnologia. Acesso em <https://www.bloomberg.com/billionaires/> 13 de março de 2020.

Pois a estrutura de implementação dos empreendimentos econômicos dispõem de tecnologias e de uma economia do conhecimento compatível com os novos arranjos do capital. O avanço, por exemplo, dos empreendimentos energéticos aqui destacados, colaboram em comunhão com a mineração. Criam um cenário de carências e ausências que justificam os investimentos e entradas em espaços considerados “vazios”.

Dowbor (2020), citando o economista Rifkin, ressalta que a maior parte desse novo arranjo tecnológico se deve à internet que pode, sozinha, conectar todos em um novo paradigma econômico. Apesar de nos parecer muito familiar, apresenta uma complexidade que transpõe não apenas os meios de redes integradas de comunicação ao redor do mundo, mas principalmente anuncia uma validação das ações nas esferas dos bens comuns corporativos ao redor do mundo. A abordagem vale apenas para países que controlam essa tecnologia, pois o Brasil, em termos de processo histórico de transformação, está no começo dessa nova engrenagem. Isso não significa dizer que estamos fora do processo de transformação, ao contrário:

A internet das coisas constitui, em geral, uma atividade comercial que aproveita a conectividade ampla das pessoas e agentes econômicos, assim como o caráter intangível dos insumos, para desenvolver uma grande variedade de arquiteturas organizacionais. (DOWBOR,2020, p.113)

Com todos os arranjos históricos que compõem o Brasil, temos em torno de sua grandiosidade territorial, distintas configurações sociais e culturais. Mas quando se trata do setor econômico, as articulações estão sempre voltadas para as mesmas disposições de movimento envolvidas em torno de ações políticas. Existe no Brasil, a partir das observações de Dowbor⁵⁶, uma deformação profunda na economia do país quando se compara o que se faz aqui com a organização econômica de países considerados desenvolvidos no eixo mundial. Hoje se tem um sistema de esgotamentos que fragiliza a reprodução do capital que poderia impulsionar a economia interna do país.

Segundo Dowbor (2020), a economia funciona a partir de quatro motores impulsionadores que se engrenam a partir do mercado externo, das demandas das famílias, dos investimentos e da produção empresarial e por último, do investimento em infraestrutura e políticas sociais. O mercado externo, por mais que apresente uma importância na totalidade de atividades que se articulam em torno da economia de um país, no conjunto da obra, pesa pouco em termos de valor quantitativo. As exportações⁵⁷ atingem pouco mais de

⁵⁶ Fala do professor Ladislau Dowbor em palestra : O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais realizada pelo Sesc São Paulo proferida em live. 2020. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=HN8LXk4IwkA> > Revista Wamon | v. 5 | n. 2 | 2020 | P. 225-234 | ISSN: 2446-8371

⁵⁷ Segundo a Comexstat, agência de estatísticas do comércio exterior no Brasil, os cinco principais produtos

200 bilhões de dólares , 10 % do PIB – Produto Interno Bruto (Dowbor,2020).

Apesar de nos parecer muito dinheiro envolvido, para os economistas, esse valor representa nada muito expressivo para um país com as dimensões do Brasil, com atividades internas que geram 90% da dinâmica econômica. Nesses termos, se a economia interna não funciona, a externa pode ajudar, mas não resolve. Em miúdos, é o poder de compra das pessoas que faz a roda da economia girar em um país como o Brasil. Ou seja, se há uma ampliação do mercado e da produção interna, o mercado interno ganha dimensões.

E para o mercado interno, o ideal é que o segundo motor esteja funcionando: o das demandas das famílias. Se as pessoas não consomem, as empresas não vendem e não se gera receita para o Estado investir em infraestrutura e em políticas sociais para a sociedade. Esse é o ciclo que o país se encontra desde 2016⁵⁸ com as mudanças ocorridas nas políticas sociais e no modelo de desenvolvimento que estava em curso na época, mas que vinham desabando desde as Jornadas de julho de 2013⁵⁹.

Na época, o argumento central era voltado para a mudança do cenário econômico depois da crise financeira global. Essa conjuntura dificultou a conciliação dos interesses de diferentes frações da burguesia e gerou reviravoltas da política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff⁶⁰, contribuindo para reforçar tanto a desaceleração cíclica quanto o descontentamento empresarial (SOUSA;HOFF, 2019). Se não existe uma política de geração e circulação de recursos, não há possibilidade de giro de capital. Essa possibilidade coloca o Brasil em uma espécie de sistema legal de “agiotagem”, como destaca Dowbor (2020), onde as taxas de juros existentes nos bancos estão acima da permitida, impedindo as pequenas e médias empresas de equilibrar a demanda com a oferta.

Mas considerando as políticas sociais voltadas para a renda que aqui no Brasil se expressam pelas políticas de transferência de renda, como bolsa família e benefício de prestação continuada (SOUSA; HOFF, 2019), curiosamente, esses investimentos são

exportados em 2019 foram: soja, petróleo, minério de ferro, celulose e milho. Acesso em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>.

⁵⁸ Após uma série de conflitos ocasionados por interesses econômicos e políticos, em 2016, ocorre o golpe contra a presidente vigente, Dilma Rousseff, assumindo seu então vice, Michel Temer, um processo controverso de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente.

⁵⁹ Protestos de rua iniciados pelas redes sociais e que inicialmente apresentavam como pauta reivindicatória, contestar o aumento das tarifas dos transportes públicos em todo o Brasil. Ganha ao longo dos processos, outras pautas acrescentadas ao movimento de rua, que foram tomadas como ponto de partida para o desencadeamento do golpe sofrido pela então presidente da época, Dilma Rousseff. (SCHERER-WARREN, s/d).

⁶⁰ Afirma ainda que, mais recentemente, o Governo Dilma modificou a política de “[...] juro cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o spread bancário e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando baratear o investimento produtivo a oferecer uma proteção – muito tímida, é verdade – ao mercado interno. (SOUSA;HOFF,2019).

considerados como “gastos”. Levando em consideração um país com as dimensões do Brasil, políticas sociais dessa natureza passam a fazer parte de um limiar de contenção das desigualdades sociais. Aumentar o poder de compra das pessoas equilibra o que destaca sobre a demanda e oferta para o caminho de uma economia fluída e sem estagnações provocadas por instabilidades políticas.

Do ponto de vista econômico, a desigualdade é, conforme Dowbor (2020), um mecanismo de trava da economia, pois ela desarticula a sociedade provocando tensões sociais de grandes proporções. Em termos econômicos, não faz sentido nutrir desigualdades pois custa mais caro enfrentar os variados efeitos de uma desigualdade e da miséria do que arcar com a possibilidade de estabilizá-la. Mas estamos entrando em outra etapa da era da acumulação do capital. O capital assume outro rosto para continuar se mantendo ativo e presente mesmo que para isso ele precise se descapitalizar-se.

De acordo com Dowbor (2020), estamos na era de acumulação improdutiva do patrimônio, portanto, de uma acumulação improdutiva do capital. A sociedade de modo geral está passando por uma descapitalização, onde se gera riqueza, sem gerar produção. Isso ocorre a partir de forças de grupos dominantes que concentram riqueza e se apropriam daquilo que valide suas ações, “ como: governo, o setor judiciário, mídia, tirando do Estado sua função central de elemento de reconstituição dos equilíbrios sociais, políticos e econômicos. A privatização das dimensões públicas desorganiza o conjunto”. (DOWBOR, 2020,p.66)

O jogo passa a ser não somente ideológico, mas obedece a uma ordem de mudanças relacionais na própria estrutura do capital que se apresenta. O vínculo salarial que conhecemos, por exemplo, e que baliza nossas trocas de trabalho, mudam conforme mudam as relações de trabalho, configurando-se em outro arranjo econômico, caracterizado pelo trabalho informal. A grande questão desse ponto de partida é que eles não são contabilizados oficialmente, mas movimentam a economia de um país, contudo, sem garantia de proteção social.

Mas tudo isso pra dizer que o capital hoje assume um caráter, digamos, cognitivo, de uma economia do conhecimento. De acordo com GORZ, (2005) "tornou-se a principal força produtiva, onde os produtos da atividade social não são mais produtos de um trabalho cristalizado e sim do conhecimento cristalizado” (GORZ, 2005,p. 76). E mais, destaca que o valor de troca das mercadorias, sejam elas materiais ou não, não é mais determinado pelas quantidades de trabalho social investido nelas, mas pelo conhecimento, pelas informações e pelas inteligências empregadas nelas.

Se antes o valor se baseava na força de trabalho e na mais-valia, hoje, não. Com a economia do conhecimento estamos diante de um monopólio por demanda, temos que usar o que todos usam, se não, ficamos isolados. Do ponto de vista da produção, não existe escassez se há compartilhamento desse conhecimento. Isso justifica o fato de corporações gerarem artificialmente escassez para poderem cobrar acesso.

A partir da perspectiva do capital mineral, pode-se pensar também que o avanço tecnológico tem sido o medidor da expansão de áreas para atividade no país. Agrega-se valor aos minerais extraídos a partir dos investimentos de pesquisa geológica e pela tecnologia empregada para o beneficiamento dos ativos minerais. Com tecnologias, inclusive, patenteadas por empresas⁶¹ que atuam no desenvolvimento e investimentos em projetos de mineração no país. Mas parte, inclusive, da implementação de uma “inteligência social” (MILANEZ; PINTO; COELHO,2016), que passa a determinar os passos do outro, na tentativa de reduzir possíveis contestações sociais contra a empresa, mesmo após a ocorrência de alguma tragédia.

Enfatizo, portanto, que é preciso considerar que mesmo a partir de toda a noção de inteligência e de uma economia que se volta para o conhecimento, o capital se desloca e se adapta às estruturas preexistentes, voltando para os mesmos caminhos antes percorridos de apropriação, servidão e escravidão dos novos tempos. Contudo, o deslocamento aqui se dá por outros meios, pois a produção não deixa de existir, afinal, toneladas de minérios são extraídas todos os dias dos mais diversos lugares do país. As condições possíveis para sua implementação indica quais os meios para sua execução e mede o nível de ampliação do setor em áreas distintas, com estratégias estabelecidas a partir de uma narrativa de responsabilidade social e de sustentabilidade do meio ambiente para atestar que os investimentos conseguidos continuem garantidos.

Mas tão controverso quanto o conceito de desenvolvimento, é o de desenvolvimento sustentável. Existindo inclusive uma política de competitividade proposta por bancos, como o BNDES⁶², entre empresas para se conseguir um padrão de elevação de sustentabilidade, como ocorre com as empresas de mineração no país. Na indústria de mineração as atividades são complexas e das mais variadas formas e tamanhos, com impactos de magnitude que ultrapassam seus limites de extração. Quando mal gerenciadas,

⁶¹ A exemplo da CasaForte investimentos. Empresa que fundo de investimentos, fundada em 2009 e se dedica desde então a investimentos em projetos de mineração no Sertão de Pernambuco.

⁶²

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/o-que-fazem-os-relacionamento-clientes/analise-socioambiental/politica-mineracao>

causam os maiores e diferentes impactos socioambientais nas áreas do seu entorno.

Há, contudo, na administração do setor da mineração, uma estratégia de ganho de lucro e que se vigora nas novas formas de empreender o capital. São as estratégias de marketing digital (ANANA; BRETTAS; MACHADO, 2017). Essas estratégias apresentam propostas de proteger o meio ambiente, sem deixar de se importar com o lucro. Nesse sentido, as empresas têm investido gradativamente em tecnologia verde. Empresas que não investem em preservação ambiental são mal vistas pelos consumidores, porque a sustentabilidade social pode ser, ainda, um meio para a redução dos custos de produção e do valor final dos produtos e, principalmente, para o fortalecimento da marca.

A BlackRock⁶³, por exemplo, é uma empresa que promove gestão de investimento e que oferece serviços de orientação financeira em mais de 100 países. Com o título de maior gestora do mundo, divulgou uma carta emblemática no início de 2020. Nela, afirmou que vai desinvestir dos ativos com alto risco de sustentabilidade, como carvão para térmicas, além de endereçar as questões de governança e tratamento da força de trabalho.

Essas ações estão de acordo com o que o mundo empresarial tem se preocupado nos últimos 20 anos: a emergência do chamado “risco social” (PINTO, 2019). O risco social diz respeito ao momento em que a insubmissão de grupos tradicionais emergem, dando espaço a uma ação política e crítica relacionadas às práticas empresariais. Essas práticas vêm se intensificando desde os anos 2000 no setor minerário, com o aumento dos preços das *commodities* minerais. São parte de um conjunto de estratégias que se direcionam para o controle territorial, uma vez que ao avanço das empresas se dão, sobretudo, sobre cobertura vegetal, água, minérios em territórios considerados tradicionais (PINTO, 2019).

Os arranjos das empresas em torno dos novos contextos políticos e sociais, configuram-se também como maneiras que o capital assume e desloca para se manter, sujeitando a partir disso, grupos mais vulneráveis a uma desigualdade ambiental que resulta em uma espacialidade do capitalismo liberalizado (ACSERALD, 2015). Grandes projetos econômicos presentes no Sertão de Itaparica configuram-se em torno do rio São Francisco ou do que se encontra em seu subsolo, promovendo uma desigualdade ambiental que exprime um processo de concentração de poder por quem controla as práticas espaciais dominantes (ACSERALD,2015). Essa condição é justificada pela flexibilização de leis ambientais e de regressão de direitos. (ALMEIDA, 2017).

⁶³Destaque para a Blackrock. Disponível em <<https://www.blackrock.com/br/perspectivas-em-destaques/sustentabilidade-e-investimentos-entrevista>> Acesso em 2020.

Os espaços de ação do capital que não são fixos e que se deslocam além do tempo e do espaço, suscitam para espaços considerados vazios, uma qualificação de espaços destinados à degradação. São espaços, apontados por Acserald(2015) como “zonas de sacrifício”. Onde o que era exceção, passa a ser regra e a realidade criada, gera fraturação do todo em forma de um contrato espacial. As narrativas sobre o capital não são, portanto, somente sobre uma quantia numerária. São sobre mecanismos que modificam e moldam as relações sociais a partir de um ajuste normativo sobre o que pode ser regulado. Perpassa por interesses escusos e por caminhos que significam sobrevivência, sem possibilidades de escolhas. Quem oferece a opção é o próprio sistema, a partir de espaços por ele considerados e definidos como tangíveis e intangíveis.

6.2 O devir global e as vantagens locacionais

O capital que se desloca e que se torna intangível assume diferentes arranjos como parte de um movimento que é global. Vimos que o capital transita e se molda de acordo com os tempos e contextos. É ele quem diz o que pode ser considerado mercadoria e como essa mercadoria configura-se em torno de táticas que desumanizam pessoas a partir da escravidão e da servidão por meio do que é palpável. Hoje com a configuração mundial que se volta para a expansão do conhecimento tecnológico, ou seja, daquilo que não é palpável, a economia que se insere em torno desse capital caminha para um campo que também não se pode tocar. Existem processos descentralizados que concentram riquezas e um mercado interno que gera receita, pois não é considerada a partir de seu valor de compra. Impedindo assim, a constituição de uma economia desenvolvida homogeneamente.

A economia global se percebe quando se considera os novos arranjos nelas apresentados para questões mais locais. Esse é o movimento do capital em torno dos lugares que apresentam vantagens econômicas de geração de produtividade. O estado de Pernambuco, como destacado nessa pesquisa, estrutura os seus limites administrativos em torno de regiões de desenvolvimento – RDs, a partir de suas possíveis potencialidades. Considera o que pode ser mais vantajoso economicamente para incentivo de investimentos que demonstra amplitude global, partindo de um contexto local. Dessa forma, a percepção do que é global é analisada a partir dos efeitos que atendem as perspectivas do Estado (FIALHO, 2003). Entre esses efeitos estariam a produção, ou construção, individualizada de sujeitos, linguagens de governanças locais e fronteiras jurisdicionais (FIALHO, 2003).

Stuart Hall (2006), citando Anthony McGrew, destaca que globalização, tal como

conhecemos até hoje, se refere àqueles processos que atravessam as fronteiras nacionais, conectando comunidades e organizações em um movimento que combina novas interconexões no tempo-espço e que por esse motivo, as formas nacionais de identidade cultural poderiam ser afrouxadas, segundo alguns autores. Mas ao mesmo tempo que existe um movimento de homogeneização de identidades em torno de algo que pode conectá-las, deliberado a partir de um fluxo desequilibrado e de relações desiguais de poder; esse movimento também se move no reforço de identidades locais.

Boaventura De Sousa Santos (2018), entra a fundo nessa questão quando destaca os processos de globalização atribuindo às interações transnacionais a partir de globalizações de sistemas de produção e das transferências financeiras. É um fenômeno multifacetado. De todo modo, a globalização não é consensual (ARAÚJO, 2013), é um campo de disputas, de interesses hegemônicos. Os conflitos se perpetuam mesmo no campo hegemônico. De um lado, está o Estado e do outro os interesses sociais.

De modo simples, a expansão do capital em países ditos “em desenvolvimento” se articula com relações de poder que, na análise da teoria política clássica, não seriam tratadas como modernas (ARAÚJO, 2013, p.108). Contudo, para compreendermos a globalização, é necessário explorar como as suas crises e contradições têm sido tratadas em contextos locais – como as pessoas resistem a mudanças impostas, negociam a sua relação com forças transnacionais e globais e que estratégias para a sobrevivência, autonomia e resistência estão a ser desenvolvidas. (ERIKSEN, 2016) .

Araújo (2013), realiza um estudo sobre os espaços de disputa hegemônicas e as rupturas existentes no Estado do Maranhão, a partir da construção patrimonialista e de características oligárquicas, e como esse padrão de política ainda é vivido e atuante no cenário político brasileiro. Do ponto de vista da teoria clássica, a política é tratada como elemento do pensamento racional, desvinculada da moral cristã e religiosa, distanciada da intimidade da vida privada (ARAÚJO, 2013).

Contudo, o que se percebe são eventos entrelaçados da vida privada da política local que se configura exclusivamente como “negócio de família”. O que se apresenta como um padrão de dominação política característico da Primeira República, se mostra vivo e com capacidades de reedições em forma de uma estrutura oligárquica. É nessa estrutura já existente que a apropriação de grupo político se fortalece na mediação entre instâncias de poder e entre interesses públicos e privados. Com o advento dos poderes políticos locais, vem também um processo de apropriação de terras que se expandem e se configuram, ao longo do tempo, em territórios de expansão de territórios de poder econômico. Afinal, a

ideia de território sempre esteve associada à ideia de poder, criando novos espaços dando-lhes um feitiço econômico projetado. (CAVALCANTI, 2014).

Itacuruba, como já expressado antes, é uma cidade que apresenta no seu subsolo uma gama de material mineral passível de comercialização e que, de acordo com entrevistas realizadas com os povos tradicionais de lá, as terras reivindicadas por eles já foram apropriadas por antigos políticos.

Especificamente em Itacuruba, não há grandes empresas mineradoras, mas há um movimento desde 1996 para extração de minérios em pequena escala. Apenas 2% da mineração do Brasil é composta por grandes empresas, ou seja, aquelas que produzem mais de 1 milhão de toneladas ao ano; 87% das mineradoras são micro ou empresas com produção abaixo de 100 mil toneladas. Ou seja, das 9.415 empresas que compõem o setor mineral, apenas 154 são consideradas de grande porte. O restante é dividido entre média (1.037), pequena (2.809) e micro (5.415)⁶⁴ (IBRAM, 2020).

Logo, são as micro e pequenas empresas que predominam no Brasil. Para ser considerada uma empresa micro ou pequena no campo dos serviços e comércio, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, caracteriza essa questão empresarial a partir da quantidade de empregos gerados e pela receita obtida. Portanto, uma empresa que tem entre 10 a 49 empregados é considerada de pequeno porte, gerando uma receita menor, entre 200 mil reais, mas inferior a 1 milhão ao ano.

A ANM, destaca ainda que as empresas, a partir da perspectiva mineral, podem ser classificadas também pelo montante extraído. Dessa forma, uma empresa de mineração que tem extração abaixo de 10 mil toneladas ao ano, é considerada como micro. Enquanto que uma empresa que tem mais de 1 milhão de toneladas ao ano, pode ser considerada uma grande empresa de mineração. Sendo o critério tributário, por números de empregados ou pela quantidade extraída, o sistema de mineral que se dá no âmbito local apresenta vantagens, mesmo que o montante dos valores seja considerada baixa com relação aos valores de uma grande empresa, pois em Itacuruba, as micro e pequenas empresas voltadas para a mineração estão, em sua maioria, ligadas às empresas filiais e não matriz⁶⁵.

As empresas mineradoras em Itacuruba que realizam extração de mármore, por

⁶⁴ Mineradoras de pequeno porte predominam no país, diz IBRAM. Matéria disponível em <https://diariodocomercio.com.br/economia/pequenas-e-microempresas-representam-87-do-setor/> Acesso em julho de 2021.

⁶⁵ Uma empresa assume a classificação de Matriz quando existe possibilidade de expansão em seu próprio mercado ou de se estabelecer em outro, criando novas oportunidades para expansão dos seus serviços e produtos. Quando isso ocorre, há a necessidade de se criar, concomitantemente, uma empresa filial onde para concentrar operações para ampliação de um novo mercado, com atividades específicas que podem ou não, dependendo da forma de gestão da empresa, serem autônomas (CASTRO, S/N).

exemplo, não apresentam qualquer relação com a cidade e seus funcionários não são residentes da localidade. Observando apenas o processo de extração, Itacuruba apresenta apenas duas extrações específicas que são do calcário e do mármore. As outras áreas destacadas equivalem, de acordo com ANM (2020), como áreas apenas para autorização de pesquisa. Um movimento lento, mas que agrega nas informações dessas poucas áreas extrativas, uma dimensão que não se limita apenas às fronteiras de Itacuruba. Nenhum registro voltado sobre áreas especiais (indígenas e quilombolas), mesmo que o banco de dados da agência apresente essa opção para agregar esse tipo de informação.

Contudo, a situação mais emblemática se dá a partir da extração do mármore e das minas abandonadas pela empresa nas áreas reivindicadas pelo povo indígena Tuxá Campos. E apesar dos dados da ANM serem, segundo informação no órgão, atualizados todos os dias, a área da qual já aconteceu extração ainda permanece como área para autorização de pesquisa.

Organograma: Ligações comerciais entre empresas filiais e matrizes do setor mineral em Itacuruba



Fonte: ANM,2020

Por meio do esquema apresentado acima, pretendo estabelecer uma melhor visualização da situação existente em Itacuruba. Destaco a presença de empresas filiais de mineração e como, por meio delas, existe uma rede de conexões que se desenrolam para

além da cidade. Sobre a mineração em Itacuruba, a Cacique Evani declara em entrevista que não sabia nada sobre as pessoas que chegaram nesta região. Apenas reconheceram que não eram pessoas de lá. Conseguiram identificar através do emblema do caminhão e do uniforme dos funcionários o nome da empresa. Perceberam que se trata da empresa “Blue Sky Mineração”.

Através de poucas investidas, os indígenas conseguem descobrir que o mármore que é extraído de lá vai ser levado para a Itália. “Os carros que transportavam as pedras de mármore tinham o emblema da empresa e começamos a investigar até termos certeza”. Obviamente são informações soltas e, no conjunto da obra, parecem não querer dizer muita coisa. Mas analisando a partir das relações que são estabelecidas além do local, verifico que existe uma rede organizada de articulação entre empresas que na verdade faz parte de uma mesma empresa, composta pelos mesmos sócios⁶⁶.

A empresa Mineradora Blue Sky LTDA tem sua sede na cidade de Juazeiro na Bahia. As outras filiais estão presentes também no estado da Bahia, como demonstrado no organograma acima. Todas essas empresas, filiais ou matriz fazem parte de um grupo de empresas que, juntas, controlam parte do setor dos minerais não metálicos na região nordeste do Brasil. A empresa Blue Sky Mineração LTDA apresenta sociedade com a Vermont Mineração⁶⁷, esta por sua vez, se estabelece no estado do Ceará, com o beneficiamento de mármore e granito. Somente no Ceará estimou-se para 2020, meta factível de exportar R\$200 milhões em mármore e seus derivados (FIEC,2020)⁶⁸. As atividades da Bahia, relativas às exportações brasileiras de rochas ornamentais atingiram US\$ 200,3 milhões e 426,1 t no primeiro trimestre de 2020⁶⁹.

A Bahia é nesse ramo de produção, a principal produtora de mármore e granitos do Brasil⁷⁰. Contudo, o beneficiamento e processamento da produção continua sendo muito baixo, sendo, portanto, enviado para o Espírito Santo para seu beneficiamento, agregando

⁶⁶ A base de informações sobre empresas podem ser acessadas por meio de diretórios de empresas como a Ecodata, CNPJBiz ou CNPJRocks, com publicação de dados não sensíveis e de origem pública. Disponível em <<https://www.econodata.com.br/lista-empresas/CEARA/URUOCA/V/07436787000188-VERMONT-MINERACAO-EXPORTACAO-E-IMPORTACAO-LTDA>> Acesso em abril de 2020.

⁶⁷ Informação obtidas no site da empresa. Disponível < <http://www.vermontmineracao.com.br/> > Acesso em abril de 2020.

⁶⁸ Matéria disponível em < <https://www1.sfipec.org.br/sites/numa/?st=noticia&id=105245> >. Acesso em abril de 2020.

⁶⁹ Documento disponível no site da Associação Brasileira da Indústria de rochas ornamentais. Disponível em < https://abirochas.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Informe_02_2020_Primeiro_Trimestre_2020_v2.pdf >. acessada em maio de 2020. <https://abirochas.com.br/>

⁷⁰ Matéria disponível em < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/producao-baiana-gera-riquezas-no-espírito-santo/> > Acesso em maio de 2020.

também outro padrão de preço para o produto (MONTANI, 2019). Embora não exista registro das atividades e produção de Pernambuco nos relatórios da ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais, muito se encontra sobre as maiores reservas de mármore no país situadas entre Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Piauí e Paraná.⁷¹

A importância em detalhar esse percurso da extração da mineração em terras de reivindicação do Povo Indígena Tuxá Campos, em um cidade já marcada por vários processos de incursões e de apropriações territoriais sem qualquer preocupação com sua preservação, se dá pelo entendimento que esses arranjos obscuros estão inseridos na nova ordem do capital mundializado. As tecnologias dominam o circuito entre aqueles que dominam o setor. Nessa perspectiva, ainda estamos no final da fila. Como vimos no transcorrer dessa pesquisa, apesar da narrativa em torno de um desenvolvimento coletivo proposto, esse não nos parece presente pelas estruturas que já existem de um modelo capitalista ainda pautado pela apropriação da matéria-prima, servidão, apropriação territorial e pela precarização do trabalho.

Existe, com o impacto do global, um novo interesse no local como estratégias de criação de novos nichos de mercado, explorando a diferenciação local (HALL, 2006). Isso quer dizer que não existe uma substituição do local pelo global, mas uma nova articulação entre essas partes, a partir do contexto local que é conhecido. De forma mais dialética, Erisken (2016) destaca que o sentido que vem com a globalização não é a tensão entre o “global e o “local”, mas entre o abstrato e o formal, o tangível e o informal, o universal e o específico, o desterritorializado e o territorializado.

O aspecto explorado das ausências no Sertões de Pernambuco possibilita uma organização que não toma responsabilidade pelas ações estabelecidas no âmbito do local, como foi o caso das minas de mármore abandonadas em Itacuruba. O local, neste caso, não diz respeito somente às estruturas pontuais acerca das identidades coletivas existentes ou do complexo étnico que marca os territórios tradicionais de Itacuruba, ele atua no interior de uma lógica que já é existente na construção do mercado mundializado, e por essa razão, global.

Não há dúvidas de que esse fluxo parte de uma perspectiva desequilibrada, em que existem relações desiguais de poder e forças desconhecidas desse poder. Melhor do que falar

⁷¹Matéria disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2543/1/BS%2017%20Rochas%20ornamentais_P.pdf. Acesso em maio de 2020.

em global e local, é discorrer sobre o “centro” (HALL, 2006). O caráter que é colocado no cerne da operação passa a ser representado como tal e se amplia de uma simples expressão do local para caracterizar toda uma organização em torno de práticas de expansão do capital que, mesmo ainda pautadas em atributos considerados ultrapassados, perduram ao longo dos anos.

O Estado é, nessa articulação do global e do local, um agente criador de uma narrativa da homogeneidade. Contudo, existem sempre duas faces de atuação que podem ser reconhecidas nos atos do Estado (BOURDIEU, 2014). No caso do Brasil, essa narrativa se configura a partir da disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios e das *commodities* minerais com uma imagem hiperpolarizada do Brasil e de seu potencial (ALMEIDA, 2010). Até mesmo a partir de uma visão ufanista de que o país não pode perder oportunidade.

Por muito tempo, o conceito de solidariedade existencial que vigorava na ideia de nação desenvolvida, tecia fortes sentimentos de identidade até meio romantizada. Ela se tornou o ideal de sociedade que formou a base da história ocidental desde que se descobriu o que poderia ser considerado mercadoria e como poderia-se ter lucro com isso. (GORDINI, 2006-2007).

Toda essa abordagem se configura na narrativa de terras ilimitadas como expressas no mapa da mineração, como se os recursos fossem abertos e os espaços fossem vazios. Toda essa conjuntura abre possibilidade para a decorrência de conflitos sociais nos territórios de atuação, concorrendo para o que o antropólogo Alfredo Wagner (2010) classifica como “agroestratégias” com criação de apoio de determinados aparatos oficiais, influenciando medidas provisórias, portarias e ordens de serviço.

A invisibilidade da mineração em Itacuruba não permite ainda que os conflitos se acirrem e modifiquem as relações estabelecidas. Contudo, é preciso pensar nos efeitos sociais desencadeados pela inserção dessas atividades econômicas, transcendendo a esfera da produção, seja ela local ou global. A cacique do povo indígena Tuxá Campos, Evani Campos, em entrevista, enfatiza que o recurso do medo está sempre à espreita quando o assunto são os grandes projetos econômicos, e que, por algumas vezes, se viu perseguida por drones em seu território. Na sua suspeita, estão os grupos de mineração que continuam a transitar pela região. Sem dúvida, essa tática configura-se em uma estratégia de controle a partir do conhecimento e também da tecnologia que lhes permite acessar outros planos espaciais sem precisar ser visto.

Os aspectos espaciais que podem ser globais, regionais ou locais não se limitam

pela espacialidades quando se estrutura uma perspectiva em torno dos processos relativos ao confronto político. Isso porque as consequências nunca são só globais e regionais ou locais. As espacialidades do campo do desenvolvimento são globais, regionais e locais. As relações dicotômicas simplesmente não dão conta de arcar com a complexidade das ações estabelecidas a partir desses paradigmas, porque as fronteiras não existem.

Além da perspectiva da globalização e do seu contexto de global e local limitante aos aspectos econômicos, quando penso em global, me refiro especialmente nas configurações coletivas que se assumem em Itacuruba e que transparecem nas identidades construídas, fazendo com que eles construam suas ações sociais como globais. Pois aqui o global assume novas formas sociais locais e transbordam para uma visibilidade que ultrapassam as fronteiras étnicas, colocando povos e comunidades em primeiro plano.

6.3 A exploração do titânio no Sertão de Itaparica

Há, no campo das crises nacionais, uma propalada discussão em torno de ações salvacionistas para resolver problemas. A exemplo disso, estão a crise energética, a crise de alimentos ou de combustíveis (ALMEIDA, 2010). Mencionei sobre a crise energética no país no começo dessa pesquisa como justificativa para implementação da Barragem de Itaparica e seguindo a mesma estrutura de ações em torno das demandas, seguem também as chamadas *commodities* agrícolas e as minerais, criando novas fronteiras. Essas justificariam a expansão das áreas de produção de grãos como milho e soja, que se davam também pela crise dos combustíveis e pelas investidas para o crescimento da produção de cana-de-açúcar direcionada para o biocombustível, elevando-se assim, o preço das *commodities* (ALMEIDA, 2010).

Do ponto de vista estatal, todas essas crises, segundo Almeida (2010), intensificaram as concessões e os incentivos de crédito para a atividade mineradora, produção de grãos, de carne, bem como outros produtos de alcance de produção e exportação, criando-se uma estrutura formal de mercado de terras. Pitta e Mendonça (2014) destacam ainda que na crise de 2008⁷², houve contraditoriamente um avanço no agronegócio no país. Isso se deu, justamente, pelas fusões realizadas e pela concentração de capital em empresas que não se limitavam ao agronegócio. As petrolíferas e automobilísticas também

⁷² A crise financeira de 2008 ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população. e que no Brasil reverberou. Assim, as expectativas de crescimento econômico foram reduzidas e em consequência houve redução nas previsões para o PIB do país. (FARHI. et.al, 2009).

entram nesse contexto de crescimento, beneficiando-se das linhas de crédito oferecidas pelo governo. Nesse mote, em tempos de crises, são as *commodities* que se sustentam no Brasil, por meio da especulação de terras que facilita o capital financeiro⁷³ e pelo acesso ao tesouro nacional para aumentar as linhas de créditos para os investidores do agronegócio.

Com tantas investidas, a produção da imagem e do *marketing* em torno dessa prática provocou sua expansão, criando sempre novas fronteiras agrícolas pelo país. Contudo, o setor mineral, que agrega às suas atividades episódios desastrosos com ocorrência de “acidentes” em suas áreas de mineração, com impactos não reversíveis (não que o agronegócio não o seja), trilha de encontro com estratégias que se vinculam a uma nova forma de se apresentar. Há, a partir desse impasse em torno da imagem das atividades, uma expectativa que dá sentido também à sua essencialidade e em torno disso, apoiam-se para ampliarem a fronteira mineral para produzir o que é necessário para o mercado. (DEBIAZZI,2019).

A narrativa em torno do engrandecimento das atividades se dá, segundo seus investidores, também pela sua rentabilidade, “pois a mineração gera para o Brasil 4% do Produto Interno Brasileiro (PIB), por 21% das exportações, com geração de quase 200 mil empregos diretos e mais de dois milhões de indiretos” (ROSCOE, 2019). Ou seja, existe uma valorização da essencialidade que é justificada pela valorização econômica capitalista de apropriação da natureza e de territórios legalmente usurpados (NASCIMENTO, 2020). Existe, para além disso, uma reorganização do território que é o que Almeida(2017) destaca como sendo “não puramente um mecanismo mecânico da expansão das trocas, mas das políticas apresentadas que se articulam em torno da reestruturação do mercado, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos naturais. De uso do solo e de subsolo”. (ALMEIDA, 2017, p.120).

O Estado, é nesse ensejo, promotor de ações estratégicas dando outros significados para atividades que compreendem grandes extensões de terra, inclusive quando essas terras estão inseridas em territórios de direito. À essa questão segue a problemática de tratá-la com um “viés protecionista”, associada a uma justificativa desenvolvimentista que segue os interesses dos conglomerados econômicos, pois de acordo com dados oficiais, é a mineração

⁷³ O capital financeiro promove uma espécie de “terceirização” dos negócios com terras, em analogia ao trabalho terceirizado predominante no corte de cana. De forma semelhante, fundos internacionais se isentam de responsabilidade por impactos econômicos, sociais e ambientais causados pela especulação no campo brasileiro, já que não são proprietários diretos das terras. A expansão territorial do agronegócio ocorre principalmente em regiões ricas em fontes de água, biodiversidade e infraestrutura.(PITTA;MENDONÇA, 2014,p.54)

ao lado do agronegócio que baliza a economia brasileira (ALMEIDA, 2017). Contudo, a primeira recebe o caráter de ser “pop” e a segunda busca ao longo dos anos, um lugar de prestígio a partir de suas “campanhas verdes” para obter sucesso no mercado de capitais.

Esse é o escopo da mineração no país em larga escala. Dentro dessa perspectiva, o estado de Pernambuco não apresenta, como ressaltado antes, exceto pela produção de gesso, grande abordagem no cenário mineral nacional. Como explicitado, apenas 2% da produção nacional são pertencentes às empresas de grandes portes, os outros percentuais estão divididos entre micro, pequenas e médias empresas mineradoras. No âmbito das RDs, os contextos minerais também se apresentam de forma distintas, especialmente por se tratar de lugares que estão, em muitas situações, envolvidos com territórios tradicionalmente ocupados, seja por quilombolas, seja por grupos indígenas, ou ambos.

O Sertão de Itaparica, apesar de ser objeto de uma vasta pesquisa acerca do que existe no subsolo, expressas no mapa 02 e no mapa 04, ainda não se configura uma região de desenvolvimento mineral. Entretanto, o conhecido, quando colocado diante de quem dispõe de recurso para explorá-lo, passa a ser alvo de interesse e passa-se também a criar relações a partir de outras iniciativas. Refiro-me, especialmente à extração Titânio na cidade de Floresta e em Carnaubeira da Penha, no Sertão de Itaparica.

Apesar de boa parte da pesquisa se vincular à cidade de Itacuruba e todas as redes de relações do complexo étnico existente por lá, as atividades minerais em Itacuruba não se apresentam e nem se representam sozinhas. Tampouco, a cidade de Floresta se coloca de forma isolada. Para tanto, a mesma empresa que promoverá a exploração de titânio nas cidades de Floresta e Carnaubeira da Penha, é a mesma que, segundo dados do SIGMINE/ANM, realiza pesquisa para possível exploração de minério de Ferro para uso industrial, nas cidades de Itacuruba, Floresta, Carnaubeira da Penha e Mirandiba.

Existe em todo o estado de Pernambuco, de acordo com a FUNAI, 16 terras indígenas, sejam elas regularizadas, em fase de estudo ou declaradas; e 150 comunidades quilombolas certificadas, segundo a Fundação Palmares. Todos esses grupos estão, de alguma forma, articulados a partir de enfrentamento a vários contextos, como por exemplo, em torno da mobilização contra a instalação da Central Nuclear.

Eles estão inseridos em uma lógica de mercado que não considera suas formas particulares de vivências e de relação com o Sertão existente. Tomando como unidade anaítica o Sertão de Itaparica, Floresta e Carnaubeira da Penha, comunidades quilombolas de Tiririca, Massapê e São Gonçalo e indígenas Atikum e Pankará da Serra do Arapuá; em Floresta, terras indígenas de Kambiwá e Pipipã e quilombolas Filhos do Pajeú, Negros do

Pajeu e Raízes do Pajeu.

Como o cenário mineral não é, aparentemente, amplo em Pernambuco, abre-se com isso vantagens para evitar possíveis situações que se voltam para o “risco social corporativo” (PINTO, 2019). Por esta atividade ser considerada relativamente recente na região, o campo é novo e as abordagens não são totalmente conhecidas, diferente do ocorrido com a barragem de Itaparica. Contudo, a questão do titânio no Sertão de Itaparica com estabelecimento na cidade de Floresta não é recente e há, desde 2009, uma movimentação em torno da extração do minério no estado. Em 2015, uma negociação mais ativa começa a ser articulada a partir de encontros e audiências públicas para o transcorrer das atividades necessárias para a implementação do projeto na região.

Em abril de 2015, ocorreu uma audiência com o Governador Paulo Câmara com os empreendedores do Grupo Tavares de Melo e a investidora Casa Forte investimento, grupo investidor pernambucano que enxerga no estado um ator proativo nas demandas ofertadas. Na ocasião desse encontro, expansões futuras foram consideradas para o local de extração e houve de imediato uma celebração do governo com as investidas no setor mineral. O então governador destaca que o empreendimento vai contribuir para o desenvolvimento do estado e de uma região que carece de investimentos e alternativas econômicas⁷⁴.

Na época, o secretário de desenvolvimento econômico, Thiago Norões, também se pronunciou sobre a investida mineral no Sertão Pernambucano, destacando que o projeto é extremamente estratégico por gerar oportunidade e renda para a região e por seguir a política de interiorização do governo. Reforça ainda que o empreendimento insere o estado no mercado nacional. Quando estiver em operação total, a Casa Forte Mineração calcula receitas anuais de US\$ 180 milhões.

Durante o período de negociações, a região já vinha passando por outros arranjos estruturais em torno de uma infraestrutura que possibilitasse a implantação do empreendimento. Com a pavimentação da estrada PE-425, por exemplo, que liga as cidades de Carnaubeira da Penha e Floresta, um importante corredor viário que liga os Sertões do São Francisco, Itaparica e Central, o curso encurtaria os trajetos para os estados da Bahia, Paraíba e Ceará, iniciada em 2016, com data para finalização em 2017. Mas em meio a atrasos e indícios de irregularidades, ainda em 2018, contava com 50% da obra concluída. Essa intervenção está recebendo do Governo do estado de Pernambuco

⁷⁴Matéria disponível em <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2015/12/04/sertao-de-pernambuco-ira-produzir-minerio-de-titanio/>. Acesso em maio de 2020.

investimentos na ordem de R\$ 35,5 milhões.

Ainda nesse período, a empresa realizou pesquisas geológicas para garantir o abastecimento do minério a longo prazo e desenvolveu tecnologia própria e patenteada para realizar o processamento químico do minério para agregar valor ao produto. De acordo com o projeto inicial, a implementação da lavra e o beneficiamento do minério será no município de Floresta. Nesse mesmo ano de 2018, para discutir o relatório de impacto ambiental do projeto de mineração, foi organizada pela Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH uma audiência pública na cidade de Floresta.

A audiência ocorreu no dia 15 de dezembro de 2015 com a presença do então Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, Thiago Norões, do Secretário Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Carlos André Cavalcanti; do deputado estadual Rodrigo Novaes; do Deputado Federal Caio Maniçoba, além de representantes do poder público municipal, estadual e federal. Também participaram funcionários e diretores da CPRH e outros órgãos públicos do Estado, bem como os investidores e outros convidados interessados na temática apresentada na audiência pública. No total, estavam presentes cerca de 365 - trezentas e sessenta e cinco pessoas que assinaram ata de presença. A audiência serviu não para formalizar, mas para divulgar as intenções para implantação da mineradora para extração do titânio na região.

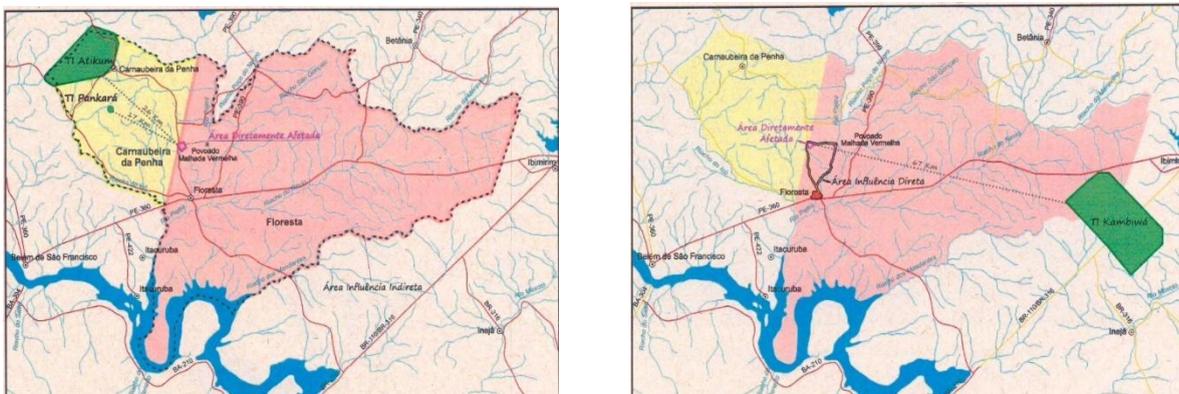
Mesmo que as atividades em torno desse setor envolvam diferentes processos, as etapas iniciais se dão de forma bem silenciosa a partir das autorizações de pesquisas e que, nesse caso específico, datam de 2010. Porém, as primeiras articulações consolidadas só se dão em 2017 a partir da Mineradora Floresta que é hoje subsidiária da empresa Casa Forte Minérios⁷⁵ a partir da Titânio das Américas – TIASA SA⁷⁶. Os investimentos ao redor desse projeto giram em torno de R\$ 200 milhões de reais. E de acordo com a Casa Forte Minérios, a capacidade inicial de produção será de 15 mil toneladas de pigmento ao ano, com data prevista para 2021, com recursos minerais suficientes para manter a produção por

⁷⁵ Em 2009, a Casaforte lançou o Fundo Casaforte Minérios, estruturado na forma de empresa de investimento e desenvolvimento de projetos de mineração, a Casaforte Mineração (CFM). seu objetivo é agregar valor aos seus ativos minerais através de investimentos em pesquisa geológica e tecnologia de beneficiamento para aliená-los ao final do desenvolvimento dos projetos ou investir nas suas implantações e operações. A empresa prioriza investimentos em minérios de metais como Alumínio, Chumbo, Cobre, Cromo, Estanho, Ferro, Manganês, Nióbio, Níquel, Titânio, Vanádio e Zinco; minérios de metais preciosos como Ouro, Prata, Platinoides; e fertilizantes como Fosfatos e Potássio. Depois de analisar diversos projetos, a CFM decidiu investir no desenvolvimento de apenas uma oportunidade: minério de titânio (ilmenita) em Floresta/PE. Disponível em < <http://casaforteinvestimentos.com.br/minerios/>>. Acesso em junho de 2020.

⁷⁶ A empresa TIASA foi criada para desenvolver o projeto de aproveitamento de ilmenita de Floresta/PE e tem como objetivo a lavra, beneficiamento e transformação química de minério de ilmenita destinado à produção de pigmento de dióxido de titânio, matéria-prima empregada na fabricação de tintas, plásticos, cosméticos e papeis. Disponível em < <http://casaforteinvestimentos.com.br/minerios/>>. Acesso em julho de 2020.

pelo menos 70 anos.

Mapa 05: Estudo de Impactos Ambientais. Direita: Destaque para área indígena e área diretamente afetada. Esquerda: Área de Influência direta. EIA/RIMA.



Fonte: Mineração Floresta S/A, 2015.

A área⁷⁷ requerida para a extração do minério de Titânio, destacada no mapa 05, indica os grupos indígenas próximos e a área que será diretamente afetada. Os Pankará da Serra do Arapuá é o povo mais próximo da área de influência, portanto, o processo requerido passa licenciamento para a ser realizado de outra maneira. No mapa apresentado acima, há uma distância marcada entre os dois pontos que é de 17 km. No entanto, apesar de ser uma terra já identificada pela FUNAI, ela não foi ainda declarada ou homologada para condição de reserva. Condição que não exclui a possibilidade de apreensão da área reivindicada pelos Pankará, que apresenta uma extensão bem maior da apresentada no mapa 05 acima na figura da direita.

Essa delimitação territorial dos Pankará da Serra se dá por relações de ancestralidades a partir dos Umã, que vieram antes. Mendonça (2012) realiza em suas pesquisas, um escopo histórico da trajetória e das divisões existentes entre os Pankará a partir de suas relações. A população Pankará, indicada no último censo feito pela organização indígena, é de 4.870 pessoas distribuídas por 53 aldeias situadas nas três regiões do território que se denominam de Sertão, Agreste, Chapada.

⁷⁷ A partir do Código de Mineração, quando se mostra interesse por uma área passível de mineração, é preciso requerer um alvará de pesquisa junto ao ANM. Este documento é composto por um conjunto de documentos, como um mapa de delimitação, como o apresentado abaixo. Sendo ainda necessário informar a extensão da área a se requerer, que possuem limites máximos de acordo com o tipo de bem mineral que se pretende extrair. Com o requerimento aprovado, uma nota de autorização de pesquisa será emitida para definir o aproveitamento econômico da jazida requerida. O proprietário não pode impedir a pesquisa e nem a posterior extração, porque o que está no subsolo não pertence ao proprietário.

No Sertão do “pé de serra”, há 18 aldeias que correspondem a cerca de 47% da população Pankará; no Agreste, “a subida da serra”, nos brejos, existe um conjunto de 26 aldeias, com cerca de 33% da população Pankará; por último a Chapada, “o cume da serra” com 10 aldeias e uma população que se calcula 10% do total. Todas essas áreas citadas são invadidas por ocupantes não-indígenas (MENDONÇA,2012). A Serra do Arapuá está circundada por um complexo maior de serras que compõem o território e que corresponde aos processos de territorialização da região a partir da serras⁷⁸. Não por acaso, como destaca Mendonça (2012), são essas três regiões consideradas as mais produtivas da região por abrigar 98% das reservas naturais de água e floresta.

Por esta região apresentar a particularidade de ser próxima de uma área reivindicada como tradicional, o trâmite para o processo de mineração precisa percorrer outros caminhos. O primeiro passo já foi dado, requerimento e autorização de pesquisa já foram realizados, a quantidade do volume mineral também já foi identificada. Legalmente, a partir do Código de mineração, Art.231, pesquisa e lavra das riquezas minerais podem ser efetivadas em terras indígenas se há uma autorização e concessão da União. Quando há comunidades afetadas, elas teoricamente deveriam ser ouvidas, para assegurar também participação nos resultados da lavra, por lei.

Como enfatizado anteriormente, o território dos Pankará da Serra do Arapuá, não dispõe ainda de uma demarcação definitiva e registrada, mas com a terra identificada, apresentam relações de pertencimento que vão além das áreas de ocupação da população e das áreas determinadas em mapeamentos realizados por empreendimentos econômicos, como é o caso da mineradora interessada na extração do titânio.

A força que move projetos como esses em territórios considerados tradicionais se deve ao fato deles se apresentarem como inevitáveis, como se, independente do contexto ao qual ele está inserido, sua realização já é dada como certa. “Eles se projetam como se fossem um fato, um dado, uma fatalidade imutável, que é preciso aceitar sob pena de se estar negando o “desenvolvimento e o progresso” (MILANEZ, PINTO, COELHO, 2016). A mina é característica apenas da ponta do empreendimento que carrega no somatório outras tantas

⁷⁸ “Serras da Cacaria e do Catolé, situadas no território Pankará; Serra do Melado, situada no território da Tiririca dos Crioulos; Serra Grande, que não foi reivindicada por nenhum povo até o momento; serras do Umã, do Jacaré e das Crioulas, situadas no território Atikum-Umã, sendo a das Crioulas uma área histórica importante para os quilombolas de Conceição das Crioulas. Outras referências importantes que situam os Pankará são: a Terra Indígena Atikum na Serra Umã 12 (noroeste); o Rio São Francisco 13 (sul); ilhas da Viúva e Sorobabel, situadas no município de Rodelas, estado da Bahia 14 (sul) e a Serra Negra 15 (sudeste) (MENDONÇA, 2012).

ações que se voltam para: beneficiamento, barramentos, poços, encanamentos, ampliação de rede elétrica, infraestrutura de transporte e logística com enormes efeitos para além da área estabelecida como afetada direta ou indiretamente.

Para ocorrer o processo de exploração e de lavra (extração), é preciso que haja, nessas circunstâncias, uma licença ambiental para operar em terras consideradas tradicionais. Como a terra em questão é indígena, o órgão regulamentador dessa ação passa a ser a FUNAI – Fundação Nacional do Índio. O termo de Referência Específico (TRE) é o instrumento que define os itens que deverão nortear os estudos necessários à avaliação dos impactos sobre as terras e culturas indígenas e contém as orientações gerais sobre os procedimentos na FUNAI.

Esse documento define os itens que complementam os estudos ambientais relacionados ao projeto de mineração em vigor. No caso em questão, a Mineradora Floresta precisa apresentar essa documentação à Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco – CPRH, que é o órgão encarregado do licenciamento ambiental.

Todo o processo de inserção mineral em territórios tradicionais precisa considerar os artigos 6º e 7º da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura aos povos indígenas e tribais o direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CCLPI) “cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente” (OIT,2011). O estudo deverá contemplar o levantamento dos impactos ambientais e socioculturais decorrentes do planejamento, da instalação e da operação do empreendimento na Terra Indígena Pankará da Serra do Arapuá, situada no município de Carnaubeira da Penha, em Pernambuco.

Quando se procura informação acerca do empreendimento em Carnaubeira, nada de encontra além de informações que declararam interesse de investimento na região. Dando a entender que não está sendo realizada nenhuma atividade no local desejado. Para tanto, os trâmites para exploração acontecem bem antes dela aparecer em forma de mina e continuam ininterruptamente mesmo em situação adversa como a pandemia do Coronavírus.

Foi publicado no diário oficial Diário Oficial da União – Seção 1 nº148 – 04.08.2020, para Fase de requerimento de concessão de lavra/ Outorga de Concessão de Lavra e extração de minério de titânio. Quer dizer, um processo que estava em andamento mesmo durante a pandemia, período em que os povos e comunidades tradicionais diante da sua vulnerabilidade frente aos agravos em torno de uma desestruturação do setor da saúde, fecharam suas fronteiras para se defender.

Há um fechamento das fronteiras nos territórios de povos indígenas desta região desde março de 2020, a partir da portaria 419/2020 para impedir a propagação e infecção do novo coronavírus e restringir a partir disso, o ingresso de pessoas não indígenas no interior das terras indígenas dado o contexto da pandemia do Covid-19.

§ 1º Fica suspensa a concessão de novas autorizações de entrada nas terras indígenas, à exceção das necessárias à continuidade da prestação de serviços essenciais às comunidades, conforme avaliação pela autoridade competente da Coordenação Regional – CR.(Portaria 419/2020)

Todo esse arranjo inviabiliza o andamento também do termo de referência que agrega em seu escopo um trabalho de campo na comunidade que será afetada. Mesmo com o processo de vacinação iniciado em março de 2020 nos territórios indígenas de Pernambuco, de acordo com o DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena, menos da metade da população da Terra indígena foi vacinada com a primeira dose⁷⁹.

Esse ponto em questão, apesar de provocar um atraso no processo, não afeta sua execução. Uma vez que a concessão de lavra foi homologada, o processo segue seu fluxo para seu estabelecimento e concretização a partir de uma lógica que é própria do capital. Acompanhando os rumos da história que também se desloca e se ajusta a partir do que o Estado estabelece. O Estado em conformidade com as empresas, cria uma espécie de aparelho burocrático de gestão de interesses coletivos, entretanto, não há equidade na forma de agir e de considerar os bens naturais, bem como não há o aprofundamento de como este reflete no ambiente (NASCIMENTO,2020).

As ações do Estado são completamente aliadas nesses arranjos jurídicos para "flexibilização da legislação que favoreçam as ações minerais, apoiadas, sobretudo, em políticas de crescimento apontadas para solucionar a “pobreza extrema” em áreas consideradas “em desenvolvimento” (ALMEIDA, 2017). Nesse sentido, ao criar ideologias em torno do crescimento econômico, o setor mineral, tal como o do agronegócio atua em torno de uma “ação intersetorial que envolve empresas locais e internacionais, industriais e serviços relacionados à mineração, relações de política local e esse conjunto de bloco de caráter político que atua de forma também coordenada, tal como o agronegócio e totalmente institucionalizada” (POMPÉIA, 2018,p.02,).

⁷⁹ Houve, de início, fortes barreiras para o andamento da vacinação em função dos processos de reconhecimento oficial dos territórios indígenas no estado. Somente as terras já demarcadas e as terras que ainda estão em processo de titularização, de acordo com o Sistema Indigenista de Informações seriam inicialmente vacinadas. Informação disponível em <<https://www.brasildefatope.com.br/2021/03/01/15-mil-indigenas-estao-fora-da-prioridade-de-vacinacao-contr-a-covid-19-em-pe>>. Acesso em julho, 2021.

Esse conjunto de ações é denominado pelo antropólogo Caio Pompéia (2018) como concertação política. A finalidade dessa ação institucionalizada é convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental (POMPÉIA, 2018). Percebe-se, a partir dessas artimanhas, uma abordagem voltada para o processo de acumulação do capital que não é perceptível.

A Oxfam – uma Ong (Organização não governamental) voltada para programas de desenvolvimento para ações emergenciais em países em vulnerabilidade, realizou um estudo em julho de 2020, no qual aponta que entre 18 de março e 12 de julho de 2020, o patrimônio dos 42 bilionários do Brasil passou de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões. Esses dados atualizados tiveram acréscimos mesmo com o número de desempregados atingindo também um crescimento de 9 para 12 milhões de pessoas (IBGE, 2020) em um ano afetado por uma pandemia. Entre os nomes daqueles que se tornaram mais ricos estão os empresários do ramo da mineração, bebidas, planos de saúde e particularmente, dos bancos⁸⁰.

Mesmo em um cenário pandêmico, o aspecto da essencialidade da mineração chega por meio dos dados de crescimento sobre o setor, e vem acompanhado de uma tentativa de fortalecer sua legitimidade a partir das investidas sobre o uso de minérios no cotidiano das pessoas. Essa condição é reforçada pela ideia de desenvolvimento que se naturalizou pela lógica do crescimento econômico e que, a partir da industrialização, a vida em sociedade é permeada pelo uso dos recursos naturais e minerais como um processo inevitável.

Pensando a partir dessa narrativa, se por um lado há um fortalecimento sobre a legitimidade do discurso da empresa pelo Estado, é por que há, como ressalta Bourdieu (2014. p.46), “uma política dentro do mundo que nos rege reconhecida como legítima porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira e porque não é questionada”. Por outro, existe uma carência de um debate político em torno da desnaturalização desse processo de crescimento econômico baseado na exploração até a exaustão.

O projeto de mineração em Floresta e Carnaubeira embarca também nessa justificativa para apoiar suas atividades em andamento. Com uma narrativa em torno da insuficiência da demanda interna e expansão da economia, a mineração passa a ser um elemento de salvaguarda também da economia. Nesse sentido, se projeta que para o consumo de titânio até 2030, seja necessário a partir de uma demanda que se estabelece em

⁸⁰ OXFAM. Quem paga a conta? Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe. 2020 <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/quem-paga-a-conta/> Acesso em 04 de setembro de 2020.

torno de 150.000 e 374.000 toneladas/ano. Por essa razão, a reserva do Riacho da Posse, onde se localiza o projeto de Mineração Floresta, reitera sua importância para o atendimento das demandas no mercado externo e também interno no setor de produção e comercialização de minerais pesados (RIMA,2015).

Os depósitos de ilmenita, dos quais é extraída a substância do titânio, estão localizados no município de Floresta, no estado de Pernambuco, principalmente na região denominada Riacho da Posse, com reservas totais da ordem de 54,8 milhões de toneladas, contendo cerca de 13% de dióxido de titânio. O objetivo é a exploração de depósitos de minério de ilmenita para produção de dióxido de titânio. A ilmenita é um mineral encontrado em rochas, usado na produção de tintas de alta qualidade. O titânio, se caracteriza, portanto, por ser um mineral que apresenta elevada resistência à corrosão e por isso é utilizado na fabricação de vários equipamentos industriais e eletrônicos.

Todo esse investimento acontece ao mesmo tempo em que a empresa Tiasa- Titânio das Américas investe 200 milhões de reais na Bahia, também para fabricação de dióxido de titânio. O estado da Bahia importa dois terços de pigmentos de dióxido de titânio consumidos no Brasil. O pólo de Camaçari é o único local no Brasil onde se fabrica hoje o pigmento de dióxido de titânio. As minas da Tronox, na Paraíba, são hoje responsáveis por atender a produção da unidade baiana da empresa.

A estimativa é de que a Tiasa comece a operar no final de 2022. Nesta primeira fase, a unidade terá uma capacidade produtiva combinada de pigmento de titânio e de óxido de ferro de 38 mil toneladas/ano, com expectativa de atingir 170 mil toneladas/ano quando todas as etapas do projeto estiverem implementadas. O pigmento de dióxido de titânio é utilizado em tinta, produção de vidros e plásticos, entre outros fins⁸¹.

Observando esse movimento, há uma série de trajetórias que se encontram e se articulam em torno de estratégias de produção e de implementação centralizada no nível corporativo. A fim de democratizar o uso dos recursos naturais, e também humanos, em torno de uma transparência que se almeja, para se evitar o que Bonanno e Constance vão chamar de “declínio proporcional” (BONANNO; CONSTANCE, 2008). E nos parece, de fato, inevitável que aconteça. As articulações e as amarras já estão sendo estruturadas a partir de outros tempos. Quando se pensa sobre a ampliação de extensões de linhas elétricas para implementação de empreendimentos minerários, elas já estão por lá. Ou quando

⁸¹ Matéria disponível em <https://revistaminerios.com.br/tiasa-vai-aplicar-r-250-mi-em-fabrica-de-dioxido-de-titanio-em-camacari-ba/>. Acesso em julho de 2020.

pensamos sobre a possibilidade de instalação de uma Central Nuclear no Sertão de Pernambuco, ela também já está sendo articulada.

Em toda a região de Itaparica, o movimento da mineração passa lentamente. Em Itacuruba, especialmente, há uma certa rotatividade de empresas que passam, realizam pesquisas, algumas extraem, vão embora e segue-se assim o ritmo da mineração que não modifica a cidade em termos econômicos. Uma empresa mineradora que apresenta sede em uma cidade e uma rede de filiais em outras, não apresenta em seu plano estratégico o interesse em investir no setor social, pois não existem relações sociais ou econômicas que aproximem essas unidades. O grau de temporalidade também não permite que existam relações duradouras entre as empresas extrativas e a população.

Mas quando se pensa no setor mineral no Brasil, existem diferenças na forma de atuação e de produção que são estabelecidas. Porque as empresas são divididas em empresas de pequeno e médio porte. Muitas utilizando ainda de uma tecnologia tradicional e ineficiente, com mão de obra pouco qualificada e atividades realizadas de forma independente. Observando de um lugar mais amplo, parecem não gerar para os cofres públicos receita significativa.

Não há dúvidas de que a produção gera lucro, seja para as empresas de médio e pequeno porte, seja para as empresas maiores que usam de tecnologia avançada para realizar pesquisa e trabalhos de prospecção. A grande questão está em compreender que a economia do intangível constituída em torno de características de um capitalismo defasado, é a economia que vigora em Itacuruba e em tantos outros lugares, cuja dominação prevalece sob o controle dos territórios tradicionais.

A continuidade de sua permanência ocorre porque o desenvolvimento proposto, a partir da implementação de projetos ou ampliação de setores econômicos, não consta em planejamentos estratégicos que favoreçam os espaços onde se estabelecem. Não cogitam formas de promoção de desenvolvimento que assegurem a continuidade dos processos internos de relações sociais já existentes, por considerar que suas atividades são irrelevantes isoladamente, e do ponto de vista econômico, não agregam valor significativo.

7. A DINÂMICA DA FORMAÇÃO POLÍTICA NA MINERAÇÃO

7.1 Projeto político-econômico no campo mineral

O setor mineral sempre apresentou uma relação estrutural com o Estado Brasileiro. Durante o período desenvolvimentista, nos anos 1930, o governo tinha na industrialização da economia uma de suas principais preocupações, considerando o setor mineral estratégico nesse processo. Esse período de valorização da industrialização se entende até 1957, quando o Brasil estava em pleno processo de instalação de indústrias de base – siderurgia, petroquímica, borracha, plásticos, química fina e bioquímica (POMPÉIA, 2021). Foi também nos anos de 1950 que se deu a consolidação da estatal Companhia Vale do Rio Doce, hoje empresa multinacional privada - Vale. Essa etapa da modernização foi caracterizada como período de projeção da indústria no país, favorecido pelo plano de metas do governo Kubitschek com o lema “cinquenta anos em cinco”.

Contudo, os assuntos relacionados ao setor mineral não apresentavam uma pasta no governo até 1960, quando se criou o Ministério de Minas e Energia. Antes disso, os assuntos ligados à mineração eram de competência do ministério da agricultura a partir do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, que já ocupava na época, posição significativa na economia brasileira pela forte articulação entre os setores alinhados – Sociedade Rural Brasileira, Confederação Nacional da Agricultura – iniciados nos anos 50 e fortalecidos nos anos seguintes a partir da Faab (Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (POMPÉIA, 2021). Mesmo diante desse contexto, a mineração sempre ganhou notoriedade por ser fonte de matéria-prima para processos industriais, pela entrada de bens de capital para promover a industrialização de base, e principalmente, por constituir um patrimônio da União. (MILANEZ; COELHO; PINTO, 2016).

Extinto em 1990 e recriado em 1992, o Ministério de Minas e Energia - MME, tem como atribuições “formular e assegurar a execução de Políticas Públicas para a gestão sustentável dos recursos energéticos e minerais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país”⁸². Em torno das atividades vigentes que tinham por competência o MME, estavam em evidência no momento, áreas de geologia, recursos minerais e

⁸²Portal de dados abertos. Governo federal. Disponível em <<https://dados.gov.br/organization/about/ministerio-de-minas-e-energia-mme>>. Acesso em julho de 2020.

energéticos; aproveitamento da energia hidráulica; mineração e metalurgia; e petróleo, combustível e energia elétrica, incluindo a nuclear. Portanto, como parte do Ministério, criam-se autarquias direcionadas para cada área de abrangência econômica, especialmente as ligadas a produção de energia, produção de gás e recursos minerais.

No âmbito da mineração, o DNPM passa a ser autarquia que rege os assuntos relacionados aos recursos minerais e processos extrativos. Criada em 1934 e extinta em 2017, passa de departamento para agência, sendo hoje ANM – Agência Nacional de Mineração. A agência assegura, controla, gerencia e fiscaliza o patrimônio da União com uma presente estrutura em todos os estados brasileiros. Algumas delas, associadas às secretarias de desenvolvimento econômico. É esse setor que autoriza os processos de pesquisa e de extração de qualquer minério em todo o território nacional, obedecendo às leis estabelecidas no Código de Mineração, instituído em 1967. Trata, não somente da distribuição, comércio e consumo dos produtos minerais, mas especialmente da arrecadação de tributos para receita federal.

É a partir da ANM que o processo burocrático da mineração acontece. Desde a prospecção até a exploração. Em todas essas etapas, existem documentações protocoladas e existe ainda um custo cobrado pela União para uso do solo e do subsolo. A prospecção é a etapa mais barata e consiste em encontrar um local com potencial econômico e além de conter a substância em questão, deverá apresentar uma infraestrutura para a possível extração. Os meios para se realizar a prospecção variam desde a interpretação de mapas topográficos, imagens de satélite e pesquisa bibliográfica até levantamentos geofísicos de uma determinada área, sempre com o objetivo de encontrar uma possível jazida. Encontrado o local adequado, começa-se a realizar a pesquisa.

De acordo com o código de mineração brasileiro, para se realizar uma pesquisa mineral, é preciso protocolar um requerimento de pesquisa mineral. O requerimento de pesquisa mineral é um documento que deverá abordar como a pesquisa será feita, identificando a substância, o orçamento previsto, o calendário de atividades e outros fatores. Após o requerimento de pesquisa ser protocolado, a ANM terá que avaliar o plano e decidir se a empresa poderá ou não realizar a pesquisa na área em questão. A pesquisa será realizada a fim de apontar as características do minério, como tamanho, forma e teor. A pesquisa quase sempre deverá seguir o plano apresentado anteriormente, sendo que é possível prorrogar em um ano a entrega do relatório dependendo da justificativa apresentada. Por fim, a avaliação irá determinar se o funcionamento da mina é viável ou não, considerando a produção e os custos da operação.

Quando se emite a portaria de lavra, ou seja, da extração, que habitualmente é divulgada também no Diário Oficial, a parte interessada precisa criar uma empresa brasileira (se não a tem) e o relacionamento com setor federal para a ser a partir de uma pessoa jurídica e não mais uma pessoa física. Durante todos os anos de atuação da empresa, há necessidade de entrega de um relatório anual de lavra. Caso não haja cumprimento dessas exigências que partem do ANM, a autorização de lavra poderá ser revogada e reivindicada em outro momento, ou repassada para outra empresa interessada, por meio dos mesmos critérios burocráticos.

Na constituição desse processo, existem descontentamento por parte dos investidores que reconhecem as leis, mas acreditam que todo o processo administrativo e burocrático não favorece o crescimento do setor, especialmente aqueles que se encaixam entre as micro e pequenas empresas. Nos últimos 10 anos, houve propostas de modificação do Código de Mineração brasileiro por parte das articulações e instituições vinculadas ao setor mineral como meio para expansão das fronteiras e facilitação dos trâmites que envolvem o processo mineral. Esse assunto será abordado com mais afinco adiante.

Administrativamente, a ANM é o setor mineral de alto escalão a nível federal. No entanto, a sistematização do setor se dá pelo conhecimento do território. Conhecer o território sempre esteve na configuração das frentes de expansão para dominar o território do país (VELHO,2016). O Serviço Geológico do Brasil foi criado em 1969 como setor estratégico para organizar o conhecimento geológico do país, através da empresa Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, também vinculada ao Ministério de Minas e Energia e tal como a ANM, apresenta superintendências regionais em alguns estados brasileiros. Ambos os serviços colaboram em torno da divulgação do conhecimento geológico no país, sobretudo, de águas subterrâneas.

Mas seja a céu aberto ou subterrânea, a mineração modifica intensamente a paisagem com sua extração. Em função desse caráter, o setor mineral sempre esteve inserido no rol das discussões sobre meio ambiente, a partir de uma série de regulamentações que vão desde o nível municipal até o federal. Com base no Código de Mineração, existem trâmites que estão legalmente postos e que são parte das atribuições da União, presentes na constituição federal, “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” (CF, Art23; VI, 1988). A importância da sustentabilidade ambiental está posta para atuação para qualquer setor industrial do país.

Apesar de uma regulamentação ambiental complexa e com jurisdição dividida nos três níveis de poder, as principais autoridades reguladoras ambientais são o Ministério do

Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Estão todos inseridos na Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida em 1981, e que deu origem ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)⁸³. O SISNAMA é composto por diversos órgãos ambientais com atribuições e competências que visam garantir a proteção e melhoria da qualidade ambiental. Em 1986, o processo de regulamentação do licenciamento ambiental foi iniciado por meio da Resolução CONAMA nº 001/1986, que estabelece diretrizes gerais para elaboração do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) nos processos de licenciamento ambiental (CONAMA 1986).

Não por acaso, toda essa estrutura em torno da regulamentação ambiental começa a se estruturar no país. Na década de 80, vive-se no Brasil o retorno do sentimento dos valores democráticos com o fim do regime militar. A chegada dos anos 1980 assinalou o fim de um tempo para o capitalismo mundial. Apesar das possibilidades limitadas – mas não inexistentes - de mobilização, o caminho em direção ao desenvolvimento e avanço sobre o meio ambiente continuava firme, especialmente na região amazônica e na região do rio São Francisco, com a instalação das Usinas Hidrelétricas.

Nesse período, as Ongs (Organização não governamental) e a igreja católica – CEBs – Comunidades Eclesiais de Base passam a ganhar espaço de atuação e passam também a compor a leva de mobilizações e de criação de movimentos sociais que se aglutinavam nesse momento no país. Considerar o meio ambiente como fator prioritário passou a ser uma demanda importante institucionalmente por possibilitar acesso ao mercado externo da produção que estava sendo estabelecida nas regiões de exploração, isso ainda no final da década de 80. Apesar desse sentimento de retorno à democracia, ampliação do processo de mobilização social, a chegada dos anos 1980, assinalou um fim de um tempo para o capitalismo mundial e a inviabilização do projeto desenvolvimentista vigente (VEIGA, 2006). Os sinais desse declínio já se apontavam nos anos 1970, com crises nas relações de alianças econômicas internacionais.

Com a ECO-92, conferência de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas – ONU, evento que se voltava para o meio ambiente, mas que estabelecia politicamente os caminhos que o processo de industrialização precisava trilhar para avançar economicamente. Apoiados em garantir a sustentabilidade do meio ambiente, o evento foi realizado em meio a

⁸³ Conselho de governo (órgão superior), Conama (órgão consultivo e deliberativo) , MMA (órgão central), Ibama e ICMbio (órgãos executores), Estaduais (Órgãos seccionais/Secretarias de Meio ambiente) e municípios (órgãos locais).

grandes mobilizações e perspectivas de rumos que hoje, no campo do desenvolvimento no Brasil, permanecem alinhados com os processos de expansão das fronteiras agrícolas e das *commodities* minerais. Já nessa época esses setores eram considerados de grande relevância para a economia do país, por exigir grandes extensões de terras para seu estabelecimento.

Coloco em destaque que essas grandes extensões de terras quase sempre estão relacionadas a territórios de povos e comunidades tradicionais que não foram considerados no processo de expansão das fronteiras do desenvolvimento. Para isso, o Estado cria estratégias de ações no campo judiciário, legislativo e executivo com propósito de enfraquecimento dos dispositivos constitucionais que deveriam assegurar os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais no território brasileiro. Essas estratégias estão no campo das prioridades nas agências multilaterais como Banco Mundial, FMI – Fundo Monetário Internacional, e OMC – Organização Mundial do Comércio, bem como de conglomerados financeiros (ALMEIDA, 2010).

Até aqui, digamos, que existia uma certa autonomia Estatal. Os setores administrativos e reguladores das atividades foram estabelecidos, a legislação também. Mas nessa conjuntura, considerando os aspectos históricos e sociais que compõem o território brasileiro, as abordagens do Estado passam a ser nesse viés, por meio de outras diretrizes. O segmento das atividades relacionadas ao desenvolvimento parte, sobretudo, de iniciativas privadas, e nesse sentido, o Estado está cada vez mais alinhado com o discurso das empresas e dos bancos. Esse alinhamento vem desde os processos de privatizações iniciados em decorrência da alta da inflação provocada pelas altas doses de endividamento externo no fim do regime militar no Brasil. O economista João Pedro Stédile, analisa esse momento da nossa história como determinantes para o processo de desenvolvimento no país que deu nos últimos anos, afirma que

Toda década de 1990, até 2006, ocorreu para o Brasil um grande volume de capital externo, que foi aplicado na privatização de nossas melhores empresas (Vale, Embratel, Embraer, estatais da energia elétrica) e na aquisição de parte de outras grandes empresas privadas. Com isso, houve um aumento da taxa de investimento e a economia voltou a crescer. Mas cresceu de forma concentrada e ainda mais dependente do capital estrangeiro. Ainda não temos um projeto econômico de desenvolvimento.⁸⁴ (STÉDILE, 2012)

De fato, os rumos que seguiram depois desse momento, especialmente no campo da mineração, na tentativa de se manter no mercado e com a economia em alta, evidencia a ocorrência de uma constante dependência de capital estrangeiro a partir das privatizações que passaram ocorrer no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1996, com a

⁸⁴ Trecho da entrevista concedido à Revista Desafios do Desenvolvimento – SBS. Brasília. 2012 . Ano 9 . Edição 72 - 15/06/2012.

privatização da então Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, hoje VALE. Logo atrás da Petrobras, estatal até hoje; e de uma tentativa de privatização o governo Temer da CHESF⁸⁵, que volta à tona a partir do Governo Bolsonaro. A CVRD e a CHESF foram criadas no Estado Novo sob presidência de Getúlio Vargas, como já adiantado, faziam parte de um plano de metas para o desenvolvimento econômico com valorização para os recursos minerais na década de 1940.

Quando houve a privatização da VALE, a intenção estabelecida era promover a maior lucratividade a partir da liberação de restrições e entraves burocráticos e o estabelecimento de autonomia para decidir sobre investimentos estratégicos, impedidos por uma rigorosa legislação aplicada às estatais. Em documentos publicados pelo BNDES e disponibilizados em seu banco de dados, a proposta de privatização valoriza a não ameaça à soberania nacional e o fortalecimento no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais no país a partir da geração de empregos.

Paralelamente à proposta de privatizações instauradas na década de 1990, inicia-se também um plano de estratégias de fragilização das legislações e de maneiras de agir a partir das exigências do setor para ampliação de fronteiras e que se estabelece de forma contundente com o passar dos anos. Mesmo que tenha ocorrido um avanço no reconhecimento dos direitos de Povos e Comunidades tradicionais com a criação da “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em 2007, subordinada ao Ministério de Meio Ambiente, no início do Governo Bolsonaro ocorre uma série de extinção de secretarias e órgãos responsáveis pela valorização de ações sociais. Como ocorreu com o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e manutenção dos direitos desses povos com relação aos seus territórios de pertencimentos e o caso da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Trilhando o percurso das instituições em torno de um contexto nacional de avanço ao desenvolvimento, ainda que o setor administrativo no estado de Pernambuco não se percebesse numa direção precisa acerca dos assuntos direcionados à exploração mineral, os setores federais se fizeram presentes para abranger a demanda existente a partir da ANM e

⁸⁵ A partir da medida provisória – MP 1.031/2021 há determinação do então presidente da república, Jair Bolsonaro, de que a privatização da Eletrobrás, do qual a CHESF faz parte, se dará pela venda de novas ações no mercado, fazendo com que o percentual acionário da União caia para menos de 50%. (SENADO, 2021). Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/24/publicada-mp-que-define-regras-para-privatizacao-da-eletobras> >. Acesso em julho de 2020.

da CPRM. A partir desse arranjo nacional, que interfere também na esfera estadual, o governo de Pernambuco seguia direções específicas de acordo com o que o estado tinha como oferta mineral. O momento de maior destaque para o estado no setor mineral, deu-se a partir de 1960 com a extração de gipsita para produção de gesso no Sertão do Araripe. Ocupando em tempos atuais posição de maior produtor nacional de gipsita com 90% da produção nacional (IBRAM,2020), que corresponde a 1,6% do PIB estadual (OIT, 2017). Foi a partir dessa mesma década que o estado de Pernambuco pensou o desenvolvimento do estado a partir das regionalizações, como forma de descentralizar o processo de planejamento para o desenvolvimento do território pernambucano.

Os assuntos ligados a esse setor eram de competência da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio que, na década de 1979, era denominado de Secretaria de Indústria, Comércio e Minas e hoje corresponde à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Nessa época, os minérios presentes nos anuários estatísticos do estado destacavam a produção de gesso, fosfato e água mineral, mas sem grande expressividade econômica. O ramo de destaque nos anuários, estavam voltados para o setor agrícola na produção de subsídios para manutenção da economia no estado (DNPM,1960).

No ano de 1965, surgem as chamadas Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco – Comper - DI, que eram setores responsáveis por administrar e articular terrenos para implementação de empresas no estado. A Comper-DI tornou-se Distrito Industrial de Pernambuco S/A e hoje é reconhecida como AD-Diper – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco responsável por apoiar relações comerciais e atividades relacionadas ao desenvolvimento do Estado. A agência está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e tem como objetivo desenvolver projetos que impulsionam a economia das regiões de desenvolvimento do Estado a partir da captação de recursos. Além de apoiar e estimular a relação das empresas pernambucanas no comércio exterior.

No estado de Pernambuco, há, a partir de sua história, desde que as Juntas Comerciais foram criadas em 1850, uma movimentação econômica mais ativa em torno da comercialização do que na extração, diferente do que ocorreu, por exemplo, no estado de Minas Gerais com o minério de ferro. Hoje a Junta Comercial funciona a partir da JUCEPE - Junta Comercial de Pernambuco, que também é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, como setor também administrativo a partir do registro público de empresas e atividades relacionadas. De forma semelhante ocorreu também com a Condepe/Fidem que, apesar de articular parcerias públicas ou privadas,

fortalecer institucionalmente agentes locais para o desenvolvimento do estado, funciona mais com um órgão de estatística com um abundante banco de dados, visando sempre o apoio de estudos, pesquisas, planos e projetos no estado de Pernambuco.

O cenário que se apresenta hoje para mineração demonstra um processo latente de promoção da atividade mineral no estado de Pernambuco. Principalmente porque há mais investimentos nessa área de atuação e apoio do Governo do estado. Há um interesse visível e que propicia o avanço de investimento para pesquisas geológicas para o estado de Pernambuco como as realizadas pelo CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia com atribuições do Serviço Geológico Brasileiro. Mas há, sobretudo, um aumento de interesses privados no processo de investigação e incentivo à exploração das reservas minerais no estado de Pernambuco.

Administrativamente, o estado de Pernambuco agrega um setor forte de apoio às atividades relacionadas ao seu desenvolvimento. Mas, se por um lado os investimentos que partem do estado se voltam para atividades relacionadas aos serviços e comércio (Condepe/Fidem,2020), por outro, existe um apoio, mas não investimento do estado quando se trata das empresas mineradoras do estado por este setor não ser considerado prioridade a nível estadual, apesar das pesquisas geológicas sim. Contudo, é crescente, como explicitado antes, o número de empresas privadas que realizam pesquisas geológicas e de investimento financeiro que partem de outros lados e de modo mais amplo, investimentos que partem do estado para a implementação de mineradores nas regiões de desenvolvimento ainda se veem muito reduzidos, mas existe uma frente de investimento privado que se expande e passa a controlar o setor mineral no estado.

A exemplo disso, estão as atividades minerais para a extração do ouro, que em meio a um conjunto de empresas, já atuavam na região do Sertão Central desde a década de 1980. Hoje, em tempos de pandemia, em condições que poderiam não ser favoráveis para a implantação ou continuidade de um empreendimento de um minério que não apresenta uma demanda que não se constitui como essencial, a empresa de investimento em ouro, Trilha Gold Capital, adquiriu através da Trilha Gold Serrita Mineração LTDA, uma das empresas do Grupo TGC, os direitos de exploração de quatro áreas na região de Serrita, Sertão de Pernambuco.

As áreas abrangem cerca de 7 mil hectares e os investimentos chegam a R\$ 10 milhões de reais com perspectiva de 100 toneladas em ouro, o que agregaria uma cotação de

5 bilhões de dólares em ouro⁸⁶ a ser minerado a partir de 2022. O mesmo ocorre na Região do Sertão de Itaparica com a possibilidade de extração da Ilmenita para produção de pigmento do Titânio pela Mineradora Floresta S/A, a partir da TIASA S/A, onde os investimentos chegam aos R\$ 200 milhões de reais.

A constituição das secretarias nas prefeituras de Floresta e Itacuruba, por exemplo, não definiu um direcionamento para se discutir questões minerais porque, até o momento, não se trata de uma atividade de grande porte e que requer uma secretaria específica para isso. As secretarias existentes se voltam especialmente para questões de infraestrutura, saúde, educação, agricultura, meio ambiente e desenvolvimento social no âmbito dessas secretarias que os processos de mineração ocorrem, mas devem obedecer aos princípios especificados no Código de Mineração. No âmbito local, os trâmites minerais obedecem às convenções e particularidades sociais que existem nos lugares de atuação para a movimentação de um projeto de mineração.

Particularmente nas cidades de Floresta e Itacuruba, são as relações familiares que permeiam todos os processos políticos e passam a controlar também os processos econômicos na região, principalmente porque o processo de concentração de renda se deu e se dá, historicamente, por essas relações que foram estabelecidas desde as frentes de ocupação e usurpação de territórios. Sobretudo, a partir de violentos conflitos entre essas famílias que reivindicam poder nessas localidades, com rixas que perpassam gerações e permanecem até a atualidade com outros arranjos. Não obstante, todos os lucros estabelecidos em cidades como Itacuruba e Floresta não se destacam porque os arranjos para implementação obedecem a uma lógica que é isolada e que alimenta o ciclo político de revezamento familiar entre os cargos de poder.

Em um nível federal, talvez os investimentos ocorridos não tenham tanta relevância na contagem do PIB e nem na compensação financeira que, por lei, abrange União, estados e municípios. Mas em níveis menos amplos, como nos municípios, onde de fato está ocorrendo o processo de implementação mineral, a conjuntura existente passa a ser diferenciada em termos de dividendos que devem por lei, serem repassados para os municípios quando ocorrem processos minerais, como medida de compensação financeira pelo uso do solo e subsolo que é de propriedade da União como uma renda mineral.

⁸⁶ Informação disponível na página virtual da empresa Trilha Gold. Acessível no link <https://trilhagold.com/news/>. Acesso em julho de 2021.

A CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - é um imposto pago pelas empresas ou pessoas físicas à União, aos Estados, Distrito Federal e Município pela utilização econômica dos recursos minerais. Essa contribuição foi prevista na Constituição Federal de 1988 e hoje vigente pela Lei 13.540/2017 e a Portaria 239/2018. A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), como é chamado o *royalty*⁸⁷ do setor mineral, ou seja, é um pagamento pelo uso de um bem que pertence ao Estado, o mesmo é uma contraprestação, e não um tributo. E tampouco serve para minimizar os danos ambientais, estes devem ser feitos a partir dos licenciamentos ambientais, mas como uma renda para garantir estrutura para as cidades afetadas direta ou indiretamente pela mineração. No segundo semestre de 2019, a arrecadação da CFEM totalizou R\$ 2,42 bilhões no Brasil (INFORME MINERAL, 2019).

O ranking dos cinco municípios com maiores arrecadações da CFEM no 2º/2019 é composto por: Parauapebas-PA (26,2%), Canaã dos Carajás-PA (16,9%), Congonhas-MG (7,5%), Itabira (5,3%) e Conceição do Mato Dentro-MG (4,3%) (INFORME MINERAL, 2019). A distribuição da arrecadação para estes cinco municípios respondeu por 60,2% de toda a CFEM do segundo semestre de 2019. Todas essas informações, que são particulares ao processo mineral no país, se referem especialmente a municípios cuja história de estruturação da cidade se deu pelas relações permeadas pela mineração. Criando-se inclusive uma relação de dependência além de econômica, social e cultural.

O que não é o caso da região de Itaparica e, tampouco de Itacuruba ou Floresta. Embora esse tipo de exploração esteja presente, não se percebe uma relação consistente do ponto de vista econômico ou social, ela existe e afeta de modo ainda silenciosa as relações nos territórios, especialmente, quando o território é perpassado por um contexto de reivindicação, como é o caso dos territórios indígenas e quilombolas de Itacuruba.

Para tanto, o caminho para o desenvolvimento do estado de Pernambuco, como o é a partir do Governo Federal, se estrutura a partir de suas instituições. A base é fixa, mas ao mesmo tempo dinâmica para se reorganizar de acordo com as demandas e exigências em favor de uma adequação econômica. A mineração em Pernambuco, passa, portanto, por uma lógica de organização que vem do Governo Federal e que trata do apoio às pesquisas geológicas e acordos, as empresas se inserem nesse novo caminho do desenvolvimento a partir da mineração no estado. Os povos e comunidades tradicionais estão nesse meio do

⁸⁷ Palavra inglesa que significa o pagamento pelos direitos ou patente de uso de um bem (VIANNA;MENEZES, 1994).

caminho com uma demanda que já sofre morosidade antes mesmo da instalação dos projetos de desenvolvimento e da inserção de projetos de mineração em seus territórios.

A rede do governo estadual é, nessa configuração da mineração, proativa e, portanto, dita regras por ser possuidora das bases administrativas, executivas e jurídicas. E a partir delas, se articularam para que as demandas para expansão da mineração estejam de acordo com as leis e com os interesses, mesmo que para isso, as leis sejam modificadas e mesmo que estejam alinhadas a uma narrativa constante de desenvolvimento social e econômico, agrega a esse mesmo propósito o controle sobre território e concentração de terras que não parte de um contexto novo. São velhos insights incorporados a uma dinâmica mineral que obedece ao final, a uma lógica do capital, seja ela local, estadual, federal ou mundial. Todas essas dimensões compõem a mesma articulação em torno da ampliação das fronteiras minerais, em torno de um processo presente de usurpação de territórios.

7.2 Análise e uso de dados minerais

A informação que vem de fontes consideradas oficiais versa muito sobre aquilo que Bourdieu (2012) fala sobre a legitimidade do Estado e como, a partir das configurações já estabelecidas, não se contesta o que vem de lá. Daquilo que fica no palco e daquilo que permanece nos bastidores (Ranciere, 2017). Mas como este mesmo autor enfatiza, o Estado apresenta duas faces, é evidenciado apenas o que se permite, usando-se “o recurso à metáfora do teatro, à teatralização do consenso”. Em um jogo no qual se está na posição universal de falar em nome de todos e de permitir o que pode ser público e o que permanece privado, afinal, é possível falar em nome do bem público, a partir do que é bem público, mas concentrando-o.

Assim o que é publicizado, é conhecido a partir de informações em forma de relatórios, estatísticas ou pesquisas. Existe, nesse conjunto de informações, os processos de fabricação de dados que se fazem de forma diferenciada quando se trata de projetos de desenvolvimento ou de empreendimentos econômicos. Mas quando se trata da mineração no Brasil, que é feita por grupos privados, o acesso e fabricação de dados se dá de outra maneira, pois o Estado Brasileiro, na condição de, constitucionalmente proprietário do subsolo, passa a criar banco de dados de controle de informações em favorecimento dessas empresas. Em muitos casos, a empresa contratada para coleta dos dados, correspondem às mesmas que já fazem o serviço de pesquisa de mineração das empresas privadas.

Obviamente, as duas faces destacadas nos escritos de Bourdieu, podem, em nossos

tempos, enveredar por outros contextos de interpretação, a partir de arranjos que se estruturam para colaborar para criar mecanismos de controle e poder a partir do que é compartilhado como informação.

A lei de acesso à informação regula o acesso de qualquer cidadão às informações sob a guarda dos órgãos públicos das administrações direta e indireta, dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. Começou a ser debatida ainda em 2005, por provocação da Organização Não Governamental “Transparência Brasil ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção da CGU”. Finalmente, em 18 de novembro de 2011, foi publicada a Lei nº 12.527, denominada Lei de Acesso à Informação (POSSAMAI, 2016).

Mas para compor essa pesquisa, me organizei em torno dos dados já disponíveis e que não requerem, legalmente, um processo burocrático para seu acesso. Refiro-me aos dados abertos existentes nos bancos de dados nos órgãos oficiais. É rotineiro que a produção e o processamento de dados façam parte das atividades das instituições públicas, que foram coletadas para fins de diagnóstico, para monitoramento e para avaliação das políticas públicas. Em tese, todos esses dados visam atender as demandas do Estado a partir de seus propósitos. Mas por outro lado, trata-se também de bens públicos e, portanto, as atividades que obedecem a uma lógica de pertencimento da sociedade e uma vez que são geradas para atender às finalidades públicas, devem ser acessíveis a ela (POSSAMAI, 2016).

Esses dados passaram a ter certo alcance à medida que o processo de automação eletrônica passou a fazer parte do gerenciamento do Estado como justificativa para melhorar a performance e a eficácia do setor público, buscando a desconcentração por meio da privatização e da terceirização de atividades centrais ou essenciais para o Estado, mas compatível com a produção do mercado. Muito desse momento, cresceu a partir de 1990 sob influência do neoliberalismo imposto à época.

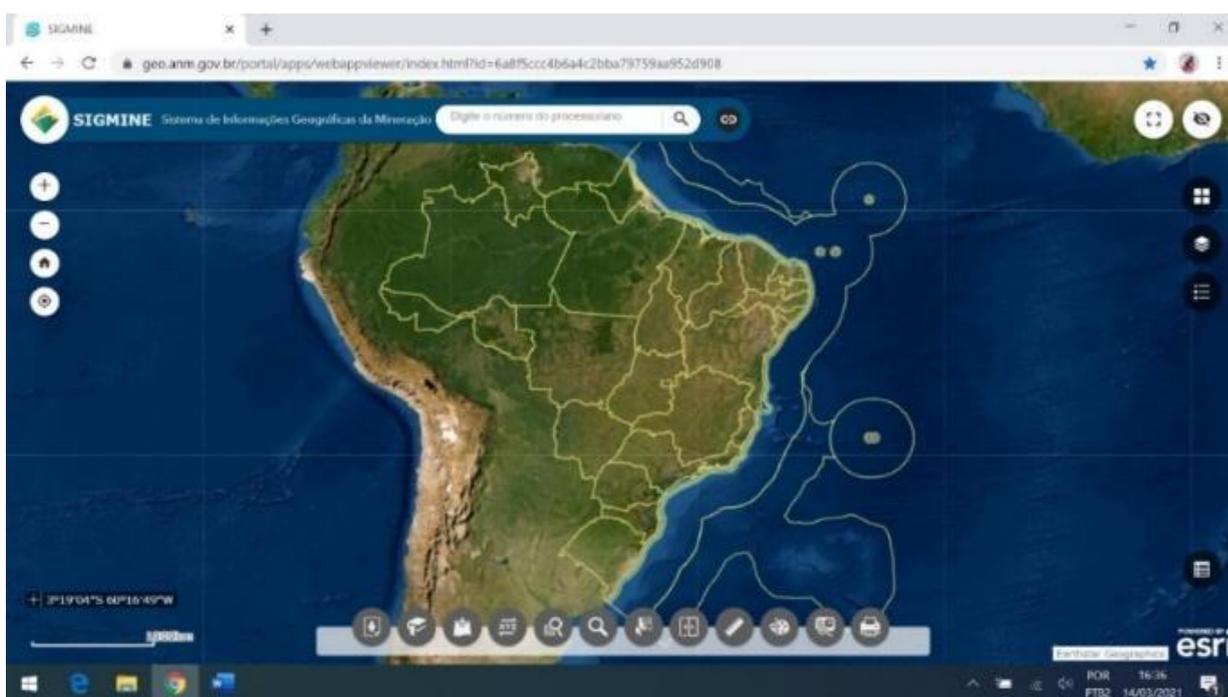
Em paralelo com a desconcentração e terceirização das atividades, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) lança, em 2000, o Programa Sociedade da Informação com o objetivo de integrar, coordenar e fomentar ações com uso de tecnologia de informação para contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global (POSSAMAI, 2016). O governo federal passa então a fornecer dados como infraestrutura e o setor privado cria, a partir deles, serviços para a sociedade (BRASIL, 2019)⁸⁸.

⁸⁸ Matéria disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/noticias/como-dados-do-governo-podem-viabilizar-novos-negocios-e-acelerar-o-mercado>. Acesso em julho de 2020.

É nessa conjuntura que o SIGMINE⁸⁹ – Sistema de Informação Geográfica de Mineração surge como uma plataforma online desenvolvida e mantida pela Agência Nacional de Mineração e criado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e geoprocessamento, com o objetivo de aprimorar o processo de Gestão de tecnologia da informação pelo órgão encarregado em 2014. Esse é o mesmo período em que a produção nacional da extração mineral registrou expansão de produção no primeiro semestre de 2014 (DNPM/ANM,2014).

O objetivo do sistema é ser referência na busca de informações atualizadas, pois de acordo, com o sistema, são informações atualizadas diariamente. A plataforma destaca informações acerca dos processos minerários por unidade federativa, associadas a outras informações geográficas de interesse ao setor produzidas por órgãos públicos, oferecendo condições ao usuário de consulta aos dados e análises relacionais de caráter espacial.

Figura 08: Interface do SIGMINE



Fonte: SIGMINE, 2021.

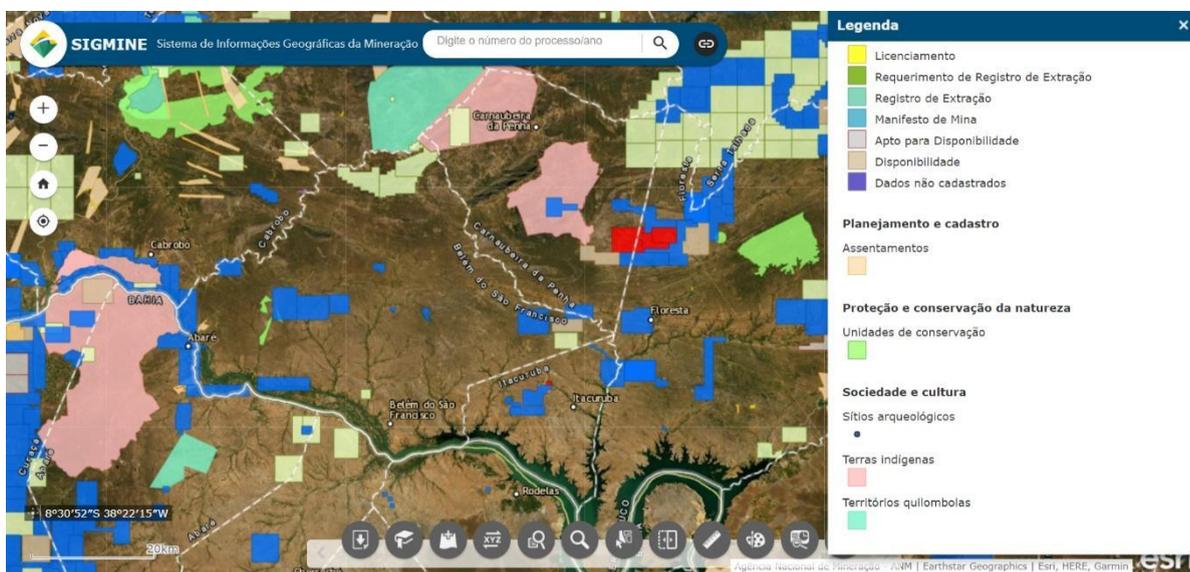
Desenvolvido em uma interface moderna como apresentado na figura 08, apresenta o objetivo de mostrar a localização e detalhes dos processos minerários ativos da ANM. Essa aplicação permite a visualização de informações em mapas geográficos e a utilização

⁸⁹ O link de acesso para a plataforma pode ser encontrado no endereço <<https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>>. Acesso em maio de 2020.

de ferramenta de localização, pesquisas, medições, relatórios, além do download dos processos minerários ativos nos formatos de arquivos SHP (shapefile) e KML (Keyhole Markup Language). Esses formatos de arquivos necessitam de outros programas de processamento de dados para que a informação seja coletada, visualizada e manuseada, de forma que, nem sempre o que se vê na plataforma, pode ser compreendido pelo público mais amplo, sem um conhecimento específico direcionado para o setor de geociências.

Nessa plataforma, é possível visualizar todos os processos minerários ativos no país, com informação sobre o tamanho da área, quem é o encarregado do empreendimento e o ano que se deu o início do processo, até o extrato de ações estabelecidas no transcurso do processo ativo. É possível ainda aplicar o modo ampliado (*zoom*) sobre as camadas e agregar informação que são provenientes de outros órgãos oficiais, como unidades de conservação - IBAMA, terras indígenas- FUNAI ou quilombolas – INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Além dos elementos cartográficos convencionais de limite administrativo - IBGE e estradas existentes – DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes.

Figura 09: Sobreposição de camadas de informações e processos minerários – recorte Sertão de Itaparica (PE)



Fonte. SIGMINE, 2021.

Como a plataforma é um recurso da Agência Nacional de Mineração, os dados nela presente estão associados aos links, aos documentos e relatórios detalhados do processo destacados na plataforma do SIGMINE. O fato da plataforma requerer um conhecimento

específico para seu manuseio, seu uso passa a ser limitado para quem não dispõe de recursos ou acesso sobre a tecnologia georreferenciada. Por outro lado, a plataforma passa a ser um recurso muito utilizado por engenheiros e geólogos nas empresas de serviços de pesquisa em mineração. O saber, aqui, vem acompanhado de relações de controle sobre os dados, mesmo que nos pareça acessível, o caráter da informação se estabelece a partir de outros princípios e seguem uma lógica de arranjos que se voltarão para o campo do capital mineral, a partir também da lógica de compartilhamentos de dados oficiais, e por consequência, passíveis de legitimidade.

Tabela 03: Processos minerários em Itacuruba e Floresta.

PROCESSOS MINERÁRIOS EXISTENTES NAS CIDADES DE ITACURUBA E FLORESTA ⁹⁰ – SIGMINE/ANM						
CIDADE	MINÉRIO	PROCESSO	INÍCIO	ÚLTIMO EVENTO	FASE DO PROCESSO	TITULAR DA OBRA
Itacuruba	Mármore	840012/2016	2016	2019	Autorização de pesquisa	Exotic Mineração LTDA
	Quartzito	840374/2016	2016	2021	Autorização de Pesquisa	Bambui Serviços de Pesquisa em Mineração LTDA
	Quartzito	840105/2016	2016	2019	Autorização de Pesquisa	Alfredo Augusto Chaves Torres
	Calcário Dolomítico	840111/1996	1996	2019	Concessão de lavra-Extração	William Jorge Moura Rodrigues
	Minério de Ferro	840330/2010	2010	2020	Autorização de Pesquisa	Titânio das Américas – S/A
	Granito	840239/2018	2018	2020	Autorização de Pesquisa	João Carlos Chaves Miranda
	Minério de Ferro	840330/2010	2010	2020	Autorização de Pesquisa	Titânio das Américas – S/A
	Minério de titânio	<u>840005/2017</u>	2017	2019	Autorização de pesquisa	Titânio das Américas S/A
	Quartzito	840110/2017	2017	2020	Autorização de pesquisa	R & S Brasil Mineração Ltda

⁹⁰ Faço referência nesta tabela apenas às cidades de Itacuruba e Floresta, pela incidência da pesquisa se voltar particularmente sobre a mineração nessas duas cidades.

PROCESSOS MINERÁRIOS EXISTENTES NAS CIDADES DE ITACURUBA E FLORESTA ⁹⁰ – SIGMINE/ANM						
Floresta	Minério de Ferro	840137/2015	2015	2017	Autorização de Pesquisa	João Carlos Chaves Miranda
	Minério de ferro	840404/2007	2007	2019	Disponibilidade	Conan Empreendimentos Imobiliários Ltda
	Minério de Titânio	840092/2010	2010	2021	Concessão de lavra	Titânio das Américas S/A
	Minério de Titânio	840318/1988	1988	2021	Concessão de lavra	Tiper Titânio Pernambucano Ltda.

Fonte: SIGMINE/ANM,2019

Parte de todos os dados utilizados nesta pesquisa foram extraídos da plataforma SIGMINE em associação aos relatórios existentes na página online da ANM. As informações minerais encontradas em outros órgãos, como BDE- Condepe/Fidem, CPRH-Rigeo, inclusive os dados do portal de banco de dados abertos do governo federal, fazem sempre referência ao que se encontra no banco de dados da Agência Nacional de Mineração, pois esta detém a genuidade de falar sobre o setor e produzir interpretações diversas, mas se resguardando através do limite que se permite conhecer. Foi por meio desse material que foi possível saber sobre os minérios presentes na região de Itaparica, mas é por meio deste também que se dão os processos de segmentos minerais que nos parecem inevitáveis e que seguem o fluxo de continuidade que não é chegado aos povos e comunidades tradicionais como informação oficial.

A partir dos processos, como apresentado na tabela 03, de cada área destinada à mineração, é possível encontrar os dados mínimos dos requerentes do empreendimento, da empresa que requer a mina, a fase atual da atividade, o número de alvará de autorização da atividade, a lista de documentos que compõem o processo e os eventos descritos para que a atividade seja realizada, desde o requerimento de pesquisa até a fase de lavra. Há um limite quanto a essa informação, pois os documentos estão apenas descritos e não disponíveis para visualização ou para *download*. Os eventos simplesmente acontecem e são listados no relatório do processo que corresponde a área destinada à mineração, mas sem datas determinadas para estabelecimento das ações.

Divulga-se o trâmite legal e administrativo com data de entrada e prazo para que se

estabeleça a obra, que se amplia até dois anos pela data de validade do documento expedido. Como se trata de uma plataforma que atualiza suas informações diariamente, significa dizer que o processo de mineração que ocorre no Brasil está sempre em contínuo processo de transformação e de atividades que não são interrompidas, nem em contextos adversos como, por exemplo, a ocorrência de uma pandemia.

A constância dos dados minerais é refletida também na maneira com essas informações chegam às estruturas interessadas, ou seja, os profissionais que passarão a atuar no setor e que, apresentam como base de estudos, os dados oficiais daquilo que pertence à União. Os dados são parte para exercer controle, mas são também disseminadores de informação para serem compartilhadas e discutidas entre seus pares de atuação. Refiro-me especialmente aos engenheiros, geólogos e técnicos em mineração que passam a compor parte da equipe técnica para a implementação de qualquer projeto de mineração e que tem na base dos dados oficiais, condições para atuar nos processos de iniciação dos procedimentos contratados por uma empresa.

O RIGeo⁹¹, por exemplo, é Repositório Institucional de Geociências tem como objetivo permitir o acesso integral à produção intelectual dos pesquisadores da instituição, preservar a memória científica gerada ao longo dos anos, fomentar a pesquisa científica na área de geociências e demais áreas do conhecimento, permitir o livre acesso às publicações dos autores-pesquisadores da instituição, estando em consonância com o Movimento Internacional de Acesso Livre à informação científica. É para esse setor acadêmico que as informações geradas são especialmente direcionadas. E apesar de relativamente recentes, pelo processo de ampliação de informação digital aberta do Estado, representam no campo de reprodução do saber, um elemento para implementação de corpo acadêmico para o fortalecimento da mineração, especialmente em áreas da qual a mineração ainda caminha a passos mais silenciosos, como em Pernambuco.

A informação do ponto de vista dos povos e comunidades tradicionais chega por outros meios. A mineração é silenciosa, tal como são os meios silenciar povos e comunidades tradicionais e sempre no caminho do “ouvi dizer”. Quando cheguei à Itacuruba, a mineração não foi vista como um fator que eu pudesse considerar como pesquisa para uma tese de doutorado. Existem tantas outras questões bem mais evidentes na cidade relacionadas a grandes projetos de desenvolvimento que se instalaram na região, que a mineração, de pequeno porte, fica subsumido.

Perceber a noção de desenvolvimento oferecida pelo Estado a partir desses

⁹¹ Matéria disponível em < <http://rigeo.cprm.gov.br>>. Acesso em maio de 2020.

elementos parecia ser um caminho bem mais viável para o desenvolvimento de uma pesquisa. O que passou a me instigar foi justamente a presença tão evidente, porque os minérios existentes em Itacuruba simplesmente saltam do solo, e ao mesmo tempo as atividades de mineração são tão “invisíveis” .

A partir desse primeiro estímulo, considerei relevante olhar para essa atividade a partir de outra perspectiva, principalmente considerando que o não visto ou conhecido, pode ser percebido a partir de outras lentes e que o não dado, também pode ser considerado um dado de campo. Portanto, o empreendimento mineral que passa a ser o ponto de análise dessa pesquisa, surge em Itacuruba da mesma forma que chegam para as pessoas de lá, a história da instalação de uma Central Nuclear como um fantasma. Parecia tão inimaginável a chegada de uma Usina Nuclear no Sertão de Pernambuco, em uma cidade que tem pouco mais de quatro mil habitantes e que, com tão poucos investimentos estruturais não atrairia um projeto de tão grandiosa magnitude, que chegou-se a falar em *fake news*.

Esse assunto vem, ao longo dos anos, sendo cercado por mistérios. As dificuldades de encontrar informações, a falta de clareza sobre a instalação da usina é um caráter presente quando se fala sobre a Usina Nuclear, da qual as discussões são sempre tratadas de forma evasivas em relação ao que de fato pode ainda acontecer. Esse ponto da falta de informação se assemelha ao que ocorre com também com a prática da mineração na região, que não aparece de forma evidente para que haja uma discussão em torno dessa questão, mas continua sendo uma atividade que existe e que explora em diferentes lugares do Sertão, uma riqueza que é enviada para outros lugares.

A mineração, diferente da usina nuclear, não chama tanta atenção, isso porque não é ainda considerada o cerne da questão quando se fala em empreendimentos que afetam povos e comunidades tradicionais de Itacuruba. Contudo, uma não se sustenta sem a outra. Uma usina nuclear só se sustenta a partir de energia radioativa obtida a partir de certos minerais. E quanto mais se conhece sobre as áreas de mineração, mais probabilidade de uma ação corroborar para a implementação de outra.

Contudo, não estar no cerne da discussão no momento, não significa que essa é uma prática ignorada pelos povos e comunidades tradicionais de Itacuruba, ao contrário. Há um estímulo maior em se saber o que se passa em seus territórios com relação à mineração que se anuncia. Especialmente porque há uma concretude da atividade de exploração mineral, o que não ocorre ainda com a Usina Nuclear, pois o que se tem é um processo de ameaça da instalação.

Importante destacar que as notícias acerca da mineração não se limitam ao acesso

aos dados ofertados nos órgãos oficiais, principalmente porque não é este o meio utilizado pelas comunidades para saber se existe algum interesse em seus territórios sobre esse potencial. Não há por parte delas, equipamento adequado para acessar tais informações, tampouco um sistema de internet forte que garanta uma conexão de qualidade das imagens de satélites que exijam tal possibilidade.

A incidência do que se pode minerar no Sertão de Itaparica é conhecida a partir de outros caminhos de comunicação de caráter mais localizado, feito por pessoas que são da região através de *blogs* de notícias locais, destacados na tabela⁹² abaixo. Locais que informam sobre atividades realizadas na região e daí surge um caráter do “ouvi dizer”, de notícias que são anunciadas e consideradas já em curso.

Os *blogs*, que funcionam como meios de comunicação virtuais passam a ser, nessa empreitada comunicativa, um caminho para se saber sobre a mineração na região de Itaparica, quando essa informação interessa também ao Estado. O empreendimento que caminha para sua formação e exploração do titânio em Floresta e Carnaubeira da Penha, por exemplo, apresenta nesses *blogs*, informações sobre as transações a partir de encontros e eventos que se articulam para a concretização da atividade. Há um detalhamento das informações relacionadas ao titânio na tabela 04, indicada a seguir.

As informações são quase sempre com o mesmo conteúdo de texto, que funcionam como um efeito dominó, se espalham por regiões diferentes de Pernambuco que nem sempre estão relacionadas à região de destaque. Isso porque o empreendimento é compreendido como um movimento para colocar o Estado de Pernambuco no cenário nacional da mineração. A ênfase na promoção de empregos é destacada nas matérias, colocando no centro da questão a discussão sobre o desenvolvimento e sobre o crescimento das regiões que serão “contempladas” com o empreendimento. Destaco “contemplada” porque soa nas matérias divulgadas um caráter de salvacionismo da região a partir da mineradora que chega e que poderá mudar a situação de precariedade da região.

Alguns *blogs* estão vinculados a um jornal de maior abrangência e que obedece a uma lógica estadual correspondente ao jornal do Comercio. Esse jornal pertence ao Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, que compõem o Grupo JCPM, do qual faz parte também o Portal NE10, com sede em Recife, constituindo o maior periódico do Estado de Pernambuco. Ele agrega uma série de mídias que incluem além do jornal, TV e rádio.

⁹² A relação de *blogs* e de sites relacionados à mineração aqui destacado representa apenas aqueles que foram identificados durante o processo de escrita para a pesquisa e que estavam em maior circulação no campo da internet sobre a mineração do titânio em Floresta e Carnaubeira da Penha - PE. Pode ocorrer que existam outras páginas, mas sem o alcance esperado para sua ampliação de comunicação

Apesar de sua versão online existir desde 2011, é a partir do compartilhamento de notícias entre os meios de comunicação localizados no interior do Estado, que a notícia se espalha. O Diário de Pernambuco é outro jornal por onde também perpassam essas informações, sendo considerado o mais antigo periódico em circulação da América Latina.

Tabela 04: Conjunto de informações sobre o processo de extração do titânio em Itaparica.

NOTÍCIAS/INFORMAÇÕES SOBRE A MINERAÇÃO DE TITÂNIO EM FLORESTA – PE			
Data de publicação	Título da matéria	Redação/Local	Link para acesso
1 de dezembro de 2015 (Fonte: Blog do Elvis)	Empresa planeja instalar mineradora em Floresta e Carnaubeira da Penha– PE	Carlos Britto/Petrolina	https://www.carlosbritto.com/empresa-planeja-instalar-mineradora-entre-floresta-e-carnaubeira-da-penha/
06 de julho de 2016 - última atualização. Fonte: Blog do Elvis/NE10	Empresa quer instalar mineradora em Floresta e Carnaubeira da Penha, no Sertão	Blog do Elvis/Floresta	https://blogdoelvis.com.br/empresa-quer-instalar-mineradora-entre-floresta-e-carnaubeira-da-penha-no-sertao/
4 de dezembro de 2015 Fonte: Folha PE	Pernambuco vai ganhar mineradora até 2019	Blog do Gonzaga Patriota/Dep.Federal	https://gonzagapatriota.com.br/2015/pernambuco-vai-ganhar-mineradora-ate-2019/
30 de dezembro, 2015. Fonte:Blog do Elvis	Empresa quer instalar mineradora Floresta e Carnaubeira da Penha, no Sertão	Blog do Didi Galvão/Orocó	https://www.didigalvao.com.br/2015/11/
03 de dezembro 2015	Sertão de Pernambuco irá produzir minério de titânio	Blog do Magno Martins/ Sócio Jornal O poder/Afogados de Ingazeira	https://blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=153673&pagina=10621
5 de dezembro de 2015	Município de Floresta irá produzir minério de Titânio	Tribuna Belmontense/São José do Belmonte	https://tribunabelmontensesite.wordpress.com/2015/12/05/municipio-de-floresta-ira-produzir-minerario-de-titanio/
2015	Sertão de Pernambuco irá produzir minério de titânio	Voz do Planalto/Carpina e Zona da Mata Norte	https://www.vozdoplanalto.com.br/sertao-de-pernambuco-ira-produzir-minerario-de-titanio/
01 de dezembro de 2015	Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Mineração Floresta está disponível.	Diário de Pernambuco/Recife	https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/12/relatorio-de-impacto-ambiental-do-projeto-mineracao-floresta-esta-disponivel.html
INFORMAÇÃO SOBRE MINERAÇÃO APARTIR DE SETOR ESPECIALIZADO EM MINERAÇÃO			
Data de publicação	Título da matéria	Redação/Local	Link para acesso
12 de janeiro de 2016	Mineração Floresta investe R\$ 200 Mi em projeto de titânio em Pernambuco	Noticias da mineração	https://www.noticiasdemineracao.com/outros/news/1126615/mineracao-c3a7-c3a3o-floresta-investe-rusd-200-mi-em-projeto-tit-c3a2nio-em-pernambuco
05 de fevereiro de 2014	Tavares de Melo investe R\$ 395 Mi em planta de óxido de titânio em PE	Notícias da mineração	https://www.noticiasdemineracao.com/outros/news/1136719/tavares-melo-investe-rusd-395-mi-em-planta-c3b3xido-tit-c3a2nio-em-pe
13 de janeiro	CFM investe R\$ 600	Brasil Mineral	https://www.brasilmineral.com.br/noticias/cfm-in

de 2016	milhões em projeto em PE		veste-r-600-milh%C3%B5es-em-projeto-em-pe
30 de Janeiro de 2014	Mineração Floresta terá fábrica em Pernambuco	Brasil Mineral	http://www.signuseditora.com.br/bm/default.asp?COD=7474&busca=&numero=637

As notícias são geralmente curtas. Sem detalhes ou opinião pessoal de quem escreve, mas refletem, no tom do texto, a ênfase em fortalecer o empreendimento que chega. Desta maneira, estão também apresentadas as notícias que se estabelecem no setor especializado em mineração como o “Notícias da Mineração” e o “Brasil Mineral”. Mas com um teor um pouco diferente, que reflete entusiasmo em torno do setor ao qual são financiadas para garantir que a informação circule. Em todas as notícias divulgadas, as palavras “investimento” e “desenvolvimento” surgem associadas a um percurso longo de extração estimado em torno de 70 anos, que garante emprego para mais de 300 pessoas diretamente e 700 empregos indiretamente relacionados, com uma receita anual de 180 milhões de dólares.

Contudo, quando se fala sobre a mineração do mármore que ocorreu nos territórios reivindicados pelo Povo Tuxá Campos em Itacuruba, as notícias nesses mesmos meios de comunicação são inexistentes. A situação localizada consta nos dados oficiais do Sigmine/ANM, mas não surge com dados evidentes sobre as empresas envolvidas, pois as empresas de pesquisa mineral citadas nos documentos não dispõem de um veículo de comunicação oficial. As informações surgem de um modo que se torna difícil realizar muitas conexões aprofundadas e precisas, pois tais empresas são classificadas como serviços administrados por filiais, portanto, são atividades pontuais e que do ponto de vista mineral, representam apenas parte do processo.

O assunto do mármore parece estar parado nos dados atualizados dos órgãos oficiais. A comunidade indígena não identifica mais movimentações estranhas na região, além do que foi deixado para trás desde o final de 2019 nas minas abandonadas de mármore exposto. Contudo, um avanço no processo em torno da extração de quartzito, localizado também na região reivindicada pelos Tuxá Campos e que toma, como parte, a Serra do Jatinã considerada sagrada para eles, foi atualizado em janeiro de 2021 na plataforma do Sigmine como parte de um processo em andamento que ocorreu mesmo durante a pandemia em janeiro de 2021, mas com processo ativo desde 2016. Quer dizer, existe uma dinâmica de movimentação que não é percebida porque ela se dá ainda no setor administrativo.

Difícil associar o processo de mineração do titânio que está por afetar os indígenas Panraká da Serra do Arapuá, e as pesquisas de mineração a partir dos minerais não-metálicos como mármore e quartzo em terras Tuxá. Mas é possível associar as

consequências que irão repercutir no processo de territorialização e reconhecimento territorial que está em curso. Grande ou pequeno, o processo de exploração mineral apresenta, indiscutivelmente, modificações espaciais e ambientais. Mas que, em consideração às situações locais de acirramento territorial como ocorre em territórios tradicionalmente ocupados, se tornam mais evidentes e abrangem outros impactos que são refletidos também no campo territorial, social e cultural.

O entusiasmo refletido nas notícias de mineração pelo setor especializado é propositalmente planejado. É amplamente compartilhado a partir das palavras certas que agregam inclusive, o campo do social, cultural e ambiental. Para quem interessa, as informações precisam circular e serão acolhidas pelo discurso imutável do desenvolvimento e o reforço de que “as coisas vão melhorar”, ou, “o desenvolvimento está chegando”. E esse entrave comunicativo, que parte não somente das empresas, mas dos meios de divulgação oficiais, se configuram em conflitos e angústias que ressurgem a partir de um passado de desconsolo. E todos eles se dão em torno de um projeto de desenvolvimento e de um presente sem informações consistentes, apoiados em um simples “ouvi dizer”, que promova desestruturação emocional e organizacional como parte também de um projeto planejado.

7.3 A transcendente tecnologia política na mineração - o campo empresarial

O antropólogo Caio Pompeia, ao descrever a formação política do agronegócio, destaca que existe uma ação intersetorial que compõe um conjunto de blocos de caráter político que atua de forma coordenada e institucionalizada. A essa organização, ele classificou de “concertação política”, como já mencionado anteriormente, e se refere a um conglomerado intersetorial de caráter político que, alicerçado na categoria agronegócio, atua de forma multilateral, coordenada, sistemática e institucionalizada.

Sua finalidade principal é convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental (POMPÉIA, 2018, p.2). E agrega o que o antropólogo Alfredo Wagner (2014) chamaria de “agroestratégias”, fazendo referências às estratégias arquitetadas por grandes conglomerados econômicos que agregam grandes corporações econômicas.

O autor destaca essa organização a partir do agronegócio, mas é possível transpor esse conjunto de ações articuladas, coordenadas, de forma sistemática, multilateral e institucional em torno também da mineração, com a diferença de que o que está no subsolo

pertence à União.

Já foi organizada uma estrutura administrativa federal e regional em torno do setor mineral, com um banco de dados atualizado diariamente para oferecer possibilidade de acesso ao conhecimento sobre o solo e subsolo para os cargos encarregados ligados à engenharias e geologia. Precisa-se de uma organização para além desses lugares e de outra articulação: dos grupos e institutos associados às empresas de serviços minerais e as subsidiárias de investimentos em mineração.

O desejo de colocar o setor da mineração em um lugar de prestígio sempre esteve à espreita nas ações de seus investidores. Afinal, como destacado anteriormente, a mineração é, ao lado do agronegócio, a base da economia brasileira. Restou para o setor, não desmerecidamente, a faceta rebaixada na corrida para o crescimento econômico em favor do agronegócio no início dos anos 1990 e com o *boom* de *commodities* agrícolas e agropecuárias em 2011, baseando-se, especialmente, na crise e escassez alimentar da época. Mas com a mineração, a entrada não poderia ser por esse viés. E como o processo de extração mineral é parte de um processo histórico que é praticamente estrutural no Brasil, ele não pode ser visto apenas do ponto de vista isolado e nem estático. Ele é, principalmente, dinamizado a partir das investidas que o próprio mercado capital oferece. E para isso, as ações estratégicas modificam-se e moldam as relações entre a sociedade civil, governo e as empresas.

Nesse sentido, o setor mineral tem apostado nas classificadas “campanhas verdes” e nas estratégias de valorização social e cultural nos locais de atuação do empreendimento. A exemplo dessa perspectiva, a VALE, maior empresa mineradora do país, sozinha, constituiu um verdadeiro império de institutos culturais, sociais e tecnológicos, de comunicação, fundações e redes voluntárias na expectativa de trazer outra roupagem para o setor. Isso ocorre porque o mercado, particularmente o internacional, exige uma abordagem sustentável das atividades minerais, articuladas com a narrativa da essencialidade para a sociedade civil.

Administrativamente, as atividades ligadas à mineração estavam se estruturando no Governo Federal a partir de um planejamento governamental estabelecido através de secretarias e agências, iniciado nos anos 50 com a consolidação da Companhia Vale do Rio Doce - que na época era estatal, e hoje se configura como uma multinacional privada. Na década de 1960, com a implementação do Ministério de Minas e Energia- MME, as empresas mineradoras relacionadas à expansão dos eventos minerais, surgem nessa perspectiva de fortalecimento da imagem e expansão do setor da mineração que vem,

aparentemente, de um processo muito recente de planejamento privado, mas que vem de um segmento de privatizações que ocorreram ainda nos anos 1990.

Nos anos 2000, ocorre um *boom* das *commodities* minerais, e a isso agrega-se o gás e o petróleo, mas que se expande também para outros minérios no país e que vinham acompanhado de um discurso em torno da extração de minerais para combater a desigualdade social e pobreza em uma visão progressista⁹³. Ou seja, o arranjo para elaboração de um projeto de inserção da mineração nas discussões estatais foi estabelecido a partir da entrada pelas políticas sociais e as empresas mineradoras passaram a definir qual o planejamento do Estado para a mineração. Esse planejamento também vem de iniciativas privadas como os institutos e as associações direcionadas ao setor da mineração, a exemplo do Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração, e da ABPM – Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração. Ambas são entidades privadas e sem fins lucrativos.

O Ibram, fundado em 10 de dezembro de 1976, conta atualmente com 120 associados que são responsáveis por 85% da produção mineral do Brasil, sendo por isso, considerado o porta-voz da mineração brasileira com associados que direta ou indiretamente fazem parte da atividade minerais pertencentes à entidade de classe patronal, empresas de engenharia mineral, ambiental, de geologia, empresas tecnológicas e de investimentos, bancos e fabricantes de equipamentos e tem investido fortemente também nas mídias e divulgação de notícias sobre a mineração.

O Portal da mineração, por exemplo, é gerido pelo Ibram, que congrega, representa, promove e divulga a indústria mineral brasileira. E mesmo com esse lugar de representante do setor em um nível mais amplo, mas em pequenas porções, o Ibram relaciona-se também com organismos e entidades no exterior. É associado ao ICMM (International Council on Mining & Metals/Conselho Internacional de Mineração e Metais), com sede na Inglaterra.

Criando um ambiente favorável para competitividade nos negócios com valorização do desenvolvimento sustentável, o instituto tem, particularmente, tecido grande investida em colocar o setor mineral em outro patamar de importância por meio “campanhas verdes” com objetivo de criar caminhos para estabelecer confiança da sociedade brasileira em favor das atividades minerais alinhada à sustentabilidade, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida às pessoas. “Sustentável, responsável, mais próxima das pessoas e parceira do desenvolvimento do País”(IBRAM,2020). Esse é o objetivo

⁹³ Reflexão extraída da fala de Bruno Milanez, a partir do curso online Economia da mineração realizado pelo grupo de pesquisa PoEMAS, realizado em julho de 2020.

destacado em sua página oficial.

Nesse sentido, as articulações pensadas para criar um ambiente favorável e uma imagem que dialogue com o propósito o conselho diretor do instituto, nomeia o engenheiro, Flavio Ottoni Penido, para assumir o cargo de diretor- presidente da instituição em 2019. Flavio Penido tem um histórico particular de envolvimento em movimentos ambientalistas, Ficou conhecido, quando era diretor da MBR – Minerações Brasileiras Reunidas e pediu demissão, por agir como mediador entre as partes envolvidas, sendo considerado um presidente “verde”⁹⁴. Pouco tempo depois, na década de 1992, cria a OPEN Brasil & Associates, empresa dedicada aos trabalhos de projetos, consultoria e assessoria mineral do qual é diretor-presidente até o momento presente.

De cara nova, o instituto abre atribuições para o novo presidente, que terá que implementar um planejamento estratégico que permita a inserção de novos associados, condizente com o Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho, onde estão previstos, especialmente o melhoramento do relacionamento com seus *stakeholders*⁹⁵. Essa possibilidade, constitui-se o que Bronz (2016) vai considerar como sendo um “*ethos* empreendedor brasileiro”. Um *ethos* baseado numa racionalidade empresarial, na figura de uma imagem “confiável” e numa moral desenvolvimentista, que prima pela conquista do território e pela expansão das fronteiras nacionais a pela perspectiva de uma imagem ideologicamente pensada para isso.

Quando ocorreu o *boom* das *commodities* minerais no Brasil, a partir de 2002, com altas dos preços da produção mineral brasileira, o instituto já vigorava enquanto instituto ativo e eficiente. A primeira parte do ciclo, que durou até 2011, corresponde à fase de constante valorização nos preços de várias *commodities* minerais no mercado internacional, especialmente do minério de ferro (WANDERLEY,2017). Nesse período de *boom*, as empresas e os Estados mineradores intencionavam maneiras de acelerar e intensificar a expansão da produção mineral no país.

Como havia um interesse por parte dos Estados periféricos em aproveitar a alta dos preços para capitalizar com o crescimento da renda mineral, se colocavam em uma posição

⁹⁴Matéria disponível em <
<https://www.blogdohiram.com.br/2019/08/flavio-penido-enfim-um-presidente-verde.html>>. Acesso em maio de 2020.

⁹⁵ O termo “*stakeholders*” (comumente traduzido para o português como “partes interessadas”) designa todos os atores sociais e instituições que afetam e são afetados pelas ações das empresas. Os *stakeholders* podem ser classificados entre tradicionais e emergentes, sendo os primeiros os clientes, fornecedores, acionistas e outras empresas competidoras e, os segundos, as agências governamentais, as agências de regulação, as ONGs, os movimentos sociais etc. (PINTO, 2019) .

de subordinação no contexto das economias primárias-exportadoras nas redes globais de produção. Essa constituição do modo de fazer e da apropriação dos recursos naturais em torno de um neoextrativismo, foi implementado não somente no Brasil, mas em toda a América latina e Estados ditos progressistas (MILANEZ; SANTOS, 2013).

O crescimento das *commodities* nos Estados considerados progressistas teve no Ibram uma ponte de conexão com as empresas e com a construção de conceito de sustentabilidade em torno do meio ambiente e da discussão que possibilita a inserção de políticas sociais nos governos progressistas através das investidas sociais das empresas na promoção da diminuição da desigualdade social. E, nesse período, ocorre também a expansão de áreas já consolidadas e a abertura de novos projetos em novas localidades, os chamados *greenfields*⁹⁶, que incorporaram áreas antes inviáveis economicamente pelo alto custo tecnológico e pela infraestrutura inadequada e que com o nosso contexto favorável, tornou-se rentável pela possibilidade de investimento tecnológico e na infraestrutura e consequentemente expansão das escalas de produção (WANDERLEY, 2017).

Até 2011, o clima era no sentido da permanência do crescimento dos preços e da demanda de mineração. Mas a partir de 2012, com a desaceleração do crescimento da economia da China, os preços das *commodities* minerais entram em decréscimo (WANDERLEY, 2017). É nesse cenário que surge a ABPM -Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração – ABPM.

A ABPM foi fundada em 2012 com atividades voltadas para descobertas de novas áreas para futuras produções de recursos minerais em todo o território brasileiro. A associação agrega em seu corpo de associados empresas de pesquisas, de consultoria, de investimentos e de serviços segue mecanismos que colaboram com as empresas mineradoras, uma vez que estas são subsidiárias das atividades de pesquisas e que são, algumas vezes, as mesmas que investem nas pesquisas minerais, funcionando com partes societárias.

Divulgar a inserção do patrimônio mineral brasileiro em uma cadeia produtiva da mineração, formulando políticas públicas que afetam direta ou indiretamente o setor mineral, passa a ser prioridade entre as atribuições da associação. A partir de iniciativas voltadas para divulgação dessa abordagem, promovem exposições, feiras, cursos, seminários e oficinas, voltado para o público do setor. A publicação de notícias que se direcionam para

⁹⁶ Nas empresas, o termo é usado para designar projetos incipientes, que existem somente no papel e estão em fase de planejamento. Em projetos *greenfield*, os financiadores alocam recursos na construção da estrutura necessária para iniciar uma operação.

divulgação da mineração em lugares estratégicos, também é parte de suas demandas com certa regularidade para manter os membros da associação informados.

Quer dizer, quando se pensa na grande circulação de notícias em torno da produção mineral em um local específico, na verdade, o propósito é de uma comunicação entre seus pares. Saber o que ocorre no setor, nos diferentes cantos no país, movimenta o ramo para mais ações de cunho mineral. Todas essas estratégias estão em conformidade com a condição de elevação do setor, porque no pós-boom, ou seja, no declínio das ações minerais e a presença da baixa dos preços, as mineradoras perdem valor de mercado e estão em um nível elevado de endividamento e com resultados financeiros negativados. (WANDERLEY, 2017).

Enquanto isso, em terras pernambucanas, nem *boom* e nem *pós-boom* da mineração. Apesar de existir um processo minerário significativo nacionalmente através da produção de gesso e investidas milionárias na mineração do ouro no Sertão Central de Pernambuco, os circuitos minerais que envolvem esta pesquisa obedecem outros caminhos e se aglutinam em torno de outras demandas que não estão somente na mineração, mas além delas. Se por um lado existe uma motivação do governo de Pernambuco em colocar no cenário nacional mineral o Estado como polo minerador de destaque, como ocorre no Sertão do Araripe com a produção do gesso⁹⁷, por parte das empresas, existe, principalmente, um exercício de fortalecimento dos Grupos empresariais que também se relacionam com a mineração.

Particularmente, nas áreas minerais que me interessam saber aqui nesta pesquisa, estão relacionadas de alguma forma aos territórios de povos e comunidades tradicionais no Sertão de Itaparica e dentro desse circuito mineral, agregam estratégias similares de atuação na intenção de expandir territórios da mineração no Sertão de Itaparica ou simplesmente funcionar com um ponto de extração de matéria-prima, como ocorre com as filiais em atuação em diferentes cidades para extração de metais não-metálicos como mármore e granito.

Na intenção de visibilizar o Sertão de Itaparica como parte do cenário mineral existente, destaco, ao longo dessa pesquisa, a Mineradora Floresta S/A, que faz parte do Grupo Tavares de Melo - GTM que atua na mineração do titânio; e sobre a empresa de

⁹⁷ A cidade de Trindade e todo Polo Gesseiro do Araripe foi beneficiado com o Decreto 45.501/2017, assinado pelo governador Paulo Câmara, que simplifica a cobrança de ICMS da cadeia produtiva de gipsita, gesso e derivados no Estado. O recolhimento do tributo será concentrado nas mineradoras, exonerando o restante da cadeia nas operações relacionadas às saídas internas, interestaduais e exportação de gipsita e derivados (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2018).

extração de mármore e granito Blue Sky a partir de suas ações estratégicas além das fronteiras de Itacuruba, identificadas pelos indígenas Tuxá Campos como promotora das atividades minerais em territórios reivindicados por eles.

A Mineradora Floresta S/A pertence ao pernambucano GTM - Grupo Tavares de Melo, que é subsidiária da gestora pernambucana CasaForte Investimentos no processo de implantação para extração de minério de titânio do Sertão de Itaparica, com investimentos que chegam aos R\$ 300 milhões, como já explanado. O Grupo Tavares de Melo apresenta uma trajetória de empreendimentos desde 1920 com as usinas de açúcar e álcool em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Paraíba. Nos anos 1953, se insere no campo alimentício com a criação das Indústrias Alimentícias Maguary, especializada na produção de sucos de frutas, em associação com a crescente produção de frutas no Vale do São Francisco que se iniciava e se consolidava como mercado exportador na época.

Há, em outro momento, investimentos na fabricação de sandálias de borracha com a marca Dupé, que, em 2007, foi vendida para a Alpargatas, de propriedade das Havaianas. Nesse mesmo ano, as quatro unidades de açúcar e álcool também são vendidas para a subsidiária brasileira do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC Bioenergia), mas mantém-se proprietário das terras para plantação de açúcar. Em 2001, o Grupo Tavares de Melo adquiriu uma participação de 44% no Plaza Shopping, centro comercial localizado no bairro de Casa Forte, no Recife.

Os investimentos do GTM são da gestão da CasaForte Investimentos que se dedicou inicialmente a partir de 2009 a gerenciar todos os investimentos do Grupo, desde o mercado de alimentos e bebidas e até a produção de energia renovável. Na época, as Indústrias Alimentícias Maguary compraram a marca de sucos Maguary, da Kraft Foods, para depois fundi-la com a marca Dafruta, criando a Ebba⁹⁸, a Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A, que pertence ao grupo Britvic PLC, uma das maiores companhias do mundo no setor de bebidas não alcoólicas. Isso se deu porque em julho de 2015, a Ebba foi vendida para a Britvic por 590 milhões de reais, multinacional do setor de bebidas, sediada em Londres, líder do mercado na Grã-Bretanha, com operações na Irlanda, França, Benelux, EUA, Índia e Austrália. E que agrega em seu leque de produtos, um conjunto de produtos: chás, água de coco, purê de frutas.

No mesmo ano de 2009, a Casaforte, lança o Fundo Casaforte Minérios, que passa a se estruturar na forma de empresa de investimento e desenvolvimento de projetos voltados

⁹⁸Informações fornecidas na página virtual da empresa, disponível no link < <https://comprefacilmaguary.com.br/sobre> >. Acesso em maio de 2020.

para a mineração, a Casaforte Mineração (CFM). Dentro desse projeto de investimentos voltados para a exploração do dióxido de titânio, nas minas de Floresta –PE, criou-se a empresa TIASA - Titânio das Américas S.A para desenvolver o projeto de aproveitamento de ilmenita de Floresta/PE. É a partir a TIASA que as atividades da Mineradora Floresta S/A se estruturam e seguem para sua implementação do empreendimento no Sertão.

Apesar do leque de investimentos que se aglomeram e se associam ao GTM serem, em certa medida, amplos, eles não se findam por aí. A Casaforte lança também em 2009 o Fundo Casaforte Energia, estruturado na forma de empresa de participações, a Casaforte Energia S.A (CFE), que se trata de uma empresa de desenvolvimento de projetos de geração de energia renovável, com projetos no estado de Santa Catarina e desenvolve projetos nos estados da Bahia, Goiás, Paraná e Santa Catarina. Sua equipe de engenharia está sediada em Florianópolis/SC (hidrelétrica), Recife/PE e Sobradinho/BA (eólica)⁹⁹.

Há, durante o transcorrer dos anos, uma modificação no desenho de empreendimentos do grupo e que se arranjam de acordo com o cenário da região de atuação ou do que acontece entre as fronteiras da região, a partir da produção de frutas no Vale do São Francisco, a mineração de gesso e ouro do Sertão Central ou o crescimento do setor de energia eólica no estado de Pernambuco¹⁰⁰, mas lembremos que toda essa conjuntura é baseada em um caminho das grandes empresas que abarcam maneiras estratégicas diferenciadas para o setor para se manterem no topo da economia no mercado internacional.

A Blue Sky mineração LTDA, por outro lado, surge em um plano bem menos evidente e se apresenta em contexto diferentes de representação, pois ao passo que existe em Itacuruba, ao mesmo tempo não existe. Não há sites das empresas, não existem matérias direcionadas. Trata-se apenas de uma parte de uma representação maior que não estabelece vínculos ou iniciativas sociais na região em torno de um processo de extração do mármore, mas existe evidente de sua atividade através das minas abandonadas e de uma rede de filiais articuladas à uma matriz que, por sua vez, articulam-se às outras empresas do setor, como a Vermont Mineração LTDA.

⁹⁹Artigo publicado e acessível no link <http://sgparticipacoes.com.br/casaforte-busca-r-270-milhoes-para-energia-solar/>. Acesso em maio de 2020.

¹⁰⁰ Desde 2015, há investimentos em torno da parques híbridos no Sertão de Itaparica pela empresa multinacional italiana Enel Green Power e recentemente na região do Sertão Central, em São José do Belmonte com investimento de R\$ 3,5 bilhões, e já se fala em o maior complexo solar fotovoltaico do Brasil. o empreendimento terá sete usinas com capacidade instalada para gerar 1,1 mil megawatts (MW) e perspectiva de entrar em operação comercial no início de 2021, com plena operação em 2022 .

O que há em comum entre as duas além das atividades direcionadas à extração de metais não-metálicos é a ligação de sociedade entre as duas e que estabeleceram um verdadeiro império do mármore com reconhecida importância pelos empresários do setor. Entre os estados de Bahia e Ceará, sua atuação é mais evidente e passa a ter visibilidade e importância comercial mais destacada. Enquanto que em Itacuruba trata-se de um local para extração de matéria-prima. De acordo com os indígenas da região, são áreas que estão em posse do ex-prefeito Romero Magalhães, motivo para os conflitos territoriais existentes. E como o interessado na extração não precisa comprar a terra, mas precisa entrar em acordo com o possível possuidor do título da terra, o processo pode ocorrer só entre as partes envolvidas, desconsiderando o entorno quando os caminhos se dão pelo prisma do desconhecido.

Não existem relações iniciadas com reflexo para a política social local. Os trâmites legais a partir das agências oficiais são limitados quanto à ação da mineração estabelecida por esta empresa. O que tornou a pesquisa mais desafiadora nesse sentido. Não existe um plano de ações estratégicas que considere, de alguma forma, a cidade de Itacuruba ou a região de Itaparica, da qual faz parte. Não há evidências de sua possibilidade de desenvolvimento, mas há um processo irrefutável de modificação espacial, ambiental e social, e com base nos dados atualizados da ANM/Sigmine, com indicativo para mais investidas minerais a partir de 2022 nesta mesma região para pesquisas em torno do mármore e do granito.

Nessas circunstâncias, o cenário do mercado mineral se modifica porque está ligado mais ao setor financeiro do que a uma lógica de desenvolvimento local e funciona independente de uma economia real. Por economia real, destaco a forma de mercado da qual o dinheiro circula e gera dinâmica de capital no local de ação do empreendimento. Contudo, o que ocorre são formas de dependência a partir de expectativas de diferentes iniciativas que se convertem em ativos financeiros a partir de ações na bolsa de valores.

A CasaForte Investimentos, por exemplo, necessita de captação de recursos para dar seguimentos aos projetos, ou seja, necessita de investidores. Mesmo em se tratando de milhões de reais, trata-se, portanto, de um capital que não circula. Para que todo esse aparato empresarial seja estabelecido, é preciso que haja uma estrutura intersetorial atuando atrás dessas atividades. Elas estão relacionadas, como destaca Pompéia (2020), a uma política já existente, mas que precisa ser ajustada para que o setor interessado seja contemplado.

Cria-se a estrutura, como se percebe, mas precisa-se também de uma infraestrutura para ampliar as atividades empresariais e que dependem de aparatos do governo federal para estabelecer essas ampliações. O caráter de dependência destacado aqui não se limita ao sentido estrito do termo, porque o que ocorre são articulações políticas e econômicas que favorecem o Estado, mas que é bancado pelo setor privado. De forma que o sentido de dependência ganha significados outros e que se mobilizam em torno de ajustes quase que obrigatórios por parte do Estado.

Com a visibilidade e a importância que tem, o Polo gessoso do Araripe no estado de Pernambuco, por exemplo, foi beneficiado com o Decreto 45.501/2017, assinado pelo governador Paulo Câmara, que simplifica a cobrança de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - da cadeia produtiva de gipsita, gesso e derivados no Estado. Quer dizer, as vantagens na estrutura legislativa se dão pela possibilidade de mudança que elas apresentam em torno de uma política econômica, que se apresenta como local, mas que atravessa fronteiras e se estrutura para fora delas.

As investidas no sentido de valorizar o setor mineral a partir do Governo de Jair Bolsonaro foram fortemente evidenciadas a partir de 2019, principalmente no sentido de avanço sobre territórios indígenas. Em 2020, o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou, em setembro, o Programa Mineração e Desenvolvimento - PMD. O programa tem como objetivo expandir áreas minerais no país e atrair novos investidores para o setor e mais uma sequência de 108 metas pensadas para o período de 2020 a 2023 (BRASIL, PMD, 2020). E passa a complementar o Plano Nacional da Mineração (2010-2030), que foi desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia (MME), consiste em uma política pública de planejamento de médio e longo prazo do Estado brasileiro.

Essas políticas de planejamento do setor mineral são pensadas a médio e longo prazo com iniciativas que se estabelecem em torno da ampliação do conhecimento geológico que é feito pelas empresas de pesquisa e mineração e financiadas pelo Banco Mundial. Dentre as 108 metas, está a de promover a regulamentação da mineração em terras indígenas. Essa demanda surge em conformidade com um processo de desestruturação dos setores da saúde, de programas sociais e de educação que estava em desconstrução dos setores direcionados às questões indígenas no país e outros grupos tradicionais no país.

A FUNAI, vem passando por um processo de desestruturação desde 2013, a partir de restrições orçamentárias e de pessoal, com fortes pressões políticas e trocas de presidentes do órgão. Com uma função complexa entre resguardar os direitos de povos indígenas e mediar situações de conflitos, está inserida em um contexto de ações

anti-indigenistas para se alinhar com objetivos hegemônicos do governo. Toda essa conjuntura de desestruturação do órgão, passam a se estruturar em torno de outros interesses que dificultam os processos de demarcações das terras indígenas e que se tornaram mais evidentes a partir de 2019.

Para que ocorra o processo de demarcação, ele precisa passar pela Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID) do órgão, que é a área responsável por coordenar todo o trabalho de identificação e delimitação das terras indígenas do país a partir do Grupos de Trabalhos. Na região de Itaparica, os grupos Tuxi de Belém de São Francisco e Pankará Serrote dos Campos em Itacurba, que estavam com processos de demarcação em estudo, tiveram seus grupos de trabalho para realizar a identificação e delimitação das áreas reivindicadas desfeitos pelo presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier Silva¹⁰¹, que substituiu de um processo que estava em andamento, antropólogos com trajetória no campo indigenista com laudos antropológicos por “antropólogos de confiança”, alguns deles sem formação em antropologia.

Não foi dada continuidade do processo até o momento, como também estagnou processo que já estava adiantado de demarcação dos Pankará da Serra do Arapuá. Houve ainda, nesse conjunto de desestruturações, a tentativa de extinção do unidade distrital da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) pelo decreto 9759 e uma ação intensificada para o enfraquecimento dos dispositivos jurídicos que poderiam garantir acesso à uma reivindicação legal, como parte das iniciativas que acompanham ações intersetoriais que estão desde os atos do Estado, às práticas de expansão dos grandes projetos de desenvolvimento e econômicos no país (NASCIMENTO, 2020).

Todas essas ações não podem ser pensadas isoladamente e não podem ser compreendidas apenas a partir do contexto de pandemia atual. As desestruturações de setores especializados na atenção dada à grupos tradicionais, ocorreram em torno de processos pensados a médio e longo prazo a partir de planejamentos desenvolvidos pelo governo porque todos os planejamentos que estruturam a base da economia no Brasil, se voltam para as atividades ligadas ao agronegócio e à mineração, e, sobretudo, em torno de uma lógica de domínio sobre os territórios. Pois, para que haja expansão desses setores,

¹⁰¹ Marcelo Augusto Xavier Silva, no posto de presidente da FUNAI desde 2019, é delegado da Polícia Federal. Em 2017, Xavier atuou na assessoria de deputados da bancada ruralista na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai que investigou o órgão e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O inquérito final pediu 67 indiciamentos, entre os alvos antropólogos e antropólogas com envolvimento no trabalho de identificação e delimitação territorial. Nenhum destes indiciamentos prosperou no âmbito judicial pela completa ausência de provas e diálogo com a realidade factual.(CIMI,2019).

grandes extensões de terra precisam ser disponibilizadas como justificativa de manutenção da economia do país e, obviamente, para seu desenvolvimento.

No final de 2020, o Ministério de Minas e Energia lança um relatório final que trata do Plano Nacional de Energia 2050 – PNE 2050. O Departamento de Informações e Estudos Energéticos (DIE) da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE) do MME é o responsável pelo gerenciamento do Plano. Esse plano, na verdade, resgata o planejamento de longo prazo do setor de energia que foi paralizado em 2007 e que faz parte do PNE 2030. Colocado novamente em pauta de discussão no Governo Bolsonaro, o plano sinaliza para tomada de decisões políticas em torno do setor energético a partir de uma visão estratégica a longo prazo. Dessa forma, explorar os diferentes cenários e os diversos aspectos para a evolução do setor energético passa a ser prioridade a partir desse plano.

Para dar prosseguimento à compreensão da questão desta tese, é necessário remontar as perspectivas de ações que se expandem no tempo, mas que têm nessas mesmas ações, articulações que passam despercebidas no presente. Um plano de desenvolvimento voltado para o setor energético só faz sentido a partir da articulação com outros planos e políticas setoriais, especialmente as que se voltam para o setor mineral. Aliás, tanto um setor quanto o outro saem do mesmo gabinete de elaboração que é o MME.

O PNE 2050 afeta diretamente a Região de Itaparica a partir de uma rede de relações interconectadas desde o início da entrada dos grandes projetos de desenvolvimento. O mapa 06 “ Rede de relações e a dinâmica mineral no Sertão de Itaparica” enfatiza os laços que ligam os empreendimentos, sobretudo, os enérgicos – hidrelétrico e nuclear, em um emaranhado de ações que não são visíveis aos olhos despidos de um olhar mais aprofundado pela ausência de informações que tais ações agregam.

As mídias sociais e virtuais que perambulam em meio ao emaranhado de projetos existentes para além da região de Itaparica, promovem o discurso da validade e legalidade do empreendimento. Em um consenso forjado (FONSECA, 2005), desqualificando aquele que pensa de forma distinta. Afinal, se existe possibilidade de entrada de recursos e empregos, não ser favorável ao empreendimento não parece uma ideia lógica. Entre hidrelétricas, parque eólico, linhas de transmissão e possível instalação de uma central nuclear, esta mesma região é palco das mais variadas formas de captação energética e de outras cogitadas.

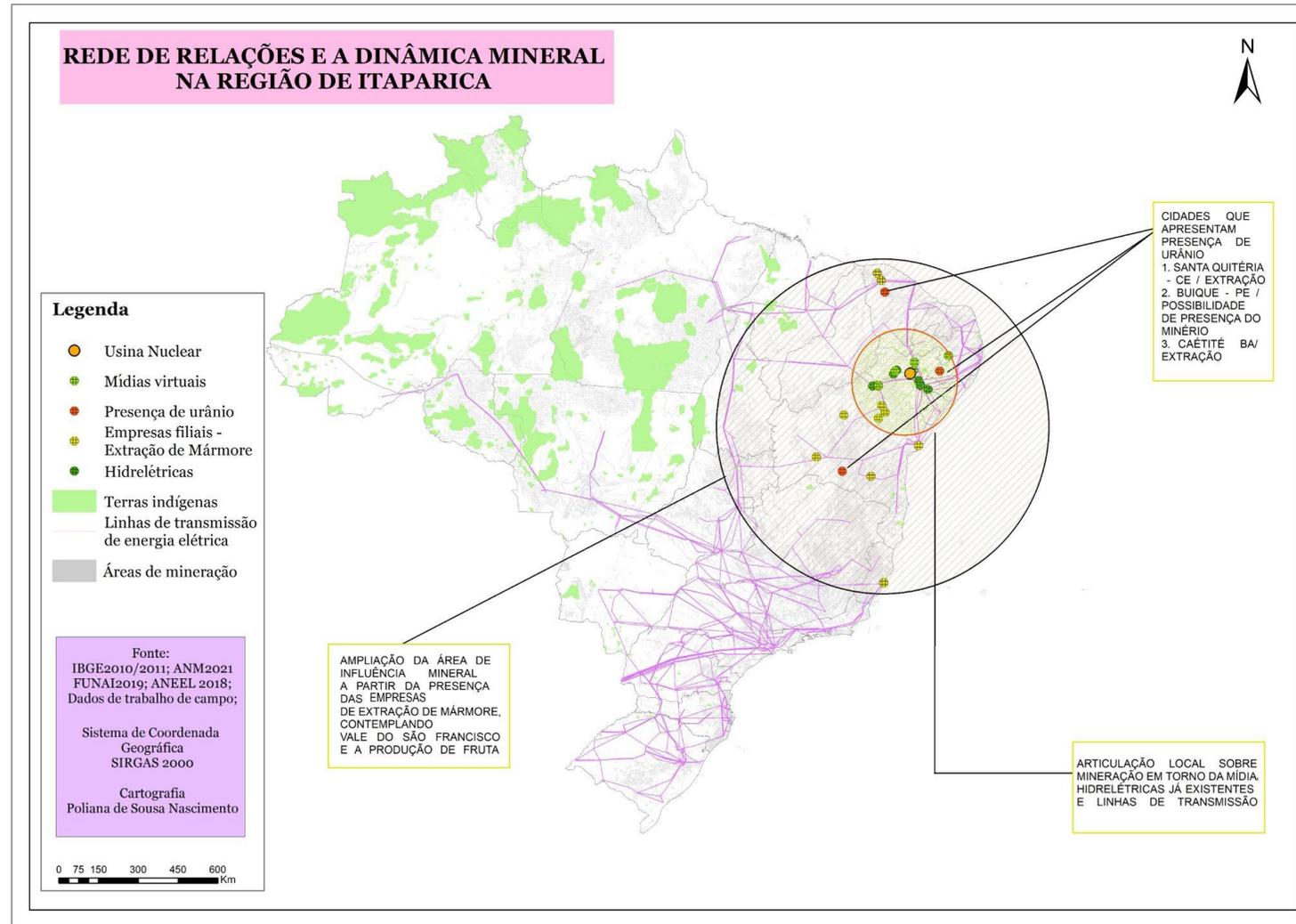
É palco também de um complexo étnico, compreendendo vários povos indígenas e quilombolas, e de grupos de trabalhadores que circulam em meio aos empreendimentos diversos. e que colaboram juntos com a mineração porque atuam na mesma região e para

além dela, e afetam diretamente os mesmos grupos existentes sem obedecer uma fronteira. Aliás, a fronteira só existe no campo do desenvolvimento para barrar quem não se adapta ao processo corrente. São parte de um mesmo plano porque os setores envolvidos promovem por meio de mesmo discurso de desenvolvimento investidas legitimadas pelo Estado e financiadas pelo setor privado com teor sempre de salvacionismo que é parte das estratégias da dinâmica do capital.

A mineração tem um ciclo em que se percebe o começo, o meio e o fim. Sabendo-se o que se encontra em todo o subsolo, ou pelo menos, em grande parte dele a partir de autorizações de pesquisas legalmente permitidas pela Agência Nacional de Mineração, é possível imaginar o que pode acontecer, quando, por exemplo, as jazidas de minério de ferro deixarem de ser tão lucrativas pela exaustão da mina existente. Pernambuco é, nesse percurso da mineração, um capítulo que está no começo quando se considera um rol de demandas de mercado internacional.

A retomada da economia do país vem, segundo os investidores do setor da mineração, atingindo os maiores valores de lucro, mesmo em tempos de pandemia. Nessa via, grupos de povos e comunidades tradicionais sempre estiveram no meio do caminho quando se trata das narrativas em torno do crescimento econômico e da expansão das fronteiras de desenvolvimento. Quando as relações existentes se estabelecem em torno dessa questão, está se envolvendo, inevitavelmente, seus territórios de direito. Por território de direito se entende aquele que possui “sujeitos sociais com existência coletiva” (ALMEIDA, 2013, p.32). A condição de vulnerabilidade desses povos e comunidades tradicionais coloca em questão as orientações normativas da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que determina a necessidade de realização de consulta de caráter prévio, livre e informado para quaisquer intervenções nos territórios e modos de vida desses segmentos. (Convenção 169/OIT, 2011). Mesmo diante desse amparo, existem “tentativas de deslegitimação ou de redução de sua amplitude que segue também a linha da omissão e da falta de informação que não chega a quem interessa saber sobre o Decreto”

Mapa 06: Rede de relações e a dinâmica mineral no Sertão de Itaparica.



Fonte: Cartografia: Poliana de Sousa Nascimento, 2021.

7.4 O esperar e as táticas de silenciar

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2018), em um de seus livros sobre epistemologias, destaca que o mundo descontextualizou o conhecimento e impediu a emergência de outras formas de saber não redutíveis a esse paradigma. A isso ele chama de epistemicídio, ou seja, a destruição de formas de saberes locais em nome de um colonialismo latente e que obscurece outras visões de mundo por elas silenciadas.

Parte das estratégias que compõem para a expansão da retomada do crescimento econômico é o apagamento daquilo que não agrega, do conhecimento que não se considera e que não acrescenta aos interesses de um plano maior de um modelo de desenvolvimento já existente, torna-se um sujeito oculto, sem nenhuma determinação geopolítica (SPIVAK, 2010).

A constituição de uma ideologia que ignora os processos históricos e econômicos do outro se baseia, principalmente, sobre a valorização do desejo destruidor do poder local, cujas considerações que se tem a respeito de crescimento e desenvolvimento se coadunam a partir de outras perspectivas que se deslocam ao longo do tempo. É fruto de uma realidade histórica muito particular e de uma cultura específica que não se aplica a experiências sociais diversas (ZHOURI, 2014). É um campo de disputa, um espaço social estruturado como bem define Bourdieu (2012; 2014). E o que aqui se entende por campo se aplica a um universo de relações sociais que funcionam a partir de lógicas internas e autônomas, mesmo que do lado externo existam influências que coadunam para lutas e conflitos.

O campo do conflito e das lutas, desde que passei a conhecer o processo histórico de construção de desenvolvimento no Sertão de Itaparica, sempre esteve presente. Os traços de violências que marcam trajetórias de vidas de povos e comunidades tradicionais existentes nesses campos de disputa, passaram a fazer parte do processo de desenvolvimento. Os territórios de povos e comunidades tradicionais do Sertão de Itaparica são territórios de pertencimento. Com significados que se configuram uma relação com aspectos de laços de solidariedade, mas sobretudo, pelas considerações sentidas pelo desejo de viver. O caráter da resistência se configura em termos de embate com o discurso vigente de desenvolvimento e com a dinâmica do capital que transita em todos os campos e, ao mesmo tempo, marginaliza quem com ela não colabora. Mas são os aspectos do invisível que enfatizam as violências e constituem as negligências. Se a existência não é considerada,

a vida já não existe. E nesse sentido, a morte vem antes do tiro, como a classificação das “quatro mil almas” de Itacuruba definida por um padre em tempos outros de invisibilidades (SILVA,2019). Chego nessa região pela possibilidade de pesquisa sobre a pretendida instalação da Usina Nuclear. Ela ainda não existe, mas já provoca tensões que são vivenciadas no cotidiano dos grupos que vivenciam estados de angústias e conflitos desde a instalação da Barragem de Itaparica. As angústias e os sofrimentos não são medidos. Tão inexistentes quanto os atores, são suas dores.

Durante as pesquisas que realizei nessa região, a cacique Lucélia Pankará, do Povo Pankará Aldeia Serrote dos Campos, reflete sobre a possível instalação e aponta que:

Se de fato a usina for construída, provavelmente nós teremos que ser retirados do território ou ficarmos numa área de segurança máxima, qual das duas decisões a gente tem que tomar? O que vamos fazer? Para que caminho a gente vai seguir? Se não é nenhuma das que a gente quer, nenhuma das possibilidades a gente quer, então é esse grande impasse que a gente tem ou nós ficamos dentro da segurança máxima ou a gente é retirado de um território que a gente vem lutando...(Lucélia Pankará, BOLETIM, 2019)”

O receio de Lucélia vem de um lugar de medo que vem sendo sentido pelas pessoas de Itacuruba desde a instalação da barragem de Itaparica para a implantação da Usina Hidrelétrica. Um lugar e uma situação que não se imaginava jamais reviver e que volta à tona com a possível instalação de uma Central nuclear em uma cidade já fragilizada pelo descaso do poder público. O retrato da fragilidade, reflexo de um esquecimento proposital para essa cidade, se dá por interesses políticos e por esses mesmos interesses políticos se dão os discursos de salvação para essas “quatro mil almas”.

As narrativas em torno de ações "salvacionistas" pode não chegar diretamente do Estado, mas chega a partir de setores privados que legitimam suas práticas em torno, também, de discursos de desenvolvimento para a região. Mas tão invisível economicamente quanto a Usina Nuclear é a atividade de extração de minérios da região do Sertão de Itaparica, que apesar de estar estabelecida desde a década de 80, não trouxe para essa região qualquer investimento que tornasse a vida das pessoas, em seus moldes, mais desenvolvidas.

Contudo, o desenvolvimento da atividade mineral é que vem crescendo e conseguindo se expandir por diferentes lugares onde nenhuma outra relação é estabelecida além da exploração daquela área. São empresas que se vinculam às outras empresas de pequeno porte ou microempresas que sozinhas não teriam força para sustentar a economia de um lugar, mas que agregada a uma empresa maior, contribui para que essa empresa maior consiga se expandir. O campo “minado” que ninguém pode ver, esconde na realidade uma verdadeira guerra em torno da riqueza do subsolo. E como em qualquer guerra, as

consequências sobram para aqueles que não pediram pra lutar.

A cidade de Itacuruba, bem como o Sertão de Itaparica, começa ser percebida por uma riqueza mineral que é totalmente desconhecida por quem vive em seu cotidiano, mas completamente conhecida por quem dispõe de tecnologia para estabelecer processos de mapeamento do que existe no solo e no subsolo. As “pedras diferentes” encontradas nas aldeias e nas comunidades tradicionais sempre estiveram ali no meio das casas, na área das pequenas hortas, próximo aos morros sagrados, mas nunca visto como um recurso a ser explorado economicamente. Isso porque o campo de minérios reflete um “campo minado” daquilo que não se pode conhecer pelo acesso às informações que lhes são negadas completamente.

O “campo minado” continua invisível porque as ações que se desenvolvem em torno dessa atividade não são levadas em consideração quando se fala em produção econômica para o Estado de Pernambuco, seja pela falta de investimento, seja pelo olhar voltado para outros setores da economia. Porém, esse setor ainda vem, ao longo dos anos, atraindo cada vez mais atenção do setor público a partir dos investimentos estabelecidos pelo setor privado. E antes mesmo desse interesse chegar aos ouvidos do setor público, o setor privado já vem estabelecendo sua expansão nesses lugares sem chamar qualquer atenção. Se não chamam atenção (ou acham que não chamam), se estabelecem de qualquer jeito e sem quaisquer cuidados necessários para a execução de suas ações.

Partindo de uma reflexão mais abissal, tão invisível quanto à Usina Nuclear e a mineração, são as pessoas que vivem nesse lugar. Essas não são consideradas quando se trata da implementação de qualquer empreendimento. O reflexo do abandono se dá a partir da percepção que o outro tem do lugar. E isso lhe dá elementos para estabelecer ações que não são passíveis de punição. É o que ocorre com as minas abandonadas de mármore na região reivindicada pelo Povo Tuxá Campos, como território indígena. A extração de mármore ocorre nessa área desde 2016 e os relatos de abandono se dão em 2018. As minas foram deixadas abertas, sem qualquer cuidado necessário quanto aos resquícios que permanecem soltos por lá.

O abandono de uma área mineral, sem qualquer cuidado posterior, viola ao mesmo tempo a Constituição federal, Art 225, § 2º, que estabelece que “Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei”; Código de Mineração estabelecido pelo MME e a Legislação ambiental de domínio do MMA, pois entende-se a partir dessa legislação ligada a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei

6.938/81, que os minerais estão incluídos entre os recursos naturais. Porém, embora seja classificada dessa maneira, essa preocupação não ocupa um lugar de destaque neste dispositivo.

O quadro de abandono da região, sem qualquer cuidado aparente, reflete o descaso da atividade com os interesses das pessoas que habitam em seu entorno e o retrato de mais uma forma de violência que acrescenta ao quadro de violação de direitos à Itacuruba: o direito de garantia de preservação de seus recursos naturais. Sendo a prática da mineração também reconhecida como parte da legislação que trata dos assuntos ambientais, a ela também é atribuída a classificação de recurso natural, que deveria compor elementos que não fossem dissociados das relações estabelecidas em seu ambiente, ou seja, agregando as relações socioambientais às suas ações.

Os povos e comunidades tradicionais que apresentam uma relação singular com a natureza sempre conviveram nesta região com dilemas que se voltam para a garantia de preservação de seus recursos naturais, isso porque eles sempre foram interpelados por outros empreendimentos que não agregam valor à economia e modificam as relações estabelecidas entre esses povos e o meio ambiente onde vivem. Nas falas das lideranças das comunidades de Itacuruba é possível perceber esse pesar quando se trata dos empreendimentos da região e da relação que não pode mais ser estabelecida entre os recursos minerais que sempre estiveram no seus modos de vida.

A liderança quilombola do Quilombo Poço dos Cavalos, Valdeci dos Santos Nascimento, enfatiza que “Nós tínhamos um rio corrente, agora nós temos um lago de água parada”. Quer dizer, com o empreendimento se herda também o descaso do poder público com os recursos naturais dando continuidade a um projeto de destruição da vida das pessoas e da natureza, ancorados por um sentimento de progresso e de desenvolvimento que não contempla as necessidades de suas existências. Evani Campos, Cacique do Povo Tuxá Campos destaca que “A gente vive na beira do Rio São Francisco, mas não pode beber a água de lá, a água tem que ir da cidade já por conta do peixe” (fazendo referência a água poluída pelas fazendas de peixe instaladas próximas à aldeia Tuxá).

Esse é um reflexo de que, aos poucos, a constituição da paisagem vai ganhando outros contornos e sem que as pessoas possam perceber, os caminhos que surgem são outros que vão levando para lugares que nem sequer foram perguntados se eles queriam ir. A dinâmica espacial, social e cultural modifica-se, conforme as relações com a terra vão sendo restabelecidas a partir do fator econômico. No meio disso tudo, o que antes transparecia invisível, hoje aparece como algo concreto nas formas como as estradas são construídas e

nos caminhos que são criados.

Mas, quando destaco que Itacuruba é um campo minado “invisível”, penso que a amplitude da questão não se limita apenas à abordagem mineral existente, mas a todos os setores de economia presentes na região de Itaparica. Na verdade, o termo “invisibilizado” não dá mais conta de expressar a realidade das situações que se apresentam entre os povos e comunidades tradicionais de Itacuruba e da região porque cai em um circuito de generalizações que não favorecem os povos e nem as comunidades tradicionais. Como destaca Almeida (2019):

Classificações desta ordem consistem num lugar comum nas análises das situações de conflito social e seu poder explicativo há muito perdeu sua força de interpretação, porquanto prisioneiro de generalidades e de uma aplicação automática, acrítica e inteiramente descontextualizada (ALMEIDA, 2019, p.50).

A descontextualização dos termos utilizados de maneira genérica surge nesses casos para mascarar as reais intenções e enfraquecer as diferentes formas políticas-organizativas pensadas para o fortalecimento dos processos identitários e de uma luta coletiva existente entre os povos e comunidades tradicionais, seja em Itacuruba ou em qualquer outro lugar cujo os territórios sofrem algum tipo de entrusamento.

A invisibilidade de fato não existe porque isso significaria dizer que ninguém poderia vê-los mesmo que assim o quisessem. A compreensão de que “o pior cego é aquele que não quer ver” revela um aspecto do não dito para evitar o desconforto do confronto. Mas o desconforto parte apenas de quem não quer ver, porque os que veem e sentem, irão carregar para além do desconforto, uma série de violências que degradam principalmente o processo de suas existências.

A mineração passa como invisível, os povos e comunidades tradicionais também. E todos os empreendimentos que se articulam em Itacuruba passam sem que qualquer relação entre eles seja estabelecida. A invisibilidade das relações articuladas entre os empreendimentos retira o foco das ações desses mesmos empreendimentos e dos efeitos trazidos para os povos e comunidades tradicionais. As chamadas “fazendas de peixe”, mineração e a usina nuclear, têm em comum o fato de juntas compõem um discurso de desenvolvimento e da essencialidade que cerca o universo das perspectivas econômicas em torno de um empreendimento.

Por essencialidade se entende aquilo que é imprescindível, que é muito necessário e que não pode ser deixado de lado ou ignorado. Quando a essencialidade é atribuída apenas aos aspectos econômicos, porque é importante para a base econômica de determinados

espaços, se perde o que poderia ser uma abordagem válida da continuidade das atividades minerais e se tira a compreensão de um lugar de amplitude que carrega essa classificação. Não se está dizendo aqui que a atividade da mineração não seja de utilidade pública, ao contrário, muitos dos insumos que consumidos são de fato necessários para a sociedade moderna que se constituiu desde a revolução industrial. A agricultura que se convencionou a existir e ser utilizada por todos necessita de fertilizantes, tanto quanto a tecnologia necessita de silício para criação de produtos eletrônicos. E esse é reflexo da essencialidade que entramos em nós.

Por que algo se perde nesse processo? Porque a maneira como as ações minerais são estabelecidas anula outras formas de entendimento sobre a prática mineral sem mesmo considerar outros argumentos. A construção do discurso da essencialidade nos chega a partir do que se convencionou a ser exaltado a partir de números. Nos é induzida a partir de uma contagem de valores que perpassam por relações políticas, de poder e de desigualdades no contexto do capitalismo global, mas que a ênfase não é definitivamente captada para ser pensada a partir desse horizonte. Tampouco se dá ênfase às transformações socioambientais que podem vir no combo das ações minerais, mas que não completamente ignoradas. A valorização da essencialidade é justificada pela valorização econômica capitalista de apropriação da natureza e de territórios legalmente praticadas.

Legalmente, porque o caráter de legalidade é atribuído à prática de mineração antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, com o Decreto 3.365/1941 – um ano antes da criação da então Vale do Rio Doce, hoje Vale S.A - que dispõe sobre utilidade pública para fins de desapropriação de áreas para extração de minérios, expressamente no inciso “F” do Art. 5º, considerada a partir disso, a mineração como de utilidade pública.

Há uma reorganização do território que não é puramente um mecanismo mecânico da expansão das trocas, mas das políticas apresentadas que se articulam em torno da reestruturação do mercado, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos naturais. De uso do solo e de subsolo (ALMEIDA, 2017, p.120). Dessa forma, há uma tentativa constante de redução de territórios tradicionais a partir de, por exemplo, de redução de áreas propostas para titulação, procrastinação da titulação definitiva de terras quilombolas, ausência de medidas quanto ao desintrusamento de terras indígenas e redução de terras indígenas.

As ações do Estado são completamente aliadas nesses arranjos jurídicos para flexibilização da legislação que favoreçam as ações minerais, apoiados, sobretudo, em políticas de crescimento apontadas para solucionar a “pobreza extrema” em áreas

consideradas “em desenvolvimento” (ALMEIDA, 2010). Há uma tentativa do Estado em dar outros sentidos para atividades que compreendem grandes extensões de terra, inclusive no que diz respeito a direitos territoriais e expansão de terras para implementação de conglomerados econômicos.

A esse discurso, segue a problemática de tratar essas questões com um viés “protecionista” imbuído de uma justificativa desenvolvimentista e que seguem o compasso dos interesses do agronegócio e da mineração. Contudo, a primeira recebe o caráter de ser “pop” e a segunda busca ao longo dos anos um lugar de prestígio a partir de suas “campanhas verdes” para ter sucesso no mercado de capitais.

A mineração que ocorre em Itacuruba pode não representar ainda grandes extensões de terras quando se pensa em outros lugares da qual a atividade mineral é o grande foco para o desenvolvimento. Porém, essa abordagem simplista baseada em tamanho ou limites administrativos nada significa quando o objetivo final é o sucesso no mercado de capital. São as microempresas – ME e as empresas de pequeno porte – EPP que, ao redor de cidades como Itacuruba, agrega valor e matéria-prima às grandes mineradoras que se encontram em setores mais desenvolvidos para o negócio mineral. Aquela história de grão em grão a galinha enche o papo, funciona muito bem para as grandes mineradoras que se expandem em suas áreas de atuação e ganham no final do ano um valor quantificado, mas não mensurado pelas populações que vivem nas áreas exploradas.

A dimensão física da cidade, a quantidade de pessoas que vivem por lá, é o máximo que se pode pensar quando se trata de representar o setor mineral a partir desse ponto, porque a mineração, essa não é sentida e nem percebida. No mais, os atrativos que poderiam existir não parecem saltar aos olhos. O caráter do invisível é aqui uma possibilidade evidente, pois a possibilidade de não chamar atenção permite que as transações jurídicas sejam inclusive iniciadas e finalizadas com maior rapidez e sem que ninguém que ali vive possa sequer perceber, pois há a possibilidade da reorganização de territórios uma trama que garante rendimento e ao mesmo o discurso do incentivo a políticas de crescimento para regiões como a de Itacuruba. E quando menos se espera, a situação já está posta e o respaldo jurídico, devidamente adequado.

Acentuo que escrevo essa tese em um momento de pandemia global, pandemia essa que afetou, especialmente no Brasil e de forma mais feroz, os povos e comunidades tradicionais que já estavam em situação de vulnerabilidade por conta de um governo que desmontou toda uma base que oferecia caminhos para uma jornada em torno de suas reivindicações. Contudo, a pandemia só agravou a desestruturação que já existia no setor da

saúde e das outras demandas dos povos e comunidades tradicionais. E que na tentativa de afirmar uma identidade, esses povos e comunidades tradicionais passam a agir de forma mais contundente fechando suas fronteiras. Uma discussão em torno da pandemia nesta tese se faz necessário porque, ao mesmo tempo que tudo parece parado, o discurso do “mundo parou”, não parece verdade quando se pensa em alguns setores da economia. A realidade do mundo das transações comerciais, nada mudou, e mais, essa situação parece ser uma grande oportunidade de mostrar trabalho e ocupar um lugar de destaque no mercado. As atividades econômicas ganham em torno de uma construção de crise, outros arranjos e cenários de atuação, inclusive com respaldo legal do Estado para o estabelecimento e continuidade das atividades a partir do que se entende como essencial. Nesse cenário, a essencialidade da mineração vem antes da compreensão da essencialidade da vida.

Em março de 2020, em meio aos altos números de mortos e casos de infectados da COVID-19, o MME – Ministério Minas e Energia edita o Decreto n 10.282 que regulamenta a lei nº13.979 que define os serviços públicos e as atividades essenciais e que, por essa razão deveriam manter suas atividades intactas. Para reforçar a lei, o MME emite a portaria nº 135 de 2020 que considera essencial a mineração diante da disponibilidade dos insumos minerais necessários à cadeia produtiva das atividades essenciais arroladas nos incisos no, do art. 3º, do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A portaria destaca como parte da atividade essencial que se vincula a mineração os aspectos da:

Pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como atividades correlatas; (ii) beneficiamento e processamento de bens minerais; (iii) transformação mineral; (iv) comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva mineral; e (v) o transporte e entrega de cargas de abastecimento da cadeia produtiva. (PORTARIA 135)

Pode parecer trivial demais falar sobre a essencialidade da vida, tão trivial quanto falar da importância, por exemplo, da água para a sobrevivência do ser humano. Mas, em tempos de pandemia, quando a quantificação dos casos mais uma vez ganha destaque nas mídias, nos dados oficiais, ao mesmo tempo não mede os danos que podem ser sentidos pelos povos e comunidades tradicionais em seus territórios. O que é mais essencial do que a vida?

Ora, na Constituição Federal, Art. 225, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O óbvio parece fazer sentido: o Estado dá, então ele pode

tirar. O direito à última fala é sempre do Estado. Ou seria do capital?

Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros como direitos universais. Mas tudo isso se fragiliza quando não se considera a importância primeira de garantia de vida das pessoas. A mão invisível é sentida, principalmente em tempos onde o termo “crise” é pronunciado para justificar ações que nos culpabilizam pelo que está por vir. “Precisamos estar preparados, eles dizem”, mas em termos práticos, mais do que entender como cada termo aqui destacado pode ser percebido ou entendido, é destacar sua compreensão antropológica, as formas políticas organizativas que também surgem nesse processo e que são acionadas para confrontar legal e efetivamente tais empreendimentos econômicos.

Existe o fortalecimento de seus componentes identitários no processo de lutas, com fechamento de suas fronteiras para impedir a devastação de seus territórios a partir de um diálogo que se permite visualizar uma discussão para além de uma crise pandêmica, revelando aspectos negados propositalmente. Classificar como invisível ou povos invisibilizados de fato não abarca o real sentido das ações praticadas e das não ações que deveriam ser valorizadas, porque Itacuruba pode não ser o lugar da invisibilidade, mas é, com certeza, o lugar do esquecimento.

A condição de território tradicional ganha, nesses termos, resquícios do que se foi, mas se firma em um tempo diferente. A ascensão de movimentos sociais e sobretudo, a emergência étnica em Itacuruba é um reflexo dos mecanismos estratégicos para se viver em um território ressignificado como tradicional. É uma maneira de trazer equilíbrio para a luta, entendendo o tempo e a tradição a partir de outras lógicas, outras cosmologias. Portanto, a importância que se dá está ao tempo reverbera para as ações e intenções estabelecidas ao longo do entendimento que temos dele. O Sertão de Itaparica é lugar de luta, de esperar diante das possibilidades inusitadas de condições de vida que lhes são pertencentes. Mas se de um lado o futuro inalcançável parte de um presente inexistente, por outro, para povos e comunidades tradicionais, o “esperançar”, que vem como parte do reconhecimento do futuro, mas fortalecido no presente de suas ações coletivas, de suas lutas e do sentimento de pertencimento junto ao território reivindicado.

Ações adversas e que vêm de interferências externas não parecem uma ameaça porque não se fala sobre elas, não se comenta ou não se vê, é para esses grupos, um gatilho de alerta para se armar e montar as trincheiras. Porque para eles, acionam um lugar de memória nutrido por violências e sofrimento. Os vários processos de mobilizações que

surtem e ressurgem a cada novo empreendimento, de fato, criam um repertório de possibilidades em torno de ações que são estruturadas na coletividade. Os grupos sociais andam um passo, as empresas acompanham esse mesmo passo.

Aproprio-me aqui do termo “Esperançar” inspirado na Pedagogia da Esperança de Paulo Freire (1992) e nas reflexões do Filósofo Mario Sergio Cortella (2015) e que corresponde a uma lógica de vida do pensar e fazer de outra maneira pelos povos e comunidades tradicionais aqui estabelecidos.

... É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo” (CORTELLA, 2015).

Esperançar é, portanto, o que passa a definir os povos e comunidades tradicionais do Sertão de Itaparica. Pois é justamente no momento de opressão que o movimento é construído e sustentado no querer fazer diferente, colocando em jogo uma luta pelo reconhecimento no mundo social que coloque em evidências suas formas de existências coletivas, que por si só, se contesta as pressões de interesses de grandes empreendimentos sobre seus direitos territoriais.

Contudo, dentro da lógica das empresas, os movimentos sociais e outros processos em torno do esperançar, criam para o andamento de suas atividades, um risco eminente. De forma, que ações para contenção desses riscos precisam ser estruturadas. Pinto (2019), em seus trabalhos, trata de pesquisas que se relacionam a esse tipo de risco, como sendo um risco social. Esse tipo de abordagem estratégica empresarial em torno da gestão do risco social, passa a se multiplicar a partir dos anos 2000 nas esferas corporativas e tudo isso está relacionado à expansão das fronteiras de acumulação e expropriação dos recursos comuns no capitalismo contemporâneo (PINTO, 2019).

A partir desse tipo de gestão, ações de filantropia e de “responsabilidade social” são vistas como benesses por parte da população. Esta relação de dependência é ainda fortalecida por programas de “gestão de risco social”, que se propõem a ganhar “corações e mentes”, bem como enfraquecer e desorganizar tentativas locais de organização e contestação social (MILANEZ, COELHO, PINTO, 2016, p.183).

Um pouco longe ainda desse contexto estratégico, no Sertão de Itaparica, o trilhar dos processos de gestão gira em torno das prefeituras e dos planos de governos que vão sendo estruturados em torno de cada cidade. E não como parte de uma “responsabilidade social”, mas como responsabilidade de direito. No atual plano de governo da prefeitura de

Itacuruba, se executadas, existe uma série de demandas que já apontam para o beneficiamento de povos e comunidades tradicionais na cidade.

Como, por exemplo, a criação de incentivo ao cooperativismo e à geração de renda nas comunidades indígenas e quilombolas, apoio financeiro para realização de jogos indígenas e quilombolas, incentivo e auxílio às comunidades tradicionais ao cultivo de sementes crioulas e a implantação do sistema de coleta de lixo nos assentamentos, quilombolas e aldeias indígenas. (PLANO DE GOVERNO, 2020)

A forte investida nas demandas dos povos e comunidades tradicionais, na gestão municipal, parte também de um processo de inserção de indígenas e quilombolas nas vagas direcionadas ao legislativo. A crescente presença de representantes, sobretudo, indígenas, em Itacuruba, tem repercutido na possibilidade de visibilidade que também faz parte de um processo estratégico. E mesmo diante dos conflitos internos que se acirram entre os grupos da região, a possibilidade de mudança a partir da inserção do campo da política partidária, passa a ser para esses grupos, um mecanismo de ação viável de estratégia para garantir a viabilidade de direitos, antes não considerados na lista de demandas apontadas para a gestão do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Narrativas da contradição, rumos e estratégias

À guisa da conclusão, destaco que a interconexão do mundo não garante igualdade e nem homogeneidade às oportunidades. O caráter desenvolvimentista, construído desigualmente pelo mundo, representa a contradição mais moderna e ao mesmo tempo mais ultrapassada dos discursos políticos e econômicos. Como enfatiza o antropólogo Eriksen (2016), a globalização evidencia a típica e moderna contradição entre o sistema-mundo e o mundo-vida, entre standardização e singularidade.

Nesses termos, cabe à antropologia dos pequenos lugares e das grandes questões encarar as mudanças radicais que o planeta enfrenta, permanecendo, contudo, e como sempre, sensível aos mundo-vida locais e consciente do fato de que, apesar da globalização acelerada, os lugares permanecem singulares e devem, por isso, serem estudados etnograficamente.

A figura do herói salvador e desbravador das fronteiras parece nunca ter deixado de existir e a retomada do crescimento econômico e das narrativas desenvolvimentistas são parte constante de uma realidade que não se colapsa com o tempo. Epistemologicamente, a compreensão instituída de uma dada realidade já está posta. Outros saberes e conhecimentos costumam ficar invisíveis, tanto quanto os benefícios prometidos pela inserção dos grandes projetos de desenvolvimento e da mineração vigente. Outras epistemologias não são reconhecidas como válidas, ficando à margem de outras realidades possíveis.

Etnograficamente, a compreensão das realidades possíveis para os grupos e lugares ao qual esta pesquisa foi direcionada se deu pelo entendimento da insistente ameaça de suas existências e pelo colapso do tempo que lhes foram subtraídos. Nesse sentido, a subjetividade das táticas dos grupos sociais estão inseridas nos processos de ressignificações do tempo e de suas memórias. No embate dos conflitos existentes, precisavam ressignificar o passado e reinventar um presente. Ressignificar o passado, em que as coisas podem ser re-inauguradas a qualquer momento e partindo disso, pode-se imaginar outras perspectivas de vida.

As comunidades se reinventam diante daquilo que parece novo, como os empreendimentos e projetos do presente ignorado, mas que, na realidade, corresponde aos velhos *insights* sob o prisma de velhas políticas re-inauguradas todo o tempo como se fossem novas. Reivindicar a memória, a identidade e o pertencimento se faz nesse processo, a partir de re-inaugurações de formas de existências até então colocadas na contramão do

processo à favor da vida, do processo de viver e que estão hoje refletidas na própria condução da vida dos povos e comunidades tradicionais que compõem o complexo étnico no Sertão de Itaparica.

Pensando a partir da antropologia, apesar dos processos globalizantes acelerados que vigoram em nossos tempos, é preciso reconhecer que os lugares permanecem singulares e que os aspectos globais também partem de um enfoque local. Nesse sentido, a possibilidade de pensar o global e o local não partem de uma desvantagem nem para os processos em si, nem para os grupos sociais inseridos na lógica dos contextos marginais da globalização, ao contrário.

Cavalcanti (2014) realça que os aspectos locais e globais, a diversidade de costumes e tradições celebradas no contexto da globalização corroboram para o fortalecimento das dimensões étnicas e constituem mecanismo importantes para a formação de alianças, práticas associativas e fortalecimento de lutas por reconhecimento de direitos.

O movimento em torno dos aspectos de mobilização surge, portanto, da necessidade de construir resistências diante da dinâmica do capital que se apresenta por meio dos empreendimentos econômicos e surge como um elemento intangível. Vivemos em torno de uma narrativa para o desenvolvimento que nos conduz para uma ilusão de uma realidade fabricada, em que “grande parte do mercado mundial das *commodities* que está no setor financeiro e não de uma economia real” (DOWBOR, 2020). Trata-se, portanto, de um capital que se desloca sem nem ao menos ser visto. O dinheiro não circula e as pessoas não têm poder de compra.

O sentido que se dá para uma economia de base, aquela do mercado interno, se estrutura em torno de uma fachada onde todos precisam cooperar. E quem tem o poder de conduzir à cooperação são as empresas. São elas as encarregadas de mostrar que o caminho para se sair de uma crise, seja ela qual for, está em suas mãos, que promovem uma insustentabilidade de um sistema que sufoca qualquer possibilidade de soberania de povos e comunidades tradicionais, banaliza sua vida e sua morte e promovem através do sofrimento a incerteza do amanhã.

Antagonicamente, são as mesmas estruturas que limitam e querem controlar, manipular ou desestruturar, que passam a ser combustível para o reinvento de outra maneira de fazer e de mudar as coisas de lugar. A usurpação do território de comunidades tradicionais torna-se também fator impulsionador para reagir, criando grupos articulados, diante das ações das grandes empresas e dos projetos de desenvolvimento que criam em seu mote de ações medidas de contenção desses grupos através das medidas de silenciamentos

de suas epistemologias, de suas existências.

De modo amplo, os grupos sociais participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelos investimentos em torno de uma orientação "econômica", como sugere Melucci (1989), calculando os custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade. Querem simplesmente ser, existir diante de um cenário de omissão. O sentido que trago nesta pesquisa sobre os repertórios confrontacionais e ação coletiva se interligam por um sistema de ação com orientações e significados plurais por meio da solidariedade. A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem o sentido que dão às suas identidades étnicas.

E o saber, valorizado nos significados que dão às suas existências, configura-se em novos arranjos que alcançam outras formas de conhecimentos apropriados para se armar e articular novas ações. Os conhecimentos sobre o território são ampliados a partir de articulações amplas e que ultrapassam as fronteiras de seus territórios, por caminhos encurtados tecnologicamente. Eles se fortalecem usando as mesmas armaduras em um nível diferenciado, em que a defesa pode tornar-se também o ataque. Se não se criam novas histórias, novas formas de se perceber, a história se repete e não se muda contando as mesmas histórias. Os povos e comunidades tradicionais já sabiam disso e reinventam todos os dias maneiras de viver em um jogo cotidiano de resistência.

Para tanto, as pesquisas realizadas em torno das comunidades de Itacuruba, e que abrangem o Sertão de Itaparica, refletem essa demanda de investidas dos grupos envolvidos em processos de negação em acessar novas formas de agir. A análise etnográfica contida nas cartografias apresentadas nesta pesquisa dão margem para entendermos processos mobilizatórios de visibilidade e alcance não dimensionados em mapas oficialmente construídos, porque o movimento criado não se limita às fronteiras de Itacuruba, tampouco do Sertão de Itaparica. Ele também se desloca e se expande, criando uma rede de coesão de apoio que não é intersetorial, mas se configura em uma rede de relações interpessoais de espaços diferentes de debate e que se articulam em um mesmo fim.

Assim, a insistência em uma narrativa de que não há alternativa, tornou-se uma abordagem política completamente ultrapassada. Por todos os lados, as pessoas desejam um emprego, uma moradia e desejam estar em segurança. O que encontram pelo caminho, ao contrário, são os mecanismos de deformação de desenvolvimento construídos em detrimento do desejo de desenvolvimento que parte de outras lógicas de vidas. Porém, ainda nesse caminho, o que se encontra são forças de enfrentamentos em torno das desigualdades e dos desequilíbrios ambientais. E nesse sentido, precisamos, como destaca Dowbor (2020), de

um pacto global.

Finalizo, salientando que escrevo esta pesquisa em um contexto de pandemia que não se justifica por si só. As crises que estão para além da pandemia marcam a história, os territórios e os corpos de grupos que, considerados vulneráveis, se reinventam para respirar, para sobreviver. Nossa sociedade é desigual e culturalmente diversa. Há uma riqueza que é bio sociocultural e níveis extremos de desigualdade que sempre estiveram evidentes e que não são contemplados em um sistema cujo poder das relações é medido pelo valor de mercado. A rigor, não há um plano de ação que beneficie os grupos considerados tradicionais e vulnerabilizados por esta mesma condição.

O único aspecto que não é ignorado é o que pode ser quantificado. A maneira como a sociedade moderna se compreende parte, por todos os lados, pelas quantificações. Somos quantificados a todo momento e classificados por essas quantificações. É o Estado, por exemplo, com suas classificações censitárias que diz se somos jovens ou velhos ou se vivemos em uma cidade grande ou pequena; desenvolvida ou não. O valor é dado pela quantidade dentro e fora do Estado.

A essencialidade é, nesse mote, justificada pela necessidade de quantificar sua importância a partir do que se ganha, principalmente pelas empresas que ganham nesse novo modo de perceber o mundo, a atenção das responsabilidades que deveriam ser atribuídas pelo Estado. E o valor, que ultrapassa nosso entendimento sobre até onde se pode chegar com tanto, não mensura os danos para aqueles que têm na classificação da essencialidade outra forma de compreensão.

Talvez, o maior desafio seja fazer entender que outras lógicas sobre o sentido de desenvolvimento e de uso de recursos naturais podem ser possíveis. A aplicabilidade de ações sobre responsabilidade social das empresas poderia ser uma entrada para inserção de outras epistemologias possíveis. O invisível no visível trata-se apenas de um ponto de vista com justificativa que não reflete o local e nem o global; parte também de narrativas duais em torno do que pode ser considerado decadente ou próspero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Editora Elefante e Autonomia literária, 2016.

ACSERALD, Henri. **Cartografias sociais e território / Henri Acselrad (organizador).** Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ACSERALD, Henri. **Os usos sociais da cartografia.** S/N.

ACSERALD, Henri. **Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. O social da questão- ano XVIII.** 2015. n.33. p.57-68.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão.** Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégias e desterritorialização- direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios.** In. Almeida, A.W. et. al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras.** Boletim informativo Povos e comunidades tradicionais Nova cartografia social. Manaus: UEA edições, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Povos e comunidades tradicionais entre os novos significados de território e de rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”.** Agroecologia e diálogo de conhecimento: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017. p.119-131.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de coco babaçu: Identidade e mobilização.** São Luís: III encontro interestadual das quebradeiras de coco babaçu, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: Terras de quilombos, Terras indígenas, Babaçuais livres, Castanhais do povo, Faxinais e Fundo de pasto**. Manaus: UFAM, 2006.

ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito**. Sociologia & Antropologia. Vol.02.03. 2012.

ANANA, Edar ;BRETTAS, Mateus ; MACHADO, Débora. **Marketing ambiental: um estudo sobre a evidenciação de ações por parte das empresas de mineração, siderurgia e metalurgia listadas na bm & FBovespa**. REUNIR | V. 7 | n. 3| set-dez 2017 | p. 82-98.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**; tradução Denise Bottman.São Paulo: Companhia das Letras,2008.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasil. **A compensação financeira e o município**. Brasília, 2007.

ANGELOU, Maya. **Ainda me levanto (Still I rise)**. Tradução de Walnice Nogueira Galvão. Revista Teoria e Debate, São Paulo, ed. 123, 2014. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/estantes/poesia/ainda-me-levanto-still-i-rise>>. Acesso em: 01 de out. de 2021.

APEXBRASIL. **Perfil e oportunidades de Exportações e investimentos**. Pernambuco, 2019.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos Sociais no campo: A trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA edições, 2013.

ARAUJO, Maria Lia C de. **Adaptação e resistência em Itaparica**. Cadernos de Estudos Sociais. Vol 7, n 2. 1991.

ARAUJO, Maria Lia C de. **Lutas Sociais no Sertão de Pernambuco**. Cadernos de Estudos Sociais. Vol 1. N 1 , janeiro/julho, 1985.

ARAUJO, Maria Lia C de. **Na margem do lado: um estudo sobre o sindicalismo rural**. Recife: Editora Massangana, 1990.

AUGE, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROSO, Renata Melon. **A Tilápia e o Desenvolvimento do Sertão de Itaparica/PE - Análise Econômica para Investimentos de Desenvolvimento na Região**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

BERNARDO, Benno.[et.al] **Anuário brasileiro da fruticultura**. Santa Cruz do Sul : Editora Gazeta Santa Cruz, 2018.

BEZERRA, Tercina Maria Lustosa Barros. **O Quilombo negros de Gilu de Itacuruba: Emergência etnoquilombola e territorialidade**. Dissertação (Mestrado).Programa de Pós Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BOLETIM INFORMATIVO. **Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central: resistimos para existir, dizemos não à usina nuclear em São Francisco**, n1. Manaus: UEA, 2019.

BOMFIM, Juarez Duarte. **Movimentos Sociais de trabalhadores no Rio São Francisco**. Scripta Nova. Universidad de Barcelona, n 45. 1999

BONANNO, Alessandro; CONSTANCE, Douglas H. **Stories of Globalization: Transnational Corporations, Resistance, and the State**. 2008

BOURDIEU, Pierre. **As duas faces do Estado**. LE monde Diplomatique, ed 54, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Código de Mineração (1967). **Código de Mineração : e legislação correlata**. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento nacional de produção Mineral – DNPM. **Anuário Estadual Mineral de Pernambuco**, Recife, 1960.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento nacional de produção Mineral – DNPM. **Anuário Estadual Mineral de Pernambuco**, Recife, 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento nacional de produção Mineral – DNPM. **Anuário Estadual Mineral de Pernambuco**, Recife, 2019.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. **Mineração em Pernambuco. Desempenho e perspectivas**. Recife, 1994.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Portaria N° 135/GM**, de 28 de março de 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Energia 2030 / Ministério de Minas e Energia ; **Colaboração Empresa de Pesquisa Energética** . Brasília : MME : EPE, 2007.

BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2016.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. HEGEL E O HAITI. Tradução Sebastiao Nascimento. São Paulo: Ed1, 2017.

CARVALHO. Maria Rosário. **A identidade dos povos do Nordeste**. Anuário Antropológico 82. Brasília: Tempo Brasileiro, 1984. pp. 169-187.

CASTRO, Rilder Bezerra. **A contabilidade da matriz e da filial: uma proposta de controle gerencial**. Disponível em <http://www.isesonline.com.br/downloads/sandra/artigos/A_CONTABILIDADE_DA_MATRIZ_E_DA_FILIAL_UMA_PROPOSTA_DE_CONTROLE_GERENCIAL.pdf>. Acesso em maio de 2021.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Frutas para o mercado global**. Estudos avançados, 1997. Vol 11.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Ressignificação dos territórios em contextos de globalização**. Participação , território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2014.

CDDHSSF. **Itaparica: a dor de um povo gerando energia**. Petrolândia, 1992.

Centro Luiz Freire. **Sertão quilombola**. Recife, 2008.

CIMI. **Presidente da Funai nomeia profissionais desqualificados e ex-assessor de deputado ruralista para coordenar demarcações**. 2019. Disponível em <<https://cimi.org.br/2019/11/presidente-da-funai-nomeia-profissionais-desqualificados-e-ex-assessor-de-deputado-ruralista-para-coordenar-demarcacoes/>>. Acesso janeiro de 2021.

CLIFFORD, James. **Itinerários Transculturais: o Trabalho de campo, a viagem e a disciplina da Antropologia**.— Cambridge : Mass, Harvard University Press/Gedisa Editorial, 1997.

Convenção nº 169 **sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011 1 v.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, convivência e ética: audácia e esperança**. São Paulo: Editora Cortez, 2015, p.22.

CPRM. Utilidade dos minerais. Serviço Geológico do Brasil, 2014. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Canal-Escola/Utilidade-dos-Minerais-1105.html>>. Acesso em maio de janeiro de 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

CZARNIAWSKA, Barbara. **Shadowing and other techniques for doing fieldwork in modern societies**. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2007.

DEBIAZZI, Daniel. **A mineração é essencial para quem?** Brasil Mineral, 2019.

DOWLOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo. A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. São Paulo: Outras palavras e autonomia literária, 2017.

DOWLOR, Ladislau. **CAPITAL SE DESLOCA. Novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.

EMBRAPA. **Piscicultura em tanques-rede**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

ESCOBAR, Arturo. **Antropologia y Desarrollo**. Maguiré: Universidade de Massachusetts, 1999.

FARHI, Maryse. et.al. **A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional**. In: A crise de 2008. Revista de Economia Política. Vol. 29, nº 1 (113), 2009 pp. 133-149.

FERNANDES, F.R.C. ARAUJO, E.R. **Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais**. In: **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica...** Rio de Janeiro: CETEM/CICP, 2016, p.65-88.

FERRAZ, Álvaro. **Memórias de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário**. Recife. 1999.

FIALHO, Vânia. **As fronteiras do ser Xukuru**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1998.

FIALHO, Vânia. **Desenvolvimento e associativismo indígena no nordeste brasileiro :mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia – UFPE, Recife, 2003..

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. **EXÍLIO: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso Itacuruba**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia – UFPE. Recife, 2011.

FILHO, José de Carvalho Silva. **A BESTA-FEIRA E AS AGÜAS DE BAIXO Um Estudo Sobre Representações**. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Antropologia - UFPE, Recife, 1992.

FLUEHR-LOBBAN, C. “**Collaborative Anthropology as Twenty-first Century Ethical Anthropology**”, **Collaborative Anthropologies**. Vol. 1, 2008. pp. 175-182.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado : a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis Lisboa: Vozes Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 27/11/2018.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: 6 ed. Record, 2007.

GORDINI, Emilio. **Ethos governamental, globalização e a perda de identidade, 2006-2007**).

GORZ, Andre. **O imaterial. Conhecimento, valor e capital** São Paulo: Annablume, 2005.

GRANJA, Edivânia. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no Sertão Pernambucano**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História – UFCG. Campina Grande, 2014

GRIMALDI, Lorenzo. **Coevoluindo com as sementes : ciência e agricultura no movimento italiano rete semi rurali** . Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia – UFPE, Recife, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43- 70.

HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade** Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HOSTETLER, Laura. **Qing colonial Enterprise. Ethnography and cartography in Early Modern China**. Chicago/ Londres: The University of Chicago Press, 2001. p.15-23.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE**. 2019. Disponível em <https://cnae.ibge.gov.br/>

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2020. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> >. Acesso em maio de 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados censitários. 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>>. Acesso em: 27/11/2018.

IBRAM. **Instituto Brasileiro de Mineração**. 2020. Disponível em < <https://ibram.org.br/> >. Acesso em maio de 2020.

INCRA. **Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 2018.

KOZINETS, Robert. **Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online**. Penso, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias de como adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LARA FLORES, Sara María. Introducción; **Los “encadenamientos migratorios” em regiones de agricultura intensiva de exportación en México**. In: LARA, Sara María (Coord.). Porrúa-México: Migraciones de Trabajo y movilidad territorial – Colección Desarrollo y migración, 2010

LEITE LOPES, José Sérgio et.al. **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LIMA, Sergio Ricardo Ribeiro. **Barragem de itaparica: vinte anos após o programa de reassentamento – (des) envolvimento e (des) estruturação de vidas**. ecsb/ufba, 2007.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. **A cartografia social consiste num recurso de descrição etnográfica. O fascículo é nossa etnografia**. Boletim informativo Povos e comunidades tradicionais Nova cartografia social. Manaus: 2013. UEA edições.

MARQUES, Hugo Leonardo; MOREIRA, Aline; OLIVEIRA, Alexandre. **Análise do desenvolvimento regional e impactos sociais provocados pela implantação dos empreendimentos hidroelétricos**. Recife: CHESF, 2009.

MARTINS, Cynthia; PORTELA, Patricia. **O discurso ambiental empresarial: na trilha da devastação.** In. Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará. Manaus: UEA Edições, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3 ed. São Paulo: N°1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração.** Instituto Humanitas Unisinos. 2020.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** São Paulo: Lua Nova, 2009.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, Carolina Farias Leal. **Insurgência política e desobediência epistêmica: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá.** Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em antropologia – UFPE, Recife, 2013

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Grandes projetos de investimentos na Amazônia e as questões do desenvolvimento regional.** In. Mesquita. B.A. et. al. Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará. Manaus: UEA Edições, 2015. p.13-28.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar.** São Luís: EDUFMA, 2011

MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel; COELHO, Tadzio. **A empresa, o Estado e as comunidades.** A questão mineral no Brasil - Vol.2 ANTES FOSSE MAIS LEVE A CARGA: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. Marabá: Editora Iguana, 2016.

MILANEZ, Bruno; Santos, Rodrigo (2013). **Extrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração.** Revista Pós-Ciências Sociais, V. 10, N. 19, 2013.

MONTANI, Carlo. **XXX Relatório mármore e rochas no mundo 2019 - Dossiê Brasil**. Brasília: Aldus, 2019.

MORENO, Alejandro. **Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. pp.187-202.

MOURA, Abdias. **O sumidouro do São Francisco: subterrâneos da cultura brasileira**. Universidade do Texas: Tempo Brasileiro, 1985.

NASCIMENTO, Poliana de Sousa. **De los frentes de expansión a los grandes proyectos de desarrollo: emergencia en las comunidades de los sertões de Itacuruba**. Edição 64, Quito: Revista Iconos, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Rio de Janeiro: Mana, 1998.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton: cem anos de história nos seringais**. 2 ed. Rio Branco: Edufac, 2008.

PEIRANO, Mariza. **De que serve um documento?** In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. **Política no Brasil: visão de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

PINTO, Raquel Giffoni. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas de risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

PITTA, Fabio; MENDONÇA, Maria Luiza. **O capital financeiro e a especulação de terras no Brasil**. Mural Internacional. V.1,N.1, 2014.

POMPEIA, Caio. **A concertação de política do agronegócio e os direitos territoriais indígenas e quilombolas**. Caxambu – MG: Anpocs, 2018.

POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

POSSOMAI, Ana Julia. **Dados abertos no governo federal brasileiro: desafios de transparência e interoperabilidade**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. pp.227-278.

RANCIERE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: UMF Martins Fontes, 2017.

REFKIN, Jeremy. **The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons, and the Eclipse of Capitalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2014. p.56.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologias mundiais: cosmopolíticas, poder e teoria em antropologia**. Série Antropologia, v. 379, Brasília, 2005. p.1-16.

RIMA, **Relatório de Impacto Ambiental**. Mineração Floresta. Casa Forte Minérios. Volume 04. 2015.

ROSCOE, Flávio. **Nova mineração**. FIEMG. 2020. Disponível em . Acesso em 5 de maio de 2020.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

SAID, Edward. **O estilo tardio**. Tradução Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SALAS, Humberto; NALINI JR, H; MENDES, J.C. **Ocorrência de minerais radioativos em rochas ornamentais**. IPEN, 2002.

SANT'ANA JUNIOR. Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta**. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2004.

SANT'ANA JUNIOR. Horácio Antunes'; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino, BRUSTOLIN, Cíndia Brustolin. **Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos: uma introdução**. In. Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais / Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Maria José

da Silva Aquino Teisserenc, Cíndia Brustolin (Organizadores). — São Luís: EDUFMA, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul**. Buenos aires: CLASCO, 2018.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. **La politique du terrain. Sur la production des données en anthropologie**. Enquête, 1995.

SCHERER-WARREN. Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013: Encontros e desencontros na política**. CADERNO CRH, v. 27, n. 71, Salvador, s/d. p. 417- 429

SCHRODER, Peter. **Antropologia e ‘desenvolvimento’: Balanço crítico de uma relação problemática**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) II Conferência do Desenvolvimento.2011.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013

SCOTT, Parry. **Famílias e campos de negociação para políticas públicas: Polissemia e mobilidade**. In. **Famílias brasileiras: Poderes, desigualdades e solidariedades**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SHIRAISHI, Joaquim. **A reconceituação do Extrativismo na Amazônia: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco babaçu. (Dissertação de mestrado)**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Belém: Universidade Federal do Pará, 1997.

SILVA, Edson. **Índios no Semiárido nordestino: (re)conhecendo sociodiversidades**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), n. 35, p. 254-272, Jan-Jun, 2017.

SILVA, Flávio José Rocha da. **O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar**. Revista Pegada. Vol. 17. n.2. 2016.

SILVA, Whodson Robson da. **O CONTO DAS QUATRO MIL ALMAS: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste em**

Itacuruba. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia – UFPE, Recife, 2019.

SILVA, Whodson. **Sumir do mapa e outros scripts: Táticas de resistir à instalação da central nuclear em Itacuruba.** Revista Continente. Ed. 231, 2020.

SOUZA, M. B., & HOFF, T. S. R. **Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, 2019

SPINOLA, Vera. **Potencial exportador e política pública para uma evolução virtuosa: a indústria de rochas ornamentais na Bahia.** Dissertação de mestrado. Programa de Ciências Econômicas - UFBA, Salvador, 2002.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação.** São Paulo em Perspectiva (Seade), v.20, n.3, jul.-set. 2006

VELHO, Otávio Guilherme. 2016. **Revisitando as frentes de expansão.** Coleção aulas inaugurais. São Luís: Casa 8, 2016.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: um estudo do processo de penetração numa área da transamazônica.** 3 ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

VIANA, Aurelio; MENEZES, Lais. **O pólo sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica.** Rio de Janeiro: CEDI/KOINONA, 1994.

WANDERLEY, L. J. M. **Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil.** Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(1), 1-7.2017

WOLCOTT, H. F. **The man in the principal's office: an ethnography.** Austin-Holt: Rinehart and Winston, 1973.

ZHOURI, Andrea (Org.); OLIVEIRA, R.et all. In. **Mineração: violências e resistências** [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA : Editorial iGuana/ ABA, 2018.

ZHOURI, Andrea. ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais.** Belo Horizonte – MG, 2014.